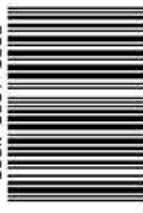
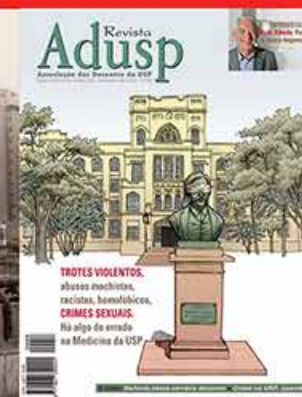
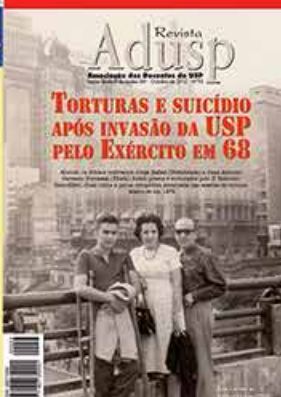
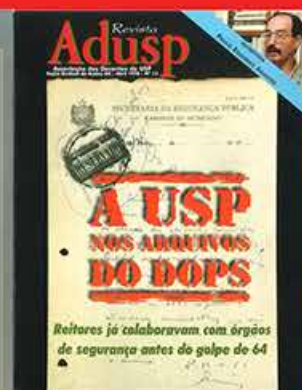
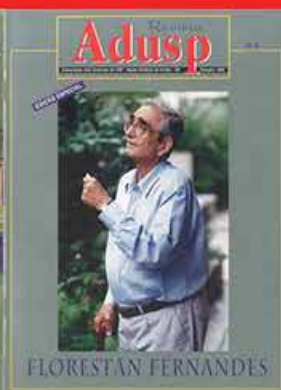


Revista Adusp

Associação de Docentes da USP
Seção Sindical do Andes-SN - Março de 2026 - Nº69



ISSN 1607-3504
9 771607 350001

ÍNDICE

VISÕES DE BRASIL e lutas sociais

6

Universidade e talento

Florestan Fernandes

10

Para saudar um grande homem

Antonio Candido de Mello e Souza

13

Florestan Fernandes e a defesa da escola pública

João Zanetic

19

“Não sou militante de coisa nenhuma, exceto de ideias”

Milton Santos

25

O programa Fome Zero e o ronco da cuíca

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

33

Cotas raciais na USP, um debate atropelado e “operação abafa”

Kabengele Munanga

TERRORISMO DE ESTADO e suas marcas

38

A USP nos arquivos do DOPS

Beatriz Vicentini

45

Um crime de Estado permanece impune, quarenta anos depois

Tadeu Breda

50

Torturas do Exército levaram aluno Juan Forrastal ao suicídio

Luiza Sansão

56

Polícia Militar mata à larga, como a repressão política na Ditadura

Fausto Salvadori

UNIVERSIDADE SOB ATAQUE

63

Intelectuais, democracia e poder — as elites acadêmicas no Brasil

Zilda Márcia Gricolli Iokoi

70

Financiamento da universidade

Francisco Miraglia Neto

74

Caminhos e descaminhos da docência

*César Augusto Minto, Nobuko Kawashita e Rubens
Barbosa de Camargo*

80

A Greve de 2000: lembranças emocionadas e um balanço crítico

Flávio Aguiar

86

Investimento em ciência e desenvolvimento tecnológico inovador

Sérgio Henrique Ferreira

90

Despolitização leva ao empobrecimento intelectual da USP

Franklin Leopoldo

99

Avaliação irracional da pesquisa e eclipse da docência na USP

Marilena Chauí

PASSANDO A LIMPO

110

Publicações, CERT e o reitor: avaliação ilegítima, ilegal e persecutória

*Antonio Biondi, Ciro Teixeira Correia, Luiz Silveira
Menna-Barreto e Pedro Estevam da Rocha Pomar*

116

Conflito de interesses marca relação entre USP e fundações

*Antonio Biondi, João Brant, José Chrispiniano
e Pedro Estevam da Rocha Pomar*

124

EACH, sob “investigação detalhada”, convive por ora com aterro ilegal

Paulo Hebmüller

129

Reflexos da implementação do ensino remoto emergencial em uma universidade que não pode parar

Mariângela de Araújo e Vanessa Martins do Monte

138

Breve história da Revista Adusp

DIRETORIA

Márcio Moretto Ribeiro,
Fabiana Jardim,
Marcelo M. de Luca de Oliveira Ribeiro,
Renata Hydee Hasue,
Marcos Bernardino de Carvalho,
Elvio Rodrigues Martins,
Pierluigi Benevieri
Eliel Soares Orenha,
Gabrielle Weber,
Paulo Eduardo Moruzzi Marques,
Célia Regina Orlandelli Carrer,
Annie Schmaltz Hsiou,
Marcelo Zaiat

Comissão Editorial

Diamantino Pereira,
Heloisa Borsari,
Jorge Luís da Silva Grespan,
Marcelo Zaiat,
Marta Medeiros Marques,
Sérgio Paulo Souto,
Suzana Salém,
Vera Navarro

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Redação: Paulo Hebmüller

Revisão desta edição: André Merli, Paulo Raimundo
Teixeira e Rudson Pinheiro Soares

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima
dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Adusp - S. Sind.
Av. Prof. Almeida Prado, 1366
CEP 05508-070 - Cid. Universitária - São Paulo - SP
Internet: <http://www.adusp.org.br>
E-mail: imprensa@adusp.org.br
Telefones: (011) 3091-4465, 3091-4466, 3724-8900

A **Revista Adusp** é uma publicação quadrimestral da
Associação de Docentes da Universidade de São Paulo,
destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem,
necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.
Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela
Comissão Editorial.

TRÊS DÉCADAS EM RETROSPECTIVA

A *Revista Adusp* foi lançada no distante dezembro de 1994. A USP vivia as tensões geradas pelo nascente produtivismo acadêmico e pela pressão do mercado. Fernando Henrique Cardoso acabara de eleger-se presidente da República e prometia “modernizar o país” com um ambicioso programa de reformas neoliberais.

Ao longo das três décadas seguintes, o Brasil viveria drásticas mudanças e reviravoltas: onda de privatizações e enxugamento do Estado nacional sob FHC; um ciclo “social-liberal” e “neodesenvolvimentista” nos governos Lula e Dilma; financeirização da economia; golpes institucionais e prisão de Lula, eleição do neofascista Jair Bolsonaro, Covid-19; reeleição de Lula, tentativas de golpe, prisão de Bolsonaro e de generais aliados. A educação sofreu fortes impactos em todos os níveis. As universidades públicas adaptaram-se ao projeto neoliberal.

Dentro de suas modestas condições, a *Revista Adusp* buscou acompanhar e analisar as marchas e contramarchas desse período histórico. A efeméride do trigésimo aniversário da publicação, em dezembro de 2024, suscitou um balanço de sua trajetória, que a Comissão Editorial decidiu realizar em 2025 por meio da presente edição, que consiste numa seleção de artigos e reportagens já publicados — um apanhado de suas melhores produções.

Essa amostra foi escolhida criteriosamente pela Comissão Editorial, que de antemão excluiu as 3 últimas edições e a maior parte do material publicado nas diferentes edições temáticas. Buscou-se contemplar a diversidade e riqueza do material publicado ao longo de décadas. Esperamos que leitoras e leitores apreciem os textos selecionados, que foram reeditados, receberam notas do editor e passaram por nova diagramação.

“Fórum de debates”. A criação da revista foi proposta pelo jornalista Marcos Cripa, que na época trabalhava na *Adusp* e se tornou seu primeiro editor. Na gestão 1993-1995, presidida por Otaviano Helene, veio à luz o número inaugural da *Revista Adusp*.

“Nossa proposta é apresentar reflexões sobre questões de caráter acadêmico e de conjuntura nacional, importantes para todos, enquanto docentes e cidadãos”, explicava o primeiro editorial, assinado pela Diretoria. “Nossa expectativa é mostrar, nestas questões, os ângulos menos explorados ou esquecidos pelas publicações tradicionais, de modo a estimular o posicionamento crítico que deve caracterizar a postura do cientista e do intelectual”.

“Neste sentido, a *revista* coloca-se como um fórum de debates e se abre como veículo de divulgação de propostas, de análises, e de experiências de lutas pela educação brasileira e completa democratização do país. Pretende, finalmente, constituir-se no instrumento que integra a dupla vocação de um sindicato de docentes, caracterizado pela vertente sindical e pela vertente acadêmica”, prosseguiu. “A *revista* está sob responsabilidade de uma Comissão Editorial autônoma e independente da Diretoria da *Adusp* e consideramos fundamental que ela constitua um elo de comunicação efetiva com os docentes da Universidade de São Paulo”.

Na sua primeira formação, a Comissão Editorial era composta por Adilson Citelli, Bernardo Kucinski, Heloísa Daruiz Borsari, Jair Borin (1942-2003), José Luiz Fiorin, Khaled Goubar, Lígia Marcondes Machado (1948-1997), Nilza Nunes da Silva e Roberto Mitio Yanaguita.

A edição número 1 trouxe artigos assinados por Nicolau Sevcenko, José Aristodemo Pinotti, Régis Fernandes, Ladislau Dowbor, Zilda Iokoi, José Roberto Drugowich de Felício, Carlos Zanotti e, em coautoria, Vito Vanin, Regina Kawamura e Yassuko Hosoume; além de uma entrevista concedida por Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI.

De lá para cá, a *Revista Adusp* mudou muito. Será que cumpriu as tarefas que lhe foram atribuídas quando de seu lançamento? Cartas à Redação!

O Editor

UNIVERSIDADE E TALENTO¹

Florestan Fernandes²

UEM



Florestan em atividade na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 1985

As “políticas educacionais” das várias repúblicas deste século nunca existiram. Se [fossem] realidade, o Estado daria prioridade, no ensino gratuito e de qualidade em todos os graus, à pesquisa básica em todos os ramos do saber, à pesquisa científica aplicada e à invenção tecnológica original. Não são as escolas que barram e expulsam os pobres da seleção positiva. É a estrutura de classes sociais que impede qualquer forma de distribuição das oportunidades educacionais, marginalizando as classes subalternas da participação educacional, cultural e política “equitativa” e “democrática”

A universidade enfrenta uma crise de alcance mundial. Já escrevi sobre o assunto, que, aliás, preocupa muitos estudiosos. A situação brasileira é peculiar, porque atravessamos rápido demais a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo oligopolista; e este se alterou em seus dinamismos econômicos e culturais antes que tivéssemos nos adaptado ao modelo anterior. Toda uma infraestrutura, montada principalmente às custas do poder político, foi obsoletizada nas duas transformações sucessivas. E o grande beneficiário dos investimentos públicos e do processo de acumulação “primitiva”, a firma gigante estrangeira, agora exige um marco zero como novo ponto de partida, com a privatização das estruturas criadas pelo intervencionismo estatal, sob as bandeiras contraditórias do “nacionalismo econômico” e da “modernização” com vistas à “incorporação no primeiro mundo”. Poucos países erraram tanto em suas políticas econômicas e devastaram maior soma de recursos materiais e humanos no altar do “desenvolvimento econômico”, primeiro, e da “aceleração do desenvolvimento econômico”, depois. Mas não aprendemos a lição. A ilusão continua de pé e o governo, juntamente com as elites no poder das classes dominantes, barafustou pela última alternativa, certos de que as contas não sairão de seus bolsos, mas dos cofres públicos.

Isso quer dizer que as chamadas “políticas educacionais” das várias repúblicas deste século nunca existem. Se elas tivessem realidade, o Estado daria, forçosamente, prioridade, no ensino gratuito e de qualidade em todos os graus, à pesquisa

básica em todos os ramos do saber, à pesquisa científica aplicada e à invenção tecnológica original, para evitar exatamente o que aconteceu — o que fizeram os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. A autonomia da produção do saber e do pensamento inventivo representam os alvos essenciais de uma Nação que pretenda crescer e diferenciar-se através do capitalismo. Este possui duas faces distintas. Ao lado de uma interdependência inevitável, coexistem, no plano internacional, os países capitalistas hegemônicos, cuja expansão é relativamente autossustentada, e os países de origem colonial ou não, cujo crescimento é neocolonial, dependentes ou associados, os quais transferem para o exterior parcelas variáveis do excedente econômico, pilhadas através das técnicas econômicas, culturais e políticas do imperialismo. Quanto maior for a relação entre o excedente econômico gerado e as alíquotas apropriadas pelas nações capitalistas hegemônicas, maior será a tendência dos países explorados em combinar alta concentração da riqueza, da cultura e de poder nas mãos de minorias privilegiadas e a crescente concentração de miséria, de ignorância e de subalternização nas inúmeras maiorias dos de baixo.

As classes sociais funcionam como bombas de sucção: os que mandam reproduzem com maior dureza os processos de espoliação aplicados pelas nações capitalistas centrais (o que levou alguns autores a usar o conceito de “colonialismo interno”, pouco preciso por ocultar as manifestações efetivas da luta de classes e da dominação imperialista). Em consequência, o que sobra do excedente

econômico vai predominantemente para as funções de acumulação de capital do Estado. Destinam-se recursos mínimos para as demais funções, vinculadas à educação escolar, aos serviços de saúde e de assistência social ou de habitação etc. Não são as escolas que barram e expulsam os pobres da seleção positiva. É a estrutura de classes sociais que impede qualquer forma de distribuição das oportunidades educacionais entre todas as classes, marginalizando as classes subalternas da participação educacional, cultural e política “equitativa” e “democrática”.

Uma “política educacional”, aberta para a formação e o peneiramento do talento, compreende a pré-escola e os demais graus de ensino. E deve ser, necessariamente, seletiva no nível vocacional. A crítica corrente, sobre o “elitismo”, pressupõe equívocos circulares. Ela envolve um lapso contraideológico, que contém efeito *boomerang*. O nosso ensino, especialmente no segundo grau, mas de modo particular na graduação e pós-graduação, não é elitista — constitui um monopólio das elites das classes dominantes. A alta qualidade do ensino interessa aos setores das classes sociais dos dois níveis inferiores, trabalhadoras ou médias. A antiga concepção da educação escolar como um ascensor social, apesar de insustentável, continha aí o seu grão de congruência com o regime de classes e o caráter competitivo da sociedade capitalista. Em certas condições históricas, ela corresponde às exigências educacionais e psicoculturais da mobilidade social.

Quando foi fundada, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras res-

pondia a uma ideologia “oficial” das elites no poder, de buscar meios de ampliação e renovação através de “sangue novo”. Vilfredo Pareto e outros cientistas sociais analisaram esse processo, que surge imperativamente quando as elites das classes dominantes “envelhecem” e “declinam” ou em circunstâncias especiais, nas quais após uma prolongada exclusão voltam para o interior da classe dominante (ou estamento; ou casta) a única viabilidade da “renovação das elites” (o que também pode ocorrer como efeito de invasões ou da imigração). A licenciatura surgiu nesse contexto, que lhe foi favorável, porque houve extensa passagem de professores de segundo grau e de escolas normais para o ensino superior, patrocinado e amparado pelo poder público estadual. A experiência, a maturidade e por vezes a vocação desses professores asseguraram um corpo estudantil sofisticado, crítico e ansioso por encontrar alguma via de sair da rotina e de conseguir o ensejo de lançarem-se em outra linha de competição profissional.

A Faculdade de Educação encetou uma evolução que não se previa, instigante e produtiva. E se equipou para dar um sentido mais provocativo à formação do professor. Daí a preocupação que orientou este artigo. O talento [é] o alfa e o ômega das funções cruciais da universidade

A programação do curso de Didática subordinou-se ao objetivo de formar professores com comprovado nível de profissionalização. Por isso, a escolha das matérias e os conteúdos dos cursos foram mais teóricos do que práticos. Professores ideais para alunos ideais de uma escola ideal. Esse nexos sustentou os resultados positivos alcançados e, ao mesmo tempo, alimentou a fonte dos malogros acidentais que se seguiram. Nas três primeiras décadas, os professores licenciados possuíam uma reserva de mercado e o professor de segundo grau e de escola normal desfrutava de prestígio social que o situava aproximadamente (embora de maneira nebulosa) nas cercanias do profissional liberal. Além disso, o professor conseguia um salário que permitia sustentar as aparências e uma tradição estamental o protegia de quedas abruptas e constantes de avaliação. Acresce que muitos lograram manter-se na universidade, como assistentes e professores contratados ou catedráticos. Era uma minoria que se amparava em status próprio, que a punha em um nível de reputação social equivalente ao topo dos profissionais liberais mais considerados. No planejamento global, nunca se tentou um teste precoce do “produto real” da licenciatura. Os professores mais atilados ou corajosos sabiam que deviam fazer adaptações pedagógicas sérias, em benefício dos estudantes e de suas futuras tarefas como professores. Porém, o Frankenstein teórico e prático permaneceu, sem modificações pedagógicas estruturais e dinâmicas, por muito tempo.

Enquanto isso, a sociedade inclusiva alterou-se e o objetivo de formar professores sofreu diversos deslocamentos e outras tantas deformações correspondentes. O próprio professor de segundo grau enfrentou um processo de desnívelamento persistente, perdendo prestígio, renda e condições de autorrealização pedagógica propícias. Em suma, a “carreira de professor” perdeu suas lantejoulas, tornando-se pouco atrativa: só a vocação ou um grau profundo de curiosidade pela socialização dos adolescentes garantiam uma procura oscilante. Paralelamente, a ênfase (que começa com a Ditadura Militar mas aumentou progressivamente, pela incorporação do Brasil na economia oligopolista mundial) foi posta na formação de massas de estudantes dos cursos técnicos e da graduação e pós-graduação, nas quais se difundiu a ambição do “profissional para a iniciativa privada”. A licenciatura perdia sentido para duas categorias importantes de alunos: os que pretendiam “seguir a carreira universitária”; e os que buscavam os melhores salários nos melhores empregos, fazendo a conexão entre “empresa e universidade” no nível profissional.

Essas alterações teriam de afetar o número de candidatos à licenciatura e o grau de atração pela imaginação pedagógica. É preciso que se reconheça objetivamente: isso não acarretava uma natural deterioração da licenciatura. Ao contrário, punha em questão a sua especificidade e o modelo de realizá-la. Quando saí da USP a situação estava nesse pé e não tive ocasião de ir além das reflexões alinhadas acima. Descobri que a Fa-

culdade de Educação encetou uma evolução que não se previa, muito instigante e produtiva. E que, dentro dos altos e baixos dos obstáculos que a USP ergue à renovação fora e acima de certos campos de ensino e investigação, ela se equipou para dar um sentido mais provocativo à formação do professor. Daí a preocupação que orientou a escolha do tema deste artigo. O talento conta como o alfa e o ômega das funções cruciais da universidade. E cabe aos professores conclamar o corpo coletivo da instituição em que trabalham para essa função. Não porque o número de professores formados seja pequeno. Mas porque o talento permeia ou é o nervo vital da existência de uma matéria-prima (perdoem-me a liberdade) que valha a pena, o estudante, de uma universidade com força criadora e de uma sociedade com condições para forjar a sua autonomia cultural, base do seu desenvolvimento econômico relativamente autossustentado, da revolução cultural e da revolução democrática.

O maior erro que ocorreu na USP foi o de conferir à antiga Faculdade de Pedagogia e à licenciatura o segundo plano, de companheiros de viagem de terceira qualidade. Desde o início, a Pedagogia deveria, pelo

menos, ter uma preeminência à Filosofia. Trazer bons professores do exterior e fomentar a sua influência interna segundo ritmos intensos. E difundir representações que expusessem a pedagogia como o eixo das esperanças, que movia a USP e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Correlatamente, os alunos que se destinavam à licenciatura e pretendiam devotar-se ao ensino deviam aprender que abraçavam uma vocação complexa e fundamental. Cabia aos professores do curso de pedagogia e da licenciatura ou do curso de filosofia assinalar a importância nuclear do talento virgem e do seu polimento na universidade. A tarefa ficou, por algum tempo, nas mãos de sociólogos e esfumou-se, como se a Nação de origem colonial e dependente não devesse bater-se pela seleção e aproveitamento dos talentos, de todas as magnitudes, com os olhos voltados para dentro e para baixo. A universidade condenou-se a subsistir como prisioneira das elites das classes dominantes e não percebeu que dependia dos professores para associar a imaginação pedagógica a um novo estilo de cultivar e estimular os talentos para atividades que transcendiam aos “interesses empresariais” e ao “crescimento econômico”.

Uma “política educacional” pioneira e transformadora deve centrar-se na associação recíproca da atividade docente crítica e do despertar do talento inconformista. O que se pretende? Integrar o jovem à estrutura e ao funcionamento do maquinismo ou da empresa? Ou conduzir a Nação emergente em sua autoemancipação coletiva? A imaginação pedagógica nutre-se de conhecimentos teóricos e de procedimentos práticos que agitam a organização e os conteúdos da personalidade. Ela não pode ser excluída das correntes culturais, sociais e políticas que mudam dia a dia o porvir do Brasil. No ponto zero, pretendeu-se que a universidade fosse a serva dos poderosos e de seus privilégios. Hoje, o que se quer é que a universidade contribua para a libertação dos oprimidos e que promova, entre os de baixo, uma forte aspiração de combater o embrutecimento, de promover a desalienação e desvendar o seu talento para si, para a sua classe e para a coletividade. O talento como detonador social? E ele valerá alguma coisa, em si e por si, se não escapar à rotina, ao estrangulamento da profissão como um fim exclusivo, à tirania da ordem?

Notas

- 1 Artigo redigido em 1994 e publicado na edição número 4 da *Revista Adusp*, lançada em outubro de 1995 e organizada em homenagem ao autor, que falecera em 10 de agosto daquele ano.
- 2 Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH.

PARA SAUDAR UM GRANDE HOMEM¹

Antonio Candido de Mello e Souza²

A partir dos anos 1950, Florestan se empenhou numa realidade dramática: a situação do negro no Brasil. Associado ao nosso mestre Roger Bastide na pesquisa sobre relações raciais promovida pela Unesco, ele se tornou um dos mais importantes conhecedores desse gravíssimo problema social e transitou do passado ao coração mais dramático do presente. O teórico que estava privilegiando cada vez mais a visão marxista se associava ao pesquisador que privilegiava cada vez mais o estudo da situação contemporânea. Estava pronto o terceiro Florestan Fernandes, o da maturidade, a partir dos anos 1960

Arquivo Florestan Fernandes



Cinco décadas de amizade: Florestan e Candido em Marília, em 1986

Em Florestan Fernandes — meu fraternal companheiro e amigo há cinquenta anos — se juntam o estudioso de saber profundo e sólido, o professor rigoroso, o formador de equipes notáveis que abre trilhas novas à investigação, o autor de obras cuja importância é decisiva no campo das ciências sociais, o cidadão empenhado em tarefas essenciais do seu tempo e o militante político consciente do dever de lutar para a transformação das bases desta sociedade iníqua, na qual vivemos ao ritmo de umas desigualdades econômicas mais revoltantes do mundo.

Além disso, é preciso destacar as qualidades humanas que fazem dele um exemplo e lhe permitiram construir uma carreira excepcional a partir das condições mais adversas que se possa imaginar. Homem de luta e homem de ideal, Florestan Fernandes enfrentou desde menino a adversidade, com uma bravura e uma eficiência difíceis de encontrar na biografia dos homens eminentes da cultura. Na base, esteve sempre, sem dúvida, o destemor, a invariável coragem física, moral e mental com que empunhou a vida e abriu o seu caminho. Inclusive demonstrando a rara capacidade de criar o escândalo necessário e salutar, passando por cima do temível respeito humano,

quando se trata de afirmar o que é justo e verdadeiro. Pesando bem as palavras, digo que em Florestan Fernandes estão presentes os traços que caracterizam os grandes homens. Por isso, costumo dizer que ele é, a meu ver, o único de nossa geração a quem cabe com justeza este qualificativo.

Portanto, não é de espantar que tenha feito uma carreira universitária exemplar sob todos os pontos de vista, o que tornou mais odioso o ato que o separou do corpo docente de nossa faculdade. Como estudioso, professor, investigador e autor ele reúne qualidades raramente existentes em conjunto. Dotado de uma poderosa capacidade de atenção e concentração, é notável a maestria com que sempre se atirou aos textos, como leitor privilegiado. Foi assim desde estudante, tanto com relação às obras de sua especialidade, quanto a quaisquer outras, de história, literatura ou política. Daí o cabedal enorme que juntou e sempre explorou de maneira penetrante, graças a uma segunda qualidade: o poder de penetração analítica, que lhe permite chegar ao fundo dos problemas. Em terceiro lugar eu mencionaria o dom de correlacionar, que lhe permitiu efetuar sínteses harmoniosas de teorias e pontos de vista nem sempre afins, mas que ele decantou em combinações originais de raro poder ex-

plicativo. Penso, por exemplo, em pensadores como Marx, Durkheim e Weber, vistos frequentemente no que têm de diferente uns dos outros, mas que ele soube passar pela máquina poderosa, seletiva e ao mesmo tempo integradora da sua inteligência, transformando-os em elementos de uma visão compreensiva.

Sobre esta base, que estou simplificando para poder ressaltar as linhas gerais, Florestan Fernandes foi se inclinando cada vez mais na segunda fase da sua carreira para o marxismo, que sempre versara desde moço e do estudo precoce dos escritos de Marx, inclusive a notável análise que escreveu sobre *Crítica da economia política*. Nesta segunda fase surge um marxista aberto e compreensivo, justamente porque despido de sectarismo teórico e embebido de sugestões oriundas de outras fontes. Como Caio Prado Júnior, mas com maior amplitude de propósitos, ele forjou um instrumento analítico e interpretativo de corte marxista, capaz de abolir qualquer imposição dogmática e de se abrir para as lições da realidade objetivamente observada.

Ao lado dessa rotação teórica, convém assinalar uma rotação paralela no domínio dos temas de investigação. Na fase inicial, Florestan Fernandes se tornou famoso, aqui e no exterior, devido sobretudo aos

trabalhos admiráveis de reconstrução histórica e análise etnológica sobre a organização social dos Tupinambá. Os documentos restantes sobre esses índios de tanta importância na história do Brasil eram conhecidos e explorados, mas considerados insuficientes para se conhecer a sua organização. Daí os numerosos estudos parciais sobre aspectos de sua cultura, como os de Métraux. É que faltava, aos estudiosos brasileiros e estrangeiros, a força analítica e a imaginação sociológica com que ele operou uma verdadeira quadratura do círculo, produzindo aos 27 anos o livro inovador e cientificamente revolucionário, cujo título era para os especialistas uma verdadeira provocação intelectual: *A organização social dos Tupinambá*. A estes dedicou outra obra fundamental sobre a função social da guerra e tirou-se consequências teóricas num terceiro trabalho, explorando a fundo as possibilidades proporcionadas pelo funcionalismo no estudo das fontes.

Simplificando, eu diria que a partir dali, isto é, dos anos de 1950, deu-se a rotação dos temas e Florestan Fernandes se empenhou numa realidade dramática do nosso tempo: a situação do negro no Brasil. Associado ao nosso mestre Roger Bastide na pesquisa sobre relações raciais pro-

movida pela Unesco, ele se tornou um dos mais importantes conhecedores e analistas desse gravíssimo problema social e transitou do passado ao coração mais dramático do presente. Assim, o teórico que estava privilegiando cada vez mais a visão marxista se associava ao pesquisador que privilegiava cada vez mais o estudo da situação contemporânea. Estava portanto pronto o terceiro Florestan Fernandes, o da maturidade, a partir dos anos de 1960. Este foi, por exemplo, o da luta pela escola pública, em cuja defesa percorreu o país numa campanha memorável; foi o dos pronunciamentos de corte socialista, que levaram a Ditadura a submetê-lo, em 1964, ao inquérito policial-militar e, ante a sua firme reação de inconformismo e destemor, a detê-lo num quartel do Exército. O desfecho veio em 1969: a aposentadoria punitiva, que o obrigou a viver alguns anos no exterior.

Na fase mais recente de sua carreira, Florestan Fernandes acentuou a disposição de assumir no âmbito mais largo da sociedade posições regidas pelos pressupostos socialistas, aplicando-se a temas de relevo político na ação e na produção, como é o caso do estudo magistral sobre a República de Cuba ou as análises da realidade política brasileira. Eu

costumava dizer que, sem pertencer a nenhum partido, ele se tornou com o tempo uma espécie de partido individual, pois as suas palavras e as suas ações valiam pelas de uma agremiação aguerrida e consciente. Sob este aspecto, é preciso dizer que a atitude política foi sempre um baixo contínuo na sua vida de lutador no campo da educação e da cultura. Mas finalmente ele decidiu adotar um enquadramento partidário e entrou para o Partido dos Trabalhadores, do qual tem sido um dos militantes mais capazes e fecundos, eleito e reeleito deputado federal. Não me cabe assumir a tarefa de outros, falando da sua atuação no Congresso Nacional. Cabe-me apenas dizer que como deputado socialista Florestan Fernandes efetuou um movimento culminante na sua luta, inclusive porque se tornou simultaneamente um dos jornalistas políticos mais eficientes e penetrantes que temos tido, forjando um instrumento ajustado ao combate pela imprensa e se tornando, junto a públicos vastos, intérprete do que se poderia chamar de pensamento socialista quotidiano. Da sala de aula ao grande público, ele modulou em escala cada vez mais ampla a sua atuação de analista da sociedade e de combatente do socialismo.

Notas

- 1 Discurso publicado na edição número 4 da *Revista Adusp*, lançada em outubro de 1995 e organizada em homenagem a Florestan Fernandes, que falecera em 10 de agosto daquele ano. Como o próprio Antonio Candido explica no prólogo, foi escrito especialmente para uma homenagem da USP a Florestan, realizada em junho de 1994, e lido na ocasião.
- 2 Quando da publicação deste texto, o autor já se aposentara como professor titular de teoria literária e literatura comparada da FFLCH. No entanto, permaneceu ativo na academia e como militante político quase até sua morte, aos 99 anos, em 12 de maio de 2017. Ele colaborou diversas vezes com iniciativas da *Adusp* e de outras entidades representativas.

FLORESTAN FERNANDES E A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA¹

João Zanetic²

Arquivo Florestan Fernandes



Florestan participa de manifestação popular em Brasília

Na Campanha em Defesa da Educação, iniciada em 1960, o sociólogo de renome internacional formado na USP declarou que a democratização do ensino só se realizaria no Brasil quando fossem abolidas as barreiras extraeducacionais que convertem o direito à educação em privilégio das classes dominantes. Destacou igualmente a histórica escassez de recursos financeiros destinados à escola pública. E ainda diria palavras como essas trinta anos depois, quando da discussão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que viria a ser aprovada, ainda sem contemplar seus sonhos, em 1996

Em 2005 ocorreram vários eventos em homenagem a Florestan Fernandes, marcando os dez anos decorridos desde seu falecimento em 10 de agosto de 1995. Tive oportunidade de participar como convidado em dois deles, que aconteceram no Auditório Franco Montoro da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

O primeiro, em 8 de agosto, promovido pelo mandato do deputado estadual Renato Simões (PT), foi um “Ato solene em homenagem a Florestan Fernandes”, que contou com exposições de Plínio de Arruda Sampaio e Francisco de Oliveira que abordaram, respectivamente, a atividade política e parlamentar e a vida acadêmica de Florestan. Participei desse evento representando o Fórum das Seis que, em campanha pela reversão do veto do governador Alckmin ao aumento de recursos para a educação pública de São Paulo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, aprovado pela Alesp, organizou o segundo evento, no formato de uma aula na greve, em 1ª de setembro, com o tema “Florestan Fernandes e a defesa da Escola Pública”.

Acredito que todos os eventos ocorridos em homenagem a Florestan Fernandes são, mais do que justos, necessários. Num país tão pouco apegado às suas memórias mais significativas e, ao mesmo tempo, tão necessitado de aprender com sua história, vale homenagear a figura desse notável cientista social, militante do socialismo e grande estudioso e combatente em defesa da escola pública.

O breve texto que segue é uma versão ampliada das notas que utilizei

na minha fala nos dois eventos acima mencionados. Para oferecer uma dimensão minimamente histórica do significado de Florestan Fernandes na sua incansável luta de várias décadas em defesa da educação pública, apresentarei algumas informações biográficas mescladas com algumas lembranças, recentes e antigas.

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 22 de julho de 1920. Numa bela entrevista que concedeu para a revista *Teoria&Debate*, em 1991, ele lembrava os seus primeiros anos de vida, destacando que foi menino de rua e que iniciara sua vida de trabalhador aos seis anos de idade! A partir dessa idade ele trabalhou inicialmente como ajudante de barbearia, carregador e engraxate, trabalhando depois em açougue, marcenaria, alfaiataria, padaria, restaurante, bar e, finalmente, em um laboratório de produtos farmacêuticos. Nessa entrevista ele lembrava de um episódio ocorrido quando era um jovem carregador: “Com seis anos, eu só podia fazer pequenas tarefas, como, por exemplo, limpar as costas de fregueses em barbearias para ganhar gorjetas. Uma vez uma senhora me pediu para transportar uma caixa de mangas da Estação da Luz até a rua Treze de Maio. Imagine se há humanidade ou sentido cristão nesse tipo de trabalho!”³.

Quanto à vida escolar, pode-se afirmar que Florestan foi um autodidata desde tenra idade, pois, devido ao trabalho, não conseguira completar sequer o curso primário regular. Completou seus estudos básicos em cursos de madureza e, mesmo assim, acabou passando em quinto lugar no exame de ingresso na Faculdade de

Filosofia, em 1941, completando seu curso de Bacharelado em Ciências Sociais em 1943, e a Licenciatura no ano seguinte. Em 1945 o estudante autodidata começou a dar aulas na Faculdade, contratado como professor-assistente, ao lado de Antonio Candido, na cadeira de Sociologia II, capitaneada por Fernando de Azevedo.

Cabe mencionar aqui a lembrança que Antonio Candido resgatou daquela época por ocasião de outra homenagem, ocorrida em 10 de agosto, quando a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas passou a denominar-se Biblioteca Florestan Fernandes. Antonio Candido disse que o nome do velho amigo era, sem dúvida, o mais apropriado para designar a biblioteca, pois Florestan amava os livros e a leitura desde os tempos em que eram estudantes, quando ele se punha a ler atentamente aqueles livros clássicos das ciências sociais que todos elogiavam, mas que ninguém ousava enfrentar. Rindo dessa lembrança, ele disse ainda que Florestan não apenas lia o livro como comentava seu conteúdo com os colegas. E nesse elogio ao livro e à leitura, cabe reproduzir aqui um trecho de um depoimento de Antonio Candido, numa homenagem a Florestan ocorrida em 1986:

“Um belo dia eu o conheci no corredor da Faculdade, carregando uma enorme pasta de livros, encostado na janela e lendo, como já contei noutro lugar, uma vida de Buda, sobre a qual começou a falar com volubilidade. Também essa maneira por que o conheci se tornou paradigmática para mim, porque Florestan foi e é um homem que lê praticamente sobre tudo. Engana-se quem

supõe nele uma cultura puramente sociológica. Ele não só tem vasta formação filosófica, econômica, histórica, como também grande formação literária e artística.”⁴

E foi em função também desse apego ao livro e à descoberta de outras leituras do mundo que o menino de rua logo passaria a ser um intelectual de primeira grandeza que, preocupado com a cruel realidade social que sentira na própria carne e espírito, procurava associar a qualidade teórica de seus estudos científicos às características históricas e sociais do Brasil. Essa preocupação está registrada na entrevista antes mencionada quando esclarece o motivo de sua escolha de estudo: “Quando fui para a Faculdade de Filosofia, a escolha de ciências sociais estava nebulosamente imbricada à ideia de que eu teria um conhecimento que seria útil para transformar a sociedade. Depois vi que, ao contrário, a estrutura do curso estava voltada para estudar a sociedade de uma maneira científica, não havia polarização ideológica.”⁵

Florestan encontraria uma forma de construir a ponte entre os conhecimentos científicos adquiridos e sua aplicação ao estudo de temas importantes para compreender e, possivelmente, “transformar a sociedade” em que estava inserido. É daí que nasceu, certamente, seu estudo inédito da problemática indígena, como também seu interesse na compreensão do negro na sociedade brasileira. Para exemplificar essa forma de tradução epistemológica de sua preocupação social basta mencionar que em 1946 ele traduziu o texto clássico de Marx *Crítica da Economia Política*, produzindo uma destacada introdu-

ção analítica; em 1947 defendeu seu mestrado, na Escola de Sociologia e Política, com a dissertação “A organização social dos Tupinambá”; e, em 1951, obteve seu doutorado, na Faculdade de Filosofia, com a tese “A função social da guerra na Sociedade Tupinambá”.

Para se ter uma dimensão do reconhecimento imediato da importância desses dois trabalhos e de outros que se seguiram para a introdução dos estudos sociológicos no Brasil, creio ser suficiente mencionar dois exemplos. Em primeiro lugar, a avaliação feita por seu mestre Fernando de Azevedo, apresentada no clássico *A cultura brasileira*, em 1954/55: “Com suas duas obras fundamentais [...] que lhe granjearam a reputação nos círculos mais ilustrados do país e do estrangeiro, Florestan Fernandes atinge, no plano dos estudos e das pesquisas sociológicas, uma posição científica que poucos na América Latina lhe poderiam disputar.”⁶

Em segundo lugar, confirmando o que dizia Fernando de Azevedo, Florestan obtinha reconhecimento de seus estudos sobre diferentes teorias sociológicas por parte de importantes intelectuais estrangeiros, como é o caso deste comentário do sociólogo americano Robert Merton a respeito de um trabalho de 1953: “O trabalho de Florestan Fernandes, ‘Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia’ (São Paulo: Universidade de São Paulo, Boletim nº 170, 1953), é uma monografia informativa e sistemática que recompensa uma leitura tão apressada e falível como a minha.”⁷

Uma outra temática de interpretação sociológica da realidade, que

Florestan desenvolveu desde a década de 1950, foi a marxista. E isso ocorreu no momento em que ele iniciou seus estudos sobre o negro na realidade brasileira que, na expressão feliz de Antonio Candido, acenderia nele o estopim radical que permaneceria brilhando até o final de seus dias. Com base nesse referencial teórico marxista Florestan apresentou, em 1964, para o concurso de professor catedrático, sua tese “A integração do negro na sociedade de classes”.

O último ano mencionado me traz à lembrança meus tempos de estudante e um acontecimento decorrente do Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado pela Ditadura Militar em 13 de dezembro de 1968. Numa tarde de abril de 1969, nas proximidades da sede do Cefisma⁸, ouvíamos pelo noticiário do rádio a leitura do primeiro decreto, emanado do AI-5, que cassava os direitos políticos e de trabalho de funcionários públicos, “aposentando-os”, como dizia o decreto. Entre algumas dezenas de nomes encontrava-se o de Florestan Fernandes. Foi um ato violento contra todos os envolvidos, mas que atingiu Florestan dolorosamente, uma vez que o afastava das atividades que ele mais amava, a docência e a pesquisa. Essa dor foi lembrada por Heloísa Rodrigues Fernandes, em entrevista logo após o falecimento de seu pai, com essas palavras: “Foi ruim, porque ele havia investido tudo na universidade e de uma hora para outra chegam para ele e dizem: ‘Você está fora’.”⁹

Uma cara lembrança que tenho de Florestan está relacionada ao ciclo de conferências que ele deu em

1975 no Instituto Sedes Sapientiae, dirigido pela saudosa Madre Cristina. Para situar a gravidade do momento histórico então vivido, lembro que em outubro daquele ano foi assassinado, nas dependências do II Exército, o jornalista e professor da ECA-USP Vladimir Herzog. Nesse clima de terror, Florestan, que costumava dizer naquela época que antes de sociólogo ele se considerava um militante socialista, nos oferecia um amplo quadro sobre as perspectivas sociais e políticas da realidade brasileira utilizando, para tanto, o rigor de seus referenciais teóricos onde o marxismo tinha uma posição de destaque.

Em 1977 Florestan foi contratado como professor da PUC-SP e, ao lado das aulas que ministrava, continuava a produzir artigos e livros analisando diferentes temas educacionais, políticos e acadêmicos. Um acontecimento importante decorrente de sua colaboração com a PUC, que testemunha o olhar atento de Florestan, unindo a pesquisa acadêmica à docência comprometida com um olhar crítico sobre a atualidade, deu-se por ocasião da criação dos cursos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Um desses cursos era dedicado a uma análise sobre Cuba. Daí nasceu o livro *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*, publicado em 1979.

Na década de 1980 Florestan assinou durante vários anos uma coluna semanal no jornal *Folha de S. Paulo*. Em 1986 ingressou no Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi eleito deputado federal nesse ano e reeleito em 1990.

Muitos são os exemplos de seu engajamento na luta em defesa da escola pública. Lançada em São Paulo em 1960, a Campanha em Defesa da Escola Pública levou Florestan a se manifestar várias vezes. Publicados por jornais e revistas, seus artigos ganharam repercussão nacional

Em função da realidade brasileira contemporânea, ou do processo histórico por que passa a sociedade brasileira, como preferia dizer Florestan, são úteis estas palavras registradas ainda na mesma entrevista de 1991: “No momento em que o PT renegar a sua função de servir de espinha dorsal à luta política dos trabalhadores, deixando de ser um partido de revolução contra a ordem, ele deixará de ter importância para a instauração da democracia com igualdade social no Brasil.”¹⁰

Muitos são os exemplos que poderia escolher dentro do trabalho analítico de Florestan Fernandes sobre temas que cobrem todos os níveis e modalidades da educação brasileira. Muitos são também os exemplos de seu engajamento militante na luta em defesa da escola pública. Um exemplo significativo dessa luta, e que desperta um olhar muito amargo sobre o que ocorre nos dias

de hoje, foi a Campanha em Defesa da Escola Pública, desencadeada durante a I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, ocorrida em São Paulo, em 5 de maio de 1960. Essa campanha levou Florestan a se manifestar inúmeras vezes, convidado por entidades de estudantes secundários e universitários, de professores, de jornalistas, de escritores e de operários que se juntaram num movimento inédito no Brasil.

Antonio Candido, que sempre esteve carinhosamente atento às atividades do amigo, apresenta a seguinte reflexão sobre esse momento: “Assim, o teórico que estava privilegiando cada vez mais a visão marxista se associava ao pesquisador que privilegiava cada vez mais o estudo dos problemas contemporâneos. Estava, portanto, pronto o terceiro Florestan Fernandes, o da maturidade, a partir dos anos 60. Este foi o da luta pela escola pública, em cuja defesa percorreu o país numa campanha memorável; foi o dos pronunciamentos de corte socialista, o que levou a ditadura a submetê-lo em 1964 a um inquérito policial-militar e, ante a sua firme reação de destemor e inconformismo, a detê-lo num quartel do Exército. O desfecho foi a aposentadoria punitiva em 1969, que o obrigou a viver tempos no exterior.”¹¹

Nessas suas manifestações, que se transformaram em artigos publicados pelos jornais e revistas da época, ganhando grande repercussão nacional, Florestan fazia um balanço da educação brasileira que ainda é muito atual. Ele destacava diversos momentos anteriores à campanha de 1960, como o papel desempenhado pelo “Manifesto dos Pioneiros da

Educação Nova”, de 1932, que defendia a “necessidade de dar ao sistema nacional de educação um caráter orgânico e integrado, de modo a submeter as tendências à diferenciação e à descentralização do ensino a um conjunto de objetivos comuns e a um mínimo de princípios diretores fundamentais”. Ele afirmava que essa idéia foi incorporada na Constituição de 1934, que mencionava pela primeira vez a construção de um “plano nacional de educação”. Já a Constituição de 1946 mantinha essa conquista e estabelecia que competia “à União legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. No entanto, o caminhar da construção dessa lei foi demasiadamente lento. Florestan destacava que “só em 1957, em parte sob a pressão dos educadores e o clamor da opinião pública esclarecida e em parte sob a exigência de circunstâncias imperiosas, o assunto passou a tramitar com maior rapidez pela Comissão de Educação e Cultura do Congresso”.¹²

Assim, a Campanha em Defesa da Escola Pública de 1960, que estava relacionada principalmente com a educação básica, “surtiu como produto espontâneo das repulsas provocadas, em diferentes círculos sociais, pelo teor do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em janeiro de 1960 pela Câmara dos Deputados”. O projeto de lei aprovado era um substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda, identificado por Florestan como “o inimigo público número 1” do ensino oficial. A iniciativa de Lacerda coroava a “imensa conspiração retrógrada contra o ensino público, nascida do estranho conluio dos pro-

prietários de escolas privadas leigas e os mentores das escolas mantidas por iniciativa do clero católico”.¹³

Florestan ressaltava naquela campanha que a democratização do ensino só se realizaria quando fossem abolidas as barreiras extraeducacionais que restringem o direito à educação convertendo o ensino em privilégio social das classes dominantes. Destacava também a histórica escassez de recursos financeiros destinados à educação. E ainda diria palavras como essas trinta anos mais tarde, quando da discussão da nova LDB que viria a ser aprovada, ainda não contemplando seus sonhos, em 1996.

É instrutivo lembrar o que dizia Florestan naquela época e aplicar sua análise aos acontecimentos dos dias atuais, em que o governo federal está empenhado na elaboração de um projeto de Reforma da Educação Superior que nada acrescenta em recursos às universidades públicas e que, ao contrário, enfatiza o papel das fundações e de outras formas de captação privada de recursos. Como expandir o ensino superior público, até mesmo segundo as metas do atual Plano Nacional de Educação, se o governo Lula não propõe a revisão dos vetos de FHC ao aumento de recursos?

Por outro lado, ao não assegurar que a rede particular de ensino superior — que prosperou como um ramo qualquer de negócios lucrativos no período FHC e continua crescendo no período Lula — será supervisionada com regras mais rígidas, visando garantir uma educação de qualidade que cubra um amplo leque de áreas do conhecimento, como falar em reforma universitária? A situação é agravada quando não é proposta a

revisão da composição e das atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE), que constava do Programa de Governo Lula, fazendo com que esse órgão continue a ser submetido aos interesses das mantenedoras da educação privada, uma vez que seus representantes constituem a maioria dos membros do CNE.

Em função desses fatos, cabe destacar a intervenção de Florestan quando comentava o jogo de forças políticas que impeliram, naquele longínquo e, ao mesmo tempo, tão próximo ano de 1960, a Câmara dos Deputados a aprovar o substitutivo Carlos Lacerda. Ele dizia: “Os estabelecimentos de ensino particular converteram-se, em sua maioria, em grupos de pressão e compeliram os deputados a optar por soluções que representam um sério golpe na [...] nossa política educacional [...] As escolas particulares leigas [...] deram relevo à maior participação do Estado no financiamento de empresas de ensino lucrativas, por motivos estritamente pecuniários”.¹⁴ E não é exatamente isso que pleiteiam as mantenedoras da educação privada atualmente?

Mais adiante Florestan comentava a política de bolsas de estudos, na educação básica, para alunos carentes que lembra bem o que acontece com a política de bolsas para pagamento de mensalidades em instituições particulares de ensino superior praticada pelo governo Lula por meio do Prouni¹⁵. Dada a relevância da reflexão de Florestan e a similaridade com o que ocorreu no Congresso Nacional recentemente, reproduzo um longo trecho de seu trabalho “A democratização do ensino”, apresentado naquela I Convenção Esta-

dual em Defesa da Escola Pública: “... as bolsas destinadas a pagamento de anuidades escolares irão beneficiar camadas da população brasileira que podem custear a educação. [...] A alternativa que se impunha, para beneficiar os setores menos privilegiados da sociedade brasileira, seria a concessão de bolsas a alunos pobres — não para pagar anuidades, mas para permitir a frequência à escola pública gratuita. O subaproveitamento das oportunidades educacionais no Brasil resulta do nível de pobreza da maioria da população, que não está em condições econômicas sequer de aproveitar a escola pública gratuita onde ela exista. Essa alternativa chocava-se, porém, com os interesses egoísticos dos grupos de pressão, que exerceram influência na confecção do projeto de lei e, por isso, não foi considerada. Ela parece ser, não

obstante, uma das vias para as quais precisaremos apelar, para promover o desenvolvimento educacional nos setores pobres da população brasileira, em particular nas regiões menos prósperas do País.”¹⁶

Mas a defesa da escola pública não estava presente apenas nos escritos e intervenções de Florestan Fernandes na campanha dos anos 1960. Ela se estendeu ao longo das décadas seguintes com destacadas análises do que ocorria em nossas universidades. Muito poderia ser mencionado dos trabalhos de Florestan a esse respeito. Fecho este breve balanço com um trecho de um artigo que ele escreveu, em 1984, nos estertores da Ditadura, para comemorar os cinquenta anos da USP, onde destacava o desafio da passagem do século XX ao século XXI:

“Nos dias que correm, no ano do

cinquentenário, sobem à tona outros vínculos — com as classes trabalhadoras, o exército de miseráveis soterrados nas favelas e no campo, as exigências de conquista de um Estado democrático (como mero ponto de partida de um novo desenvolvimento histórico), do combate à dominação imperialista etc.; e, como consequências menores mas urgentes, as exigências gritantes de recuperação institucional, de democratização da vida universitária, de conquista das eleições diretas, de repulsa à política econômica suicida acordada com o FMI etc. Em conjunto, tudo isso põe à frente o ideal de uma universidade aberta e democrática, fundida aos interesses da maioria, isto é, da massa da população pobre e trabalhadora. Esse é o desafio do fim do século XX e da transição para o século XXI.”¹⁷

NOTAS

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 36, de janeiro de 2006.
- 2 Professor do Instituto de Física da USP, João Zanetic (1943-2024) foi presidente da Adusp nas gestões 1991-1993 e 2009-2011.
- 3 “Florestan Fernandes”, por Paulo de Tarso Venceslau. In: *Rememória – Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 227.
- 4 Antonio Candido. *Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 27. Muitas das informações incluídas neste artigo foram obtidas da leitura desse livro.
- 5 Referência da nota 3, p. 228/229.
- 6 Fernando de Azevedo. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo cultural no Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 4ª edição, revista e ampliada, 1963, p. 420/421.
- 7 Robert K. Merton. *Sociologia, Teoria e Estrutura* (edição ampliada de 1968). São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970, p. 152.
- 8 Cefisma era a sigla do Centro dos Estudantes de Física e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Após a reforma de 1971 surgiu o Instituto de Física e a mesma sigla continuou a ser utilizada, agora para designar o Centro Acadêmico dos Estudantes de Física.
- 9 Zilda Iokoi e Marcos Cripa. “Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo” (entrevista de Florestan F. Júnior e Heloísa R. Fernandes). *Revista Adusp* nº 4, outubro de 1995, p. 25.
- 10 Referência da nota 3, p. 239.
- 11 Antonio Candido, referência da nota 4, p. 39.
- 12 Florestan Fernandes. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus Editora e Edusp, 1966, p. 355 e 424/425.
- 13 Idem, p. 346/347.
- 14 Idem, p. 131/132.
- 15 O Programa Universidade para Todos (ProUni) permite a concessão de bolsas de estudo para estudantes “carentes”, assim denominados aqueles estudantes cuja renda familiar per capita seja de, no máximo, 1,5 salário mínimo, em instituições de ensino superior privadas, em contrapartida à isenção do pagamento de impostos e contribuições.
- 16 Referência da nota 12, p. 132/133.
- 17 Florestan Fernandes. *A questão da USP*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, p. 20.

MILTON SANTOS¹

“NÃO SOU MILITANTE DE COISA NENHUMA, EXCETO DE IDEIAS”²

USP Imagens



Milton Santos em frente à FFLCH, em 1994, em registro de Jorge Maruta

“Em um dado momento, acreditava-se na industrialização como saída para o desenvolvimento e criou-se, no meu modo de ver, um grande problema epistemológico. Essa crença, que até hoje tem repercussão nas Ciências Sociais, é também decorrente da hegemonia paulista na produção intelectual brasileira. Quer dizer, essa crença na indústria como único motor possível tornou-se um pensamento hegemônico, aceito sem crítica. Descobri isto somente em 1964, quando fui ensinar na França, depois de repetir as mesmas coisas”

A primeira coisa a dizer é que eu sou um homem da Bahia. Nasci em 1926, na Bahia. Pode, ainda, participar de um tipo de formação básica, que iria praticamente se extinguir com a minha geração, isto é: um ensino secundário em cinco anos, complementados por mais dois anos preparatórios à faculdade. Aqueles cinco anos ofereciam um conjunto de conhecimentos capaz de formar o homem para ser um cidadão. Era isso o ensino secundário: a formação de um indivíduo completo e, assim, de um candidato a ser um bom cidadão.

Praticamente não fui à escola primária. Como meus pais eram professores primários, estudei mesmo em casa e só fui à escola para fazer exames, aos oito anos, em Alcobaça, no sul da Bahia. Fiquei esperando a idade de 10 anos para fazer o exame de admissão ao ginásio em escola particular, em Salvador. Havia poucos ginásios em todo o estado. Tive que ser interno. E como não havia internatos públicos, fui para uma escola particular onde meu pai havia sido professor, o Instituto Bahiano de Ensino. Era uma escola da classe média estabelecida. Nesse estabelecimento havia rigor, tanto do ponto de vista da formação ética como da formação intelectual.

Salvador demorou muito para se tornar um centro industrial, permitindo, então, uma valoração muito grande da cultura. A própria sociedade brasileira era ainda um arquipélago, pouco contaminado pelos valores da sociedade industrial. Esse apego à cultura não era apenas um sonho daqueles que se entregavam a um projeto intelectual, porque ha-

via a quase certeza de que através da cultura, do estudo e do esforço poder-se-ia chegar a algum lugar, diferente do projeto industrialista, onde há outros canais de ascensão e os valores são outros. Hoje, olhando para trás, vejo como isso foi importante para a minha formação, haver adquirido uma preocupação estudiosa, ao mesmo tempo que uma fé no humanismo.

O fato de haver estudado Direito reforça muito esta vocação, pois a formação jurídica era, então, a porta para todas as funções de direção da vida social: para a diplomacia, para a política, para o jornalismo e até para as atividades propriamente ligadas ao Direito, isto é, ser juiz, promotor, advogado etc. A Faculdade de Direito não era predominantemente técnica, mantinha um equilíbrio entre o lado técnico e o filosófico da formação, com um grande peso para o estudo do Latim, da Filosofia, da Sociologia e da Geografia Humana. Tudo isso, como já ressaltai antes, foi muito importante na minha formação. Sendo Salvador uma cidade pequena mas com a vantagem de ter sido urbana há muitos séculos, havia a possibilidade de convivência imediata com homens cultos fora da Universidade. Nela havia já uma segmentação, uma hierarquização da vida social, mas, a essa época, isso não impedia os contatos.

Exemplo de intelectuais com os quais convivi ainda muito moço foram Pedro Calmon e Otávio Mangabeira. Tive grandes professores desde o ginásio, porque gente de grande valor que ensinava nas faculdades de Medicina, de Direito, de Engenharia, também dava aulas no ginásio. Estes

homens eram um modelo para nós, os jovens estudantes.

Fiz meu bacharelado em Direito e um pouco depois fui para a França me doutorar, o que consegui aos trinta e dois anos. Meu tema de tese foi “O Centro da Cidade de Salvador: Estudo de Geografia Urbana”, que acabou se tornando um livro de história, versando sobre Salvador nos anos 1950. Meus diretores de tese foram Jean Tricart e Etienne Juillard, na Universidade de Estrasburgo.

Então o Brasil já era visto através da definição oferecida no famoso livro de Stefan Zweig, ou seja: “o Brasil do futuro”. Havia esse lado ufanista e desenvolvimentista oriundo em parte da política de preparação de Brasília, do crescimento econômico e do debate sobre o desenvolvimento. Naquela época em que fiz meu doutoramento, havia também da parte dos professores e intelectuais europeus um olhar otimista e simpático com relação ao Terceiro Mundo, noção politicamente construída na Europa e marca da associação daqueles intelectuais com jovens e com gente progressista do Terceiro Mundo. Era também, de alguma forma, um ato de engajamento. Ainda que também houvesse preocupações com a carreira, não era como hoje, onde as relações internacionais são, em grande parte, ditadas por preocupações de carreira, tornando-as tão áridas e raramente produtivas (no meu modo de ver). Havia um comprometimento com as idéias universalistas, na cooperação entre orientados e mestres. Tenho grande orgulho do volume de artigos que eu assinei com meu mestre Tricart.

É exatamente porque se acreditava no desenvolvimento que se inventou a noção de subdesenvolvimento. Havia toda uma ideia de como fazer os países do sul decolarem. Essa decolagem tinha certos pressupostos que passavam pela industrialização, pela construção de um Estado Nacional, pela incorporação cada vez maior do conhecimento na criação de um projeto nacional. Havia todo um conjunto de ideias que acabava dando entusiasmo à juventude, capitaneada, de uma forma ou de outra, pelos partidos de esquerda, notadamente o Partido Comunista. O PCB fazia um trabalho muito forte, muito sistemático para esta integração, que incluía também pessoas com outros perfis ideológicos, mas interessadas no projeto nacional. Essa busca do desenvolvimento era uma tarefa que incluía uma grande parte da juventude e não deixava indiferentes outros partidos políticos.

Eu tenho a impressão de que, se formos periodizar, veremos que o abalo das concepções de desenvolvimento nacional só ocorre recentemente, no governo atual. O que se deu foi uma mudança na forma de ver a questão. Em um dado momento, acreditava-se na industrialização como saída para o desenvolvimento e criou-se, no meu modo de ver, um grande problema epistemológico. Essa crença firme na industrialização, que até hoje tem repercussão nas Ciências Sociais, é também decorrente da hegemonia paulista na produção intelectual brasileira. Quer dizer, essa crença na indústria como motor, como único motor possível, tornou-se um pensamento hegemônico, aceito praticamente sem crítica. Descobri

isto somente em 1964, quando fui ensinar na França. Depois de repetir as mesmas coisas — a indústria como motor, a indústria como alternativa, a indústria como forma de medir o crescimento, a indústria como único setor dinâmico — e aliás, isto se devia a uma certa leitura de Marx, transmitida pelos militantes do PCB — descobri que não era bem essa a interpretação única, nem a exclusivamente conveniente. Nem para os nossos países, nem para os países centrais.

Predominava uma interpretação a partir da indústria, ver o país a partir do que ele ainda não tinha, do que ele ainda não era. Imaginávamos estar produzindo um projeto, quando, na verdade, buscávamos uma camisa de força. A base mais ampla das ciências sociais era essa epistemologia importada

A base do meu trabalho a partir daí passou a ser a de criticar esta certeza que eliminava inúmeras possibilidades de entendimento do lugar, da região, da história local. Predominava uma interpretação a partir da industrialização e da indústria. Buscávamos ver o país a partir

do que ele ainda não tinha, do que ele ainda não era. E imaginávamos estar produzindo uma visão futurista, um projeto, quando, na verdade, buscávamos uma camisa de força, costurada no estrangeiro, para vestir o nosso próprio país. A base mais ampla das ciências sociais era essa epistemologia importada, cujos frutos eram legitimados nos centros exportadores de ideias. Enquanto isso, descurávamos da produção de nossa própria epistemologia, de nossas próprias ideias. Tudo isso era muito ajudado pela nossa ênfase enviesada de uma velha tendência intelectual que é a de considerar o mundo a partir da Europa, e agora dos Estados Unidos. Assim se exclui do nosso campo de visão a maior parte da humanidade, do mundo e, também, da própria cultura brasileira. A cultura oficial brasileira — a dos homens oficialmente cultos do Brasil — nutriu-se, frequentemente, de uma visão vesga do mundo. A globalização agrava essa vesguice. Ela não convoca a uma real mundialização do pensamento, porque vem acompanhada do predomínio praticamente ditatorial de forças que têm, outra vez, como centro, a Europa e já agora, sobretudo os Estados Unidos. O pensamento único é um pensamento de origem euroamericana. E eu creio que isso convida a uma renúncia do mundo e de si mesmo, por ficarmos demasiadamente tributários de epistemologias que não são universalistas, mas são apenas euroamericanas, rejeitando assim, a possibilidade de começar a ver o mundo a partir de nós próprios. Acho que esse é o grande drama do pensamento social latino-americano.

Vejo hoje com muita dor a relação entre o regime autoritário militar e o regime autoritário da democracia de mercado — porque os dois são autoritários. Havia um autoritarismo explícito que convocava à oposição da inteligência, mas hoje há um autoritarismo encapuzado — em certos aspectos — e ainda mais eficaz porque nasce niilista e termina sendo niilista. O outro levava a uma crença e a uma “contra-crença”. Esta “contra-crença” era eficaz pois também era uma crença: essa vontade de liberdade que irmanava brasileiros dentro e fora do país, ainda que as formas de luta pudessem ser completamente diferentes. Os de dentro resistiam e os de fora, a seu modo, imaginavam resistir. Hoje eu creio que o totalitarismo é pouco visto, ou, em todo caso, não é considerado como autoritarismo. Porque o próprio processo de vida acaba por esmagar toda a vontade de autonomia intelectual, as formas econômicas e políticas desse autoritarismo aparecem como indispensáveis e, para muitos, louváveis, criando uma espécie de “geleia geral”, na qual os resistentes aparecem em número relativamente limitado. Daí decorre a nossa tarefa educacional como tarefa crítica.

No mundo de hoje, a crítica tornou-se menos frequente, mas ao mesmo tempo mais fácil, porque a história vai se fazendo de modo visível. Nenhuma geração teve este privilégio, possibilidade aliás ainda não completamente realizada, de ter acesso direto e imediato à história se fazendo no planeta inteiro. Por isso, a tarefa da crítica torna-se afinal historicamente viável. Os instrumentos intelectuais de crítica passam a

ter uma veracidade e objetividade que nunca tiveram e é por isso que a própria história, a noção de história, torna-se ainda mais central, sugerindo uma volta ao marxismo. Evidentemente que a um marxismo renovado, porque nunca foi possível ao mundo contemplar, como hoje, o conjunto formado por uma totalidade empírica. A história do presente — a maneira como ela se dá e os enganos a que ela com frequência nos arrasta pela ditadura da informação — pode ser retomada através desse conhecimento da maneira particular de o mundo produzir história em cada país, em cada região, em cada lugar. Esta é a grande lição da globalização.

A tarefa que se coloca para a universidade é convidar os estudantes ao gosto pelo entendimento das raízes dos fenômenos. Eu não creio que seja difícil, é apenas uma questão de treino, ou talvez de incluir em todos os currículos, a partir do primeiro ano, em todas as disciplinas, as noções de mundo globalizado. Isso já começa a acontecer. Exemplo disto foi um convite muito gostoso que recebi do diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais para proferir a aula inaugural. Ou seja: a preocupação com a globalização é central para entender o Brasil. Os intelectuais de Estado nos dizem que temos de obedecer às normas de um mundo tal como eles escrevem. Vamos escrever de outra forma. Este é o problema, o debate atual do Brasil é esse: não dá para dar as costas à globalização, à realidade, só que ela está sendo descrita de uma maneira que considero incorreta.

Há uma confusão entre irrecusabilidade do progresso técnico e ir-

recusabilidade do processo político. Acredito que o avanço técnico não possa ser recusado, mas pode, sim, ser utilizado segundo um outro esquema. Sempre foi assim. Durante toda a história da humanidade, ocorreram progressos técnicos mas com formas políticas múltiplas. O próprio imperialismo é exemplo disso. De alguma forma havia imperialismos desiguais que se olhavam, sem obrigatoriamente se deixarem engolir, como o Império Português e o Inglês que eram diferentes, mas ambos mantinham suas colônias. Penso que, hoje, à base da ditadura do dinheiro, há uma idéia formada da utilização em mão única de um certo conjunto técnico.

Uma universidade como a USP não dispõe do seu próprio fundo de pesquisa. Esse parece ser o caso geral das universidades brasileiras, desprovidas, assim, de maior autonomia na direção do seu próprio processo de pesquisa. As maiores universidades poderiam destinar uma parte dos seus orçamentos (às vezes bem gordos em relação a congêneres estrangeiras) para a pesquisa feita a partir dela própria. Grandes idéias nem sempre necessitam de muito dinheiro. E o trabalho de faculdades críticas como as de filosofia é barato e não pode repousar o seu financiamento somente no que vem de fora, mas em recursos que sejam acionados de perto, não de longe.

É preciso aprofundar esse papel crítico da universidade, após tentar captar a história como um todo e para todos: cientistas políticos, economistas, sociólogos, antropólogos e, estou deixando para o fim mas sem nenhuma hierarquia, geógrafos

e historiadores. O dever de ofício da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas é fundamentalmente desenvolver a crítica. É importante a gente começar a brigar por isso; nosso papel é um papel de crítica, quer dizer: a faculdade é o lugar da crítica, inclusive da própria ciência.

**A ideia de intelectual,
aprendida com Sartre,
de independência total,
distanciou-me de toda
forma de militância,
exceto a das ideias.
A militância político-
partidária me assusta,
me faz medo, porque
ainda que a considere
indispensável quero ser
permanentemente sozinho**

Minha própria biografia pessoal acaba sendo decisiva para o entendimento de minha posição ideológica e política. Quer dizer, o próprio fato de ser negro e a exclusão correspondente acabam por me conduzir a uma condição de permanente vigilância. Não sou militante de coisa nenhuma, possivelmente pela forte influência do estilo francês de ser intelectual, que houve na minha formação, por mais que eu deseje me libertar dessa herança, e tão forte, razão pela qual às vezes eu o faço com certa brutalidade. Essa ideia de intelectual, aprendida com Sartre, de uma independên-

cia total, distanciou-me de toda forma de militância, exceto a das ideias. A militância político-partidária me assusta, me faz medo, porque ainda que a considere como indispensável, como também são indispensáveis os políticos, não desejo sê-lo, porque quero ser permanentemente sozinho. Embora separados, os militantes conscientes e convictos constituem um bloco de resistência.

A universidade é a única instituição que só pode perdurar se não aceitar de forma cabisbaixa as regras estabelecidas. Se eu me considero institucional, estou acabando com a minha universidade. Então ela é uma instituição *sui generis*, o que facilita o nosso engajamento mais amplo na produção de ideias para o país como um todo, e no comportamento de uma vanguarda, pois não creio que ela tenha morrido. E a gente não deve ter vergonha de exercer o papel de vanguarda. Mas, num mundo como o de hoje, as vozes isoladas têm um papel de arauto, mas não têm a força da convocação para a luta cotidiana e eficaz.

Vejo também assim o papel dos sindicatos dos professores, como, por exemplo, a Adusp, ao convocar a partir da casa, a sociedade para uma mudança! Disso nós estamos um tanto distantes, isto é, não estamos à altura da situação política do país, seja porque esperamos pelos partidos, seja porque talvez não estejamos à sua altura, pois numa crise como a atual, já deveríamos estar mais ativos. Mas como temos medo de ser chamados de vanguarda... De certa maneira, a crítica que se fez às esquerdas num dado momento foi eficaz, porque silenciou muitas vozes.

A gente tem de discutir a democracia. A democracia que a gente quer é essa que está aí? Democracia de mercado... eu não creio que seja essa. Teríamos de rediscutir a ideia de cidadania, de democracia, de liberdade mesmo. Liberdade de opinião, de criação, de poder. Eu creio que o mundo vai se encaminhar para uma situação onde os países não terão necessidade dessa contabilidade dos economistas para se acharem grandes. A grandeza do país será dada pela forma como ele se ocupa de seus habitantes, de sua população. E esse não será um mundo guerreiro. Nem mesmo a Europa de hoje, que de certo modo busca se unificar para fazer a guerra com os outros, poderá viver de outro modo. A Europa é uma máquina de guerra contra o Japão e seus satélites, contra os Estados Unidos e seus satélites e sobretudo contra o Terceiro Mundo. Será que devemos entrar nessa carreira? Para chegar no caso do Brasil, que diferença faz se somos o oitavo ou o octogésimo país do mundo? Não é isso que está em jogo. Acredito, ao contrário, que a história da qual nossa geração participa é uma história que permite pensar num mundo novo. Uma geração atrás, era impossível pensar assim, porque (voltando à inevitabilidade das técnicas) não havia as técnicas doces como elas são hoje, subordinadas ao homem pela sua própria natureza.³ Isso permite uma outra política. Agora, essa outra política não dá para esperar pelo chamado mundo, tem que ser produto de vontades nacionais. Então, não é verdadeiro dizer que só há um caminho para todos os países. As condições históricas do mundo

atual permitem já muitos caminhos e esses muitos caminhos não vão ser encontrados ao mesmo tempo, mas cada qual encontrará o seu tempo em momentos diferentes. O que se está dando, agora, ao mesmo tempo é essa vocação atual para seguir a vontade de um grupo de empresas e de países hegemônicos.

Num mundo assim feito, vejo o Brasil como um dos países que vão sair na frente. Não importa o que os governos, mundial e nacional, façam este ano ou o ano que vem. O movimento atual é de cima para baixo, mas há um outro movimento possível, um outro mundo movendo-se de baixo para cima, movimento que foi acelerado nestes três meses. Ocorreu uma enorme aceleração da história que aponta para a emergência de um novo país, a despeito da vontade de mantê-lo vinculado a um pensamento único, a um comando único, a uma idéia única, a uma economia única, a um dinheiro único e a um sistema de técnicas único. Eu creio que essa descoberta está sendo feita em toda parte. Nosso problema vem do fato de não sabermos até que ponto os homens que conduzem a nação e os partidos políticos aceitam esse tipo de ideia. Há muito medo hoje ainda, de dizer que outra coisa, diferente do que aí está, é também o Brasil, não é? Esse é que é o problema. A palavra “mundo” é usada de maneira indevida, a palavra “Brasil” é usada de maneira indevida e isso perturba a produção de um projeto alternativo. Mas vejo que este é possível. Pode-se usar de outra forma a tecnologia e mesmo o mercado, a partir do homem, e não do dinheiro como está sendo feito agora.

Notas

- 1 Professor titular do Departamento de Geografia da FFLCH. Em 1994, recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, a maior distinção dessa área acadêmica. Faleceu em 24 de junho de 2001, aos 75 anos de idade.
- 2 Publicado na *Revista Adusp* 17, de junho de 1999, este texto resultou de depoimento de Milton Santos a Zilda Márcia Gricolli Iokoi, professora da FFLCH.
- 3 O conceito de “técnicas doces” utilizado por Milton Santos aparecerá novamente no seu livro “Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal” (Record, 2000). É como ele se refere às “técnicas de informação, as quais – ao contrário das técnicas das máquinas – são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas”.

O PROGRAMA FOME ZERO E O RONCO DA CUÍCA¹

Ariovaldo Umbelino de Oliveira²

Ana Nascimento/Agência Brasil



José Graziano, Benedita da Silva e Olívio Dutra em Guaribas (PI), na época da implantação do Fome Zero

Ação central do governo federal empossado em 2003, o Fome Zero buscava implementar uma política de segurança alimentar para a sociedade brasileira e foi alvo de fortes críticas de setores conservadores. “Tem como ambição principal acabar com a fome e, sobretudo, com suas causas estruturais”, anota o autor deste artigo. “Parece acertado o conjunto de ações que fortalecem a agricultura camponesa, no entanto a reforma agrária é vista como uma política de cunho exclusivamente compensatório, o que é um equívoco e poderá acelerar o ‘ronco da cuíca’ dos movimentos sociais”, adverte

“A alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele. O público a ser contemplado nesta proposta é grande: 9,3 milhões de famílias (ou 44 milhões de pessoas) muito pobres, que ganham menos de um dólar por dia ou cerca de R\$ 80,00 por mês. Essa pobreza não é ocasional: é o resultado de um modelo perverso, assentado em salários miseráveis e que tem produzido crescente concentração de renda.

[...] Existe fome não porque faltam alimentos. Mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para poder comprá-los.

[...] Garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve, além dos aspectos econômicos e sociais, também mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do Brasil, as condições de pobreza são mantidas porque inclusive facilitam a perpetuação no poder de elites conservadoras que há séculos mandam neste país.”
(Luiz Inácio Lula da Silva, “Projeto Fome Zero – Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil”, Instituto da Cidadania – São Paulo, outubro de 2001, p. 5.)

O lançamento do Programa Fome Zero, carro-chefe do governo petista, tem provocado nos diferentes setores da sociedade brasileira comentários antagônicos. Uns elogiam porque, finalmente, o Estado assume o compromisso público de erradicar este flagelo que envergonha a todos que lutam por uma sociedade mais justa. Outros criticam porque não atende ou não reconhece interesses diversos. Assim, tem-se tornado a coqueluche da mídia e o centro das críticas dos setores conservadores da elite nacional. Abordá-lo criticamente neste momento, e refletir sobre as críticas que recebe, é também necessidade imperiosa da vida universitária.

O Programa Fome Zero constitui-

-se no programa central do governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva e busca implementar uma política de segurança alimentar para a sociedade brasileira. Tem como ambição principal acabar com a fome e, sobretudo, suas causas estruturais que estão na raiz da exclusão social. Na proposta do programa a fome é assumida como consequência e causa da pobreza. “Combater a fome, portanto, é também combater a miséria e a espiral descendente na qual ela enreda toda a sociedade, com impacto direto nas esferas da saúde, da segurança, da escolaridade, da produtividade, da infância e da juventude. Portanto, para romper com este círculo vicioso, é fundamental começar a partir da garantia de um

direito básico, que é o direito à vida — a alimentação”.

Para implantar esta política nacional de segurança alimentar e nutricional foi criado o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que atuará em três eixos básicos: “o emergencial, que inclui ações redistributivas imediatas destinadas a segmentos e regiões mergulhados em fome aguda; o mutirão cívico, voltado para fomentar restabelecimento dos laços sociais e a mobilização solidária da sociedade civil; e o estrutural e local, a ser implementado em conjunto com diversos ministérios, governos estaduais, municipais e que abarca desde a reforma agrária, apoio à agricultura familiar, construção

de cisternas e açudes, combate ao analfabetismo, reforma de moradias, bancos de alimentos e restaurantes populares, entre outras políticas”.

O MESA conta para implementar o programa com o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Segurança Nutricional (Consea). O primeiro deverá prover o programa com recursos e o segundo formulará políticas e definirá diretrizes. O Programa Fome Zero contém propostas de políticas estruturais, específicas e locais de combate à fome. São elas:

“1. As políticas estruturais de combate à fome são políticas abrangentes que objetivam atingir a raiz do problema da fome e da pobreza, tais como a má distribuição de renda, a má educação alimentar e o desemprego. São elas:

1.1. Geração de Emprego e Renda: aumento do salário mínimo; formação e incentivo ao primeiro emprego para jovens; programas de requalificação permanente, especialmente para pessoas acima de 40 anos; aumento do volume de crédito do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para investimento em produção nas pequenas empresas; e fortalecimento de agências de microcrédito solidárias.

1.2. Previdência social universal: promover programas de renda mínima, o seguro-desemprego e a ampliação do sistema de previdência e aposentadorias; a iniciativa privada deverá contribuir com o investimento na formação e incorporação ao mercado de trabalho de jovens que hoje estão excluídos socialmente e sem acesso a esses direitos.

1.3. Incentivo à agricultura familiar: política de crédito e de seguro agrícola; priorizar a produção interna e local dos alimentos; importar somente no caso de quebras de safra; pesquisa pública e assistência técnica direcionadas; incentivo a cooperativas de produção e comercialização; e pagamento de renda ambiental nas áreas de preservação.

1.4. Intensificação da reforma agrária: garantir a função social da propriedade; distribuição e ampliação das fontes de renda; e incentivo ao autoconsumo alimentar.

1.5. Bolsa Escola e Renda Mínima: auxílio às famílias pobres com filhos em idade escolar.

1.6. Segurança e qualidade dos alimentos: controle preventivo e implantação de um sistema de informações e vigilância da segurança dos alimentos; incentivo e divulgação das pesquisas de prevenção de riscos alimentares; exigência de informações nos rótulos de alimentos sobre sua origem e riscos de produtos transgênicos; e controlar a entrada no país de alimentos transgênicos.

2. As políticas específicas de combate à fome são:

2.1. O programa brasileiro de cartão-alimentação: fornecer crédito que deve ser utilizado na compra de alimentos ou mediante comprovação posterior via recibos ou notas fiscais; implantar mecanismos de contrapartida para os atendidos pelo Programa Cartão-Alimentação-PCA em relação à frequência a cursos de alfabetização e à rede de saúde, requalificação profissional ou prestação de serviços comunitários.

2.2. Apoio à ampliação da merenda escolar: elevar teores calórico e nutricional da merenda; estender o atendimento para os irmãos de escolares e para a rede infantil, especialmente nos municípios mais pobres; utilizar produtos regionais na composição da merenda; apoio técnico aos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar.

3. Políticas locais de combate à fome: o Programa Fome Zero respeita a diversidade cultural de cada região do país, promovendo a integração e a adaptação de experiências conforme o perfil do município. As políticas locais podem ser implantadas pelos estados e municípios, a grande maioria em parceria com a sociedade civil. São basicamente programas já em funcionamento com relativo sucesso e que devem ser fomentados pelo governo federal. A proposta é criar Sistemas Municipais de Segurança Alimentar, coordenados por órgãos específicos e integrando as diversas ações dos governos municipais no atendimento ao Direito Humano à Alimentação.

3.1. Nas áreas rurais desenvolver:

3.1.1. Apoio à agricultura familiar: a Prefeitura deve se aproximar dos agricultores familiares e com ações práticas dar toda força a seu crescimento. A primeira medida é priorizar a compra de alimentos dos agricultores familiares para a merenda escolar, hospitais, creches, quartéis, restaurantes populares, etc.; direcionar a assistência técnica para melhorar e aumentar a produção familiar; e auxiliar os agricultores na obtenção do crédito do Pronaf, especialmente os que tenham menos capital, apoiar e incentivar a formação de

cooperativas e associações de produção, comercialização e microcrédito.

3.1.2. *Apoio à produção para consumo próprio*: a Prefeitura também precisa oferecer os espaços públicos tradicionais da cidade (feiras e varejões) para venda direta da produção e intermediar os contatos com empresas que se interessam por produtos regionais; executar obras de infraestrutura como pontes, estradas rurais, açudes e balcões de armazenagem; e apoio à produção para autoconsumo através da formação de bancos de sementes, insumos, ferramentas e matrizes de pequenos animais.

3.2.1. *Banco de Alimentos*: criar um Banco de Alimentos semelhante ao das grandes cidades, mas com escala de atuação menor. Os Bancos de Alimentos atuam recebendo doações de produtos que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas que mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais, não oferecendo qualquer risco ao consumo humano. Esses produtos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e fornecem gratuitamente refeições.

3.2.2. *Parcerias com varejistas*: estabelecer parcerias com grupos de varejistas locais (feirantes, mercearias e pequenos comércios) para instituir sistema de compras em comum, diminuindo o monopólio das grandes redes de supermercados.

3.2.3. *Novo relacionamento com a rede de supermercados*: tanto os supermercados como as prefeituras têm a ganhar com o estabelecimento de parcerias. A realização de trabalhos conjuntos dá credibilidade e respeito

aos empresários de distribuição, garantindo fluxo constante de clientes e crescimento nas vendas. O apoio dos supermercados pode se dar em três frentes importantes, a saber: na comercialização de produtos da agricultura familiar local, por meio da montagem de espaços específicos de exposição, degustação e venda.

3.2.4. *Agricultura urbana*: implantar um programa dirigido ao fortalecimento de pequenos e médios produtores urbanos de alimentos (hortas urbanas), de refeições prontas e principalmente à qualificação do pequeno varejo.

3.3. *Nas Metrôpoles desenvolver*:

3.3.1. *Restaurantes populares*: criação de restaurantes populares que forneçam refeições a preço de custo. Os Restaurantes Populares são estabelecimentos que comercializam refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, com a qualidade assegurada, e a preços acessíveis à população de baixa renda. É papel do MESA incentivar a instalação de Restaurantes Populares em municípios de médio e grande porte. Com isso, espera-se criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa. A medida vai beneficiar segmentos mais vulneráveis, como trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados e moradores de rua.

3.3.2. *Parcerias com varejistas*: uma maneira de consolidar parcerias com os varejistas é oferecer o apoio das centrais públicas de abastecimento, compras e distribuição para as operações de pequenos comerciantes. Cabe ao po-

der público organizar e facilitar a integração de varejistas atuantes em cooperativas ou associações para que eles possam competir em igualdade com as grandes redes de supermercados. Esses pequenos comerciantes seriam treinados para que pudessem trabalhar melhor e oferecer produtos melhores e mais acessíveis às populações de áreas mais pobres.

3.3.3. *Modernização dos equipamentos de abastecimento*: modernizar os equipamentos de abastecimento como varejões, sacolões, comboios e compras comunitárias são alternativas viáveis, assim como baratear a alimentação nas áreas urbanas. Conjuntamente, incentivar a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias das regiões metropolitanas. Estas podem dar apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas que ficam obrigados a comercializar produtos da cesta básica e outros gêneros alimentícios a preços mais baratos [sic].

3.3.4. *Novo relacionamento com as redes de supermercados*: estabelecer nova relação com as redes de supermercados, rompendo a excessiva concentração no varejo e tornando-os verdadeiramente parceiros na política de segurança alimentar. A população de baixa renda utiliza muito essas redes, assim, a implantação de programas como o Cartão-Alimentação pode obter bons resultados, pois amplia o universo de clientes. As redes também são fundamentais para a comercialização de alimentos regionais e originários dos programas de reforma agrária e agricultura familiar”.

A estratégia de implantação do Programa Fome Zero foi gestada a partir de uma concepção distinta daquela que foi desenvolvida nos últimos oito anos do governo FHC, ou seja: era preciso romper definitivamente com “a ilusão de que bastava abrir a economia para construir um Brasil forte e moderno”, a qual “fragmentou o tecido social”. “Um Brasil pequeno formado por um mosaico de ilhas de excelência ficou mais forte, rico e cosmopolita. Mas a nação como um todo tornou-se menor, mais fraca, dependente e vulnerável. A trajetória do passado, portanto, precisa ser corrigida para que não condicione o futuro e permita redesenhar um amanhã que não seja a mera repetição de ontem” (José Graziano da Silva, ministro extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, jornal *O Estado de S. Paulo*, 26/3/2003, p. A2).

Portanto, a estratégia escolhida foi a implantação do Cartão-Alimentação. E a escolha, afirmou o ministro Graziano, decorreu exclusivamente da urgência, pois “o presente não pode esperar: há um estoque de urgências que bate à nossa porta e intima nossa consciência. Por isso, hoje, a nova política social contém necessariamente um componente emergencial. O Cartão-Alimentação do Fome Zero é isso” (idem). Mas, insiste o ministro, o programa é muito mais do que isso, ele é apenas uma das 60 ações previstas no Plano Plurianual 2004/7. Ele inclui também, já neste início, o combate ao analfabetismo, a construção de cisternas no semiárido visando ajudar o sertanejo no convívio com a seca e o fomento à

agricultura familiar, a intensificação da reforma agrária, o seguro-renda, e o primeiro emprego.

Dessa forma, pensa o ministro romper com “o assistencialismo mitigatório predominante até aqui”. Então, torna-se necessário construir um caminho sustentável para o futuro, pois nas palavras do ministro Graziano “durante anos, no Brasil, a questão social foi um caso de polícia”. “Mais recentemente, tornou-se substrato do assistencialismo compensatório. Chegou a hora de credenciá-la como marco regulador de um novo padrão de crescimento com justiça social” (idem).

O cartão de plástico, meio de acesso aos recursos do Cartão-Alimentação, passou a ser, ele mesmo, alvo das críticas. Forma e conteúdo passaram a ser confundidos propositalmente. Manchetes implacáveis: “Até agora, comida zero para o Fome Zero”, escreveu o *Estado*

A mídia tem sido o lugar privilegiado do debate político sobre o programa. Representantes das elites econômicas fazem coro na tentativa de formar na opinião pública uma imagem de que o governo Lula não

tem plano nem direção. Pressionado, o governo Lula tratou de efetivar o lançamento do programa nas pobres cidades de Guaribas e Acauã no semiárido nordestino do Piauí. Mais críticas e mais oposição.

O cartão de plástico, instrumento de acesso aos recursos do Cartão-Alimentação, passou também a ser, ele mesmo, alvo das críticas. Forma e conteúdo passaram a ser propositalmente confundidos. Manchetes implacáveis: “Até agora, comida zero para o Fome Zero” escreveu o jornal *O Estado de S. Paulo* na edição de 11/3/2003, p. A6. Afinal, as elites conservadoras não podem permitir que qualquer proposta de políticas públicas que lhes escape ao controle, ou que comece a promover a emancipação dos trabalhadores, dê certo.

Para melhor entender esse quadro, basta observar a postura “altruísta” de representantes das elites freneticamente querendo tomar carona na mídia: o caso do cheque da modelo famosa é exemplar³; o caso dos empresários que de repente se “sensibilizaram” com o flagelo da fome no país também. Parece que agora todos querem ajudar, querem se comprometer com esta política pública. Se é efetivamente verdade esta nova “comoção” nacional, por quê, então, a mídia impressa continua a mandar “uma no cravo e muitas na ferradura”?

Talvez porque a proposta retira daqueles que sempre viveram da miséria alheia a possibilidade futura de sua continuação. Talvez porque o programa “roube” do mundo das religiões os rebanhos de pobres, e os exércitos de “pasto-

res” carismáticos vislumbram um futuro sem a possibilidade de realizarem suas formas de dominação. Ou talvez porque as elites estão se dando conta de que o governo Lula poderá se constituir em uma inflação na política nacional e mundial, afinal a proposta tem a possibilidade de viabilizar a emancipação dos pobres.

Assim, as críticas foram surgindo. Zilda Arns Neumann, coordenadora nacional da Pastoral da Criança e membro do Consea, “desaconselha reinventar a roda” (*O Estado de S. Paulo*, 14/3/2003, p. A6) e sugere que “a Bolsa-Escola precisa ser ampliada e ter seu valor aumentado, assim como a Bolsa-Alimentação, porque atendem a famílias que têm crianças, e elas são prioritárias” (idem). Para ela o combate à pobreza precisa de programas que tenham como meta fazer com que as famílias assumam compromissos com a educação e com saúde das crianças. Apenas entregar alimentos, mesmo que emergencialmente, traz efeitos por ela considerados nocivos: “Quem só recebe, fica mais pobre, porque acaba sempre esperando receber mais. Se a Pastoral começar a distribuir alimentos, por exemplo, as mães deixam de trazer suas crianças e aparecem apenas para receber sacolas.” Seu medo principal parece ser a não continuidade dos programas existentes: “não é muito fácil implantá-los e é muito fácil destruí-los”, adverte, e ameniza afirmando que “é natural que as pessoas queiram apresentar suas ideias e inovar, mas o bom administrador sabe olhar o que está funcionando” (idem).

Dom Mauro Morelli, bispo católico de Duque de Caxias-RJ e também membro do Consea, escudado em sua militância na luta pelo direito ao alimento e à nutrição, preservou o ministro Graziano e lançou farpas em outro integrante do governo Lula: Frei Beto: “Segundo a mídia, o projeto Fome Zero estaria afundando depois de dois meses e meio de inauguração do novo governo. Além da burocracia que amargura a vida dos governantes e muito mais do povo, nos palácios se aninham as víboras das intrigas e maledicências. Rixas e disputas de poder solapam projetos e fazem ruir as esperanças do povo. O bom ministro do combate à fome foi empurrado pelos seus assessores mais diretos para o caminho que percorreu. De modo especial, gostaria de entender por que o assessor religioso do presidente se meteu numa seara onde jamais trabalhou. Com o aprendizado do tempo da UNE, nada mais vai conseguir do que inventar a roda e atropelar não só o ministro, mas toda a sociedade brasileira!” (Mauro Morelli, artigo “O Caminho das Pedras” in *Folha de S. Paulo*, 15/3/2003, p. A4).

Parece que muito mais do que divergências eclesásticas, estão em jogo divergências políticas na condução das políticas públicas. Por isso sugere que o programa volte à sua proposta tida como original. “Se o presidente quiser ver a proposta avançar e o povo curtir a vida com dignidade e esperança, sugiro que retome a proposta original. Que o Consea tenha autonomia e instrumentos para conduzir amplo diálogo que culmine em uma conferên-

cia nacional de segurança alimentar sustentável. Definidas as diretrizes, metas e prioridades da promoção do direito humano básico ao alimento e à nutrição, crie-se então a secretaria nacional de segurança alimentar para cuidar do processo de planejamento e da articulação das parcerias com os outros ramos e níveis do poder e das organizações da sociedade civil. A vitória de Lula tem de se transformar numa autoestrada de participação e de cidadania. Coisa mais sem graça e perigosa, um governo ciumento e fechado sobre si mesmo” (idem).

Estão assim em jogo dois caminhos para implementação do programa: um que passa pela sociedade civil e outro que se implementa por ações de órgãos do Estado e também da sociedade civil. Carlos A. Sardenberg foi direto à questão criticando a segunda opção: “Filantropia, entre o público e o privado, **o programa Fome Zero tem um viés estatizante e equivocado**. Quem deposita dinheiro nas contas do Fome Zero certamente age bem como indivíduo. Mas, de um ponto de vista mais amplo, não é a melhor política de assistência aos necessitados. Com isso, há uma espécie de estatização da filantropia e se entrega à máquina do governo — cuja lentidão tem sido alvo das reclamações do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva — uma atividade que poderia ser mais bem desempenhada por centenas de instituições particulares. Na dúvida, façam como dona Zilda Arns, da Pastoral da Criança, que atende mensalmente 1,135 milhão de famílias: ‘Quando temos alimentos, pedimos à Caritas

e aos Vicentinos que distribuíam; se começarmos a fazer isso, o trabalho da Pastoral acaba.’ A recomendação vale muito mais para o governo e para o setor privado” (*O Estado de S. Paulo*, 17/3/2003, Caderno de Economia).

Outro tipo de crítica ao Programa Fome Zero nasce na universidade. Maria Hermínia Tavares de Almeida ancorou suas críticas em um estudo que “parece estar à frente de tudo o que se produziu sobre a temática até hoje”, pois a “pesquisa realizada por Carlos Augusto Monteiro, da USP, com base nos dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar, do IBGE, mostra que os adultos vítimas de fome crônica representariam 4% da população adulta; as crianças com sintoma de desnutrição corresponderiam a pouco mais de 10%.” (*O Estado de S. Paulo*, 2/3/2003, p. A2).

Assim, para ela, em um país onde “a fome é reduzida” o governo deveria aclarar a relação entre o Fome Zero e a “rede de proteção social” do governo FHC. Afinal, a conclusão é minha, ele teria feito muito pelo social. “Tem mais. Por estratégia eleitoral ou puro desconhecimento, não se definiu, no documento de 2001, a relação do Fome Zero com o conjunto de iniciativas efetivadas no governo Fernando Henrique Cardoso, sob o nome de rede de proteção social, que consumiram algo em torno de R\$ 7,7 bilhões em 2002 — excluída a previdência rural” (idem). Como se vê, aqui na USP também continua a ação subliminar da construção do arco de proteção ao governo de FHC. O povo sempre tem razão: o ataque sempre foi a melhor defesa.

Conforme o Censo Agropecuário de 1996, estabelecimentos rurais com área inferior a 100 hectares responderam por mais de 50% do volume da produção, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares responderam por apenas 21,2% da produção

A situação da agricultura brasileira na atualidade é muito preocupante. Ao contrário do que alardeia a mídia estimulada pelos sucessos localizados do agronegócio, exaltando crescimento da safra de grãos com seus milhões de toneladas, deixando propositadamente de lado os indicadores da produção dos principais alimentos que chegam à mesa dos trabalhadores brasileiros. Os dados do IBGE referentes a 2000 e 2001 revelam que a produção do arroz em casca caiu 9%, o feijão 20% e a mandioca 2%. Quanto à produção em 2002, o arroz ficou com 10,8 milhões de toneladas, inferior ainda às 11,1 milhões do ano de 2000. A produção do feijão conheceu o mesmo processo: a subida na produção de 2002, para 3,1 milhões de toneladas, praticamente empatou com a produção de 2000. O cenário é crítico e cabe uma pergunta ao ministro Graziano: quem vai produzir os alimentos que

o Cartão-Alimentação vai estimular comprar?

Em meu entendimento, vários pontos do Programa Fome Zero precisam ser ainda mais esclarecidos, e entre eles está a questão da compreensão sobre quem produz alimentos na agricultura brasileira. Os dados disponíveis do último Censo Agropecuário do IBGE, de 1995/6 (lamentavelmente entre os cortes no orçamento do governo FHC foi incluída também a verba para realização do Censo de 2000/2001, que, assim, não foi feito⁴), revelam que os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares foram responsáveis por mais de 50% do volume de produção, embora ocupassem menos de 20% da área rural. Aliás, produziram 46,5% do valor da produção agropecuária daquele ano agrícola. Enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que ocupam quase a metade das terras do país, foram responsáveis por apenas 21,2% do valor da produção.

Portanto, parece acertado o conjunto de ações que fortalecem a agricultura realizada pelos milhões de camponeses no Brasil. Entretanto, parecem tênues as ações voltadas para a reforma agrária. Afinal, ela abriria de forma significativa a ampliação da produção e consequente oferta na produção de alimentos no país. Não é demais lembrar novamente que o tópico referente à reforma agrária no programa fala apenas em “garantir a função social da propriedade; distribuição e ampliação das fontes de renda; e incentivo ao autoconsumo alimentar”. Ou seja, o programa parece apenas reconhecer a reforma agrária como uma política compensatória,

por meio da qual se produz somente para o autoconsumo.

Este aparente equívoco, a meu juízo, pode reservar para um futuro próximo também o levante dos Sem Terra. Os movimentos sociais, sobretudo MST, CPT, MPA etc. de há muito reivindicam políticas agrícolas que reconheçam o efetivo papel que a agricultura camponesa desempenha no país. A aparente evidência desta constatação abre espaço para que os movimentos sociais continuem suas ações reivindicatórias. Ou o ministro Graziano continua a esclarecer o Programa Fome Zero, ou a cuíca

continuará a roncar no campo e na cidade como nos versos de João Bosco e Aldir Blanc:

*Roncou, roncou,
roncou de raiva a cuíca,
roncou de fome ...
alguém mandou,
mandou parar.
— A cuíca é coisa dos home.
A raiva dá pra parar, pra interromper.
A fome não dá pra interromper.
A raiva e a fome é coisa dos home.
A fome tem que ter raiva pra interromper.
A raiva é a fome de interromper.*

*A fome e a raiva é coisa dos home,
é coisa dos home,
é coisa dos home,
a raiva e a fome
mexendo a cuíca
vai ter que roncar⁵*

Penso que com o ronco da cuíca dos movimentos sociais, por certo o Programa Fome Zero e o governo Lula caminharão na direção da implantação de políticas públicas emancipatórias.

Que o início do outono de 2003 permita nascer as flores já na próxima primavera, apesar da reação das elites.

Notas

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 29, de abril de 2003, que procurou fazer uma apreciação de conjunto do início do primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva, iniciado em janeiro daquele ano.
- 2 Professor Sênior do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, Ari, como era chamado, faleceu em 2 de agosto de 2025, quando retornava de uma atividade de campo.
- 3 Em 18 de março de 2003, a modelo Gisele Bündchen depositou na Caixa Econômica Federal, em favor do Fome Zero, a quantia de R\$ 50 mil. No entanto, o anúncio da doação ocorrera em janeiro.
- 4 De lá para cá, foram realizados pelo IBGE apenas dois censos agropecuários: em 2006 e 2017.
- 5 “O Ronco da Cuíca”, canção lançada no disco “João Bosco - Galos de Briga”, de 1976.

COTAS RACIAIS NA USP, UM DEBATE ATROPELADO E “OPERAÇÃO ABAFA”¹

Kabengele Munanga²

Daniel Garcia



Homenagem a Kabengele em evento sobre ações afirmativas realizado em 2012

“Não sei que forças ocultas ajudaram a arrefecer o debate iniciado em 1995, pois o reitor [Jacques] Marcovitch, com plena consciência e grande sensibilidade quanto à questão ‘racial’ no Brasil, não se empenhou o suficiente. Seu sucessor, Adolpho Melfi, não quis tocar no assunto. Alguns veem na política de cotas a possibilidade de uma fratura da sociedade. Outros confessam que têm medo, mas medo de quê? De errar ou de acertar? Uma sociedade que quer mudar não deve ter medo de conflitos, pois não há mudança possível sem erros e sem conflitos”

Tudo começou em 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, quando o professor Flávio Fava de Moraes, então reitor, nomeou através de uma portaria interna uma Comissão de Políticas Públicas encarregada de pensar e organizar um programa de atividades e ações comemorativas desse evento. Essa comissão, presidida pelo professor Jacques Marcovitch, então pró-reitor de Cultura e Extensão, foi composta dos professores Antônio Junqueira de Azevedo e João Baptista Borges Pereira (coordenadores), então diretores da Faculdade de Direito (FD) e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Edson dos Santos, da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Maria Dora Genis Mourão, da Escola de Comunicações e Artes (ECA), Roseli Fischmann, da Faculdade de Educação (FE), Ronilda Ribeiro, do Instituto de Psicologia (IP), Zilda Márcia Gricoli Iokoi e Kabengele Munanga, da FFLCH. A Comissão contava também com a participação de convidados de fora da USP, dentre eles os professores Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Henrique Cunha Jr., da Universidade Federal do Ceará (UFC), Helio Santos, da PUC de Campinas, Antonio Carlos Arruda

da Silva, presidente do Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, e Luiz Carlos dos Santos, representante do Núcleo da Consciência Negra da USP. Em que consistiu o trabalho da Comissão?

Organizada em grupos de trabalho temáticos que contaram com a colaboração de outros especialistas convidados, a comissão se deu como tarefa principal fazer um levantamento para o diagnóstico dos indicadores da exclusão social que afeta os cidadãos de ascendência africana no Brasil e formular recomendações para a busca de políticas públicas de superação, no âmbito da USP e da sociedade em geral, visando à melhoria nos setores da vida nacional em que se destaca a exclusão, como educação, mercado de trabalho, saúde, mídia, questão da mulher negra, comunidades quilombolas, pesquisas sobre o negro, representação do negro na política, violência contra negros, entre outros. Esse levantamento-diagnóstico foi realizado no decorrer de todo o ano de 1995, acompanhado por reuniões mensais regulares durante as quais foram analisados e discutidos os resultados de cada grupo temático, sob a vigilância e serena coordenação do professor Jacques Marcovitch, assistido pelos professores João Baptista Borges Pereira e

Antônio Junqueira de Azevedo. As diversas conclusões dos grupos temáticos foram reunidas num relatório final cuidadosamente elaborado pelo professor Marcovitch. Intitulado “Documento: uma jornada pela justiça”, gentilmente me foi cedido por ele para fazer parte do corpo do livro *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*, por mim organizado (Edusp, 1996).

Paralelamente a esse esforço, foram realizados no âmbito dessa comemoração alguns cursos de difusão e extensão e seminários, com a finalidade de conscientizar a sociedade sobre a situação do afrodescendente e não apenas uma simples comemoração da luta e da morte de Zumbi, que por ato do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi decretado Herói Negro dos brasileiros. Entre esses, o curso “Raça e Diversidade”, ministrado pelo Departamento de Antropologia da FFLCH sob a coordenação dos professores Lília Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiroz, cujos textos resultaram na publicação de um livro com o mesmo nome, organizado por ambos (*Raça e Diversidade*, Edusp, 1996) e um seminário internacional por mim organizado e coordenado intitulado “Políticas e Estratégias de Combate à Discriminação Racial”, que também resul-

tou na publicação de um livro com o mesmo nome (Edusp, 1996).

Enquanto tudo isso estava sendo feito, os membros do Núcleo da Consciência Negra da USP (composto por estudantes) começaram a reivindicar a implementação em nossa universidade de uma política de ação afirmativa para ingresso através das cotas raciais. Manifestações realizadas em frente ao prédio da Reitoria, materializadas pela queima de pneus, pichações e palavras de ordem tais como “cotas” e “indenização já”, constituíam os meios de pressão para que a Reitoria iniciasse um processo de debate sobre cotas no âmbito da USP. Diante dessa pressão, alguns membros da Comissão pensaram que já estava na hora de iniciar essa discussão no âmbito de suas prerrogativas puramente consultivas. Pessoalmente, cheguei até a sugerir que se fizesse um estudo preliminar para tal debate, a partir de um estudo histórico embasado na experiência das cotas nos países que as implementaram, como Índia e Estados Unidos, considerando o balanço crítico feito nesses países tanto pelos defensores como pelos detratores dessa política. Esse estudo ajudaria, pensava eu, para não correr-se o risco de cometer certos erros, mesmo consciente de que na história da humanidade nenhum povo inventou sozinho a totalidade de suas soluções e que o Brasil poderia muito bem inspirar-se nas práticas que tiveram êxito em outros países, se essas fossem bem interpretadas e readaptadas a suas realidades antes de apropriar-se delas. Infelizmente, minha sugestão ficou apenas registrada na ata da memória da reunião.

O professor Jacques Marcovitch, uma vez eleito e nomeado reitor da USP pelo governador do Estado, quis recuperar esse trabalho do qual participou intensamente, ao nomear uma Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra no âmbito da Reitoria da USP, embora as prerrogativas dessa comissão fossem apenas consultivas. Presidida pelo professor João Baptista Borges Pereira, a comissão compreendia, além do seu coordenador, os professores José Martins de Souza, o saudoso Teófilo de Queiroz Jr., Edson Moreira e Kabengele Munanga.

Do meu ponto de vista, as mínimas condições estavam reunidas para que a USP iniciasse um debate sério sobre as políticas de ação afirmativa com corte racial. A própria comissão já estava preparando o terreno, apesar da falta de consenso entre seus membros, pois um pensava que discutir cotas não é função da universidade. Não sei que forças ocultas ajudaram a arrefecer o debate, pois o professor Marcovitch, com plena consciência e grande sensibilidade quanto à questão “racial” no Brasil, não se empenhou o suficiente para que tal debate acontecesse. Seu sucessor, o professor Adolpho José Melfi, manifestamente não quis tocar no assunto até o fim do seu mandato. No entanto, reconduziu a Comissão, que foi ampliada com os nomes dos professores José Reginaldo Prandi, Lilia Moritz Schwarcz e Antônio Sergio Guimarães. A única novidade foi o censo étnico dos estudantes na USP, que foi realizado pelos professores Antônio Sergio Guimarães e Reginaldo Prandi (do Departamento de Sociologia da FFLCH).

O resultado desse censo só confirmou o que já se sabia, ou seja: a subrepresentação do segmento afro-descendente na população estudantil da USP, que é de apenas 8,3% do total, percentagem inferior às das universidades públicas do sul do Brasil, onde demograficamente o negro é menos representado que no Estado de São Paulo, com 27% da população total. A mim me parece que o debate sobre cotas na USP foi arrefecido por forças políticas que não dependem apenas dos reitores, mas também do Conselho Universitário, dos diretores das faculdades, das congregações e departamentos onde se esfacela o poder político da USP. Iniciativas oriundas desses órgãos teriam certamente estimulado um verdadeiro debate sobre cotas. Desconheço debates nesse sentido, a não ser opiniões isoladas e fabulações dos que pensam que as cotas racializariam o Brasil, um país por definição mestiço!

Defendemos uma política capaz de cruzar ações universalistas com ações afirmativas focadas. O que se busca pela política de cotas para negros e indígenas não é ter direito às migalhas, mas sim acesso ao topo em todos os setores de comando na vida nacional

Surpreendentemente, em 2006, na administração da reitora Suely Vilela, surgiu a proposta de uma comissão cujos trabalhos desembocaram no projeto de Inclusão Social da USP (Inclusp). Novamente a USP, que foi o maior “cérebro” da Escola Paulista de Sociologia, que desmistificou a ideia de democracia racial brasileira através das pesquisas lideradas pelo eminente sociólogo Florestan Fernandes, com a participação dos também grandes estudiosos Octávio Ianni, Oracy Nogueira, Fernando Henrique Cardoso e João Baptista Borges Pereira, evitou enfrentar publicamente o debate sobre cotas raciais. De novo a operação abafa e atropelamento! Porém, diante das pressões do movimento negro e dos exemplos das universidades públicas de peso como a UnB, a UFBA, a Unifesp, as universidades federais do Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná), entre outras, precisou-se mostrar para a sociedade que a USP também entrou na política de ação afirmativa. Mas como?

A grande inovação do Inclusp está num sistema de pontuação acrescida para alunos de rede pública, com um bônus de 3% na nota final do vestibular. De acordo com as simulações feitas com base nos dados da Fuvest de 2006, estima-se que o número de ingressantes oriundos da escola pública poderia passar de 23,6% para 30%. Em quanto tempo? São apenas projeções a serem comprovadas. Dizia-se no documento preparatório que a USP “buscará trabalhar a diversidade, reconhecendo a heterogeneidade das condições dos candidatos/alunos, procurando elevar o nível da formação, de modo a

não reproduzir a desigualdade presente no ingresso”. De que igualdade se trata, pois o documento evita sistematicamente tocar nas desigualdades raciais acumuladas pela população afrodescendente, desigualdades essas engendradas pelo racismo à brasileira?

Baseando-se somente nas diferenças econômicas, a proposta do Inclusp deixou de contemplar as flagrantes desigualdades em matéria de educação entre populações brancas e negras, praticamente desqualificando os resultados das pesquisas quantitativas do IBGE e do IPEA, que mostram que nos últimos 120 anos o abismo em matéria de educação entre os dois segmentos étnicos não recuou, apesar da melhoria geral registrada. Daí a defesa de uma política de ação afirmativa focada diante de uma política universalista ineficiente. Ou seja, o que defendemos é a implementação de uma política capaz de cruzar ações universalistas com ações afirmativas focadas. O campo da educação não nos deixa com dúvidas sobre a urgência de uma política focada.

O que se busca pela política de cotas para negros e indígenas não é ter-se direito às migalhas, mas sim ter acesso ao topo em todos os setores da responsabilidade e de comando na vida nacional onde esses dois segmentos não são devidamente representados como manda a verdadeira democracia. A educação e formação profissional, técnica, universitária e intelectual de boa qualidade representa a única chave e a garantia de competitividade entre todos os brasileiros. Neste sentido, a política de cotas busca a inclusão daqueles

brasileiros que, por razões históricas e estruturais que têm a ver com nosso racismo à brasileira, encontram barreiras que somente a educação e formação superiores podem em parte remover. Infelizmente, alguns invertem a lógica da proposta e veem na política de cotas a possibilidade de uma fratura da sociedade. Outros confessam que têm medo, mas medo de quê? De errar ou de acertar? Uma sociedade que quer mudar não deve ter medo de conflitos, pois não há mudança possível sem erros e sem conflitos, penso eu.

Alguns obstáculos propositalmente colocados sobre as chances de sucesso das políticas de cotas se fizeram entender desde o início do processo em 2002. Felizmente, no decorrer do tempo e do processo, foram eliminados um a um pela própria prática e experiência das cotas nas universidades que as adotaram. Dizia-se no início que era difícil definir quem é negro ou afrodescendente por causa da intensa miscigenação ou mestiçagem ocorrida no país desde o seu descobrimento. Falsa dificuldade, porque a própria existência da discriminação racial antinegro é prova de que não é impossível identificá-lo. Existem evidentemente casos-limite, que mereceriam uma atenção desdobrada para não se cometerem erros humanos, casos esses que dependem em parte da autoidentificação dos candidatos, com direito ao recurso. Na verdade, não houve dúvidas sobre a identidade da maioria dos estudantes que ingressaram na universidade através das cotas.

Disseram também que a política das cotas violaria o princípio

do mérito baseado no darwinismo social, segundo o qual na luta pela vida os melhores devem ganhar. Pois bem, os melhores são aqueles que possuem armas mais eficazes, que em nosso caso seriam alunos oriundos dos colégios particulares mais bem abastecidos. Os outros, que socialmente não nasceram com essas possibilidades, que se conformem! Finalmente, alegou-se que a política das cotas iria prejudicar o princípio de excelência muito caro para as grandes universidades.

Mas, felizmente, também as avaliações feitas sobre o desempenho dos alunos cotistas, na maioria das universidades que aderiram ao sistema, não comprovou a catástrofe. Surpreendentemente, para os contrários ao sistema, os resultados do rendimento acadêmico desses alunos foram iguais e até mesmo superiores. Nem tampouco baixou o nível de excelência dessas universidades.

Pessoalmente, não acredito que o projeto Inclusp vai tirar os ne-

gros da situação de quase invisibilidade em que se encontram nos cursos da USP³. Na minha experiência de trinta anos como professor na FFLCH, nunca tive mais de cinco alunos negros numa turma de mais de 100 alunos. Desafiaria qualquer colega a provar o contrário. Não sei como seria a situação nas áreas biológicas, médicas, ciências exatas, etc., mas não creio que seja melhor que na área das humanidades, “reputadas” como as mais acessíveis.

Notas

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 47, de junho de 2010.
- 2 Professor titular do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP. Em junho de 2023, recebeu o título de Professor Emérito da FFLCH. Na ocasião, ao agradecer à homenagem, Kabengele teceu uma crítica pontual à postura adotada pela USP no início do século 21 no tocante às políticas afirmativas. Depois de ressaltar o fato de a instituição haver assumido a “vanguarda intelectual” na discussão da questão racial no Brasil (com Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros), e de haver “ensaiado um passo promissor”, em 1995, ao formar uma comissão “para elaborar políticas públicas para a população negra” (episódio tratado neste artigo), Kabengele apontou um retrocesso no comportamento da universidade. “Mas quando entramos na última fase, que se inicia no fim do século 20, início do século 21, a USP renunciou à sua posição de pioneira e vanguarda intelectual, para assumir uma postura conservadora, presa ao darwinismo social dominado pelo discurso da defesa do mérito, da qualidade e da excelência, diante da exclusão do universo universitário de milhões de jovens de ascendência africana, indígenas e brancos pobres, oriundos da escola pública”, afirmou. “Politicamente a USP se fechou e se recusou a enfrentar os debates sobre cotas que se desenrolaram nos últimos quase vinte anos”. Vide reportagem “Ao receber título de Emérito, Kabengele diz que USP dobrou-se ao darwinismo social; em agressiva ‘fala do trono’, Maria Arminda polemiza com homenagem”, *Informativo Adusp Online*, 15/6/2023 (<https://adusp.org.br/universidade/kabengele-emerito/>).
- 3 Cotas étnico-raciais e para estudantes de escolas públicas seriam finalmente adotadas pela USP, por decisão do Conselho Universitário, em reunião realizada em 4 de julho de 2017. Vide reportagem “Co aprova cotas étnico-sociais com apoio hesitante do reitor”, *Informativo Adusp Online*, 22/8/2017 (<https://adusp.org.br/defesa-da-universidade/usp-democratica/co-aprova-cotas-etnico-sociais-com-apoio-hesitante-do-reitor/>).

A USP NOS ARQUIVOS DO DOPS¹

Beatriz Vicentini²

Jorge Maruta/USP

Jorge Maruta/USP



Lineu Prestes, Orlando Paiva e Miguel Reale, reitores da USP que colaboraram ativamente com a polícia política

A colaboração com órgãos de segurança do Estado sempre foi objeto de indignação da sociedade. Uma Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa buscou investigar a abrangência da prática adotada pela Reitoria da USP, especialmente nos anos subsequentes ao golpe de 1964. Abertos os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o quadro que se desenha é muito mais grave: a colaboração da Reitoria não ocorreu tão somente após 1964. Ela se constituiu em prática institucionalizada desde 1950. Nomes, situações, datas, assinaturas confirmam isso

A data é 24 de julho de 1948. A assinatura do ofício, com timbre da Reitoria da Universidade de São Paulo, é do reitor de então, Linneu Prestes, dirigindo-se ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, Nelson de Aquino³. No primeiro dos documentos localizados nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP), envolvendo órgãos oficiais da USP e a colaboração com órgãos policiais, o registro que, durante anos, iria se tornar regra: o envio da relação nominal de docentes da instituição, por caminhos oficiais, de forma que o Serviço Secreto do DOPS pudesse observá-los, qualificá-los, registrar suspeitas e acusações.

Deste primeiro encaminhamento, indicado pelo reitor como “relação nominal dos catedráticos, livres-docentes e assistentes dos estabelecimentos de ensino superior, integrados nesta Universidade”, constam nada menos que 17 laudas, em que os professores são identificados por suas faculdades de origem. Menos de um mês depois, em 7 de agosto de 1948 — e vale lembrar que em 1948 o PCB já tivera suas atividades canceladas e seus parlamentares cassados —, o documento é encaminhado ao Serviço de Informações, apenas com uma assinatura não identificada do encarregado. Checados os nomes dos catedráticos, dos arquivos do DOPS emergem acusações a 35 professores, classificados como “ex-integralistas, socialistas ou envolvidos com organizações que mantêm algum tipo de intercâmbio com a URSS”.

Entre os mais conhecidos, nomes como os de André Dreyfus e Mário Schenberg (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, FFCL)⁴, Villanova Artigas (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU), Miguel Reale (Faculdade de Direito), Moacir Freitas Amorim (Faculdade de Medicina, FM) e Zeferino Vaz (Faculdade de Medicina Veterinária).

O arquivamento dos documentos desse primeiro período, que antecede o golpe militar de 1964, é inconstante. São cerca de 90 documentos, de variadas caracterizações e temas, mas em grande parte com a mesma origem oficial: a Reitoria da USP, ou o próprio reitor. Há registros do envio de outras listagens de professores, sempre delatando os simpatizantes do comunismo, ou greves em unidades como a FM e a FAU e seus desdobramentos, entre outros temas menos significativos.

A neurose característica dos serviços de informação, buscando comunistas em todos os cantos, iria perdurar durante os anos seguintes, mas, no caso da USP, entre o

final da década de 1940 e os primeiros anos da década de 1950, outro tema iria se transformar em assunto de certa relevância na documentação trocada entre o DOPS e a Reitoria: as primeiras preocupações com o Instituto de Física e as pesquisas relativas à energia nuclear. Uma área que, pelo seu significado estratégico, iria gerar pelo menos um dos típicos informes encontrados no DOPS, nos quais a imaginação do informante normalmente excedia qualquer análise de bom senso.

Assim, ofício datado à mão, de 10 de janeiro de 1949, com o timbre da Secretaria da Segurança Pública, enviado a Antonio Ribeiro de Andrade, registra que “consta que o Prof. Gleb Wataghin — então um dos expoentes da área de Física da USP — associou-se ao Prof. Reinaldo Saldanha da Gama em um escritório na cidade para o fim de exportar urânio brasileiro para a Itália; de lá esse urânio seria remetido para a Rússia”. A preocupação com o professor Wataghin iria persistir durante anos, provavelmente também por conta de sua condição de estrangeiro.

Novo informe, sem identificação de seu autor, datado de 22 de abril de 1955, depois de historiar a implantação do Departamento de Física da USP e sua relação com os professores Gleb Wataghin e Marcelo Damy, admite que “o departamento possui uma equipe brilhante de professores, que mantêm relações internacionais”. Da relação em anexo, que enumera todos os docentes que ali trabalham, a restrição se confirma apenas com relação a Mário Schenberg, mais uma vez por sua simpatia pelo comunismo. A crítica e a preocupação se manifestam, no entanto, numa tentativa pouco sutil de buscar desestabilizar a posição de Wataghin: “russo de nascimento, naturalizado italiano, foi presidente de um subcomitê paulista de auxílio às vítimas da guerra em 1947, comitê que geria um fundo comunista”. O analista ainda acrescenta que o pesquisador tem 96 trabalhos publicados, mas nenhum em português. Um quadro que lhe permite sugerir, “como se vê, que urge dar ao nacional o lugar que ele precisa ter: ser o primeiro em tudo”.

O extremo cuidado que envolvia não apenas pesquisadores, mas as próprias instalações do Departamento de Física, já havia sido registrado ao final da década de 1940, mais precisamente em setembro de 1948, quando o delegado de polícia Paulo Rangel comunica ao delegado especializado de Ordem Política os contatos realizados para viabilizar um policiamento especial no Departamento de

Física da USP, “em função das instalações do Betatron⁵”. Rangel relata que, dias antes, o porteiro do local tivera de atirar para o alto quando, à noite, pessoas não identificadas passaram a rondar o local. E acrescenta que a iniciativa deste tipo de policiamento tem a “aquiescência do Prof. Marcelo Damy”.

Ex-secretário de Justiça, o reitor Ernesto Leme pede frequentemente ao DOPS informações a respeito de ligações de docentes e estudantes com o PCB. E denuncia professores como Samuel Pessoa, Villanova Artigas e Fanny Blinder

Antecedendo uma outra tendência na rotina de acompanhamento e investigações dos órgãos de segurança que iria se instalar na USP no período pós-1964, também a observação relativa a greves envolvendo estudantes é registrada com frequência, nos primeiros documentos localizados no DOPS. A primeira delas é datada de 1951, quando a FM paralisa suas atividades em protesto contra a suspensão de veteranos que haviam aplicado um trote mais violento em estudante transferido do Paraná. Neste caso, sequer se trata de uma comunicação ao DOPS: a Reitoria solicita “providências” àquele órgão, já que outras escolas da USP estariam iniciando movimentos de paralisação em solidariedade aos veteranos punidos. E dá os nomes àqueles que ela entende como os articuladores da greve geral: “os elementos comunistas fichados, Luiz Hildebrando Pereira da Silva (aluno do 4º ano de Medicina), Abrão Nicolas Tayler e Victor Nussenzweig”.

Há, ainda, a nítida intenção de caracterizar a participação do professor Samuel Barnsley Pessoa em todo o movimento. Documentos relatam que “sua esposa, Jovina Pessoa, esteve na Faculdade de Medicina várias vezes, conversando com estudantes comunistas”. Além disto, a denúncia garante que “as reuniões prévias para articulação da greve aconteciam no anfiteatro de Parasitologia, cuja cadeira está a cargo do Prof. Pessoa, enquanto os demais professores se recusaram a permiti-las em suas salas”.

Aliás, os primeiros anos da década de 1950, quando responde pela Reitoria o professor Ernesto Leme (um ex-secretário de Justiça de São Paulo), são aqueles que apresentam maior cordialidade e frequência nos contatos formais entre USP e órgãos de segurança. Leme, por diversas vezes, pede a colaboração do DOPS, como no caso da greve da FM. Em abril do mesmo ano, é ele quem novamente toma a iniciativa de solicitar ao delegado-chefe do Serviço Secreto do DOPS “informações a respeito dos principais dirigentes do movimento comunista em nosso Estado, que tenham ligações com a Universidade de São Paulo, como alunos ou professores”. A seguir, ele mesmo acrescenta uma lista de 12 nomes que caracterizariam esse tipo de militante, vinculados às faculdades de Medicina, Filosofia e Direito. Entre eles, Luis Hildebrando Pereira da Silva e Romeu Sofredini. Com apenas dois dias de demora, o DOPS lhe responde, anexando uma imensa listagem de médicos, engenheiros, arquitetos, escritores que, segundo seus arquivos, são ligados ao PCB.

A prática de nominar seus professores comunistas parece ter sido uma constante na gestão Leme. No mesmo ano de 1951, depois de 30 dias de greve dos alunos da FAU, num movimento que, segundo os relatos do DOPS, inicia-se em resposta à recusa da contratação do arquiteto Oscar Niemeyer pelo Conselho Universitário, mais uma vez o reitor pede que o “DOPS auxilie o presidente da Comissão de Sindicância sobre a FAU, a respeito da atuação política de alguns professores, como Villanova Artigas, Romeu Sofredini, Ruy Machado e Fanny Blinder”.

Presidia a comissão o professor José Carlos de Ataliba Nogueira. Mas nem mesmo esta proximidade entre Reitoria e DOPS livra o reitor de observações cáusticas dos delegados do órgão. Ao final da movimentação na FAU, depois de meses de paralisação e da reabertura da faculdade, com a nomeação de um diretor efetivo e a aprovação de regimento próprio, um relatório interno do Serviço de Segurança critica Leme pela condução do processo, lembrando que se os avanços concedidos “eram uma pretensão justa dos alunos, consideramos injusto o modo como tal pretensão foi pedida”. “E o magnífico reitor, passando por cima de todas as querelas, atendeu os reclamos daquela faculdade”. Além disto, na previsão do mesmo relatório, os atos da Reitoria não impediriam os tumultos que deveriam ser ainda “provocados pelos comunistas” em função da questão Niemeyer.

DOCUMENTO COMPROVA EXISTÊNCIA DA AESI, “ÓRGÃO POLICIAL”

De sua existência, a comunidade universitária tinha poucas dúvidas. Mas eram anos difíceis. E a triagem ideológica se fazia sentir de maneira cada vez mais palpável por significativo número de docentes, cujos processos de contratação enfrentavam obstáculos inexplicáveis. Agora, não há mais como querer negar a existência de uma representação do DOPS na USP. Um órgão de segurança, responsável pela disseminação de informações de interesse da área policial, visando ao controle efetivo do que ocorria dentro da Universidade de São Paulo, vetando contratações, “alertando” diretores a tomar certos cuidados, acompanhando até mesmo debates que envolviam a participação de intelectuais que incomodavam o regime, existiu sim. E diretamente vinculado à Reitoria, informando aos demais órgãos da comunidade de informações seus telefones (288-0309 e 286-3618) e, como endereço, nada menos que o Gabinete do Reitor.

A criação da AESI — nome dado a esta Assessoria de Informação — data de 23 de maio de 1973 e foi formalmente comunicada em ofício distribuído a todos os ministérios militares, Polícia Federal, Polícia Militar, SNI, unidades do Exército em São Paulo e DOPS. Seus documentos — que terão sempre a mesma rubrica a acompanhá-los — adotarão um padrão visual facilmente identificável: o timbre da Universidade de São Paulo/Reitoria, em sua abertura. E essa primeira comunicação prima pela simplicidade, mas também pelo conteúdo revelador: “Esta assessoria acaba de completar sua instalação. É órgão que funciona diretamente junto à USP, mas se integra, também, na Divisão de Segurança e Informação do MEC, dentro do Plano Setorial de Informações. Solicitamos correspondência a AESI/USP - Reitoria Universidade de São Paulo, Gabinete do Reitor”. Este documento desmente, de imediato, declarações oficiais prestadas pelo ex-reitor Orlando Marques de Paiva, durante investigações realizadas por Comissão Especial de Inquérito, instalada pela Assembléia Legislativa em 1977.

Reproduzida parcialmente em publicação da própria Associação dos Docentes da USP, *O livro negro da USP*⁶,

a investigação que buscava comprovar a existência de uma prática de controle ideológico na contratação de professores deu um salto com as declarações do professor Antonio Guimarães Ferri, que ocupara vários cargos de direção da universidade. Em seu depoimento aos deputados, ele admitiu a existência de um órgão vinculado ao MEC, que agiria no sentido de “tomar informações sobre os docentes”. No entanto, afirmou também tratar-se de um organismo de “caráter policial”, que “não é da Secretaria de Segurança. É um serviço de segurança do Ministério da Educação, instalado fora da Universidade...” Ferri ainda confirmou — conforme publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 30/9/1977 — que o reitor “é obrigado a fazer passar pelos órgãos de segurança os contratos que efetua, da mesma maneira que é obrigado a exigir de todos os funcionários admitidos que tirem seus documentos no cartório”.

A partir deste depoimento, a CPI insiste, então, em maiores esclarecimentos do reitor à época, Orlando Marques de Paiva, que, também falando oficialmente aos deputados, e instado a explicar a demora na contratação de novos professores, garantiu que “depois de ter empenhado minha palavra perante o Conselho Universitário, no sentido de que jamais qualquer entidade, comissão ou pessoa exerceu pressão sobre o reitor, pois eu não o permitiria, seria dispensável discutir o assunto”.

Pronunciamento do presidente da Comissão, Almir Pazzianotto, também registrado no *Diário Oficial do Estado*, reforça ainda mais as tentativas de Marques de Paiva de tentar acobertar o que era praxe. Textualmente, o deputado garante que “em visita à Universidade conversamos sobre o assunto exatamente com o Magnífico Reitor. Ele negou, peremptoriamente, que qualquer professor seja submetido ao crivo de uma comissão interna de segurança”. Confrontado com a própria definição da AESI — curiosamente criada justamente no ano da posse de Marques de Paiva na Reitoria — seu depoimento se perde no vazio e no acinte feito ao poder legislativo do estado, pelo seu conteúdo enganoso. Afinal, a AESI terá algumas

centenas de seus ofícios e comunicados expedidos, ao longo dos anos, e devidamente arquivados no DOPS-SP, especialmente encaminhando listas e mais listas de novos professores a serem contratados. E não apenas professores, mas também funcionários e até alunos selecionados para participar do Projeto Rondon.

Especialmente no ano de 1975, quando Paiva ainda era reitor, serão dezenas e dezenas, a representar mais de duas pastas especiais constituídas apenas por fichas de encaminhamento e um formulário, muitas vezes preenchido à mão — no que se supõe ser a própria letra do docente a ser contratado — com o timbre “Universidade de São Paulo/Departamento de Administração”, ou, então, “Universidade de São Paulo - Dados pessoais”. Nem mesmo os professores estrangeiros escapavam. E cópias desse material eram, então, distribuídas fartamente aos órgãos de segurança e a ministérios como o da Educação e do Trabalho.

Quando o DOPS localizava, em seus arquivos, informações sobre o docente, o informe era imediatamente anexado à ficha. Mas a AESI não se limitou a interferir nos processos de contratação. Seus ofícios distribuíram à comunidade de informações panfletos, boletins, relatos sobre congressos e semanas de estudo e até mesmo pedaços de murais estudantis arrancados de algumas faculdades. O detalhamento de sua intervenção e dos canais de influência dentro da instituição pode ser demonstrado em relatório sobre a V Semana de Estudos de Jornalismo da ECA, ocorrida em 1973. Não apenas a programação ou observações dos debates estão ali registrados: há até mesmo uma listagem nominal de todos os participantes vindos de outros estados e seu local de origem. E a força de pressão de tal órgão perante diretores ou chefes de departamento

também já não poderá ser oficialmente negada. Em 1973, por exemplo, documentos originários da AESI, que historiam o planejamento e realização do II Encontro Nacional de Estudantes de Economia, são claros em registrar que “alertado por esta AESI, o diretor da FAU, Nestor Goulart Reis Filho, negou a cessão do auditório”. E mais: “também o diretor da FEA, Laerte de Almeida Moraes, igualmente alertado por esta AESI, vetou a realização do encontro”.

No mesmo ano, 1973, outro processo registra a intervenção da AESI em curso de férias sobre Dramaturgia, ministrado pelo professor Lauro César Muniz na ECA. Como a bibliografia indicava, entre outras obras de apoio, “Lógica da dialética”, de H. Lefèvre, e “Introdução à lógica dialética”, iniciam-se os questionamentos, ao mesmo tempo que se registra o informe de que Muniz participara, em 1968, de manifesto contra a censura. As explicações seguem o curso normal da burocracia, quando o chefe do departamento, Eduardo Peñuela Canizal, interpelado pelo diretor da ECA, “apresenta explicações prestadas por Muniz, em que detalha não terem sido utilizadas as obras referidas, as quais foram eliminadas da bibliografia no segundo semestre de 1973”.

Entre os muitos documentos de autoria da AESI nem mesmo a atual primeira-dama, Ruth Cardoso⁷, foi perdoada. Datado de fevereiro de 1976, um relatório informa que “Eunice Durham compõe, com Ruth Correa Leite Cardoso e Leôncio Rodrigues, também professores do Departamento de Ciências Sociais, grupo que lidera movimento esquerdista em toda a faculdade”. Segundo o informe, o grupo não teria atuação ostensiva, o que dificultava a caracterização da ação por ele desenvolvida. Para não deixar dúvidas, o informe segue com detalhado currículo de Eunice Durham. **(Beatriz Vicentini)**

FLORESTAN E SCHENBERG FORAM CONSTANTEMENTE VIGIADOS

Entre os muitos intelectuais que ocuparam significativamente o tempo e o esforço dos órgãos de segurança, destacam-se, no quadro da USP, o sociólogo Florestan Fernandes e o físico Mário Schenberg. Florestan tem um primeiro registro sobre sua vida política datado de 1945, quando, segundo o DOPS, pertenceu ao diretório provisório do partido Coligação Democrática Radical. Ao longo dos anos, sua trajetória seria acompanhada com detalhes, que cresceriam de frequência a partir da década de 1960.

Em 1961, as observações indicam que Florestan integrou a comissão paulista patrocinadora da coleta de assinatura pelo registro do PCB e, em maio de 1964, a Divisão de Informações da Delegacia de Ordem Política assim o define: “Marxista ao extremo e declaradamente comunista; como titular da cátedra de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP montou esquema para evitar que sua cátedra fosse ocupada por professores anticomunistas. Dotado de ambição sem limites, desleal, despatriado, amoral e revoltado com sua origem humilde (filho de lavadeira)”.

Em setembro do mesmo ano, IPM é instalado para averiguar a situação da FFCL, no qual se registra, por exemplo, a acusação do professor Ricardo Roman Blanco, no sentido de denunciar que “Florestan é tão virulento quanto Mário Schenberg, sendo suas aulas autêntica doutrinação marxista”. Indiciado pela Justiça Militar, o sociólogo tem sua prisão preventiva decretada, mas quando isto ocorre já embarcara para os Estados Unidos. Mesmo ali, suas atividades continuam sendo acompanhadas, com registros so-

Acervo CMS/ECA-USP



Mário Schenberg (1952)

bre os locais onde ministrava suas aulas e residia. As anotações prosseguem pelo ano de 1968, quando a ele se imputa a declaração de que o regime se caracterizaria como “uma ditadura militar” e teria, então, “conclamado os estudantes a irem às ruas”.

Passados os anos, e já cassado pelo AI-5, Florestan continua a ser monitorado com regularidade. Suas palestras, conferências, aulas e debates públicos estão devidamente anotados e suas ideias registradas. A maior preocupação parece se concentrar em 1975, quando Florestan ministra, no Departamento de Ciências Sociais da USP, um curso sobre Revolução Socialista em Cuba. Embora, segundo o próprio DOPS, o

curso tivesse duração de cerca de 3 meses, todas as aulas foram acompanhadas e seu conteúdo sintetizado em relatórios, uma a uma. Sobre a primeira aula, por exemplo, o investigador informa que o tema tratado foi “o domínio norte-americano sobre Cuba, desde o fim do século XIX até 1932, devendo nas próximas aulas se chegar até os dias atuais”. Segundo a opinião do investigador do DOPS, Florestan enfatizou “os malefícios da dominação”.

Mas se os registros sobre Florestan realmente priorizam seus atos e atitudes como professor e intelectual, a preocupação com Mário Schenberg teve uma caracterização política muito mais definida. Como candidato e militante do PCB, Schenberg chega a ter uma série inteira do DOPS dedicada exclusivamente ao arquivamento de parte de sua vida, com nada menos que 448 documentos sequenciais ali colocados — o que não afasta a existência de outros documentos, em outras áreas do arquivo. O

primeiro registro data de 1944, em função de conferência por ele proferida, na própria USP, sobre “Civilização e cultura americanas”. A partir de então, o Serviço Secreto estaria constantemente acompanhando seus pronunciamentos e especialmente atividades que, como físico, iriam levá-lo a tomar posicionamentos públicos sobre a política de energia nuclear.

Preso em 1948, o DOPS mistura entre sua documentação bilhete escrito pela esposa, Julieta Guerrini, onde ela, a lápis, pergunta-lhe “se essa superdotada força para guardar vocês — 5 canhões, 10 parabelinos⁸, 20 metralhadoras — não constitui violência”. Julieta ainda informa que trouxera laranjas para ele e que iria se esforçar para que Schenberg não ficasse tão abandonado na prisão. Especificamente no que se refere a atividades acadêmicas, embora os documentos originários da USP que registrem o fato não sejam encontrados no DOPS, documentos de outras origens e até mesmo recortes de jornais relacionam o pedido de demissão de Schenberg, em 1956, do cargo de diretor do Departamento de Física da FFCL, “em função da falta de verbas e dos entraves para o desenvolvimento das pesquisas”.

Em 1965, registra-se a indignação dos presentes à solenidade de formatura da FFCL — turma de 1964

— quando a mensagem encaminhada por Schenberg é proibida de ser lida pelo então diretor da unidade, professor Mário Ferri. Já àquela oportunidade, o representante dos formandos denunciava, em seu discurso, “o terrorismo cultural que se instala na universidade, vitimando professores, como Mário Schenberg”. Ainda de 1965, as manchetes de jornais — devidamente arquivadas — dão destaque a seu indiciamento no IPM que se desenvolve sobre subversão também na FFCL e que já atingira Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e João Cruz Costa.

Embora nada tenha sido encontrado que possa se caracterizar como o próprio conteúdo do IPM, os arquivos mantêm documentos que falam sobre a indignação de cientistas e intelectuais pelo fato de Schenberg, o único latino-americano convidado a participar da Conferência Internacional sobre Partículas Elementares, ter sido impedido de viajar ao Japão. O último registro que lhe é feito, vinculando-o a atividades acadêmicas, data de agosto de 1968, quando Schenberg pede demissão do Departamento de Física da USP como forma de protestar contra o tratamento que vinha sendo dado pela instituição ao também físico César Lattes, que se transfere para a Unicamp. **(Beatriz Vicentini)**

Notas

- 1 Publicada na *Revista Adusp* edição 13, de abril de 1998, esta reportagem viria a receber Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos. A presente republicação inclui ajustes pontuais e alguns cortes no texto original.
- 2 Jornalista, especialmente convidada. À época, assinava como Beatriz Elias.
- 3 O governador era Adhemar de Barros, do Partido Social-Progressista (PSP), eleito em janeiro de 1947.
- 4 Oriundo da Faculdade de Medicina, o geneticista Dreyfus chegou a ser o diretor da Filosofia (1943-1947). O físico Schenberg elegeu-se suplente de deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1946. Em 1962 foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas teve seu mandato arbitrariamente cassado, em razão de suas ligações com o PCB.
- 5 Acelerador cíclico de elétrons, o primeiro da América Latina, segundo o Instituto de Física.
- 6 Edição original publicada em 1978, disponível no site da Adusp.
- 7 Esposa de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República à época da publicação.
- 8 Provável adaptação do nome “Parabellum”, de famosa pistola de fabricação alemã.

UM CRIME DE ESTADO PERMANECE IMPUNE, QUARENTA ANOS DEPOIS¹

Tadeu Breda²

Daniel Garcia



Os irmãos Paiva e, na imagem ao fundo, Rubens e a esposa Eunice (Memorial da Resistência, São Paulo, 2011)

No dia 20 de janeiro de 1971, seis homens armados entrariam na casa do ex-deputado federal Rubens Paiva e não encontrariam resistência para levá-lo à 3ª Zona Aérea, mais precisamente ao Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Rubens trocou a bermuda pelo terno, disse aos filhos que surgira um compromisso inesperado e desapareceu pela porta. Literalmente. Nunca mais voltou. O livro **Segredo de Estado – O Desaparecimento de Rubens Paiva**, de autoria do jornalista Jason Tércio, e uma exposição no Memorial da Resistência (São Paulo) resgataram sua memória

No início da madrugada do dia 22 de janeiro de 1971, o telefone tocou na cabeceira da cama do médico Amílcar Lobo. Do outro lado da linha, um oficial do Destacamento de Operações e Informações (DOI) do I Exército, no Rio de Janeiro, exigia sua presença imediatamente. A missão era bem simples: verificar as condições de saúde de um prisioneiro e dizer se o interrogatório poderia continuar sem que o procedimento acabasse em tragédia.

“Ele era uma equimose só, estava roxo da ponta dos cabelos à ponta dos pés”, afirmaria o doutor Lobo à revista *Veja*, dezessete anos mais tarde. “Ele havia sido torturado e, quando fui examiná-lo, verifiquei que seu abdômen estava endurecido. Suspeitei que teria havido uma ruptura do fígado ou do baço, pois elas provocam uma brutal hemorragia interna.”

A orientação do médico foi clara: “É melhor dar uma parada”, alertou. “Se ele não for para o hospital, vai ter poucas horas de vida”. Os torturadores não ouviram, e o diagnóstico se confirmaria ao amanhecer. “No mesmo dia, quando voltei ao quartel, um oficial me falou: ‘Aquele cara morreu’.”

Eis um pouco do pouco que se sabe sobre o caso mais emblemático de desaparecimento político durante a Ditadura Militar brasileira. O cara que morreu, e cujo corpo jamais foi encontrado, era Rubens Beyrodt Paiva, empresário, engenheiro e ex-deputado federal, casado e pai de cinco filhos, rico e influente, mas que, apesar de tudo isso, saiu de casa acompanhado por agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) no dia 20 de janeiro de 1971 para prestar alguns esclarecimentos, no quartel da 3ª Zona Aérea, e nunca mais foi visto.

Em 2011, quando sua morte completa 40 anos de incertezas, as atrocidades cometidas pelo regime militar contra milhares de brasileiros voltam a ganhar espaço na memória coletiva. Por dois motivos.

O primeiro deles é o lançamento do livro *Segredo de Estado – O Desaparecimento de Rubens Paiva*, publicado pela Editora Objetiva, até agora o material mais completo de que se tem notícia sobre o trágico fim de seu protagonista. O autor da façanha é Jason Tércio, um jornalista carioca que não conhecia Rubens Paiva pessoalmente nem era amigo da família, mas que escreveu o livro “com o coração e as entranhas, porque a história de Rubens Paiva é a história de algo recorrente na humanidade: a luta pela liberdade”.

Não faltou motivação, portanto, para que Tércio se debruçasse sobre qualquer pedaço de papel que, perdido nos escassos arquivos disponíveis em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, pudesse oferecer alguma pista sobre seu personagem. Nos quatro anos e meio que dedicou ao livro, num trabalho diário de pesquisa e sistematização, o autor também entrevistou mais de 50 pessoas. E, quando sentou para escrevê-lo, lançou mão de recursos literários para “exprimir todo o conteúdo humano” presente nesta vida e morte desaparecida.

“Meu objetivo é contar quem foi Rubens Paiva e como tudo aconteceu”, define Jason Tércio. “Há partes no livro que são invenções, mas não no sentido de mentira, e sim no de recriação da realidade. Todos os fatos relacionados à prisão, interrogatório e morte de Rubens Paiva estão rigorosamente baseados em documentação, depoimentos e outras fontes de informação. Trata-se de um romance de não-ficção.”

Apesar de haver trabalhado duro para lançar *Segredo de Estado*, e ter conseguido produzir uma obra elogiada pela família e amigos do desaparecido, Tércio faz questão de frisar que seu livro não deve ser encarado como a versão definitiva do caso Rubens Paiva. “Todo livro revela uma verdade provisória”, sublinha. “A história está sendo permanentemente reescrita na medida em que novos documentos são encontrados e reinterpretados”.

Além da “narrativa de fricção” escrita pelo jornalista carioca, há também uma exposição sobre Rubens percorrendo o circuito cultural brasileiro. *Não tens epitáfio pois és bandeira* pendurou nas paredes do Memorial da Resistência de São Paulo uma série de imagens, documentos e informações sobre a vida, os ideais e o sumiço do ex-deputado — sem esquecer da luta da família Paiva para conhecer seu paradeiro.

“Rubens Paiva foi o único deputado federal eleito pelo voto e cassado pelos militares que desaparece durante o regime. E não some no fundo da floresta, como aconteceu com os guerrilheiros que combateram no Araguaia. Era um sujeito com vida legal, com escritório de engenharia, nascido numa família de posses e que, de repente, foi sequestrado por agentes da Aeronáutica dentro de casa”, avalia Vladimir Sacchetta, curador da mostra. “O Rubens puxa uma fila de 184 nomes de desaparecidos políticos no Brasil, número que pode ser ainda maior. E o sentido da exposição, ao mostrar a história

desse desaparecido emblemático, é exatamente evocar a memória de todas as pessoas que caíram fazendo resistência à ditadura”.

Sacchetta conta que não teve grandes dificuldades em acessar o vasto material fotográfico que compõe *Não tens epitáfio pois és bandeira*. Por exemplo, as imagens de Rubens em casa e nos momentos de lazer, que dominam boa parte da exposição, estavam devidamente encaixotadas e guardadas no armário de seus herdeiros. Porém, sem a menor organização. “Passei muitos dias abrindo pastas e vendo fotos. O material estava disperso entre a família, mas houve uma disposição muito grande em me dar acesso a tudo”, revela o curador.

“O Vladimir ficou horas em casa infernizando minha vida e a do meu gato, vasculhando caixas e escaneando imagens que nem a gente sabia que existiam”, confessa o escritor Marcelo Rubens Paiva, único varão entre as filhas de Rubens. Entre os tesouros da exposição, Marcelo destaca um cartão-postal enviado à sua mãe, Eunice, pelo líder da Revolução Vietnamita, Ho Chi Minh. “Só depois fui saber que eles tinham se conhecido em Moscou”, explica.

O curador da mostra também tem sua preferida: uma carta escrita por Rubens do exílio, no final de 1964, e endereçada à sua extensa prole. “O envelope é de Londres, e ele se refere a um passeio que fez até Liverpool e começa a falar dos Beatles para as crianças. Ali dá para ver que era um pai de família, um sujeito carinhoso com os filhos”. Sacchetta argumenta que os fragmentos da vida pessoal de Rubens ajudam a construir o perfil do homem público que foi, mas acredita que as informações mais importantes sobre o caso ainda estão por vir. “O interessante mesmo vai ser encontrar os papéis da repressão”.

Neste ponto, nem Sacchetta nem Tércio colheram bons resultados. Praticamente não há documentação oficial sobre o sequestro, prisão, tortura, morte e desaparecimento de Rubens Paiva. Por exemplo, os documentos do CISA recentemente desclassificados pela Aeronáutica não trazem uma linha sequer a respeito de sua prisão. “A gente sabe que os papéis sobre os desaparecidos políticos foram limpos e filtrados. Não só desapareceram com os restos mortais, como também desapareceram com os documentos da repressão”, diz o autor do livro.

O dia 20 de janeiro de 1971 amanheceu com sol no Rio de Janeiro. O calor combinava muito bem com o feriado

em louvor a São Sebastião, padroeiro da cidade. Rubens Paiva não era afeito a missas e, depois de dormir até mais tarde e bater papo com alguns amigos, estava prestes a pegar uma praia com a família. Então os militares tocaram a campainha, e a inesperada visita interrompeu não apenas o programa vespertino, como também o projeto de toda uma vida.

O fio que levou a repressão até o sobrado dos Paiva, no Leblon, começou a ser puxado bem longe da capital carioca. A embaixada brasileira no Chile seguiu os passos de duas mulheres que haviam ido a Santiago visitar um exilado chamado Luiz Rodolfo. Uma delas era sua mãe, Cecília, professora de francês no tradicional Colégio Sion, do Rio; a outra, Marília, sua cunhada, estudante de ciências sociais.

Ambas foram monitoradas quando subiram no avião para voltar ao Brasil. Quando o Boeing da Varig proveniente de Santiago aterrissou no Aeroporto do Galeão, na noite de 19 de janeiro de 1971, agentes do CISA já estavam à espreita. As duas mulheres foram detidas antes mesmo de desembarcar. Os órgãos de inteligência haviam sido previamente informados de que elas traziam algumas cartas do país vizinho — e não tiveram dificuldade em localizá-las junto ao corpo das prisioneiras. Eram correspondências entregues pelos exilados no Chile, com a incumbência de serem distribuídas a seus destinatários no Brasil. Uma delas tinha um número de telefone.

Os militares exigiram que Cecília ligasse e pedisse o endereço de quem respondesse do outro lado da linha, sob o pretexto de levar o envelope. Ela ligou — e Rubens Paiva atendeu, repassando prontamente as informações. No dia seguinte, seis homens armados entrariam em sua casa, na rua Delfim Moreira, e não encontrariam qualquer resistência para levá-lo à 3ª Zona Aérea. Rubens trocou a bermuda pelo terno, disse aos filhos que surgira um compromisso de última hora, coisas de trabalho, e desapareceu pela porta da frente. Literalmente.

“Quando um membro da família desaparece, a gente fica numa situação muito difícil. Se decretamos luto, estamos matando a pessoa sem ter certeza de que ela realmente morreu. É muito complicado”, explica Vera Paiva, filha de Rubens, que, aos 17 anos, estava estudando na Inglaterra quando o pai foi levado pelos militares.

“Conheci o Rubens Paiva num congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Ele militava

no Centro Acadêmico Horácio Lanes, do Mackenzie, e eu no XI de Agosto, do Largo São Francisco. Aí nos fizemos irmãos: a identidade entre nós, tanto ideológica como humana, foi instantânea e absoluta. Depois, entramos juntos para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e demos à nossa luta uma outra dimensão”, analisa o advogado Almino Affonso, companheiro de aventuras políticas e parlamentares.

A CPI que, em 1963, investigou as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi um dos principais trabalhos de Rubens Paiva na Câmara dos Deputados. A CPI desvelou o caráter golpista do IBAD e seu financiamento externo

Assim como outros amigos e correligionários, Almino, que foi ministro do Trabalho no governo João Goulart, tem poucas dúvidas sobre as razões que levaram o empresário aos porões do CISA e, depois, do DOI naquela quarta-feira ensolarada. “Acredito que o Rubens ficou marcado devido ao seu trabalho na CPI do IBAD ainda quando era deputado”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que, em 1963, investigou as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi um dos trabalhos mais importantes de Rubens Paiva na Câmara dos Deputados. Segundo a pesquisadora Christiane Jalles de Paula, da Fundação Getúlio Vargas, o IBAD “foi fundado em maio de 1959 com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país”.

A CPI acabou desvelando um intrincado esquema ilegal de financiamento de campanhas políticas com tintas golpistas, que beneficiavam opositores do governo João Goulart. Parlamentares considerados comunistas também eram alvo da azeitada máquina propagandística do IBAD, que chegou até mesmo a alugar o jornal carioca *A Noite* para incrementar a desmoralização dos adversários perante a opinião pública.

Uma das grandes descobertas da CPI foi a revelação de que boa parte da documentação do IBAD havia sido queimada antes de se iniciarem as investigações. “Mesmo assim”, continua a pesquisadora da FGV, “foi possível reconstruir parte da história e demonstrar, com base em abundante documentação, que o dinheiro do instituto provinha de várias firmas estrangeiras, na maioria norte-americanas.”

“O IBAD dizia defender os valores democráticos, mas não era mais do que uma corporação internacional com interesses muito bem definidos”, complementa Almino Affonso, que também integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito. “Naquela CPI, Rubens Paiva lutou sua luta mais importante. Infelizmente, coube a ele comer o pedaço mais amargo do pão.”

Duas iniciativas em tramitação no Congresso Nacional podem acabar com o mistério envolvendo o desaparecimento de Rubens Paiva e demais desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Uma delas já está pronta para votação no plenário da Câmara: é o Projeto de Lei 219/2003, proposto pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que prevê o fim do sigilo eterno para documentos públicos de qualquer natureza.

Se aprovado, o texto garantirá que nenhum papel fique longe do público por mais de 50 anos. Haverá três níveis de sigilo: os arquivos “reservados” poderão ficar apenas cinco anos inacessíveis aos cidadãos; os “segretos”, 15 anos; e os “ultrassegretos”, 25 anos, com a possibilidade de prorrogação por igual período. Atualmente, os órgãos públicos podem renovar indefinidamente o sigilo de seus documentos.

A votação mais esperada e controvertida, no entanto, é a do Projeto de Lei 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade para examinar e esclarecer as “graves violações de direitos humanos” praticadas entre 1946 e 1985, “a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

“A base do governo tem maioria para aprovar o texto, mas sua formação é bastante heterogênea. Alguns setores governistas têm origens na antiga Arena e em outros partidos que apoiaram o regime, e podem se opor ao projeto”, explica o deputado Domingos Dutra (PT-MA). “O clima é favorável. O governo tem interesse prioritário na votação e outros países da América do Sul, como Chile e Argentina, já realizaram suas

comissões da verdade. Vai depender muito da pressão social”³.

O presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Marco Antônio Rodrigues Barbosa, explica que o Estado brasileiro já reconheceu os abusos do regime militar ao publicar, em 2007, um livro chamado *Direito à Memória e à Verdade*, em que ratifica sua responsabilidade pelos assassinatos e as ocultações de cadáveres. “São mais de 500 casos entre mortos

e desaparecidos no país. Seguimos realizando buscas nos cemitérios de Vila Formosa e Perus, em São Paulo, e também no Rio de Janeiro”.

Para Rose Nogueira, presidente da seção paulista do Grupo Tortura Nunca Mais, a questão é muito simples. “Quando se muda o sistema de governo, devemos promover uma justiça de transição para apurar o que aconteceu no regime anterior”, opina. “Não podemos aceitar a auto-anistia. Com a lei que temos, fica uma enorme sensação de impunidade.”

Notas

1 Reportagem publicada na *Revista Adusp* 50, de junho de 2011.

2 Jornalista, especialmente convidado.

3 O projeto foi aprovado pela Câmara Federal em 21 de setembro de 2011, pelo Senado Federal em 26 de outubro seguinte e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011, transformando-se na lei 12.528/2011, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV). As críticas de familiares das vítimas da Ditadura Militar e de ex-presos políticos, que apontaram falhas graves do projeto, foram ignoradas pelo Congresso Nacional e pelo governo federal. Em 8 de dezembro de 2014 a CNV entregou seu Relatório Final, que trouxe alguns avanços na apuração de casos como o atentado ao Riocentro (1981) e o de Rubens Paiva. Já em fevereiro de 2014, a CNV apresentou relatório parcial segundo o qual o major José Antônio Nogueira Belham, à época do crime comandante do DOI do I Exército, nada fez para impedir as torturas ou prestar atendimento ao ex-deputado federal, e ainda difundiu falsa versão sobre seu desaparecimento. Hoje na reserva remunerada, Belham tem atualmente a patente de general-de-brigada e não sofreu qualquer punição.

TORTURAS DO EXÉRCITO LEVARAM ALUNO JUAN FORRASTAL AO SUICÍDIO¹

Luiza Sansão²

Acervo da família Forrastal



O militante político sabe dos riscos que corre. Eventualmente, no entanto, o terrorismo de Estado colhe cidadãos comuns em suas engrenagens dilacerantes. Em dezembro de 1968 os irmãos Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal, estudantes bolivianos da USP sem militância política, foram presos pelo II Exército e torturados por meses. Embora hemofílico e amputado, Juan não foi poupado: sob o comando do coronel Sebastião Alvim, sua perna ortopédica era retirada para as sessões de tortura no QG do Ibirapuera e em Quitaúna. Juan matou-se em 1972, em Madri

Juan e os pais no Viaduto do Chá, em 1965

Na crônica das violências da Ditadura Militar contra os estudantes da USP, 17 de dezembro de 1968 ficou marcado como o dia em que o Conjunto Residencial (Crusp) foi invadido por tropas do Exército, Marinha e Força Pública. Mais de mil alunos teriam sido presos. Algumas das histórias relacionadas ao episódio são conhecidas. Outras ficaram esquecidas. Mas engana-se quem pensar que nada de grave aconteceu ali. O episódio da invasão do Crusp teve desdobramentos de tal crueldade e ignomínia que custa descrevê-los. O caso dos irmãos Forrastal impressiona pela covardia dos torturadores e absoluto desrespeito à dignidade humana.

O estudante boliviano Jorge Rafael Carrasco Forrastal, que cursava engenharia na Escola Politécnica, morava no Crusp e estava presente no momento da invasão — logo, foi preso, embora não tivesse qualquer militância política. Ao saber da prisão, seu irmão Juan Antonio, estudante do Instituto de Física, franzino, hemofílico, portador de uma prótese na perna esquerda, foi procurar Jorge Rafael no II Exército. Tudo poderia haver terminado aí. Não terminou. Juan Antonio foi imediatamente preso. Sequer passou pela cabeça dos militares que, fosse ele um militante político de organização clandestina, jamais apareceria no Exército à procura de qualquer pessoa, muito menos uma semana após a aprovação do draconiano AI-5. Arrancaram-lhe a bengala e a perna ortopédica, surraram-no, e ali apenas começava seu calvário de puro terror.

Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal vieram para o Brasil com os pais, Olga Forrastal de Carrasco e Antonio Carrasco Bustillo, em 1965, para tratar a hemofilia de que sofria Juan Antonio, que em seguida teve sua perna esquerda amputada. “A doença de Juan precisava ser tratada no Brasil, pois aqui na Bolívia não havia ainda condições para que sua perna fosse amputada”, conta à *Revista Adusp* sua irmã, Teresa Carrasco de San Martin, hoje com 71 anos. Ela veio para o Brasil mais tarde, em 1984. Hoje vive em La Paz com o marido e a filha, Fernanda San Martin Carrasco.

Teresa explica que não ter envolvimento com atividades políticas era pré-requisito para que estrangeiros obtivessem direito a uma vaga na universidade — era inclusive necessário que assinassem documento garantindo que não tinham participação política — e, assim, Jorge Rafael e Juan Antonio ingressaram na USP, cursando respectiva-

mente Engenharia Elétrica e Física Nuclear. Nem os estudantes nem seus pais tinham qualquer envolvimento com política, na Bolívia ou no Brasil. Como os filhos não possuíam bolsa de estudos, os pais fizeram grandes esforços para mantê-los no Brasil. Antonio Bustillo era contador e Olga passou a trabalhar como secretária no Conselho Federal de Farmácia, em São Paulo.

De acordo com relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEDMP), de 2006, para o qual prestaram depoimentos os pais dos estudantes e duas amigas da família, “assim que soube da prisão de Jorge Rafael, o irmão foi procurá-lo no II Exército, onde também foi detido sob o argumento de que era aluno da USP”. Teresa acredita que Juan Antonio, que não estava no Crusp no momento da invasão, tenha tomado conhecimento da prisão do irmão dois dias depois.

Foi no quartel-general do II Exército, no Ibirapuera, que começaram as torturas, a fim de que os estudantes fornecessem informações sobre sua participação em movimento político contrário ao governo e sobre colegas com militância. Àquela altura, Olga e Antonio procuravam os filhos em vários quartéis, e os militares se recusavam a fornecer informações sobre onde eles estariam, até que conseguiram encontrá-los no Ibirapuera. “Quando minha avó [Olga] soube o que estava acontecendo e viu que a vida de Juan estava em perigo, procurou o cônsul da Bolívia, Alberto del Carpio, e conseguiu levar Juan para o Hospital das Clínicas. Mas os militares não esperaram a recuperação do Juan e o levaram para o Hospital Militar de Cambuci, em São Paulo”, conta a sobrinha Fernanda. Porém, as torturas não pararam nem mesmo no período em que Juan esteve internado: “No Hospital Militar, não somente continuaram as torturas físicas, mas também psicológicas, e ameaças, inclusive com a possibilidade de desaparecimento de seus pais”, contou Olga Carrasco à CEDMP.

Não se sabe ao certo por quanto tempo Juan Antonio permaneceu internado, mas em depoimento escrito, hoje em posse de Teresa, Olga registrou: “Depois meus filhos desapareceram do Hospital Militar do Cambuci e do II Exército do Ibirapuera. Passados vários dias em que ninguém queria nos dar notícias deles, soubemos que foram levados para o quartel de Quitaúna, de São Paulo, onde o comandante era o coronel Alvim. E sob seu comando continuavam as torturas de forma selvagem (...). A saúde físi-

ca e psicológica dos meus filhos estava terrivelmente prejudicada, em especial a saúde mental de Juan Antonio”.

Na busca pelos filhos, Olga e Antonio foram diversas vezes intimidados por militares. “O próprio coronel Alvim ameaçou minha mãe. Disse a ela que a posição dele era a do sobrenome dela: Carrasco”, conta Teresa, com a voz embargada. O coronel Sebastião Alvim era o presidente do Inquérito Policial-Militar (IPM) do Crusp. Um veterano da repressão, atuou no navio-prisão Raul Soares, ancorado em Santos e onde submetia os presos a longas horas de permanência na geladeira da embarcação.

As ameaças de morte continuaram enquanto os pais recorriam a autoridades, como o cônsul boliviano, para tirar os rapazes da prisão, vivendo um processo de sofrimento profundo e incertezas com relação ao que aconteceria com Juan e Jorge. No quartel do 4º Batalhão de Infantaria Blindada, em Quitaúna, as torturas se intensificaram, “ocasionando sério desequilíbrio mental em Juan Antonio, que já era fisicamente debilitado”, de acordo com o relatório da CEMDP. Os militares, durante as sessões de espancamento, “tiraram-lhe a perna ortopédica, ocasionando hematomas generalizados, o que foi agravado pelo fato de ser hemofílico”. A crueldade desconhecia limites, exceto o de manter vivos os supliciados: “Chegaram a queimar seus órgãos genitais com cigarros acesos. Eram também realizados disparos de armas de fogo durante a noite, com o intuito de amedrontar os presos e mantê-los sob constante vigília, causando-lhes sérios traumas psicológicos”.

Não havia acusação formal contra nenhum dos dois. Como explicar, então, o ódio de que foram vítimas? “Quando fomos presos, separaram todos os bolivianos [dos demais estudantes]”, afirma Gonzalo Pastor Castro Barreda, peruano, à época estudante de Engenharia Eletrônica, que atuava como fotógrafo no jornal *Vanguarda*, da AURK, a associação que coordenava os moradores do Crusp, onde morava no apartamento 305-B. “Os bolivianos presos não foram levados ao DOPS, mas ao II Exército. E os arquivos do II Exército não aparecem”, completa ele, que foi preso na invasão do Crusp e também no Congresso da UNE em Ibiúna, em cuja organização atuou. “Mas os bolivianos não participavam politicamente. Começou a ser difundida a ideia de que existia uma ligação entre o Che Guevara, que tinha morrido na Bolívia [em 1967], e o movimento universitário”, o que, segundo Gon-



zalo, teria ocasionado uma perseguição aos estudantes bolivianos no Brasil.

O fato é que o relatório final do Inquérito Policial-Militar do Crusp sequer menciona os irmãos Forrastal. “Havia grande número de estrangeiros entre os residentes do Crusp. Alguns eram clandestinos e outros eram excursionistas andarilhos, que passavam meses residindo em apartamentos”, afirma o documento assinado pelo coronel Alvim, que acusa como participantes de “atividades políticas subversivas” o peruano Gonzalo Barreda, o panamenho Aramis Arauz Guerra, o paraguaio Ruben Anibal Galindo e o espanhol José Cesareo Raimundez Alvarez, todos alunos da Escola Politécnica; o espanhol Ramon Varela Gonzalez, aluno da Faculdade de Filosofia; e o boliviano Fabian Nicolas Yaksic Ferandy. Gonzalo e Aramis Arauz eram amigos de Jorge Rafael, o que era simplesmente natural, por serem poucos os alunos de fala espanhola na Politécnica.

O mais espantoso é que ninguém soube o que acontecia aos irmãos Forrastal, nem mesmo seus amigos próximos, provavelmente devido à separação dos bolivianos dos demais presos. Cacilda Salette Silva, ex-moradora do Crusp conhecida pelos colegas como Sissi, era amiga de Juan Antonio e Jorge Rafael. Militante política, foi presa na invasão e levada ao Presídio Tiradentes, sendo liberada na madrugada do dia seguinte. “Soube de muitos colegas que sumiram, tombaram e foram presos, porém, por incrível que pareça, nunca soube absolutamente nada sobre a prisão e tortura dos irmãos”, conta Cacilda, que cursava Pedagogia e morava no apartamento 610-D.

Os irmãos foram postos em liberdade pouco antes do início das aulas de 1969. “Juan Antonio foi libertado

antes, porque estava muito mal de saúde”, conta Teresa Carrasco. “O coronel Alvim percebeu que tinha feito do meu filho um demente, que não servia para seus propósitos malévolos, de exigir informações dos demais colegas de universidade. Coisa que meus filhos não deviam comentar, e não comentaram nada porque nada sabiam”, relatou Olga à CEDMP, deixando transparecer a indignação e a dor.

Pouco depois, Jorge Rafael foi solto e, de acordo com registro escrito de Olga, ao final de 1969, “mesmo com graves traumas”, conseguiu se formar antes de completar os 23 anos de idade. “Ele vivia um terror, não queria mais morar em São Paulo e, como tinha muita capacidade, passou num concurso em Curitiba para engenheiro da Telepar [operadora de telefones do Paraná]”, relatou. Casou-se em 1970 e foi viver em Curitiba, assumindo o cargo de engenheiro-chefe. “Estava numa missão quando, num acidente de automóvel, faleceu em 7 de outubro de 1970”, segundo sua mãe. Sua esposa, Elvira Dulce Altoe, encontrava-se grávida. “Jorge pensava que não poderia mais ter filhos, por conta dos choques elétricos que havia sofrido nos órgãos genitais durante a prisão. Então foi uma alegria muito grande para ele quando descobriu que sua mulher estava grávida”, conta a irmã. Em abril de 1971 nasceu sua filha, Rafaela Carrasco Altoe, que Jorge não teve a oportunidade de conhecer, pois fora sepultado em São Paulo seis meses antes.

A tragédia rondava a família Carrasco Forrastal. Juan Antonio, uma vez libertado, não conseguiu, contudo, recuperar-se física e psiquicamente das torturas sofridas. Internado no Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, ali permaneceu por várias semanas. Teresa conta que, traumatizado, seu irmão tinha pavor do barulho das sirenes de ambulância desde que fora levado pelos militares para sua primeira internação durante a prisão. Olga deixou registrada a maneira como tomou conhecimento das diversas formas de agressão usadas contra os rapazes: “As torturas que sofreram meus filhos soubemos quando Juan Antonio, nos seus momentos de terror, estando doente em casa, falava desses fatos. Meu filho Jorge Rafael tinha medo de falar disso, provavelmente pelas ameaças de represálias feitas quando estavam presos”.

Durante sua internação no Hospital das Clínicas, Juan Antonio, com a saúde mental comprometida, tentou

suicídio cortando os pulsos. Seus pais o levaram para casa, mas, como não apresentava melhora, foi novamente internado, desta vez no Hospital Psiquiátrico da Vila Mariana. De acordo com Olga, ao sair deste local ele “não queria mais morar em São Paulo, pois tinha medo de tudo, não se interessava por nada”, nem mesmo pelos estudos de que tanto gostava. “Antes, [mesmo] com a perna amputada, primeiro com as muletas, depois com a perna ortopédica, por nenhum motivo ele deixava de assistir às aulas”.

Em visita feita ao estudante no hospital, logo após ter sido libertado, Maria de Lourdes Lyrio de Moura, amiga da família, “constatou que Juan tinha os braços enfaiados e as mãos muito inchadas”, segundo declarou à OAB-SP em 2006. “Juan relatou que fora brutalmente torturado nas dependências prisionais”, acrescentou ela. No período em que esteve internado, ele tentou suicídio duas vezes: na primeira, cortando os próprios pulsos “com uma lâmina de barbear que o enfermeiro tinha usado para lhe fazer a barba”, e depois, ingerindo comprimidos.

Outra amiga da família, Mary Deheza Balderrama, relatou à OAB-SP suas impressões ao visitar Juan Antonio quando ele retornou para casa: “O moço alegre, otimista e confiante cederia lugar a outro com graves alterações psíquicas, amedrontado com tudo, não podia ver um militar; mesmo faltando apenas um ano para terminar o curso de Física Nuclear, não queria mais voltar às aulas e nem mesmo lecionar conforme fazia antes”.

Os pais dedicaram-se incessantemente à sua reabilitação entre 1969 e 1972, período em que ocorreram diversas internações e tentativas de retomada de seus estudos. “Fazendo novos esforços econômicos, o mandamos à Espanha, onde ele foi internado no Hospital da Cruz Vermelha de Madri”, contou Olga. “Depois de doze dias de internação, em um momento de delírio ele desligou os aparelhos que o mantinham vivo, estando eu na sala de espera dos visitantes. Ele faleceu em 28 de outubro de 1972”.

O corpo de Juan Antonio foi cremado em Madri, mas apenas cinco anos depois seus pais conseguiram trazer suas cinzas para o Brasil. Teresa soube que o irmão havia se suicidado somente em 1994, quando Olga finalmente contou à filha e à neta que Juan não havia morrido atropelado, como familiares e amigos pensavam até então. “Era muito doloroso para ela falar no assunto”, diz Tere-

sa. Seus pais viveram no Brasil até o ano de 2000 e faleceram na Bolívia: Antonio, em 15 de abril de 2001, e Olga, em 3 de agosto de 2011.

“Foram amigos que passaram pela minha vida, como muitos outros, enchendo-me de orgulho por serem pessoas educadas, sensíveis, sinceras, alegres, queridas mesmo”, lembra a ex-cruspiana Cacilda, a Sissi, numa menção carinhosa a Jorge Rafael e Juan Antonio. “Tive a oportunidade de no dia do meu *cumpleaños*, 5 de agosto de 1968, almoçar no apartamento dos Carrasco. A família transpirava um ar de muita sinceridade”.

Não há notícia de que a USP tenha procurado intervir em defesa de seus alunos. Aparentemente, a instituição sequer tomou conhecimento das prisões, segundo acaba de declarar o Gabinete do Procurador-Geral: “Em atenção ao pedido de acesso à informação protocolado por V. Sa., informamos que a Universidade não dispõe de registros em documentos oficiais sobre a prisão do sr. Juan Antonio Carrasco Forrastal. No mais, informamos que o aluno ingressou no curso de Física em 1963 e manteve-se matriculado até 1971. Não há informação de conclusão de curso”.³

CRUSP, “FOCO DE IRRADIAÇÃO SUBVERSIVA”

Na década de 1960 o Crusp se consolidou como um espaço de articulação política e cultural, onde os estudantes realizavam discussões políticas, grupos de estudos, shows, peças de teatro e inúmeras outras atividades agregadoras. “Aqui em São Paulo, os dois grandes focos de contestação eram a Faculdade de Filosofia e o Crusp”, diz Mouzar Benedito, 65, à época um estudante de Geografia que morava no apartamento 202-F (e hoje autor de **1968, por aí... Memórias burlescas da Ditadura**).

Se, no início, as manifestações estudantis eram restritas às condições de vida dos estudantes no Crusp, como quando houve a manifestação contra o aumento do preço do restaurante universitário (1965), logo, com a crescente conscientização política dos estudantes e as intromissões do governo militar nas normas internas da universidade, a luta do movimento estudantil passou a ser, também, de oposição à Ditadura Militar. Assim, os espaços de representação foram se organizando cada vez mais no Crusp.

Fundada em 1967, a Associação de Universitários Rafael Kauan (AURK) conquistara força política entre as entidades estudantis já existentes e passara a ser foco da atenção dos militares. O IPM do Crusp definiu o alojamento universitário como “um centro turbulento de agitações estudantis e que abrigava grupos esquerdistas do Move-

mento Estudantil, perigosos. Tornou-se um foco perigoso de irradiação subversiva para a área estudantil e de infiltração na massa operária da periferia desta Capital”.

“A gente estava sentindo que a coisa ia explodir. No dia 13 de dezembro de 1968, anunciaram que o governo ia lançar uma medida muito radical à noite. Então fomos todos para o Centro de Vivência da USP e vimos, pela televisão, o anúncio de que estava sendo decretado o AI-5. Aí vi que a barra era ainda mais pesada do que eu imaginava”, conta Benedito. Nesse mesmo dia, durante a madrugada, militares e militantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) dispararam tiros contra os prédios do Crusp.

Invasões policiais já tinham ocorrido outras vezes, e os moradores do Crusp se defendiam jogando pedras e garrafas do alto dos prédios, e esguichando água. Mas desta vez a coisa era diferente: contava com soldados que vinham sendo preparados em quartéis para uma verdadeira guerra. Assim, quatro dias depois da decretação do AI-5, o Crusp foi invadido de madrugada pelas Forças Armadas, com muitos veículos, inclusive tanques de guerra. Cerca de 1.200 estudantes foram presos e levados, em sua maioria, para o Presídio Tiradentes. “Alguns dos que foram presos sem tortura e depois libertados foram nova-

mente presos e aí sofreram violenta tortura”, diz Benedito, que, preso na invasão, passou quatro dias no Presídio Tiradentes, mas não foi torturado. “Eu tive a sorte de ser interrogado no DOPS sem tortura. Então meu nome ficou fichado lá, mas teoricamente eles não precisavam mais me interrogar”, acrescenta.

Após a invasão, o Crusp foi, então, fechado pelos militares, e os estudantes presos não tiveram para onde ir após serem libertados. Apartamentos haviam sido até mesmo saqueados pelos militares, que levaram pertences pessoais dos cruspianos, como roupas, livros e outros objetos.

Notas

- 1 Reportagem de capa da edição 53 da *Revista Adusp*, de outubro de 2012. Em 2013, esta e outras matérias publicadas na mesma edição receberam Menção Honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos.
- 2 Jornalista, especialmente convidada.
- 3 No dia 3 de novembro de 2025, o Instituto de Física da USP concedeu finalmente um diploma honorífico à família de Juan Antonio, reconhecendo as circunstâncias de sua morte. Na mesma solenidade foi homenageada a memória de outros dois alunos do IF assassinados pela Ditadura Militar: Jeová Assis Gomes e José Roberto Arantes de Almeida.

POLÍCIA MILITAR MATA À LARGA, COMO A REPRESSÃO POLÍTICA NA DITADURA¹

Fausto Salvadori²

Alex Silva/Agência Estado



Várzea Paulista, 11 de setembro de 2012: numa única ação contra suposto "tribunal do crime", a ROTA matou nove pessoas

Ao ignorar recomendações da ONU e da sociedade civil para extinguir as Polícias Militares, o governo brasileiro evita mexer no modelo de “segurança pública” herdado do regime militar. O Ministério da Justiça prefere apostar no “estabelecimento de uma nova cultura policial”. Enquanto isso, persistem as execuções em larga escala, praticadas pelas PMs em sua guerra permanente contra um inimigo interno: ontem, os “subversivos”; hoje, os jovens pobres, geralmente negros, que habitam as periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas

“A notícia é a pior possível”, disse o chefe dos enfermeiros. Ao entrar no Hospital Regional de Osasco, o eletricista Daniel Eustáquio de Oliveira, 50 anos, sabia apenas que seu filho, César Dias de Oliveira, 20 anos, havia sido baleado quando voltava para casa dirigindo a motocicleta que comprara dez dias antes. Assim que ouviu as palavras do enfermeiro, porém, Daniel entendeu tudo. “Meu filho está morto”, disse. “Está”, confirmou o enfermeiro. Daniel começou a chorar. “Mas como?”, perguntou. “Cinco tiros”, foi a resposta. “Esses ladrões sem vergonha, além de tentar roubar meu filho, ainda mataram ele com cinco tiros”, desabafou. O enfermeiro o corrigiu: “Foi a polícia que matou seu filho”. Daniel parou de chorar na hora. Na saída, olhou para o grupo fardado de policiais militares na entrada do hospital e fez uma promessa: “Eu vou provar que vocês mataram um inocente”.

No dia 1º de julho, o filho de Daniel e o amigo dele, Ricardo Tavares da Silva, também de 20 anos, que estava na garupa da moto, entraram para a lista de 182 pessoas mortas pela Polícia Militar na cidade de São Paulo nos sete primeiros meses do ano, período em que a Secretaria da Segurança Pública registrou um total de 907 homicídios. Os números mostram que, a cada cinco pessoas assassinadas no município, uma foi vítima da polícia. Denúncias de abusos envolveram várias destas mortes, entre elas a do publicitário Ricardo Prudente de Aquino, baleado após fugir de uma abordagem policial, em 19 de julho. Três PMs foram presos pelo crime, que teve mais repercussão na mídia do que todos os demais, por envolver uma vítima que fugia ao padrão habitual de jovens negros e pobres da periferia.

Na mesma época em que Daniel, os dois Ricardos e tantos outros eram mortos, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovava a recomendação de abolir a Polícia Militar como forma de combater a violência do Estado brasileiro. Foi em 30 de maio, quando o Brasil passou pela Revisão Periódica Universal do Conselho, uma espécie de prova à qual todos os países são submetidos. Na ocasião, o governo da Dinamarca sugeriu “abolir o sistema separado de polícia militar” com o objetivo de “reduzir a incidência de execuções extrajudiciais pela polícia”³.

É natural que um olhar estrangeiro se choque com a existência de uma PM como a que há no Brasil. “As polícias militares brasileiras têm por função manter a ordem e garantir a segurança interna, seu papel primordial é

de proteção ao cidadão, e, portanto, a sua militarização não se justifica”, aponta Adriana Alves Loche, doutoranda em Sociologia pela FFLCH-USP e consultora do Banco Mundial para prevenção do crime e da violência em áreas urbanas. Ela lembra que, na maioria dos países democráticos, a segurança da população é um trabalho para civis: soldados e coronéis são usados para combater inimigos externos, não para policiar ruas. As polícias militares, quando existem, têm funções bem diferentes. Adriana cita o caso da Gendarmerie francesa, uma força nacional que lida com “atividades voltadas primordialmente ao controle de ameaças à segurança nacional (ataques terroristas, vigilância de fronteiras, proteção presidencial)”, que pode ser chamada para atuar na segurança interna, mas permanece “sempre subordinada à autoridade local, no caso, as prefeituras de polícia, que são civis e responsáveis pelas guardas municipais”. No Brasil, é o contrário: as polícias militares são consideradas forças auxiliares e reserva do Exército.

A recomendação do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi ignorada pelo governo brasileiro, que não quer ouvir falar em polícia sem militares. “A solução para a questão apontada no relatório da ONU — redução da letalidade policial — não está vinculada à extinção de alguma das polícias existentes no Brasil, e sim ao estabelecimento de uma nova cultura policial, que, especificamente dentro da estrutura militar, perpassa uma série de fatores, desde a entrada desses policiais na corporação”, afirmou o Ministério da Justiça, em resposta à *Revista Adusp*. Não é uma postura nova. “As conferências nacionais de Direitos Humanos, em 2008, e de Segurança Pública, em 2009, também recomendaram a desmilitarização das polícias, mas este parece ser um ponto totalmente esquecido por nossos governantes”, afirma Adriana.

O esquecimento não estava nos planos da Rede Nacional de Familiares e Amigos de Vítimas da Violência do Estado, formada por entidades de combate à violência policial em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que decidiu usar a recomendação da ONU como mote para lançar uma campanha pela desmilitarização das polícias⁴. “Um dos principais entulhos do período escravocrata e, mais recentemente, da ditadura civil-militar, é a violência sistemática de agentes do Estado contra a nossa própria população”, afirma o texto da campanha, idealizada pelo grupo Mães de Maio.

Da periferia saiu outra ação coletiva, a Campanha contra o Genocídio da Juventude Negra, reunindo grupos como o Fórum Municipal de Hip Hop e a Rede Nossa São Paulo, que faz a mesma denúncia. Gabriel di Pierro, da Nossa São Paulo, afirma que a PM ainda está estruturada para “cumprir a função social de controle da população mais pobre” e carrega uma cultura “profundamente violenta e muito pouco apropriada de valores democráticos”.

O historiador André Rosenberg aponta uma das hipóteses que explicam o modelo militarizado de policiamento: “as relações de disciplina e hierarquia inerentes às instituições militares permitem um controle maior dos soldados, recrutados na mesma base social sobre a qual deveria recair a vigilância mais estreita”

O atual modelo de policiamento, que passou intacto por mais de duas décadas de governos democráticos, foi implantado pela Ditadura Militar como parte do aparelho repressivo destinado a eliminar os inimigos do regime. O policiamento à brasileira, contudo, sempre enfrentou uma divisão em duas instâncias, uma civil e outra militar, que remonta ao período regencial. Segundo o historiador André Rosenberg, da Unesp, que pesquisou em seu doutorado a história da polícia no Império, uma das hipóteses que explicam a emergência e a força de um modelo militarizado de policiamento afirma que “as relações de disciplina e hierarquia inerentes às instituições militares permitem um controle maior dos soldados, recrutados na mesma base social sobre a qual deveria recair a vigilância mais estreita”.

A primeira versão da polícia militar paulista nasceu em 1831, com o nome de batismo de Guarda Municipal Permanente. A corporação receberia outros nomes nos anos seguintes, como Corpo Policial Permanente e Força

Pública, antes se tornar a Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 1970. A vinculação da polícia paulista ao Exército começou nos anos 1930, como uma estratégia do governo Getúlio Vargas para colocar a Força Pública paulista sob seu comando e usá-las para reprimir os movimentos que se opunham ao seu governo. A militarização da segurança iria chegar ao auge na ditadura seguinte, instituída em 1964, que deu mais poderes às PMs ao mesmo tempo em que as colocava sob o guarda-chuva do Ministério do Exército. O ciclo se completou em 1969, com um decreto-lei do governo federal que tirou das ruas as Guardas Civis, ao declarar que o policiamento ostensivo fardado passaria a ser exclusivo dos policiais militares⁵.

No livro *Rota 66*, o jornalista Caco Barcellos recorda como foi o impacto da chegada dos novos PMs às ruas do seu bairro, em Porto Alegre, nos anos 1970. “Os suspeitos, antes perseguidos de forma injusta [pelas Guardas Civis], agora muitas vezes eram mortos sem chance ou direito de defesa. Não só no meu bairro pobre, mas também na periferia de todas as grandes cidades do país.”

Criada como um dos braços do aparelho repressivo da ditadura, a Polícia Militar viria a atuar contra tudo que pudesse ser considerado inimigo, fossem militantes de esquerda, estudantes ou operários em greve — caso de Santo Dias da Silva, morto com um tiro nas costas por um PM em agosto de 1979, dois meses após o presidente Geisel editar a Lei de Anistia, que marcaria o começo do fim do regime militar.

O regime chegou ao fim, mas a máquina de eliminar inimigos da PM manteve-se intocada. A redemocratização preservou até uma unidade como as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, a Rota, que até hoje tem como função, pela letra da lei, “a execução de ações de controle de distúrbios civis e de contraguerrilha urbana e, supletivamente, de ações de policiamento motorizado”, conforme o Decreto 44.447/1999. A atuação no período ditatorial é motivo de orgulho para o batalhão, que, em seu site, vangloria-se de ter feito o “combate à guerrilha urbana que atormentava o povo paulista”.

Com os novos tempos, contudo, era hora de buscar outros inimigos, sem deixar de lado as práticas recorrentes de torturas e execuções sumárias. “Na Ditadura, a polícia adotou a estratégia de combate ao inimigo interno, baseado na doutrina de segurança nacional. Com a redemocratização, a lógica de guerra interna foi redire-

cionada para o jovem pobre e negro das periferias”, conta o historiador Danilo Dara, do grupo Mães de Maio.

Quando a lógica militar penetra no policiamento, os agentes passam a pensar mais em termos de inimigos a serem destruídos do que em garantir a segurança de uma comunidade. Daí que as mortes de suspeitos, em vez de serem exceções, passam a ser a regra e podem até ser exibidas como troféu. Há PMs que fizeram carreira política divulgando o número de suas vítimas, como o coronel Ubiratan Guimarães, que adotou os 111 homicídios da chacina do Carandiru como seu número de campanha, ou o capitão Conte Lopes, da Rota, que dizia ter mais de 100 mortes no currículo. Mais recentemente, o tenente-coronel da Rota Paulo Telhada, com 36 mortes assumidas, candidatou-se a vereador pelo PSDB. Quando a morte passa a ser motivo de orgulho, abre caminho para que cada homicídio praticado pela PM seja considerado legítimo, mesmo com provas em contrário.

Daniel Eustáquio teve um contato direto com essa lógica militarizada de segurança naquele 1º de julho, quando saiu do hospital diretamente para o local onde seu filho havia sido morto, na Vila Dalva, zona oeste de São Paulo. Ali, perguntou ao policial responsável o que havia acontecido. “Segundo a guarnição responsável pela ocorrência, os dois meliantes vinham descendo com a moto. A guarnição abriu a sirene e eles empreenderam fuga. O garupa começou a atirar e o piloto, que é seu filho, perdeu o controle da moto, saiu capotando e levantou atirando”, respondeu o PM. “Eu olhei bem para ele, calmo, sem chorar, sem nada, do jeito que estou conversando com você agora”, conta Daniel, com uma segurança que impressiona, como deve ter impressionado o policial que o ouviu naquela manhã. “Falei para ele: ‘Eu não sou perito, sou só um eletricitista, mas você não acha que tem algo errado nessa cena? Em primeiro lugar, vocês estão falando que meu filho capotou. Me mostra um arranhão na moto’. O PM olhou para mim, olhou para a moto, não tinha nada. Continuei. ‘Em segundo lugar, se meu filho tivesse caído da moto, teria marca de frenagem da moto e da viatura. Não tem. Eu vi o corpo dele e não tem um hematoma, só os tiros. Outra: os meninos tomaram tiro do lado esquerdo e no peito. Por que as cápsulas que os policiais atiraram estão todas do lado direito da moto?’ O policial olhou para mim, olhou para a cena, chegou bem pertinho de mim e falou: ‘Realmente, tem muita coisa errada aqui.

Os policiais fizeram merda.’”

Nos primeiros anos após o fim da Ditadura, alguns governadores que haviam participado da resistência ao regime ditatorial tentaram romper com a lógica do aparelho repressivo que agora passavam a comandar. Foi o caso de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, que, em seus dois mandatos (1983-1986 e 1991-1994), proibiu a PM de invadir barracos de favelas sem mandado judicial, criou um Conselho de Direitos Humanos e Justiça e buscou diminuir a repressão sobre manifestações populares, greves e passeatas.

A tentativa brizolista de conciliar segurança e outros direitos humanos foi bombardeada por vários setores da mídia e acabou sepultada de vez pela gestão Marcello Alencar (1995-1999), que criou a “gratificação faroeste”, prêmio de bravura concedido para policiais envolvidos em ações violentas. A derrota foi reconhecida por Carlos Magno Nazareth Cerqueira, comandante geral da PM no governo Brizola: “É certo que falhamos. Não conseguimos implantar o modelo democrático que defendíamos [...] não conseguimos fazer a polícia entender que a sua principal tarefa era prender e não matar”⁶.

Em maio de 2006, o Estado paulista comandou suposta reação aos ataques do PCC, que haviam matado 43 agentes públicos. A reação da PM e grupos de extermínio elevou para 493 o número de mortos: o regime democrático podia, em nove dias, matar tantas pessoas quanto a Ditadura em duas décadas

São Paulo enfrentou o mesmo fracasso quando tentou mexer com o legado da Polícia Militar, durante os governos de Franco Montoro (1983-1987) e Mário Covas (1995-1999 e 1999-2001). Montoro apresentou uma proposta de reforma da PM prevendo a extinção da Rota, que não foi adiante, e criou um programa que buscava coibir a violência policial, ao afastar por seis meses os policiais envolvidos em ocorrências com morte. Após o governo Luiz

Antônio Fleury Filho (1991-1995) promover uma escalada da violência policial que desembocaria no massacre do Carandiru, Covas retomou as políticas de Montoro e ainda criou um projeto de emenda constitucional que pregava o fim da Polícia Militar, na esteira da repercussão do episódio da Favela Naval. Covas morreu em 2001, e junto com ele os governos tucanos enterraram a busca por uma polícia democrática.

A execução de 12 pessoas numa emboscada da rodovia Castelinho, um ano após a morte de Covas, marcou uma guinada na política de segurança pública tucana, a ponto de levar o secretário de Segurança Pública do governo Covas, José Afonso da Silva, a fazer um desabafo que lembra o do seu colega brizolista. “A nossa era uma política de segurança democrática, o que significava o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Depois a política tomou outro rumo, especialmente no que tange à ação da Polícia Militar”⁷.

O “outro rumo” tomado pela política de segurança paulista chegou ao seu nível mais brutal em maio de 2006, quando o Estado comandou uma suposta reação aos ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que haviam matado 43 agentes públicos. A reação da polícia e dos grupos de extermínio elevou para 493 o número de mortos, revelando que o regime democrático podia, em nove dias, matar tantas pessoas quanto a Ditadura Militar em duas décadas (tomando-se como referência o número de mortos e desaparecidos políticos reconhecidos oficialmente até agora). Boa parte da opinião pública se mostrou favorável ou indiferente aos crimes, por considerá-los uma reação necessária contra o PCC, o monstro do momento.

Nem todo mundo se lembrou de que o Estado havia participado da gênese do monstro, ao estimular a política de encarceramento em massa sem resolver os problemas de abusos nos presídios, que deram ao PCC a força necessária para se legitimar entre os presos, como afirma o relatório “São Paulo Sob Achaque”, produzido em 2011 pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard em parceria com a ong Justiça Global.

Os crimes de maio de 2006 revelam de novo a PM agindo com uma lógica de Exército em plena guerra, buscando causar o maior número possível de baixas no que considera ser o campo inimigo. No dia em que seu

filho Edson Rogério, um gari de 29 anos, foi assassinado, Débora Maria havia recebido um aviso de um parente policial militar: naqueles dias, quem ficasse “de bobeira na rua” seria considerado inimigo da polícia. Por ser trabalhador, seu filho não se importou com o aviso, achando que não tinha o que temer. Depois que ele foi morto, Débora se juntou a outras mães de vítimas da violência policial e criou o grupo Mães de Maio para lutar por justiça.

Uma luta difícil, já que há uma série de obstáculos para punir os crimes praticados pelos policiais. “Temos pouco controle sobre as nossas polícias”, afirma Adriana. Existem as corregedorias, que podem punir os policiais mas não têm independência, e há as ouvidorias, que têm independência mas não poder de punição.

Até 1996, os PMs eram julgados apenas por seus pares, na Justiça militar, até em casos de homicídio doloso (com intenção). Uma lei transferiu para a justiça comum o julgamento por esses crimes, mas ainda restam privilégios. Quando um PM mata alguém em serviço, o crime não é registrado como homicídio, mas como “resistência seguida de morte”, uma categoria em que, mesmo antes de qualquer investigação, o policial aparece como vítima e o morto, como indiciado. Além de contaminar a investigação, a categoria também afeta os processos, que vão para as varas criminais comuns, em vez de seguir para o Tribunal do Júri, como qualquer homicídio doloso. Em 2007, um relatório da ONU sobre execuções extrajudiciais no Brasil sugeriu que o país abandonasse o registro das resistências, consideradas uma “carta branca” para os abusos da polícia. Mas esta recomendação (também) foi ignorada.

Nos últimos anos, o Brasil parece estar avançando ainda mais na mistura de militarização com segurança pública e até outros setores. O governo Lula sancionou em 2010 uma lei que atribui poder de polícia aos militares, que agora podem revistar pessoas, veículos e embarcações e prender pessoas suspeitas em áreas de fronteira⁸. No Rio de Janeiro, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) tornou-se a principal ferramenta da política de segurança. Em São Paulo, a gestão Gilberto Kassab chamou oficiais reformados da PM para administrar as 31 subprefeituras e a maior parte das chefias de gabinete, além de atuar em órgãos tão diferentes como o Departamento de Transportes Públicos, a Defesa Civil e

até o Serviço Funerário. Enquanto a militarização ganha cada vez mais força, discussões sobre outros modelos de segurança parecem esquecidas no debate público.

Quem não se esquece são os pais, as mães e os filhos das vítimas da violência policial. Organizando-se como podem, sozinhos ou em grupo, eles se movimentam e já conquistam suas primeiras vitórias.

Após seis anos de luta, a mãe de maio Débora conseguiu que o Instituto Médico Legal de São Paulo fizesse a exumação do corpo de seu filho, atendendo a um pedido do Ministério Público. A exumação revelou que Edson havia sido enterrado com uma das balas ainda no corpo, mostrando que houve falhas na investigação do homicídio. É uma vitória parcial, que serve para fortalecer a proposta das Mães de Maio de federalizar a investigação desses crimes.

Enquanto isso, vendo que as investigações da polícia sobre a morte de seu filho não pareciam promissoras, Daniel pediu licença do emprego por 45 dias e passou a conduzir suas próprias investigações, que, entre outras provas, chegaram a uma testemunha-chave que contou ter visto Ricardo e César serem executados pela PM, enquanto gritavam “Pelo amor de Deus, me socorre que eu não sou bandido, não, não me deixa morrer”. “Ela aceitou depor porque, quando tinha 12 anos, a polícia matou o irmão dela”, conta Daniel.

O esforço do pai foi recompensado com a prisão de seis policiais militares acusados pela morte dos dois meninos. “A polícia não tem o direito de matar. Existe cadeia para quê, existe justiça para quê?”, pergunta o pai, que hoje leva uma tatuagem com um retrato do filho no antebraço direito, em cima da inscrição “Meu Herói”.

CRIMES DAS PMs BRASILEIRAS⁹

23/4/1975 – Rota 66: três estudantes são mortos por PMs da Rota, que adulteram a cena do crime para incriminar as vítimas. Mesmo com a descoberta da fraude, a Justiça Militar absolveu todos os acusados.

30/10/1979 – Santo Dias: operário e militante da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva é morto com um tiro nas costas por um PM enquanto distribuía panfletos convocando operários para uma greve.

26/7/1990 – Acari: 11 adolescentes são sequestrados e desaparecem na Baixada Fluminense. Investigações apontaram a participação de policiais, mas ninguém foi preso e o crime prescreveu em 2010. A tragédia deu origem ao grupo Mães de Acari, que teve uma integrante morta em 1993.

2/10/1992 – Carandiru: durante uma rebelião sem réus, a PM invade o Pavilhão 9 da Casa de Detenção, em São Paulo, e mata 111 presos, vários deles com sinais de execução. O comandante da ação, coronel Ubiratan Guimarães, acabou absolvido e elegeu-se deputado estadual¹⁰.

23/8/1993 – Candelária: sete meninos e um adolescente são mortos enquanto dormiam sob uma marquise. Três PMs foram condenados pelo crime.

30/8/1993 – Vigário Geral: PMs de um grupo de extermínio, os Cavalos Corredores, matam 21 moradores da comunidade, no Rio de Janeiro, em retaliação pela morte de quatro colegas. Sete policiais foram condenados.

9/8/1995 – Corumbiara: durante reintegração de posse de fazenda ocupada por trabalhadores rurais sem-terra, PM de Rondônia e jagunços matam 12 pessoas.

17/4/1996 – Eldorado dos Carajás: mandada para desocupar estrada ocupada por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tropa da PM do Pará mata 19 pessoas a tiros e golpes de facão. Os dois oficiais PMs responsáveis pela ação, Mário Colares Pantoja e José Maria Pereira de Oliveira, foram condenados¹¹.

3/3/1997 – Favela Naval: durante blitz em Diadema (SP), o soldado PM Otávio Lourenço Gandra, o Rambo, mata a tiros o conferente Mário José Josino. A cena foi filmada e exibida no “Jornal Nacional”, estimulando debate sobre a desmilitarização da PM. Rambo foi preso e condenado.

31/3/2005 – Baixada Fluminense: grupo mata 30 pessoas em diferentes pontos de Nova Iguaçu e Queimados. Sete PMs foram acusados pelo crime.

2006 - Crimes de Maio: numa reação a ataques do PCC, grupos de extermínio formados por PMs praticam execuções aleatórias em São Paulo e outras cidades, que fazem número de mortos chegar a 493 em nove dias.

2006 – “Matadores do 18”: grupo de extermínio formado por policiais do 18º Batalhão, na zona norte de São Paulo, é responsabilizado pela morte de 17 pessoas, entre elas o tenente-coronel PM José Hermínio Rodrigues, que investigava os crimes.

27/6/2007 – Complexo do Alemão: “megaoperação policial” na comunidade termina com 19 mortos. Relatório da Secretaria de Direitos Humanos apontou sinais de

execução em pelo menos seis deles.

11/8/2011 – Juíza Patrícia Acioli: magistrada que investigava o crime organizado é assassinada com 21 tiros em Niterói (RJ). Investigações apontaram o envolvimento de 11 PMs, entre eles o então comandante do Batalhão de São Gonçalo, tenente-coronel Cláudio Luiz Silva.

11/9/2012 – Várzea Paulista: PM invade chácara e mata nove pessoas que estariam participando de um “tribunal do crime” organizado pelo PCC para julgar um suspeito de estupro. Entre os mortos, a vítima do tribunal. Segundo o governador Geraldo Alckmin, “quem não reagiu está vivo”.

Notas

- 1 Reportagem publicada na *Revista Adusp* 53, de outubro de 2012.
- 2 Jornalista, especialmente convidado.
- 3 United Nations. Draft report of the Working Group on the Universal Periodic Review – Brazil: http://www.upr-info.org/IMG/pdf/a_hrc_wg.6_13_l9_brazil.pdf
- 4 Vide http://www.avaaz.org/po/petition/Desmilitarizacao_das_Policias_do_Brasil
- 5 NEME, Cristina. “A Instituição Policial na Ordem Democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo”. FFLCH-USP. São Paulo, 1999.
- 6 CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.
- 7 *Revista Adusp* 38, p. 68, 2006.
- 8 SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “A militarização da segurança”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Março, 2012.
- 9 Uma atualização desta lista envolveria centenas de casos. Basta citar, porém, a chacina do Cabula, em Salvador, perpetrada pela PM-BA, em 2015, com 12 jovens assassinados; os massacres cometidos pela PM-SP na Baixada Santista em 2023 e 2024 (“Operação Escudo” e “Operação Verão”), que somaram 84 mortes de populares; e a carnificina realizada pela PM-RJ no dia 28 de outubro de 2025, com participação também da Polícia Civil, que causou mais de 120 mortes nos chamados “complexos” de favelas da Penha e do Alemão.
- 10 O caso passou por várias reviravoltas judiciais. Em outubro de 2024, em razão de indulto natalino concedido em 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) extinguiu as penas dos 74 policiais militares condenados pelo massacre. Nenhum dos PMs envolvidos se encontra preso atualmente.
- 11 Os mandados de prisão, porém, só foram expedidos em 2012.

INTELECTUAIS, DEMOCRACIA E PODER — AS ELITES ACADÊMICAS NO BRASIL¹

Zilda Márcia Gricolli Iokoi²

Acervo FFLCH/USP Imagens



Professores franceses, integrantes da missão que fundou a USP, e colegas brasileiros (São Paulo, 1934)

Os pragmáticos qualificam as lutas de resistência ao modelo do saber burocratizado como utópicas, e aperfeiçoam as estruturas de controle e de coerção sobre o conjunto da universidade. Eficiência, mercado, produtividade passam a ser as representações dos pragmáticos, que procuram derrotar a história e as tradições. Os utopistas reivindicam seu direito à reflexão, à maturação das ideias, à universalidade da vida universitária. Já em 1986, porém, o projeto a ser aplicado nas universidades adotou um programa de avaliação quantitativo e produtivista, e do qual dependeriam seus recursos

Neoliberalismo, crise de paradigmas, conciliação como fundamento dos processos democráticos, burocratização do saber como fim em si mesmo, aumento das desigualdades sociais, perda de valores éticos e morais ao mesmo tempo em que esses conceitos entram na ordem do dia, confusão entre o público e o privado, são problemas que aproximam as universidades brasileiras dos dilemas de Rosamundo, último personagem de Stanislaw Ponte Preta, o nosso querido Sérgio Porto, que conseguiu através de uma crítica política bem humorada aguentar a barra do grande *Febeapá*.

De origem humilde, Rosamundo “só não se tornou um marginal por ter sido ensinado por Tia Zulmira e não pelo plano de ensino de nosso Brasil”. Distraído, não se submeteu às exigências burocráticas dos programas de ensino, às idiossincrasias dos professores e às avaliações cada vez mais elaboradas por técnicas eficazes da ciência da computação e dos bancos de dados informatizados.

Não foi aceito nas universidades, mesmo tendo terminado o curso superior. Seu primeiro emprego foi no Ministério do Trabalho, como oficial de gabinete do ministro, no período em que o ministro esteve ausente do gabinete. Depois, fez várias atividades, foi até aeromoço, jóquei ou mesmo investigador de polícia. Sabia de tudo um pouco, e era muito distraído. Tão distraído que confundia produção com confusão, criação com enganação e acabou sendo consultor do Ministério da Educação para implementar o programa nacional de avaliação de desempenho dos universitários brasileiros. Foi um deus-

-nos-acuda! Como Rosamundo poderia avaliar a instituição que não o recebeu nem como bedel? Agitaram-se os acadêmicos contra a interferência externa, contra a opinião da sociedade, contra as prestações de contas.

Mesmo tendo sido lembrado aos acadêmicos que, embora andassem pelas universidades homens como Galileu Galilei, Giordano Bruno, Santayana, Caio Prado, Jacob Gorender e o próprio Sérgio Porto, eles não foram produtos institucionais e ousaram levar a aventura do pensamento contra o que estava pré-estabelecido por poderosas instituições. Estes homens não foram recusados por defenderem uma ideia, mas por defenderem o direito de ter qualquer ideia, lutaram na defesa da liberdade de pensar, de crer, de descrever, de discordar. Eles atestam o caráter conservador do pensamento que se institucionaliza contra a criação do novo, ou seja: contra o perigo do que não está domesticado, ou mesmo controlado por aqueles que se arvoram em detentores dos segredos do conhecimento. Foram homens que a instituição universitária não acolheu no momento em que suas ideias fertilizavam um debate sobre os projetos sociais, sobre o sentido e o saber universitários e sobre a natureza e seu movimento.

O quadro de intervenção e controle criado nas universidades tensiona hoje, mais do que nunca, as relações entre o ato criador e livre que a reflexão exige, e os interesses das estruturas de poder, gigantescas, dentro do sistema nacional de ensino superior. É preciso deste modo retomar o processo de criação das universidades brasileiras, uma vez que essa história particular permite um repensar sobre

os parâmetros e limites da democracia em nosso país. O professor Cristóvam Buarque, em sua obra *A Aventura da Universidade*, procura demonstrar que o conhecimento científico tem se constituído desde o século XVI em racionalidades de investigações e de cálculos que tiram o sonho do novo, da descoberta, das possibilidades que não têm um fim imediato, mas que podem abrir um universo de novas e ricas experiências. Citando o texto de Barnet Livitinoff, Cristóvam Buarque analisa as consequências para a modernidade se os reis católicos tivessem acatado o parecer dos acadêmicos de Salamanca sobre as justificativas da viagem de Colombo. O genovês não teria viajado, e seria outra a história da modernidade. É evidente que, do ponto de vista científico, os universitários acertaram os cálculos do diâmetro da Terra que o navegador genovês errara. Entretanto, a existência de um território desconhecido só foi revelada pelo sonho do navegador, que também defendia ideias consideradas estranhas pelo pensamento hegemônico daquele período.

No caso brasileiro, podemos dizer que houve menos Salamanca e mais Coimbra. Isto é, as primeiras experiências universitárias foram sendo realizadas em moldes mais livres das interferências das estruturas de poder, uma vez que as elites precisaram importar as genialidades acadêmicas do exterior para que pudessem, aqui, estimular uma geração de jovens radicais, que se dedicavam especialmente ao campo da literatura, das comunicações, das artes, a romperem com os esquemas cientificistas da velha Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito.

O projeto da USP buscava formar uma burocracia gerenciadora que atendesse às necessidades das elites. Entretanto, as áreas novas passaram a desenvolver estudos sociolinguísticos, sociológicos, históricos, desvendando as relações sociais, os conflitos de classes, a cultura popular, as questões indígenas

Um paradoxo interessante foi se realizando. As elites paulistas, interessadas em modernizar o país e em demonstrar que o poder econômico e o saber acadêmico centravam-se na região sudeste, em 1934 criaram a Universidade de São Paulo. O projeto matrizava-se pela necessidade de construir um sentido concentrador e hierárquico permitindo a formação de uma burocracia gerenciadora, encarregada da formulação de um sistema que atendesse às necessidades daquele setor social. Entretanto, as áreas novas, estimuladas pela missão francesa, passaram a desenvolver, cada vez com maior eficácia, os estudos sociolinguísticos, etnográficos, arqueológicos, sociológicos, históricos, desvendando as relações sociais, os conflitos de classes, a cultura popular, as questões indígenas, entre outras. É interessante destacar que os estudos mencionados, ao mesmo tempo que permitiam o co-

nhecimento e o controle dos grupos estudados, permitiam, também, a preservação da memória social plural que agia como elo agregador das articulações e da organização dos vários grupos identificados em suas reivindicações de inserção social.

Ao longo dos primeiros trinta anos, o desempenho tanto dos grupos de pesquisa, como os de organização de cursos, acervos e aparato institucional, desenvolveram outras experiências rumo ao acolhimento de novos projetos com objetivos e interesses distintos do projeto original da USP. Nesta mesma instituição, nos meados dos anos cinquenta, Florestan Fernandes reunia um grupo de estudiosos para dar início ao seminário permanente de estudos sobre *O Capital*, cuja necessidade motivava os jovens pesquisadores na apreensão do materialismo dialético e no desenvolvimento das operações intelectuais necessárias no entendimento do socialismo. Diferentemente dos procedimentos anteriores ao século XX, agora, as universidades aceitavam o futuro da civilização e passavam a lutar para justificá-lo. Na Europa e nos Estados Unidos, o debate ideológico ficou circunscrito aos limites da racionalidade e dos objetivos do projeto industrial. Nos vários países europeus, foi nas universidades que se desenvolveram os mais importantes centros de produção científica e tecnológica, definindo as chamadas áreas “duras” — e as áreas “moles”, como as ciências sociais, passaram a copiar seus modelos formais através dos quais seriam distribuídos os benefícios deste avanço. Nos países do Oriente, as universidades cresceram, mas não realiza-

ram a crítica radical dos aparatos de poder que elas mesmas ajudaram a desenvolver, e no terceiro mundo foram utilizadas como instrumento da balança de pagamentos, pois procuravam reduzir a necessidade de importações, também sem criticar seu sentido instrumental.

O crescimento das universidades, no mundo contemporâneo, tem exigido que elas se transformem em palco dos debates que se realizam em torno de demandas e processos sociais que não nascem dentro dela como instituição. Os estudantes, por exemplo, rebelam-se em busca de novos valores e padrões; entre os professores existem também propostas que são formuladas mas não incorporadas nem em currículos e nem em cursos formais. As novas ideias muitas vezes são realizadas fora da instituição, mas gravitam em torno dela, estimulando os debates na comunidade acadêmica.

A crença existente nos estudantes dos anos 1960 de que os acadêmicos seriam capazes de constituírem-se na chave da construção da **utopia**, graças ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não se efetivou. Mesmo considerando o grande crescimento do conhecimento e as proporções inimagináveis de respostas formuladas, as últimas décadas demonstram como as universidades se afastaram dos valores concernentes à construção da **utopia**, consumindo-se em reafirmar os elementos constitutivos da segregação e da exclusão social. Podemos encontrar elementos da mais radical engenharia genética, das sofisticadas operações de implantes e transplantes, da robótica etc., e não encontramos os cientistas

transformando a luta por distribuição social do conhecimento e dos benefícios da ciência. Um dos fenômenos mais gritantes é a fome, seguido das pestes, da crise educacional, que se espalham sobre a população do planeta, sem que essa corporação de mais de sete séculos se manifeste organicamente em favor dos interesses humanitários. Essa acomodação deve-se especialmente à sua recusa em ser inventiva, permitindo que a inventividade se realizasse desde o início deste século nos grandes laboratórios das empresas como a Watt, a Edison, ou as fábricas da Ford. O desequilíbrio entre o pensamento novo e a cartorização do saber esconde mediocridades que devem ser repelidas e promove um excesso de corporativismo atávico e autoprotetor que destrói o sentido mesmo da instituição, promovendo o tédio em lugar do estímulo, a complacência em lugar da crítica, e o paternalismo se interpondo à criatividade e à criação.

Currículos fechados, esquematizados, disputa entre campos do saber que se sobrepõem uns aos outros, hierarquias rígidas, cultura do xerox, precariedade na visão sobre as humanidades tanto das áreas “duras” como dentro dos próprios departamentos das humanidades. A existência de departamentos como elo agregador de currículo é algo que precisa ser rapidamente questionado. É evidente que a especialização aprofundou o campo específico do conhecimento, mas, hoje, a agregação de saberes supõe um perfil institucional amplo que permita o freamento da política de feudos, destruidora da inventividade e impedidora da globalização dos

processos de conhecer e de criticar as assertivas estagnadoras da aventura do pensamento.

A estrutura departamental tem permitido um processo de definição do perfil do profissional, tem servido de eixo organizador dos interesses da área específica e garantido um nível de especificidade aos processos burocráticos e de controle. Essa estrutura, entretanto, realiza o corte vertical na concepção do conhecimento e abre uma luta intestina na defesa de um conjunto de disciplinas cada vez mais numerosas e super especializadas, fazendo, nos cursos de graduação, recortes que têm impedido um processo de formação amplo e sólido para que o estudante possa, por si só, tomar decisões quanto a seu perfil. A fragmentação do saber e a superficialidade dos estudos desenvolvidos estão escondidas em jornadas didáticas estafantes, onde o conferencista explana por longas horas, sendo o aluno um ouvinte disciplinado. O tempo para desenvolver experimentos acompanhados, estudos em bibliotecas e mesmo um lazer cultural não está contemplado na montagem das “grades” curriculares. O espaço para debates públicos, para estudos orientados e para a criação do novo desaparece em prazos, avaliações quantitativas e sem projetos, na mediocridade que os burocratas criaram com objetivos exclusivos de controle.

Lamentavelmente, a crítica a esses padrões de fechamento desenvolvida e revelada pelo existencialismo sartreano e pelo autonomismo lefebvreano não impediu as chamadas reformas universitárias, que se iniciaram com os protestos estudantis contra a cátedra. Na França a insurreição

partiu de Nanterre, em maio de 1968, estimulando a luta pela liberdade de ser e o direito às alteridades, episódio que na Checoslováquia³ denominou-se como Primavera de Praga, atraindo imediatamente a repressão reveladora da ausência de liberdade nos países socialistas, e que no Brasil acirrou os militares golpistas a editarem o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei 477. Fechamento do Congresso e introdução da delação e repressão nas universidades, com a inauguração dos inquéritos policiais-militares, com a censura aos meios de comunicação e finalmente com as cassações de acadêmicos e de estudantes, iniciando um período de sombras muito escuras no processo de reflexão crítica e de questionamento à ordem colonial ainda sobrevivente na longa duração histórica.

Explicitou-se, naquele momento, a impossibilidade de convivência de um projeto de crescimento econômico e de consumo ao lado da utopia libertária que se pautasse, inclusive, nas observações de preservação do meio ambiente. As drogas, o tédio e as neuroses serviam para expor as insatisfações dos existencialistas, ao mesmo tempo em que revelavam o cinismo da modernidade como incorporação social ao mercado. Todos estavam integrados, mas a repressão exigia a integração dentro da ordem. Não importava que as drogas estivessem adentrando no mercado. Tratava-se de circunscrever seu controle pelos donos do poder, uma vez que as oposições e concorrências deveriam estar sendo eliminadas. A incorporação institucional do protesto, sua transformação em mercadoria e a desagregação tan-

to do conteúdo ideológico das lutas democratizantes, como das manifestações com vistas ao rompimento de rotinas alienantes foram sendo assimiladas e passaram a gerar um generalizado sentimento de frustração, desconforto e de medo do futuro. Vive-se um momento onde o trabalho se choca com a inquietação de quem o faz. Deste modo, as novas formas de gerenciamento e controle disputam com a tradição do fazer acadêmico, que foi sendo rotulada como utopista. Formam-se dois partidos: um deles é o dos pragmáticos, que através do discurso qualificam as lutas de resistência ao modelo do saber burocratizado como utópicas, e aperfeiçoam as estruturas de controle e de coerção sobre o conjunto da universidade. Eficiência, mercado, produtividade passam a ser as representações dos pragmáticos, que procuram, por todos os meios, derrotar a história e as tradições. No grupo dos pragmáticos, destacam-se aqueles que resolveram, aparentemente, se interpor aos burocratas, mas que, no âmago de seu ser, acabam querendo apenas substituí-los. O discurso é o de criar instituições menores, mais enxutas, que possam representar um espaço de ações agilizadas, de captação de recursos e de interferências diretas no centro do poder, ou seja: as reitorias. Trata-se, portanto, de um discurso liberal, que aceita os limites pragmáticos de lutar no sentido da maré, de não lutar contra a corrente e de se submeter aos pesos e medidas impostos ao conjunto da vida universitária. Contra a corrente, os utopistas reivindicam o seu direito ao tempo da reflexão, da maturação das ideias, da universalidade da

vida universitária, ou como afirmou Lígia Marcondes Machado, no *Jornal da Adusp*⁴, o direito ao café na cama.

Os pragmatistas, entretanto, não se detiveram na análise da contradição existente entre a invenção de sistemas de alta precisão, processos produtivos superacelerados e a manutenção do homem em jornadas de mais de 15 horas diárias de trabalho, exatamente como ocorria no final do século passado. Ao invés disso, não revelam por que a ciência e a tecnologia não conseguiram libertar o homem, que permaneceu escravo do trabalho. As crenças produzidas no século XIX, de um processo regenerador definido pela evolução tecnológica, não só produziram uma expectativa falsa como submeteram todos os anseios de liberação humana à lógica evolucionista. Em países como os latino-americanos, onde a dependência tecnológica persistiu de forma tão intensa, agregou-se a essa submissão a existência de excluídos que nem sequer constituíram-se em exército de reserva e já passaram a aparecer como “mão de obra sobran-te”, condenada à miséria e a condições de vida inteiramente desumanas. Deste modo, o tema das políticas públicas se colocou como uma das metas substantivas na superação das desigualdades profundas no momento atual. Os governos militares adotaram o conceito de políticas sociais com objetivo de institucionalizar o controle sobre a distribuição de rendas e, deste modo, empreender o processo de regulação política pela noção de produtividade econômica, privilegiando o setor associado aos projetos faraônicos construídos com os recursos da poupança e do FGTS⁵.

A discussão sobre as políticas públicas envolveu as universidades inicialmente com objetivos corporativos, através da demanda por carreiras e salários. A percepção de globalidade da exclusão, entretanto, motivou de modo claro a ampliação das discussões para os marcos de referência da necessidade de planos de desenvolvimento de ciência e tecnologia, de ampliação da produção de conhecimento e da necessidade de extensão de serviços a setores sociais excluídos, uma vez que para as empresas e os setores sociais privilegiados a apropriação do saber produzido pelas universidades tem sido direta. Esse processo de reconhecimento da necessidade de expansão dessas políticas motivou os chamados utopistas a se oporem de forma radical ao neoliberalismo e à política de redução dos compromissos do Estado nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, além de habitação, transporte, etc.

Inúmeros foram os ministros dos governos militares oriundos de universidades. As articulações dessa *intelligentsia* respaldavam as políticas governamentais, atraíam recursos para o setor de pós-graduação e promoviam a adesão de estudantes e de professores de forma acrítica

A problemática das lutas pelas políticas públicas determinou, também, os intelectuais das universidades a se constituírem como uma *intelligentsia* especializada em definir metas, estratégias e planos de desenvolvimento que pudessem ser entendidos como tecnicamente perfeitos na legitimação das vantagens comparativas internas às universidades e ao projeto dos grupos no poder. Inúmeros foram os ministros dos governos militares que saíram das universidades. As articulações desses acadêmicos respaldavam as políticas governamentais e atraíam recursos aos programas de desenvolvimento dos setores de pós-graduação, promovendo a adesão de estudantes e de professores de forma acrítica. As reformulações empreendidas foram sendo encaminhadas em duas direções: fragmentação e atomização dos grupos e do sentido universalista e especialização cada vez mais verticalizada. Os aspectos positivos desse processo realizaram-se de modo efetivo no desenvolvimento do conhecimento e da ciência. Os negativos, na submissão à política do favor e dos interesses interpessoais e na apropriação privada do conhecimento.

A crise dos governos militares não alterou de forma substantiva esse quadro. Em primeiro lugar, porque o partido pragmático procurou capitanear a adesão ao grupo que empreendeu a crítica radical aos governos militares; em segundo, porque a ideologia da competência técnica os qualificava para a adesão aos novos grupos que se constituíram na transição conservadora. É interessante perceber que, em 1986, o projeto criado para ser aplicado nas uni-

versidades definia a constituição de um programa de avaliação, quantitativo e produtivista, ao mesmo tempo que, através dessa avaliação, seriam definidos recursos e “níveis” para as instituições de ensino superior.

As lutas empreendidas pela sociedade civil ao longo dos anos 1980-90 não se efetivaram devido ao consenso entre os intelectuais, mas pelo posicionamento ético que as classes subalternas conseguiram produzir nos anos de resistência contra o discricionarismo dos governos militares. Assim, enquanto a sociedade civil assumia suas tarefas históricas, na universidade a reforma limitava-se a seus aspectos mais restritivos.

Se tomarmos como referência as articulações de Rosamundo no grande *Febeapá* tornado ficção por Sergio Porto, verificaremos que ele se organizou nos movimentos sociais e passou a ser cada vez mais respaldado por coletivos e não “acabou no Irajá”. Das oportunidades encontradas ao longo de suas peripécias pelas academias e ministérios, sensibilizou-se com as discriminações e exclusões sociais encontradas. Aconselhado por Tia Zulmira, procurou aliados nos de baixo, uma vez que os catedráticos perderam as cátedras e não a pose nem o poder de mando pessoal. Aliou-se a grupos reivindicatórios e fundou associações que mais tarde tornaram-se sindicatos. Organizou estatuintes pelo Brasil afora. Participou de colegiados para a proposição de políticas públicas e de novas formas de agregação de conhecimentos. A organização de setores coletivos bem definidos, coerentes, dotados de uma ética própria, passou a ser indispensável à consti-

tuição da democracia. Os conflitos se expressaram de forma clara e coerente, permitindo a solução de forma agregada e não como multidões atomizadas de interesses individuais.

Desses conflitos, resultaram identidades de classe, num processo prático e teórico. Exatamente como pode definir Antonio Gramsci, o processo prático enraíza-se nas formas de propriedade e do trabalho, expressa-se no desenvolvimento de costumes compartilhados e de uma ética própria, manifesta-se através de movimentos sociais e culmina em formas de associação gremial. O processo teórico tem raízes e ganha sentido no anterior, identifica-se com a direção intelectual e moral da classe, estando responsabilizados por esta tarefa os chamados intelectuais orgânicos. Deste modo, as tensões existentes entre os diferentes grupos não podem ser entendidas fora dos marcos em que elas se definiram.

Se tomarmos como parâmetro as questões que têm envolvido os intelectuais em seus debates públicos, poderemos verificar que têm proposto o tema da democracia social como radicalização consequente da idéia de soberania política do povo. Essa idéia fundamental está baseada na noção moderna de direito natural, sem a qual estaria definido o retorno ao absolutismo. Independente da dose de alienação existente na entrega da representação a outrem, essa representação não estaria definida nos limites do pensamento roussoniano. Os magistrados do povo e o poder de pressão da sociedade civil sobre a sociedade política podem garantir que a democracia esteja sendo construída e preservada. No que

se refere às universidades, podemos afirmar que, com as representações estudantis, de servidores docentes e não-docentes, é possível frear a entrega voluntária do conhecimento e dos vários campos do saber a grupos de controle e coerção cujas dificuldades de representação são cada vez maiores. As lutas empreendidas em defesa das políticas públicas e da universidade em geral englobam-se nos processos de constituição da soberania popular.

Este é o ponto atual das divergências entre os pragmáticos e utopistas. Os primeiros querem elaborar políticas a serem aplicadas sobre Rosamundo e os outros. Os segundos querem que Rosamundo e os outros se constituam como sujeitos reais do

Estado. Este quadro nos coloca desafios a serem superados, mas para os quais não temos senão um tênue quadro tendencial. O governo que ora se constituiu definiu a vitória dos pragmáticos, mas terá que dialogar com os utopistas ou retroceder para o Brasil arcaico⁶.

Trata-se de um momento ímpar nesta história republicana brasileira. A ação dos movimentos sociais permitiu a constituição de formas de enfrentamento autônomas das instituições do Estado, da velha dependência dos caciques regionais e mesmo das estratégias dos partidos políticos de esquerda. Essa ação garantiu, de um lado, a certeza da possibilidade de alteração de quadros e de processos políticos quando a sociedade define

intervir em defesa de seus interesses. Por outro lado, os políticos tradicionais precisam incorporar as bandeiras das lutas populares e seus temas, se estiverem disputando cargos públicos. Desde a crise do regime militar, a sociedade civil tem se apresentando à frente das lutas exigindo alterações no encaminhamento de suas questões. Das “Diretas Já” às CPIs do Congresso Nacional, o crescimento da consciência popular e a exigência de publicizar a política brasileira exigem das universidades total engajamento nestas lutas, uma vez que a vitória das demandas populares pode significar a superação do patrimonialismo, parte da longa duração braudeliana cuja origem remete ao projeto colonial português.

Bibliografia

- Ponte Preta, Stanislaw (Sérgio Porto). *O Festival de Besteira que Assola o País* (“Febeapá”). Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1966.
- Ponte Preta, Stanislaw (Sérgio Porto). *Rosamundo e os Outros*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1968.
- Litvinoff, Barnet. 1492: *The Decline of Medievalism and Rise of Modern Age*, N. York, Scribner’s Editors 1991, p. 52.
- Machado, L.M. “Café na Cama”, in *Jornal da Adusp*, S. Paulo, nov. 1993. O PAEG (1964-66); o PED (1968-1970); o I PND (1970-73); o II PND (1974-79) e o III PND (1980-85) definiram serem atribuição do governo as políticas sociais, ao mesmo tempo em que aplicavam o arrocho salarial e a concentração de rendas.
- Augusto, M.H. “Políticas Públicas, Políticas Sociais e Política de Saúde: algumas questões para reflexão e debate”, in *Tempo Social*, Rev. Sociologia.
- USP S. Paulo, 1(2)105-119, 2º semestre, 1989. O Projeto GERES, à época ainda sendo implementado nas universidades, procurava estabelecer a existência de centros de excelência e de unidades vulgarizadoras do conhecimento, em lugar de definir um padrão unitário de qualidade, com desenvolvimento da pesquisa, da capacitação docente e dos projetos regionais de atuação.

Notas

- 1 Artigo publicado na edição número 1 da *Revista Adusp* (dezembro de 1994).
- 2 A autora é docente do Departamento de História da FFLCH.
- 3 Em 1993, esse país deixou de existir, dividindo-se em dois outros: a República Tcheca e a Eslováquia.
- 4 Periódico da Adusp publicado de 1986 a 1994, substituído em 1995 pelo *Informativo Adusp*, de publicação quinzenal (atualmente *Informativo Adusp Online*).
- 5 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado pela Ditadura Militar (1964-1985) como forma de compensar o fim da estabilidade no emprego e fomentar a construção de moradias populares.
- 6 Referência à vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais daquele ano, à frente da aliança PSDB-PFL, e que daria início à implantação de um vasto programa de reformas neoliberais no país.

FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE¹

Francisco Miraglia Neto²

Fábio Durand/USP Imagens



O uso plural de “saber” é tão necessário hoje quanto ontem. Basta lembrar o desrespeito e a desqualificação com que são tratados todos aqueles que discordam da ladainha neoliberal. Penso ser uma questão política e estratégica importante a internalização, por parte de uma parcela significativa dos membros da universidade, da ideia de que o projeto e concepção de universidade que tenta se impor, produtivista e empresarial, é inevitável: “O mundo ficou assim mesmo”. Rejeito, energeticamente, qualquer concepção stakanovista ou taylorista do trabalho intelectual ou da universidade

Ao debatermos o tema “Financiamento da Universidade”, julgo importante, antes, buscarmos respostas ao seguinte questionamento: desenvolvemos, de fato, a capacidade de produzir saberes fundamentais e aplicados? Ao focar a questão do ponto de vista dos saberes, penso ser mais fácil identificar a articulação entre os trabalhos intelectuais que dão origem aos saberes fundamentais e aplicados. Além disso, em todas as áreas de atividade acadêmica — matemáticos, físicos, filósofos, sociólogos, antropólogos, economistas, psicólogos, engenheiros, etc. — existem pessoas cujo trabalho intelectual é mais voltado para um ou outro desses aspectos: o fundamental ou básico e o aplicado.

O trabalho intelectual produz articulações de categorias, conceitos, ideias e noções — que pretendemos ter a ver com o mundo em que vivemos — e que servem de matéria-prima para os saberes. Um saber é constituído no domínio do público, no debate que se dá no interior da sociedade, que subsiste num certo tempo histórico, com uma certa organização social e com um certo modo de produção econômico. Assim, a terra já foi chata e centro do universo.

A importância do plural — saberes — está em registrar que o que hoje consideramos óbvio (a terra não é chata, não é o centro do universo) existia como proposta de concepção na época em que o “saber oficial” determinava — por razões que bem conhecemos — o contrário. Ou seja: os paradigmas que norteiam o “correto” ou “verdadeiro” sofrem influência decisiva de condições de contorno de natureza social, cultural

e econômica. O uso plural de “saber” é tão necessário hoje quanto ontem. Basta lembrar o desrespeito e a desqualificação com que são tratados, pelo governo e pelos meios de comunicação, todos aqueles que discordam da ladainha neoliberal que assola o país. Embora eu esteja sempre disposto a resistir à monotonia e à mistificação do “já sabemos tudo”, é inegável que este procedimento está presente também na universidade. Além disso, penso ser uma questão política e estratégica importante a internalização, por parte de uma parcela significativa dos membros da universidade, da ideia de que o projeto e concepção de universidade que tenta se impor, produtivista e empresarial, é inevitável: o mundo ficou assim mesmo. Rejeito, energeticamente, qualquer concepção stakhanovista ou taylorista do trabalho intelectual ou da universidade.

Frequentemente, as condições de contorno sociais, culturais, políticas e econômicas, que são decisivas para o estabelecimento de saberes, mas desqualificadas por alguns como “políticas”, são tratadas como se nada tivessem a ver com a constituição de saberes. Na melhor das hipóteses, isto é um equívoco teórico e de compreensão da *praxis*. Mais frequentemente, trata-se apenas de um recurso político para retirar do trabalho intelectual algumas de suas características mais importantes: rigor, crítica, impulso de autodeterminação e percepção do contexto histórico, social, econômico e cultural dentro do qual se exerce.

Não há diferença entre o trabalho intelectual e social que origina saberes fundamentais e aplicados.

As características básicas mencionadas acima são tão necessárias em um quanto no outro, seja na prática individual, seja na elaboração social que os constitui.

Os saberes aplicados transformam saberes básicos em métodos, processos, políticas — no sentido de *policies*, diretrizes de ação — e objetos que são apropriados de maneira diferenciada dentro de uma sociedade. Isto gera conflitos e problemas, que passam a fazer parte da agenda do trabalho intelectual que origina saberes fundamentais, que por sua vez geram reflexão para constituir saber aplicado, num ir e vir constante, que reforça e alimenta ambas as atividades. Como não podia deixar de ser, este movimento e todas as suas etapas estão sujeitos às mesmas condições de contorno descritas acima.

No entanto, no caso dos saberes aplicados é mais fácil fazer uma pergunta fundamental: “para quem serve?”. Entender o modo como os saberes básicos e aplicados se constituem, representando em geral os interesses de “progresso” da parcela socialmente dominante, não significa aceitar que os processos, métodos, políticas e objetos assim produzidos são para o bem de todos. Embora o contrário seja repetido constantemente, que eles são para o bem comum, é um fato corriqueiro que não o são. O que mostra que é perfeitamente possível fazer declarações obviamente contrafactuais, exaustiva e impunemente.

Os saberes básicos e aplicados se constituem de forma articulada, vicejam num mesmo ambiente. São árvore, flor e fruto do mesmo ecossistema social, cultural e econômico.

Priscas eras, quando a descoberta de um transformava-se na mão de outro e tempos depois, em aplicação. Hoje, quem não tiver a capacidade de constituir os dois fica sem nenhum.

A ideia de que as sedes do capitalismo irão financiar a produção de conhecimento básico — que irá se constituir em um saber fruto do seu poder econômico e político — enquanto que Brasis, América, África e Ásia afora, conseguirão transformar este conhecimento em aplicações novas e valiosas, é, na melhor das hipóteses, um grave equívoco.

É absolutamente necessário, para reverter as condições indignas em que foi colocada a esmagadora maioria da população brasileira, que seja implantada uma política de desenvolvimento que permita o crescimento acelerado da nossa capacidade de constituir, articuladamente, saberes básicos e aplicados.

Não há atalhos para construir o ambiente onde prospere o desenvolvimento articulado de saberes fundamentais e aplicados: 10% do PIB para educação e ao menos 2% do PIB para desenvolvimento científico e tecnológico. E isso durante décadas

Dois exemplos, tirados da história recente dos EUA, podem ilustrar este ponto:

1) a corrida aos cientistas europeus, para popular as universidades dos EUA, depois da 2ª Guerra Mundial;

2) em 1996, o Congresso dos EUA discutia se mantinha, diminuía ou ampliava o financiamento público da pesquisa básica. A inclinação a diminuir gastos fazia com que a proposta de corte, velha conhecida nossa, aparecesse como a mais provável de passar. No dia 16 de fevereiro de 1996, foi publicado no *Washington Post* um manifesto defendendo, energeticamente, o financiamento público da pesquisa básica, sob ameaça de comprometer o “*american way of life*”. Era assinado pelos CEO (*chief executive officer*) de 21 das maiores multinacionais do planeta. Os argumentos não poderiam ser mais claros: embora reconhecendo que pesquisa básica e aplicada vão juntas, registravam que uma corporação precisa dar lucro e não tem como “arriscar” dinheiro em pesquisa básica, que não tem tempo garantido para apresentar resultados. Esta responsabilidade, estratégica e central, era do Estado.

O Brasil não é sede de interesse de nenhuma empresa de grande porte para montar centros de pesquisa financiados por capital privado. Além disso, a parcela de capital privado destinada à pesquisa básica continuará insignificante ou inexistente. Portanto, os instrumentos básicos de construção de uma política de independência na produção de saberes básicos e aplicados, de desenvolvimento em grande escala da pesquisa básica, das humanidades e da pesquisa aplicada são as escolas públicas de 1º e 2º graus e as universidades públicas.

É claro que precisamos também de melhores condições de vida, saúde e trabalho para todos, juntamente com escolas públicas, gratuitas, de qualidade e com acesso garantido para todos. As universidades públicas devem ser centros de integração do ensino, da pesquisa e da extensão. Ou seja: da divulgação e discussão crítica de saberes, da produção crítica de saberes básicos e aplicados em todas as áreas e de articulação entre saberes. Não precisamos de escolões de terceiro grau, nem de balcões de vendas de serviços ou adaptações tecnológicas, algumas vezes usados como eufemismo para “extensão”.

Não há atalhos para construção do ambiente onde possa prosperar o desenvolvimento articulado de saberes fundamentais e aplicados: 10% do PIB para educação e ao menos 2% do PIB para desenvolvimento científico e tecnológico. E isso durante várias décadas. Como isto é um programa estratégico, podemos começar por não destruir — ou melhor reconstruir — a estrutura de trabalho intelectual fundamental e aplicado já instalada. Este programa inclui as seguintes providências: a) o tempo integral com dedicação exclusiva deve ser, em todas as áreas, o regime fundamental de trabalho na universidade. Deve ter remuneração compatível com esta perspectiva; e b) a instituição universidade tem de combater, pública e energeticamente, a perspectiva de arrocho de verbas para todos os níveis de atividade educacional, acadêmica e de pesquisa, incluindo o 1º e 2º graus.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para registrar, mais uma vez, que o problema não é falta

de dinheiro, mas de vontade política de ver o Brasil resolver as suas profundas desigualdades sociais e econômicas, mantendo os privilégios característicos da elite dominante. O PIB brasileiro é cerca de 750 bilhões de dólares anuais. O PIB de São Paulo é cerca de 300 bilhões de dólares anuais. A arrecadação global de impostos raramente atinge 25% do PIB, quando em países organizados — alguns dos quais são modelos na retórica do governo — é tipicamente cerca de 50% do PIB.

Em São Paulo, o orçamento do Estado é cerca de 10% do PIB paulista. Do ICMS e IPI pagos pela população, 50% são sonegados. Apropriação indébita, sem problemas e sem vergonhas.

No lugar de uma estrutura tribu-

tária baseada em um imposto progressivo sobre a renda, temos uma estrutura tributária baseada em impostos indiretos, na qual o imposto pago independe da renda do consumidor. Que é, depois, sonegado.... A reforma tributária que um dia será discutida no Congresso Nacional, mantém tudo como está. Exceto é claro, pelo fato de que o governo está propondo reverter a perspectiva distributiva da Constituição de 1988, aumentando a parte do governo federal e diminuindo a dos estados e municípios.³

Sem falar no dinheiro para salvar a incompetência e ganância de banqueiros, ou na dívida externa brasileira, que era privada, mas se tornou pública por obra do privatista Delfim Netto.

Já não era hora de a instituição universidade pública entrar nesta briga, em defesa de quem, na realidade, a sustenta? Reconhecer que a universidade não está nem acima, nem além, nem pode ser vacinada contra a política seria um passo importante. Mais importante ainda seria mostrar a sua responsabilidade para com todos os membros da sociedade na qual está inserida.

Já não era hora de termos reitores que possuíssem liderança para estimular a instituição universitária a contribuir, política e intelectualmente, para um projeto de desenvolvimento dos saberes básicos e aplicados, tão importantes para superar a opressiva desigualdade social com a qual convivemos cotidianamente?

Notas

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 11, de outubro de 1997, no contexto de mais um processo sucessório na Reitoria da USP.
- 2 O autor é professor titular sênior e Professor Emérito do Instituto de Matemática e Estatística (IME) e ex-presidente da Adusp (1987-1989).
- 3 Uma reforma tributária foi finalmente aprovada pelo governo Lula em 2024 e deverá entrar em vigor em 2026, com reflexos sobre o financiamento das universidades estaduais paulistas, uma vez que o ICMS será gradualmente extinto até 2033 e substituído pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A proposta do Fórum das Seis é de que o atual modelo de financiamento — repasse anual, em parcelas mensais, de 9,57% da Quota-Parte Estadual do ICMS (cabendo à USP 5,07%) — seja substituído por outro, baseado no sistema de financiamento da Fapesp (1% do total do produto da receita tributária líquida do Estado-RTL). Assim, seria anualmente destinado à USP, Unesp e Unicamp o montante de 8,64% do total do produto da RTL. No entanto, as questões de fundo da tributação permanecem: além da sonegação consentida, há o impacto das desonerações fiscais. A Lei de Diretrizes Orçamentárias-2026 autoriza o Estado a abrir mão de R\$ 78,7 bilhões de ICMS, em benefício de grandes grupos empresariais.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA DOCÊNCIA¹

César Augusto Minto², Nobuko Kawashita³ e Rubens Barbosa de Camargo⁴

Marcos Silva/USP Imagens



A privatização crescente ameaça descaracterizar a formação e o exercício docente, na medida em que o professor — fragilizado pelo fim da dedicação exclusiva, da estabilidade, da autonomia pedagógica — tende a tornar-se “privatizado”, por cumplicidade com o modelo privatizante ou pela busca de saídas individualistas. Como explicar a proliferação de “fundações” no interior das universidades públicas? O quadro de desmantelamento do ensino superior público, e incitação do privado, não comprometeria a pesquisa, e, no limite, a própria soberania do país?

Apresentamos neste texto algumas preocupações referentes sobretudo à docência, provocadas seja pelo que está apontado pelas políticas públicas em vigor, seja pelo que consideramos ideal. Faremos uma breve contextualização do tratamento dispensado à formação de professores e ao exercício da docência após a Constituição Federal de 1988 (CF/88), vale dizer, após o novo “contrato social”.

O quadro aqui traçado já deve ser bem conhecido, mas é lembrado com o objetivo de pensar alternativas para alguns problemas e identificar aspectos de suas raízes. A tentativa é a de desvelar intenções que encobrem interesses e razões das reformas educacionais implementadas pelos governos brasileiros, por iniciativa própria e ou por orientação direta da United States Agency for International Development (Usaid), nas décadas de 1960 e 70, e do Banco Mundial (BIRD), nos dias atuais.

A educação, apesar de oficialmente alardeada como prioritária, nunca deixou de ser tratada como apêndice e a reboque de políticas econômicas que privilegiam interesses das elites. Por estar nessa condição é que, por exemplo, toda vez que se alega a necessidade de contenção de recursos públicos, as áreas sociais são ainda mais sacrificadas. A própria criação das universidades reflete a concretização de um projeto de parcela das elites; desde o nascedouro, nossa universidade pouco se caracterizou pela preocupação com a sociedade, apesar de sempre ter havido indivíduos ou grupos que se contrapuseram a isso, inclusive nos momentos de autoritarismo mais atroz.

A insistência em manter esse modelo elitista interfere tanto na condução das políticas de governo para a educação superior como no interior de suas instituições. Nestas últimas, alguns reflexos podem ser identificados por dirigentes, docentes, funcionários e estudantes, pela forma como se estabelecem dicotomias e ou hierarquizações entre pesquisa e ensino, teoria e prática, bacharelado e licenciatura, carreiras “nobres” e “populares”, entre outras. Trata-se de naturalizar a ideia de prestígios diferenciados entre atividades, produções acadêmicas, cursos e carreiras, como se esses não deveriam ser tratados de forma intrinsecamente complementar, indissociada e socialmente necessária.

Do ponto de vista mais amplo, a decorrência mais direta disso se consubstancia na diferenciação operacionalizada no ambiente universitário entre o pensar e o fazer, o construir e o reproduzir, o criar e o consumir. Tais concepções, no limite, explicitam a tentativa (deliberada ou não) de fazer prevalecer a subordinação ao invés da soberania, a heteronomia ao invés da autonomia, a dependência ao invés da liberdade, o privilégio ao invés da democracia. Do ponto de vista mais restrito, a consequência mais clara é adotar como eixo da produção acadêmica a racionalidade tecnoburocrática subordinada apenas aos interesses do mercado, em vez de elucidar o desconhecido na perspectiva de universalizar os direitos civis, políticos e sociais.

A obstinação em formar docentes (e também não-docentes) com referência nesse modelo elitista vai

continuar produzindo profissionais: 1) sem compromisso com a função social da educação superior; 2) não formuladores de novos conhecimentos e tecnologias que contribuam para a solução de velhos e novos problemas; 3) apenas transmissores e ou executores acríticos de conteúdos já consignados em manuais; e 4) pragmáticos com formação aligeirada, utilitarista, em lugar de formação sólida, de boa qualidade, voltada para os interesses sociais.

Tanto as reformas políticas mais amplas como as específicas da área redundam em desvalorização da docência em todos os níveis. Forte indicadora disso é a precarização das condições de vida e trabalho dos profissionais em educação: os baixos salários a que vêm sendo submetidos ao longo de décadas; a ausência sistemática de concursos públicos e de planos de carreira; a inexistência de mecanismos de aperfeiçoamento e atualização; a imputação de jornadas exaustivas e itinerantes para providenciar a sobrevivência. Tal adversidade tem ocasionado crescente deterioração do exercício da docência, dificultando a formulação de projetos político-pedagógicos que, por meio da integração de ações individuais e coletivas, garantam um melhor desempenho de unidades e sistemas escolares.

Nessas condições, a formação e o exercício da docência colocam-nos o desafio de vislumbrar se as mazelas constatadas serão enfrentadas pelas reformas, sobretudo após a CF/88, pelas autoridades públicas que deveriam atender aos interesses da população. A resposta parece negativa, na medida em que tais

mazelas refletem, mas também não deixam de ser instrumentos de autorreprodução.

A formação e o exercício docente sofrem os impactos provocados não só pelas políticas da área, mas por todas as ações de governo, sobretudo pela reforma do Estado levada a cabo pela gestão Bresser Pereira no Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). Arrolaremos alguns instrumentos dessas políticas, tentando pensar o cenário educacional que está sendo construído, pois é urgente vislumbrar alternativas que criem chances de um exercício profissional consciencioso, o que pressupõe uma formação de qualidade social que, segundo o Plano Nacional de Educação-Proposta da Sociedade Brasileira, “implica providenciar educação escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população” (ver *Revista da Adusp* nº 15, 1998, e o site da Adusp).

Entre os instrumentos de implementação dessas políticas podemos citar: a Emenda Constitucional (EC) nº 14/96, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); a EC nº 19/98, que trata das normas da Administração Pública; a EC nº 20/98, que modifica o sistema de previdência social; a política econômica do governo, que visa em especial à estabilização da moeda e ao corte do déficit público; a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB; o Decreto nº 2.306/97, que regulamenta a organização e o funcionamento das Instituições

de Ensino Superior (IES); a Lei nº 9.131/95, que institui o Conselho Nacional de Educação, o Exame Nacional de Cursos (“Provão”) e as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação; o documento “A Política para as Instituições Federais de Ensino Superior” (MEC, 1995), que anuncia um “novo modelo de financiamento” para uma “verdadeira revolução” na relação entre o poder público e as universidades; o Projeto Organizações Sociais (MARE, 1997), que pretende substituir instituições públicas, fundacionais ou autárquicas, por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; o Decreto nº 2.026/96, que estabelece procedimentos de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior; o Decreto nº 3.276/99, que dispõe sobre a formação de professores para atuar na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental; a Portaria nº 438/98, que institui o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), permitindo uma forma alternativa de seleção para ingresso no ensino superior; a Lei nº 9.678/98, que institui a “Gratificação de Estímulo à Docência” (GED) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); o Plano Nacional de Educação - Proposta do Executivo ao Congresso Nacional (PNE-MEC, 1998).

Assim como não citamos todos os instrumentos da fúria legiferante do governo, não nos deteremos na análise de cada um deles, embora consideremos essencial o estabelecimento de nexos entre as políticas neles consolidadas e seus impactos na formação e no exercício da docência.

A LDB explicita o projeto de negação do modelo de universidade pautado na indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tal projeto, a formação de docentes baseada na tríade ensino, pesquisa e extensão seria muito onerosa

A LDB e as demais leis sobre a educação superior explicitam o projeto adotado pelos governantes: a privatização, já sinalizada em legislações anteriores, e a negação do modelo de universidade pautado na indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Tal projeto traduz e aprofunda diretrizes dos organismos internacionais: desresponsabilização do Estado, privatização generalizada, privilégio da racionalidade técnica, restrição da democracia, exclusão social. Para esse projeto, a formação de professores prescinde da pesquisa. Alega-se que o modelo de formação de profissionais que considera a tríade ensino, pesquisa e extensão (sequer consolidado no país) é muito oneroso. Esse pressuposto, que também interfere no exercício da docência, é utilizado para justificar: 1) o não investimento de recursos públicos, 2) a necessidade de buscar outras fontes de financiamento e 3) a oferta de formas

diferenciadas de educação superior. Daí algumas consequências que se desdobram em cascata.

O não investimento na educação superior pública tem implicado o contingenciamento de verbas, o achatamento salarial e a diminuição de docentes e funcionários. Qual docente não tem se deparado com a falta ou deterioração de materiais e equipamentos imprescindíveis ao seu trabalho? Com as precárias condições de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros recursos? Quantos docentes não têm-se defrontado com a indignação e a desmotivação diante do deliberado e crescente aviltamento salarial? Quantos não estão sendo obrigados a abandonar a profissão ou a aposentar-se, buscando um patamar mais digno de vida? Quem entre nós ainda não se deparou com a sobrecarga de trabalho devido à insuficiência e ou à falta de pessoal, docente ou não? Quem não se viu tolhido da realização de seus projetos, assoberbado, seja pela excessiva burocracia, seja pela redução de verbas para pesquisa, bolsas de iniciação científica, de mestrado, entre outras, que propiciam a construção do conhecimento e sua disponibilização para a sociedade?

Buscar outras fontes de financiamento impõe o assédio gradual à iniciativa privada, a cobrança de taxas e serviços prestados nas instituições públicas e a extinção progressiva do ensino superior gratuito. Quais seriam as decorrências da delegação crescente desse ensino aos setores particulares? Seu desenvolvimento não se subordinaria apenas aos interesses da iniciativa privada, descaracterizando a natureza, a

identidade e as funções sociais das instituições de ensino superior? O pagamento de taxas e serviços não significaria reincidência, injustiça e ilegalidade? Não se constituiria em dupla penalização daqueles para os quais o ensino público e gratuito significa oportunidade única de acesso? A privatização crescente não caracterizaria a formação e o exercício docente, na medida em que o professor — fragilizado pelo fim da dedicação exclusiva, da estabilidade, da autonomia pedagógica — tenderia a tornar-se “privatizado”, seja por cumplicidade com o modelo privatizante, seja pela busca de saídas individualistas? Como explicar a proliferação de “fundações” no interior das universidades públicas? Tal quadro não comprometeria a pesquisa, sobretudo a básica, e, no limite, a própria soberania do país?

A oferta de formas diferenciadas de educação superior — universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (artigo 8º do Decreto nº 2.306/97) — tenta privilegiar a “flexibilização” da formação, o aligeiramento e a fragmentação dos saberes veiculados, obscurecendo os reais objetivos das reformas educacionais em curso: o barateamento e a subserviência às regras do mercado. Se não, o que significariam tais instituições, hierarquizadas, mas sequer claramente definidas? Suas funções corresponderiam à oferta de cursos para ricos e treinamento profissional específico e aligeirado para pobres?

A quem beneficiariam, de um lado, o uso indiscriminado da educação à distância com o objetivo de

formar docentes e, de outro, o uso intensivo de tecnologias — Internet, vídeos, redes locais (LANs), CD-ROM, teleconferências, entre outras — com objetivo de substituir cursos presenciais? À semelhança das “curtas” licenciaturas, os cursos sequenciais (autorizam egressos de quaisquer cursos superiores a lecionar após breve complementação pedagógica) não contribuiriam para comprometer ainda mais a educação básica, com reflexos negativos na superior, colaborando para a manutenção de um ciclo vicioso e excludente? É fundamental perceber que o combate governamental à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão (supostamente para racionalizar recursos, melhorar a produtividade acadêmica e ampliar o acesso) encobre a intenção de desmantelar o ensino superior público e incitar o privado. As razões ficam ainda mais claras quando se percebe o potencial desse nível de ensino enquanto mercado promissor para investimentos internos e ou externos de capital. Afinal, não seria o lucro a vocação peculiar e primeira da empresa-escola? Pois bem, segundo os Censos do Ensino Superior (MEC, 1994 e 1998), entre 1994 e 1998 houve um aumento de 67,7% nas matrículas do ensino superior no setor privado (de 787.801 para 1.321.229), enquanto que, no setor público (federal, estaduais e municipais), observou-se um aumento de 16,6% (de 690.450 para 804.729). O número de universidades particulares saltou de 59 para 76, enquanto que as do setor público passaram de 68 para 76. Tais dados revelam a privatização em curso no país.

Todavia, observe-se que o número de concluintes em 1993 e 1997, no setor privado, foi de 155.387 e 168.302, respectivamente, constituindo um aumento de 8,3%, enquanto que, no público, foi de 84.882 e 106.082, respectivamente, um aumento de 25%. Assim, mesmo sob um olhar mais tecnocrático, portanto sem entrar no mérito da qualidade de ambos, pode-se ignorar uma maior “produtividade” do setor público?

Ademais, ao adotar a prática de avaliação externa exclusivamente por meio do “provão”, o governo permite que instituições privadas sem escrúpulos potencializem lucros, tanto por meio da criação de “cursinhos” para melhorar o desempenho de seus egressos no “Provão”, quanto da utilização dos resultados deste como mais um mecanismo de marketing! Se tentam desqualificar o ensino público para alavancar o particular, confirma-se o melhor desempenho dos egressos das escolas públicas.

Enfim, nunca houve tanto controle político, administrativo, financeiro e pedagógico na educação superior pública. Isto significa que não há saída? Não necessariamente. Setores organizados da sociedade civil e parcelas da sociedade política, que defendem a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária, concebendo a educação como um dos instrumentos de transformação social e de formação para a cidadania, têm um projeto que se contrapõe a esse projeto elitista oficial. Estamos diante de um embate de projetos que apontam para cenários distintos: o do governo, que representa os interesses dos setores dominantes, expresso no PNE-MEC,

já em franco processo de implantação; e o Plano Nacional de Educação-Proposta da Sociedade Brasileira, cujos defensores apostam na construção de uma nova hegemonia, tentando fomentar a adoção do todo ou parte de seu ideário nos Estados e Municípios.

Na perspectiva do Plano Nacional de Educação-Proposta da Sociedade Brasileira (1997:59), as universidades constituem-se num patrimônio social e são caracterizadas por um padrão unitário de qualidade, a partir da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e pela universalidade na produção e transmissão de conhecimentos e experiências em todas as suas dimensões (artística, científica, cultural, tecnológica etc.). Assim concebidas, as universidades serão elementos constitutivos de qualquer processo estratégico e de construção de identidade social.

“Assim entendida, a universidade pode também contribuir para a adequação das estruturas do Estado às aspirações democráticas em curso na vida política nacional e internacional e, em especial, ser elemento ativo de intervenção democrática na vida da sociedade brasileira. Para realizar tais tarefas, permanecem, ainda atuais, os desafios de democratização e autonomia da estrutura universitária, para garantir o desempenho da universidade enquanto instituição estratégica da sociedade. A ela caberá a clarificação dos diversos projetos e viabilizar soluções para a complexidade dramática de uma sociedade que é caracterizada por elevados índices de concentração de renda, de baixos salários e de fome” (idem, p. 59).

Respeitadas as suas especificidades, todos os pressupostos mencionados com relação às universidades deverão orientar também as demais Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas. Portanto, há “uma dimensão pública nas instituições de ensino superior que se efetiva simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica. E a condição básica para o desenvolvimento dessa representatividade é a capacidade de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, que exige respeito à diversidade e ao pluralismo. Dessa forma, não lhe cabe apenas preencher uma função de reprodução de estruturas, relações e valores, mas acolher os mais diversos elementos que possam constituir questionamentos críticos, indispensáveis para configurá-la como um dos fatores dinâmicos na evolução histórica da sociedade” (ibidem, p. 59).

As IES assim concebidas devem assegurar “o aperfeiçoamento da formação cultural do ser humano, a proposta de capacitá-lo para o exercício de uma profissão e de prepará-lo para a reflexão crítica e a participação na produção, sistematização e superação do saber, cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar o acesso a esse direito social a todos os cidadãos, inclusive de forma gratuita, oferecido pelas Instituições de Ensino Superior públicas” (ibidem, p. 59).

Sobre formação e exercício docente, qualquer prognóstico responsável, do ponto de vista técnico e/ou político, revelará o quanto será preciso fazer, se a perspectiva for a de

garantir, para todos, uma educação de boa qualidade. Faz-se necessário adotar políticas que aumentem a probabilidade de assegurar formação ampla e sólida, humanista, comprometida com a emancipação da maioria excluída e com a formação de profissionais aptos a contribuir no questionamento de velhos conhecimentos e na produção de saberes novos para solucionar problemas que dificultam o desenvolvimento nacional. Políticas que valorizem a docência, por meio de condições de trabalho adequadas ao desempenho profissional, salários dignos (com piso salarial profissional), planos de carreira, concursos públicos de pro-

vas e títulos sistemáticos, aperfeiçoamento contínuo, conforme o artigo 206 da CF/88. Vale dizer: cidadãos-profissionais que atuem para construir um projeto inclusivo e de qualidade social para o país.

Os argumentos alinhavados neste texto permitem antever os rumos antidemocráticos da educação superior — em especial, da formação e do exercício docente — pretendidos pelos setores sociais hoje representados no governo Fernando Henrique Cardoso que, na tentativa de legitimá-los, utiliza-se do jogo de mídia para buscar a adesão de amplos setores sociais, inclusive a de intelectuais outrora insuspeitos, que

se mimetizam para servir aos governantes de plantão, evocando a imagem de funcionários-camaleões. Enfrentar um cenário desses exige organização e perseverança, pois o que está em jogo é a recuperação do papel do Estado como provedor de direitos civis, políticos e sociais, das instituições de ensino superior a serviço da sociedade, e, em especial, da universidade enquanto nicho de produção de conhecimentos e de crítica aos governos e às políticas que não contemplam os interesses da maioria da população.

Para vencer esses desafios é essencial a contribuição de todos os professores universitários!

Notas

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 19, de março de 2000.
- 2 Professor do Departamento de Educação Escolar e Economia da Educação (EDA) da Faculdade de Educação da USP. Foi presidente da Adusp (2015-2017 e 2005-2007).
- 3 Professora (aposentada) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
- 4 Professor do EDA-USP. Foi secretário municipal de educação de São Carlos (SP).

A GREVE DE 2000: LEMBRANÇAS EMOCIONADAS E UM BALANÇO CRÍTICO¹

Flávio Aguiar²

Daniel Garcia



Passeata do Fórum das Seis durante a greve revela a força do movimento de paralisação nas três universidades estaduais paulistas

*A vitória da greve de 2000 começou na verdade na greve também histórica mas derrotada de 1979. As condições da época eram muito diferentes: não havia o decreto da autonomia e o repasse de ICMS às universidades, a Ditadura Militar declinava mas ainda imperava, não havia Constituição de 1988. Mas a partir daquela derrota as entidades e lideranças do movimento das universidades foram aprendendo com os erros, coletando informações, refinando instrumentos de análise, em suma acumulando uma **memória** que instruiu o presente*

A greve do ano passado — a frase não é minha — foi uma greve de ficar para a história. Em que pese ter havido momentos terrivelmente tensos, dramáticos, amargos, foi uma greve cuja lembrança traz uma sensação de bom humor e bem-estar. Não apenas porque o movimento venceu, e venceu em todos os campos: econômico, político e cultural. Mas também porque foi uma greve cheia de alegria. Foi uma greve que deu certo num momento difícil para o movimento sindical em São Paulo, no Brasil e no mundo inteiro. É uma greve de dar orgulho a quem com ela se envolveu e que deve ser lembrada como referência — não apenas por nós, das universidades estaduais paulistas — mas por todo o movimento sindical brasileiro.

Mas... há sempre a hora do “mas”. Mas desta vez não é aquele do advogado do diabo, de dizer “sim, o santo é santo, mas...”. Este “mas” aqui é o de lembrar que ao lado da lembrança emocionada, deve haver também o balanço crítico, ou melhor dizendo — analítico. Quanto aos motivos da greve, seus objetivos, a argumentação política, os boletins e as páginas na Internet, publicados pelas entidades envolvidas, as entrevistas dos diretores e lideranças do Fórum das Seis nos deram farto material a considerar, e no calor mesmo da hora, enquanto a greve começava, prosseguia e depois terminava vitoriosa. Quero agora, um ano depois, considerar a nossa greve de um ponto de vista pragmático: por que, afinal, ela foi vitoriosa? Por que o movimento *venceu*? Isso mesmo, na greve do ano passado, se cavocarmos bem na lembrança, desentranharemos a sen-

sação de que expressões — tão usuais em outros casos — como “*é, conseguimos alguma coisa*” ou “*tivemos vantagens organizativas*” — desta vez não se aplicam, embora seja verdade que tenhamos conseguido alguma coisa, pois a greve não obteve tudo o que pedíamos, e também que tenhamos avanços na organização. Mas as expressões permanecem insuficientes. A sensação é de que o movimento, de fato, *venceu*.

Explico agora o que quero dizer com “*ponto de vista pragmático*”. Para ilustrar esse aspecto, vou recorrer a um exemplo histórico — e cinematográfico. Imagino que os leitores destas linhas conheçam o episódio da revolta de gladiadores na antiga Roma, liderada por Espartaco, e tenham visto ou pelo menos ouvido falar do filme *Spartacus*, de Stanley Kubrick, com Kirk Douglas, Tony Curtis e Charles Laughton. Não, não quero dizer que o Cruesp — Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas — fosse o Império Romano e nós os seus escravos. Quero ater-me à situação, ao jogo complexo, que evocamos da história ou vemos no filme.

Quem vê o filme põe-se ao lado dos escravos em revolta, pois eles têm todas as razões deste mundo: lutam pela própria vida e pela liberdade, querem tornar-se sujeitos e deixar a condição de objetos, querem obter justas retribuições pelo trabalho que executem. Pois bem, mas acontece — e aqui o “mas” é grave — que o Exército Romano, em favor do desígnio político de seus chefes, tem melhores generais, tem soldados absolutamente disciplinados, tem melhor conhecimento do terreno, melhor equipamento, está

numa posição vantajosa e seja lá por que meios forem, ganha o apoio de exércitos de suas províncias, da África à Ibéria, além do apoio do Senado e da plebe romana, contra os escravos e os gladiadores que os chefiavam.

Os escravos lutam com ardor, paixão e coragem comoventes, mas estão isolados, apertados de encontro ao mar, traídos pelos comerciantes fenícios que os deveriam transportar para a África. O desfecho é inevitável, por mais razões que a nossa razão reconheça e o nosso coração apoie. Há um detalhe particularmente doloroso nisso: o que levou os escravos àquela posição foi também o seu próprio objetivo, que não era o de se contrapor ao Exército, mas o de fugir para a África. Isolaram-se na fuga — inclusive dos outros escravos.

Voltemos a São Paulo, Brasil. Penso que a vitória da greve de 2000 começou na verdade na greve também histórica mas derrotada de 1979. Lá *in illo tempore*, como no caso dos escravos de Roma, o objetivo da greve — 70 % mais dois mil — também contribuiu para a derrota do movimento. Maluf, que era o governador, deu os dois mil e ficou com os 70, e com isso isolou a parcela mais aguerrida dos grevistas de uma outra parcela, menos aguerrida, mais frágil e não raro mais pobre, rachando o movimento.

As condições políticas, econômicas e administrativas daqueles tempos eram muito diferentes: não havia o decreto da autonomia concedendo o percentual do ICMS às universidades, a Ditadura Militar começava a declinar mas ainda imperava, não havia Constituição de 1988, as universidades dependiam

diretamente do gabinete do governador, etc. Mas desde então, a partir daquela derrota, o movimento nas universidades, através de suas entidades representativas e lideranças, em suas sucessivas vicissitudes e formas de luta, foi aprendendo com os erros, coletando informações, refinando instrumentos de análise, consolidando pautas reivindicatórias, foi em suma acumulando uma *memória* que instruíu o presente. No caso da nossa Adusp isto é tão evidente que no correr da greve do ano passado surgiram até brincadeiras como a de que um dia ainda haverá uma tese de doutorado defendida na Faculdade de Economia e Administração, *A arrecadação no Estado de São Paulo segundo a Adusp de 1979 a 2000 e não sei quanto*. No caso das administrações universitárias, por alguma curiosa razão, isso não aconteceu.

Isto criou, a meu ver, a primeira condição de vitória do movimento. Havia um descontentamento enorme e amplo, individual e coletivo, com a situação salarial. E havia uma massa informativa acumulada durante anos, e mobilizada em função da situação presente pelas direções das entidades, que mostrava com bons argumentos e metodologia sofisticada porém acessível, mesmo para leigos em astrologia numérica como eu, que *era possível obter uma melhoria salarial significativa e ampla para as três universidades*. Do outro lado, do lado do Cruesp, os argumentos não só não convenciam; pareciam toscos, destituídos de poder analítico. Não eram argumentos: eram afirmações que buscavam convencer e impor-se pela brevidade e pelo *a priori*. Isto criou ou consolidou uma barreira



Estudantes da Escola de Artes Dramáticas (EAD) participam de passeata na greve

logo de início entre os comunicados do Cruesp e aqueles a quem eles visavam convencer, os diretamente interessados, professores e funcionários das universidades.

A segunda condição de vitória do movimento nasceu da coesão entre as partes, de um lado, e o isolamento entre as partes, do outro. No caso do movimento, a coesão começou a nascer com a qualidade da pauta de reivindicações definidas: ao contrário de outras vezes, esta não era quilométrica, abrangia poucos pontos, fundamentais é verdade, e sobretudo compreensíveis, objetivos, e *universais*. Não estou rasgando seda para as direções dos movimentos, embora elas tenham méritos de sobra na sua condução. Neste ponto, para quem acompanhou as assembleias, ficou claro que o trabalho da *base* foi fundamental (não somente aquele que a militância chama de *base*). Nossas bases têm saber acumulado. Ele pode ser desigual, pode estar dormitando por vezes, mas quando em parágrafo

anterior eu falava de uma *memória*, eu estava falando de uma memória preservada nos arquivos e direções, mas também preservada pelas bases.

As bases em sua esmagadora maioria apostaram no Fórum das Seis como a sua instância organizativa. Bases e direções concentraram-se numa estratégia consistente e insistente de negociação, tendo como objetivo central obter uma política salarial que servisse de base para o futuro

Olhando-se para o outro lado, a impressão evidente era muito outra.

Era claro desde sempre que não havia coesão no Cruesp. Cada reitoria tinha uma política própria, com propósitos próprios, a que os comunicados lacônicos e inconvincentes sobre a impossibilidade de dar melhor reajuste imediato não davam liga. Aqui, o caso da Universidade de São Paulo merece consideração particular. A proposta, então acenada, de reajustes diferenciados conforme produtividade e desempenho, ao contrário de sustar, fortaleceu o movimento. Devo registrar que a considero equivocada do ponto de vista conceitual, mas além disso ela demonstrou ser absolutamente inadequada, naquele momento, como alternativa à proposta unificada do Fórum. Porque, entre outras coisas, a *memória* que se guardava dos últimos anos era extremamente amarga, com uma união perversa de baixos salários com condições de trabalho em franca piora, multiplicando-se os encargos, as salas de aula transbordando de gente, graças à série de aposentadorias não repostas e a outros fatores.

Aqui entrou em cena outro fator decisivo. Em que pesem as tensões e a diversidade de estilo e proposições entre diferentes setores do movimento, as bases em sua esmagadora maioria apostaram no Fórum construído ao longo dos anos, como instância organizativa, de discussão política e de encaminhamento das reivindicações e propostas de ação. E bases e direções concentraram-se, também em esmagadora maioria, numa estratégia consistente e insistente de negociação, pondo como objetivo central a obtenção de uma política salarial que cobrisse o ano e servisse de base para o futuro. Fez-se de tudo

pela negociação, de soltar balão em frente à Reitoria a reunir a comissão de professores notáveis, quando a situação parecia desesperadora, já no final do movimento. Mas a adoção da estratégia rendeu frutos.

Do outro lado, via-se o oposto. O Cruesp não exalava entendimento interno. E a forma lacônica e pontual de tratar toda a questão expunha uma aposta contrária, uma recusa à negociação. Uma negociação, afinal, não é apenas lançar um número, esperando que ele “pegue”, ou “cole”. Uma negociação é aquilo que no final acabou acontecendo: é um processo, implica na adoção de parâmetros aceitos pelas partes e de definições atendendo aos conflitos e convergências dos interesses em questão. As negociações, como se sabe, varam as noites, e as de 2000 acabaram varando, como deveria ter acontecido desde o início.

Por que não aconteceu? Estava no ar, a partir do Palácio do Planalto, uma interpretação de que as greves de 2000 tinham caráter “político” porque o ano era eleitoral, e que os movimentos tinham assim datas previamente marcadas para começar e terminar — e que então não adiantava negociar ou oferecer mais antes do dia X (não me lembro mais qual) porque as propostas seriam sempre recusadas. De alguma forma esta interpretação veio a aterrisar no nosso pedaço. E aliou-se à ideia de que o que se poupasse na negociação direta poderia ser utilizado na implantação de outros tipos de projeto — como o dos reajustes diferenciados que, no início, excluía inclusive os inativos. Ou seja: o outro lado não conseguiu reconhe-

cer a natureza do movimento, que era político sim, como mais adiante espero mostrar, mas nada tinha de eleitoreiro, nem mesmo eleitoral. O **Problema**, assim com maiúscula, era mesmo o salário de todo mundo. O Fórum conseguiu de fato organizar este sentimento, através de uma política de comunicação transparente e muito eficiente.

Aqui novamente levanta-se um fator em que a situação da USP merece um comentário à parte. À medida em que o movimento prosseguia, se ampliava, se consolidava e depois de algum tempo, é verdade, dava sinais de cansaço, a sua situação real e as implicações políticas que ele levantava eram amplamente discutidas em todos os cantos. Criaram-se as aulas na greve, grande fator de debate e congraçamento: a universidade, em plena greve, parecia de fato uma universidade. Veio a repercussão na imprensa que, desta vez, deu uma certa acolhida ao movimento, talvez de olho na gravidade da coisa e em sua credibilidade junto a parte significativa de seus leitores. Passeatas, músicas, espetáculos de teatro, dança, alegria, tudo ajudava, em meio ao cansaço, a criar uma atmosfera de proximidade e comunicação.

Enquanto isso, a Reitoria se isolava e a política de comunicação simplesmente não funcionava. As discussões provocadas pela greve demonstraram, já de início, o isolamento da administração de instâncias de sua própria universidade. Subitamente a Comissão de Orçamento e Patrimônio veio a entrar em cena, numa discussão que ela deveria ter acompanhado desde sempre. Diretores de unidade

reuniam-se buscando propor alternativas à administração e ao movimento. Os boletins da administração, procurando ser uma alternativa de informação, provocavam o efeito contrário: levantavam manifestações de repúdio por todo lado, ou seja contribuíam para o isolamento. Depois vieram as medidas repressivas: cortes de ponto seletivos (e sobre a parcela mais pobre do campus), pedidos de listagens. Resultado: mais isolamento. O argumento principal para negar-se à negociação era o controvertido piquete em frente à Reitoria — fator de tensão, sem dúvida, entre os próprios grevistas. Mas assim a administração recusou, semanas a fio, o único caminho que podia de fato flexibilizar ou até levantar de vez o piquete: a abertura de um processo de negociação que tivesse de fato, por horizonte, um acordo.

Esse isolamento e o confronto chegaram ao auge na sexta-feira, dia 9 de junho, quando, conforme deliberação da assembleia de 8 de junho, reunida uma comissão de professores notáveis na sede da Adusp, ela não foi recebida na Reitoria.³ Quem esteve presente nestes momentos, e naquele fim de semana, lembra-se do pasmo e da consternação. Pasmo: como era isso possível? Consternação: o que restava fazer então? Não sei o que aconteceu naquele fim de semana. Acho que alguém se deu conta na Reitoria de que a administração podia até levar um movimento tão amplo e consolidado a um impasse e a uma derrota salarial, mas ia ficar falando sozinha pelos próximos dois anos. Na segunda-feira a comissão fez um depoimento extraordinário na assembleia da Adusp, do qual a credibi-

lidade da direção do movimento e seu empenho em negociar de fato saíram intactos. A greve, que parecia derrotada no fim de semana, reanimava-se na semana que se abria, e em clima de vitória: a comissão, afinal, cumprira seu papel, o Cruesp reabria as reuniões, a semana era de negociação, esta houve, e as três universidades paulistas conquistaram uma política salarial para 2000-2001 e, esperemos, para o futuro.

Já falei da proposta, da coesão, da comunicação e de uma série de outras coisas. Mas não falei ainda do mais importante: a entrada em cena dos estudantes. Não estou menosprezando os outros fatores. Digo o mais importante porque inesperado — assim como a intensidade da greve também foi inesperada.

No longínquo ano de 1979, lá pelo décimo-quinto dia de greve, alguém no Comando teve a luminar (e ali, trágica) lembrança: onde estão os estudantes? A universidade estava vazia, essa era a verdade, de um de seus elementos primordiais, e potencial aliado dos movimentos então em luta. Sem pensar no assunto, mais por omissão do que de propósito, nós, daquele movimento, simplesmente mandáramos nossos aliados para casa. Desta vez não. Desta vez eles entraram em cena com uma presença tão marcante como nunca houve em movimentos semelhantes nas universidades, nos últimos anos. Entraram em cena com suas reivindicações, seu estilo, conseguiram reuniões com a administração, insistiram na política de contratação e transformaram, assim, o que poderia ter sido a vitória — significativa, sem dúvida — de duas categorias,

numa vitória das universidades como um todo.

Tudo isso, lembremo-nos também, num contexto que já disse difícil para o sindicalismo e os movimentos coletivos, e conturbado no caso de São Paulo, onde o governo do estado reprimia com truculência patética manifestações na Avenida Paulista — o que nos lembrou da greve de 1988, dos anos de chumbo de 1968, e também aumentou o teor de coesão.

Disse no começo do artigo que a greve fora vencedora nos planos econômico, político e cultural. Que o foi no plano econômico, confesso que sinto a cada mês, embora nossos salários ainda sejam indesejavelmente baixos. Mas a principal conquista da greve foi a de provar que é possível construir uma política racional de recuperação do poder aquisitivo dos salários, e conjunta para as três universidades, aliada a uma política de reposição de quadros, coisa que a entrada em cena dos estudantes favoreceu decisivamente. Basta que se assente a negociação como modo de relacionamento entre as partes, e no espaço construído para tanto, que é a reunião entre o Fórum e o Cruesp.

No plano político (e toda a greve tem um caráter político — que não se confunde com eleitoral) a greve abriu, em todas as universidades, novos patamares de diálogo institucional, e entre a instituição e os movimentos. No caso da USP a greve abriu o caminho para a realização do IV Congresso de estudantes, funcionários e docentes. A Reitoria abriu seu próprio fórum de debates sobre a universidade, reagindo ao isolamento em que ficara. E os estudantes, ao final do ano, conquis-

taram — ainda que não exatamente da forma inicialmente reivindicada — o direito à autonomia na escolha de seus representantes institucionais. Pelo menos a legitimidade da reivindicação foi amplamente reconhecida, podendo-se vir a discutir as formas de compatibilizar o princípio com estatutos e regimentos, e estes com aquele: o IV Congresso está aí também para isso.

No plano cultural também houve uma vitória extremamente significativa. Para expor o que tenho em mente vou tomar por base o corpo docente. Tenho dito em algumas discussões que estamos assistindo a uma mudança de paradigma no que se refere aos referenciais do trabalho universitário. Antigamente, *in illo tempore*, a figura central era o catedrático, plenipotenciário e absoluto. O catedrático, como o nome dizia, dava aulas e escrevia artigos ou livros. Não é que não houvesse pesquisa. Mas o perfil do trabalho universitário era definido pela cátedra.

Depois, veio a minha geração, a dos pesquisadores que dão aula. Houve tempo até em que o trabalho de dar aulas caiu para segundo plano — pelo menos nos esquemas de avaliação institucional — mas acho que mesmo entre muitos professores. Isto coincidiu também com uma política de terra arrasada (sobretudo de-

pois de 1964) em relação aos ensinos fundamental e médio — públicos e gratuitos, naturalmente. E de privatização intensa do ensino superior. Ou seja, a figura do professor ficou desprestigiada.

Hoje, nos nossos tempos de políticas neoliberais galopantes, os pesquisadores que dão aula vêm enfrentando novo e sutil paradigma, que os transforma em gerentes de recursos, e gerentes inclusive de recursos humanos. Gerem-se bolsas, dão-se pareceres sobre reservas técnicas, disputam-se ferozmente verbas de pós-graduação, captam-se financiamentos, delineiam-se convênios. Nem tudo nisso é necessariamente ruim, mas a pouco e pouco são essas atividades — aliadas à carga administrativa — que vão definindo o perfil do vínculo à universidade. De modos variados, essas mudanças tocam também os estudantes, vistos progressivamente como consumidores ao invés de cidadãos, e aos funcionários técnicos e administrativos, vistos como coadjuvantes de uma ópera de insumos.

Neste sentido, a greve foi um basta, e um alerta. Não é à toa que o símbolo maior desta greve de 2000 tenha sido a aula na greve. Houve uma recuperação de identidade, para nós mesmos e para a sociedade em geral: somos traba-

lhadores (nisto incluo os estudantes) universitários, temos nossos padrões, temos direito à democracia, temos direito à autonomia, e a autonomia de uma universidade é um bem público, cuja utilização e sentido devem ser discutidos de público, em praça pública, como foi, durante estas aulas na greve, como foi já nas primeiras manifestações e lutas pela autonomia das universidades, em Paris e Bolonha, quase um milênio atrás.

Espero que os leitores das primeiras linhas deste artigo, se até aqui resistiram, não pensem, pelo exemplo de Espartaco, estar eu dizendo que apenas as causas com perspectiva de vitória devam ser defendidas. Quem lutou contra a Ditadura sabe que, como no caso aventado, por vezes é necessário lutar em posição desesperada confiando em que o futuro resgate o que passou. Mas isso não elimina a necessidade de pensar e aquilatar o que, de fato, tenha se passado.

A greve ajudou a recuperar o espaço coletivo de pensamento e ação. Ela provou ser, além de um instrumento legítimo e útil de luta, uma espécie de transformador, que capta energias do passado e com elas reabre caminhos de futuro.

Em se tratando de energia, sabendo usar, não vai faltar.

Notas

1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 22, de março de 2001.

2 Professor de Literatura Brasileira da FFLCH-USP, ex-presidente da Adusp (1989-1991) e, à época em que redigiu o artigo, membro da Comissão Editorial da *Revista Adusp*.

3 A “Comissão de Notáveis” era composta por Alfredo Bosi, Antonio Candido, Aziz Ab’Sáber, Dalmo Dallari, Gerhard Malnic e Milton Santos.

INVESTIMENTO EM CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INOVADOR¹

Sérgio Henrique Ferreira²



Fundos setoriais poderão constituir um instrumento importante na criação de uma indústria inovadora. Entretanto, o uso de laboratórios de pesquisa universitária para promover desenvolvimento tecnológico industrial é incorreto. Ele deve necessariamente ocorrer nos laboratórios das próprias indústrias, ou haverá uma corrupção dos propósitos fundamentais da ciência universitária. A Universidade educa produzindo conhecimentos de ponta. O invento, que é a inovação patenteável, resulta, em geral, da aplicação desses conhecimentos de ponta e pela pesquisa científica realizada nos laboratórios industriais. Não é função da Universidade realizar invenções tecnológicas

A história do final do século passado mostra que, no mundo neoliberal globalizado, os países que fazem ciência de qualidade possuem o monopólio da inovação tecnológica. Daí o consenso de que uma política técnico-científica orientada para a inovação é necessária para garantir competitividade nos mercados nacional e internacional. Mas que critérios devem nortear essa política? Dever-se-ia almejar uma redução da nossa curva de pobreza ou simplesmente a melhora de nossa balança econômica externa?

Afinal, toda “grana” originada da privatização e de enxugamento da máquina burocrática já foi consumida no pagamento das dívidas externas para atingir um aparente equilíbrio inflacionário. Este aparente equilíbrio inflacionário criou o ambiente necessário para a ciranda especulativa do cassino internacional. E deu no que deu. Mas inovar para quem? Quem tem dinheiro para comprar as novidades produzidas?

Hoje, em todos os países, existe uma minoria populacional que usufrui das benesses da industrialização mundializada, para a qual está voltada a inovação tecnológica. Nossos países economicamente periféricos, além da característica concentração de renda em uma minoria, têm sua balança econômica dependente da exportação de matérias-primas ou produtos agropecuários primários não industrializados. Além disso, sua produção industrial tem pequeno valor agregado.

A resposta a este problema é óbvia. Temos fatalmente que inovar! Mas será que a criação de produtos

de alto valor agregado (tipo aviões da Embraer) para serem vendidos basicamente no exterior contribui para a desconcentração de nossa curva de renda? Ou, simplesmente, induzirá maior concentração nas mãos de pequenos grupos de investidores nacionais e internacionais? É bom lembrar que uma boa parte do lucro fica com os mercadores internacionais e não com nossos produtores. Apesar de tudo, há fatores positivos nesse processo, como criação de empregos e melhoria do *know-how* técnico nacional.

Dependendo da nossa visão ideológica, podemos orientar a inovação ou para o consumo das minorias que concentram o capital ou para áreas nas quais nossa população e indústria já garantem o seu consumo. Seriam áreas do tipo de medicamentos, transporte público, energias alternativas, aços especiais, microeletrônica etc. etc., que utilizariam nossas peculiaridades de produção (insumos, energia, mão-de-obra barata etc.).

É desconcertante pensar no perigo que corremos. Em um mundo globalizado, qualquer indústria ou prestadora de serviço de um país periférico que der um “salto qualitativo” será quase inexoravelmente absorvida pelos grandes conglomerados econômicos internacionais. Com isso o país passa a exportar lucros (lembrando de novo a Embraer, telefonia, energia elétrica...). Mas vamos em frente, pois inovar é preciso, como propala a “*intelligentsia política*” tanto de direita como de esquerda e, na verdade, eu também.

Ninguém pretende descobrir a roda reafirmando que nos países economicamente desenvolvidos ca-

be à Universidade, através do ensino formal, capacitar profissionais e criar novos conhecimentos através de sua produção científica. Cabe aos institutos tecnológicos estatais (entre outras atividades) fazer a ponte entre a Universidade e a Indústria. Pelo menos enquanto a Indústria ainda não tiver assumido completamente o seu papel de motor da inovação técnica. Neste sentido, a Universidade ensina transferindo criticamente o conhecimento e educa produzindo conhecimentos de ponta.

O invento, que é a inovação patenteável, resulta, em geral, da aplicação desses conhecimentos de ponta e pela pesquisa científica orientada e realizada nos laboratórios industriais. Não é função da Universidade realizar invenções tecnológicas. Desenvolvimento envolve segredos tecnológicos e raramente os laboratórios universitários poderão manter sua liberdade de pesquisa, pensamento e divulgação do conhecimento obtido, se estiverem intimamente envolvidos em uma pesquisa tecnológica industrial. Isto significaria a morte da galinha de ovos de ouro da própria inovação tecnológica. Os países centrais sabem disso e protegem suas universidades.

Nestes países, pouco mais de 10% do investimento constituem projetos associados Universidade/Indústria. Por outro lado, não podemos esquecer que a indústria de um país periférico, para tornar-se competitiva, necessita de apoio estatal, como ocorre em todo o mundo, onde a inovação tecnológica e a própria produção recebem subsídios diretos

(redução de impostos...) ou indiretos (barreiras econômicas...).

Pesquisadores não devem virar mão-de-obra barata para arranjar dinheiro para fazer ciência na Universidade, trabalhando para o desenvolvimento industrial inovador. O investimento em P&D de um fundo setorial deve ser realizado em sua maior parte nos laboratórios da indústria beneficiada

O investimento estatal e o privado também têm finalidades bastante distintas. O investidor privado tem a finalidade de obter o lucro máximo no menor tempo possível. Já um investimento estatal não visa exclusivamente o lucro econômico do investidor, mas fundamentalmente lucros sociais e educacionais (criação de empregos ou formação de quadros profissionais, desenvolvimento tecnológico ou científico básico).

Todavia, devemos recordar sempre que os investimentos em ciência ou em desenvolvimento tecnológico têm origens bastante diversas nos países do primeiro mundo. Nestes, mais de 60% dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento originam-se da própria Indústria. Por outro lado, a maioria dos investimentos estatais em Pesquisa e Desenvolvi-

mento está ligada a novas estratégias militares para o país. Para a inovação, o maior problema em nossos países periféricos reside em fazer com que a Indústria saia do imediatismo do lucro máximo e invista em seu desenvolvimento futuro.

Surgiu atualmente um instrumento de fomento muito importante de apoio à ciência e tecnologia: os fundos setoriais originários do processo de privatização. Digo muito importante, porque seu uso correto poderá ajudar a esclarecer a forma como devem ser as relações universidades/institutos tecnológicos/indústrias, para a criação de uma política de desenvolvimento tecnológico inovadora para nossa produção industrial.

Eles poderão constituir um instrumento importante para a criação de uma indústria inovadora. Entretanto, podem constituir um fator de corrupção e destruição da pesquisa universitária. A discussão sobre os fundos ocorre em um momento em que a infraestrutura das universidades brasileiras está, em geral, em precaríssimas condições, e os investimentos em pesquisa básica são escassos e absolutamente irregulares. Neste instante, burocratas e cientistas universitários passam a ver nos fundos setoriais uma saída imediata para seus problemas e sacodem freneticamente a bandeira da associação Universidade/Indústria.

O uso dos laboratórios de pesquisa universitária para promover o desenvolvimento tecnológico industrial é incorreto. Neste sentido, não há diferenças básicas num planejamento estratégico de educação científica e desenvolvimento tec-

nológico a serem implementados em países periféricos ou centrais. É extremamente importante não confundir as finalidades dos investimentos em ciência básica de ponta e ciência básica dirigida para o desenvolvimento tecnológico inovador, como discutimos acima.

O desenvolvimento tecnológico inovador deve necessariamente ocorrer nos laboratórios das próprias indústrias (raramente existentes) ou haverá uma corrupção dos propósitos fundamentais da ciência universitária. Para arranjar dinheiro para fazer ciência na Universidade, os pesquisadores não devem virar mão-de-obra barata, trabalhando para o desenvolvimento inovador industrial. Portanto, o requisito mínimo de um investimento em Pesquisa e Desenvolvimento de um fundo setorial é o de ser realizado em sua maior parte nos laboratórios da indústria beneficiada. Por outro lado, a indústria deve entrar com uma bem definida contrapartida de investimento no projeto. Aí é que a finada Finep deveria estar presente, para garantir financiamentos a juros adequados.

Os futuros fundos setoriais devem definir claramente quanto será investido em pesquisa básica, pesquisa útil para o desenvolvimento e pesquisa para o desenvolvimento de processos e produtos propriamente ditos. Corre por aí a ideia de que não há diferenças fundamentais em pesquisa básica e aplicada. Existem sim, e existe a necessidade de definir claramente quanto será aplicado no futuro do conhecimento não dirigido para alvos definidos da área. Os projetos de desenvolvimen-

to são, em geral, caríssimos quando comparados com os puramente universitários, e acabarão canalizando para si todo o dinheiro dos fundos.

Para concluir, espero que tenha ficado claro que não é função social da ciência básica universitária pro-

mover diretamente desenvolvimento industrial inovador. A transferência de conhecimentos científicos para desenvolvimento inovador resulta da “vontade” da Indústria. O que falta no Brasil é a real participação da Indústria no processo industrial

inovador. Por outro lado, não é qualquer indústria inovadora que modificará a curva de pobreza do país. Mas esta variável deve estar presente em qualquer proposta estratégica de desenvolvimento tecnológico coerente com nossa realidade e necessidade.

Notas

1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 23, de setembro de 2001.

2 Professor Emérito da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP), o médico farmacologista Sérgio Henrique Ferreira (1934-2016) era um excepcional pesquisador de renome mundial, tendo contribuído para a descoberta de medicamentos analgésicos e contra a hipertensão. Foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 1997 a 1999. Ele voltou ao tema das diferenças entre financiamento de ciência básica e financiamento do desenvolvimento tecnológico em outro excelente artigo publicado pela *Revista Adusp*: “Investimento tecnológico, um desvio de propósitos da Fapesp” (edição 28, dezembro de 2002).

FRANKLIN LEOPOLDO¹

DESPOLITIZAÇÃO LEVA AO EMPOBRECIMENTO INTELLECTUAL DA USP²

Daniel Garcia



Professor Franklin Leopoldo (FFLCH) concede entrevista na sede da Adusp, em 2014

Na entrevista realizada em novembro de 2014, após uma greve por reajuste salarial, o professor da FFLCH critica a aversão da Reitoria ao diálogo. “A USP surgiu no sentido de formar as pessoas politicamente. A Faculdade de Filosofia foi criada para formar o sujeito, para ele pensar politicamente. A classe dominante tinha essa intenção e agora nem isso você vê acontecer. É uma situação preocupante de empobrecimento intelectual, empobrecimento político”. Quanto à tática de privatização adotada, diz ele, “é estabelecer procedimentos de gestão privada, padrões de produtividade, sem que a universidade precise se transformar em instituição privada”

Revista Adusp. O sr. cumpriu todo um ciclo aqui dentro. Que avaliação faz da Universidade de São Paulo hoje? O caráter público da instituição vai continuar resistindo às investidas mercantilizantes, essas tentativas de transformar a universidade em algo que parece muito distante daqueles princípios que nós defendemos? Isso vai ter êxito?

Franklin. Existe uma tendência muito forte em estabelecer procedimentos de gestão privada, sem que a universidade precise se transformar em uma instituição privada. A tática empregada é essa. Seria muito difícil privatizar a universidade sem causar uma celeuma razoável. Pode ser que aconteça dentro de algum tempo, mas não a médio prazo. Mas também não vejo como sendo necessário para as adaptações que devem ser feitas em vistas do mercado. Porque você vai estabelecendo padrões de gestão, de gerenciamento, padrões de produtividade. Então a parte administrativa e a acadêmica vão aos poucos se adaptando a estes procedimentos de empresa privada, sem que a universidade precise deixar de ser pública.

Isso não é uma coisa difícil de acontecer, porque segue uma tendência que em todo o país se vê, quer dizer: o público cada vez mais no rótulo. Na verdade você tem uma comercialização em larga escala — e mesmo aquilo que não foi oficialmente privatizado funciona como se fosse. Poucas coisas ainda podemos dizer oficialmente que são públicas. Então a tendência é essa e ela vai se consolidando, não só porque as sucessivas gestões, Reitoria, diretorias cada vez mais são imbuídas da necessidade desse tipo de adminis-

tração, desse tipo de gestão, desse tipo de vida universitária; mas também porque há por parte do corpo docente, por parte dos alunos, uma certa adaptação e, às vezes, até por conta das circunstâncias, uma certa valorização do privado, tendo em vista o ambiente em que a gente vive. Juntando tudo isso, você tem um processo de transformação da universidade pública em universidade privada. Nós não podemos vender a universidade, mas acho que ela vai ser cada vez menos pública.

Revista Adusp. Quando falo em privatização, é exatamente nesse sentido: não é uma privatização ostensiva, mas uma privatização de fato, seja dos métodos, seja até mesmo pela expansão das atividades privadas, cursos pagos. De certa forma, já há setores da universidade que estão privatizados, ou “colonizados” inclusive.

Franklin. Há muitos anos isso já vem acontecendo. E há um certo êxito material desses setores que já funcionam como privatizados e que tendem a aparecer como paradigma. Então isso também funciona para aqueles que ainda não embarcaram nesse trem. Sempre resta aquele setor da universidade, que é um pouco um certo peso que a universidade tem de carregar, que são os setores de Humanas, mas nem todos. Esses, pelo próprio perfil, tendem a ter características diferentes, resistir naturalmente à privatização. Não que as pessoas resistam por convicção, mas o tipo de atividade que se faz, faz com que as coisas andem mais devagar nesses setores. Mas mesmo assim você vai percebendo um avanço e isso eu percebo, sobretudo na mentalidade das pessoas, dos

mais jovens, dos alunos. E não é de se admirar, com essa hegemonia do mercado, numa sociedade desigual, dificilmente você vê alguma coisa que possa sobreviver fora do mercado. Isso tende a ser assimilado pelas pessoas de forma natural. Juntando tudo isso, é uma tendência a privatização se dar desta maneira.

Revista Adusp. A USP acaba de sair de uma greve de 118 dias de duração, que se iniciou como uma resposta ao arrocho salarial anunciado pelo reitor e pelo Cruesp, mas em cujo percurso foram revelados aspectos até então não imaginados, digamos assim, do projeto da gestão reitoral que se iniciou em janeiro de 2014. Que avaliação o sr. faz desse episódio, desse conflito?

Franklin. Esse conflito deixou uma coisa bastante clara. Existem setores, dentro da universidade, que ainda pensam e agem em sentido político, no sentido elevado de política. E a grande revelação que agora ficou escancarada, se é que antes não estava, é que os órgãos de direção, a Reitoria e outros órgãos que têm responsabilidades universitárias agem politicamente segundo uma pequena política. Então você viu cenas, digamos assim, de “política brasileira”, por parte da Reitoria. E uma resistência difícil daqueles setores que ainda pedem que a universidade responda a certos apelos políticos da sociedade e também, internamente, a veem como instituição política. Isso torna o diálogo muito difícil porque, se você espera que num momento de greve haja uma certa interlocução, além daquele específico encampado, essa falta de solo comum dificulta bastante. Se por parte

da Reitoria, por parte dos órgãos de direção, você tem estratégias políticas baseadas em grandes mentiras, falsas promessas, manipulação de dados e outras coisas assim, enquanto as verdadeiras questões não são colocadas, juntando tudo isso você tem um grande encobrimento da política, o que faz com que (e acho que isso aconteceu bastante) os funcionários, os professores, os alunos, que tentam colocar uma discussão política um pouco mais elevada, não encontram esse retorno. Isso é muito complicado, o encobrimento da política: uma vez que a última palavra, afinal de contas, do ponto de vista oficial, é dada pelo padrão, você tem um encobrimento da discussão. Quer dizer, tudo aquilo não serviu para nada. Eu acho um empobrecimento muito grande e essa greve revelou essa distância. Há um vácuo muito grande entre a comunidade universitária e a Reitoria.

Do ponto de vista realista, isso que chamamos de comunidade universitária é muito dividido, você não pode idealizar. As pessoas se comportam, em relação aos dirigentes universitários, como se comportam em relação aos políticos: “Eles estão lá, fazer o quê?” Isso torna o exercício real da democracia impossível. Então como está o país, está a universidade. Você tem mecanismos funcionando, tem representação funcionando, mas não tem envolvimento democrático real. Porque o diálogo, a interlocução, a discussão e até o conflito não têm como acontecer de modo legitimamente político. Então vira briga, vira caso de polícia, entra na justiça, coisas desse tipo.

Eu não sei até que ponto, por par-

te da Reitoria, isso é algo consciente e é feito mesmo no sentido de você dificultar o envolvimento politizado, ou se chegamos a um ponto tal que as pessoas já nem sabem mais o que é isso. Já não sabem mais o que é discussão política, o que é o papel da universidade, o que é uma comunidade que se institui politicamente, que tem que se renovar. Talvez as pessoas nem saibam mais o que é isso. Também não dão condição de a pessoa saber o que é isso. A impressão que dá é essa, é muito impressionante a semelhança com a política no sentido mais global.

Você me perguntou sobre a situação atual. Isso me leva a fazer referência, sem querer ser nostálgico, a outros tempos, em que a universidade era um certo enclave político, naquela confusão que o país sempre foi, do ponto de vista político, inclusive com essa divisão de esquerda, direita, liberal, progressista. Você tinha essas condições, tinha discussão, tinha ideias circulando, ou seja, você tinha com quem discutir. Hoje, o que falta um pouco é isso. Quer dizer: no meu tempo de movimento estudantil você tinha pessoas convictamente de direita, com ideias muito claras, e que eram capazes de expor, discutir e tentavam mostrar que aquilo era superior ao que você pensava e vice-versa. Hoje em dia, a impressão que dá é de que ninguém sabe muito bem o que está fazendo, ninguém pensa; e isso é muito triste porque, supondo que a universidade é um lugar de pensar, de se construir uma certa crítica em relação ao que se faz, se você não tem mais isso, é esse fator que acaba dificultando as coisas.

Muitas vezes eu observo certas cenas, certos comportamentos e me pergunto: será que ele faz isso porque é burro, ou será que faz isso porque é mal-intencionado? É difícil dizer e aceitar isso, não é? Se é má-fé, incompetência, ou se você junta tudo isso num pacote só, o que dá uma situação bastante pior.

Eu vejo um empobrecimento muito grande que vai repercutindo nas pessoas. E o que é especialmente preocupante são os jovens que entram na universidade e que veem uma espécie de impossibilidade da política, que eles transferem para fora da universidade. Então você tem aí o mesmo modelo funcionando nas duas partes: ausência de política no microcosmo da universidade e ausência de política no país. Isso deixa para o jovem somente a alternativa do mercado, do ganho, do comportamento às vezes até pouco ético, porque é o que se solicita para você conseguir vencer na vida.

A USP surgiu no sentido de formar as pessoas politicamente, talvez não fosse politicamente como nós entendemos que deveria ser, mas os fundadores tinham essa ideia. A Faculdade de Filosofia foi criada para isso: não é para aprender técnicas, é para formar o sujeito, para ele pensar politicamente, até para exercer o poder. A classe dominante tinha essa intenção e agora nem isso mais você vê acontecer, parece que é desnecessário. É uma situação bem preocupante de empobrecimento intelectual, empobrecimento político.

Uma coisa muito singular que vem acontecendo: há uma competência formal valorizada, em detrimento de uma formação mais

integral. Nós temos pessoas competentes, seguramente, em muitas áreas, mas essa competência não anda de modo paralelo a julgamentos, avaliações, posicionamentos perante a realidade social. Então isso é o problema: há uma competência formal, que serve para o desenvolvimento tecnológico, sem muita visão de onde tudo isso vai acontecer. Tudo está sendo prejudicado. Alguém diz que não, que a universidade não precisa propriamente ter política porque a sua função é outra. Acontece que as outras funções todas, se não houver uma visão política lastreando a própria competência, a própria formação técnica, o que se tem? A universidade é uma instituição política: não é porque o sujeito vai ser engenheiro ou geólogo que ele não tem nada a ver com política. Ele tem que sair da universidade com uma visão política da sociedade à qual ele vai servir. Se isso não acontecer, você não forma pessoas. Eu tenho um amigo que diz que você treina monstros e o risco de isso acontecer é muito grande, devido a um esvaziamento político.

Revista Adusp. Nesse contexto, que já é trágico, como o senhor recebeu os ataques da Reitoria ao RDIDP?³

Franklin. Esse é um daqueles casos em que eu fico em dúvida sobre uma intenção política e um desconhecimento. Porque eu sou capaz de lembrar e muitas pessoas da minha geração deveriam também lembrar a campanha pelo RDIDP, a maneira pela qual ele foi instituído e o seu significado. Isso tudo na época ficou muito claro, tem muita coisa escrita

sobre isso: o RDIDP é um aprimoramento acadêmico, não é para as pessoas ganharem mais. É um aprimoramento acadêmico através do qual a pessoa adquire um maior grau de responsabilidade, que é isso justamente que estava também no espírito da Faculdade de Filosofia desde a sua fundação. Quer dizer, não é uma passagem, não é uma alternativa profissional, não é um bico: é uma responsabilidade muito abrangente.

O RDIDP foi feito para que as pessoas pudessem assumir, para que pudessem ser legitimamente cobradas e se empenhassem, onde tem condições para que isso aconteça. Então, se você acha o RDIDP desnecessário, se você ataca o RDIDP, você está mexendo numa coisa que é o próprio núcleo da universidade, o próprio núcleo da assim chamada excelência acadêmica. Porque a excelência acadêmica não é feita de competência, é feita de empenho e responsabilidade. Se você ataca, desvaloriza essa instituição, o RDIDP, você certamente está tocando em algo que é essencial para a universidade. Então, ou você não sabe o que isso representa dentro da universidade, qual o diferencial que isso faz, ou então você quer realmente destruir, você quer abrir mão disso, para que a universidade possa se pulverizar. Este, para mim, é um desses casos em que você não entende muito bem o que está por trás disso tudo.

É claro que sempre que você tem esse lado que funciona de maneira consciente, funciona com uma ideologia, funciona de várias maneiras, que é num certo sentido de pragmatizar a educação, transformar a formação educacional em treinamento,

desde o jardim de infância até a universidade. Treinar o sujeito para ele entender o sistema: claro, você não precisa de condições especiais para isso, pelo contrário. Então a hipótese válida é de que existe realmente um projeto político de despolitização — e nesse projeto, você tem que atacar certos alicerces políticos da academia. O principal é o RDIDP: atacando o RDIDP, você está atacando uma espécie de sustentáculo, você tira esse apoio e o resto vai cair por si.

Não é uma hipótese a se descartar que você tem por trás disso um projeto de transformar a universidade numa empresa qualquer de treinamento de pessoas. E isso é contra o espírito de tudo que se fez até agora, mas a questão é essa: qual é o grau de resistência possível a esse tipo de ação?

Essa competitividade é uma valorização do empreendedorismo na universidade, entendido no sentido econômico mesmo: é aquele [docente] que sabe investir. E onde você investe? Em si mesmo. O pesquisador se torna um investidor. É como se fossem várias microempresas competindo entre si

Revista Adusp. A professora Marilena Chauí tem empregado o con-

ceito de “universidade operacional” para definir a aplicação do projeto neoliberal às instituições públicas de ensino superior, que as transforme em organizações, ou seja: em empresas. O professor Paulo Arantes, na mesma linha, vê a universidade transformada numa espécie de “simulacro de fábrica, com professores docilizados, disciplinados e apassivados”, e apassivados “por um mecanismo muito complexo de governo, que afeta a todo mundo, tanto na universidade como no mundo do trabalho, que se chama avaliação”. Tem concordância com essas análises, professor?

Franklin. Eu fiz algumas leituras desses textos, inclusive algumas nas quais a Marilena se baseou para esse diagnóstico. Existe um grupo canadense que estuda intensamente essa transformação organizacional da universidade, que parece ser um fenômeno mundial. Então, certamente você tem essa passagem da universidade acadêmica à universidade organizacional e à universidade operacional, em que você tem um nível de funcionalidade sistêmica que é compatível com qualquer corporação eficiente, e é isso que você valoriza.

E a avaliação significa o quê? Significa que você necessita de indicadores para aprimorar a funcionalidade. Esses indicadores só podem ser obtidos através de avaliações quantitativas da produtividade. Através disso você consegue, como se fosse um mapa de vendas, mapear a produção, os índices, o acréscimo, o decréscimo etc., e com isso você consegue um diagnóstico de providências a serem tomadas, sempre nesse nível organizacional e operacional.

A questão torna-se muito mais de treinamento e competência para operar do que qualquer outra coisa. A maneira pela qual a pessoa se situa é como um operador do sistema, e enquanto operador do sistema ele é avaliado por isso. Nesse sentido, você instala várias práticas que têm a ver com isso que você citou agora, que estão nos escritos e nas falas do Paulo Arantes. Essa competitividade é uma valorização do empreendedorismo na universidade. O empreendedorismo aí é entendido no sentido econômico mesmo, ou seja, é aquele [professor] que sabe investir. E onde você investe? Você investe em si mesmo. O pesquisador se torna um investidor, um administrador de si próprio e, se ele conseguir fazer isso com razoável eficiência, vai conseguir ultrapassar o outro. É como se fossem várias microempresas competindo entre si.

É uma competitividade feroz, e nessa competitividade não importa uma produção intelectual, mas uma produção adequada àquilo que o sistema espera que você faça. Então você investe em você e a partir daí aplica isso nas suas atividades; quanto mais eficientemente você administrar essa figura do pesquisador, que é uma espécie de investidor teórico, você então alcançará esses indicadores, esses índices que lhe colocam numa posição favorável do *ranking* universitário, e com isso você ganha prestígio.

Neste ponto vem uma coisa complicada porque, se dentre estes estiverem pessoas que pretendem fazer com que parte desse investimento em si mesmos seja ascender, então o ciclo está fechado. Porque este ser

que trabalhou a vida toda dessa maneira não vai poder ter outra diretriz de gestão universitária, se não esta. Então ele vai reproduzir, agora tentando ampliar, aquilo que lhe foi imputado como correto. Nestes casos, é uma alienação tão grande que é até difícil você avaliar o grau de responsabilidade que as pessoas têm nisso, porque são sucessivas situações que você vai passando meio que automaticamente — e qualquer tipo de contestação que venha a fazer, você entra em conflito com você mesmo, com os seus colegas, com a universidade, com o sistema todo.

Diante disso, a questão que passa pela cabeça das pessoas, imagino eu, é o que fazer dentro desse quadro. A tendência a uma sobrevivência adaptativa é muito grande e até compreensível deste ponto de vista. Com isso você tem essa passividade, que é vista como um *modus vivendi* apolítico, mas também como uma espécie de democracia natural. O que é democracia aqui? Todo mundo em paz, não briga com ninguém, não briga com o reitor, não briga com o governador, cada um faz o que quer, eu não lhe atrapalho, você não me atrapalha. É uma democracia animal que é vista como convivência institucional, o que é algo bastante complicado.

Revista Adusp. Em 2009, ao comentar a reforma da carreira docente em curso, o sr. declarou que a progressão horizontal incrementaria o produtivismo e que os critérios utilizados viriam a desmerecer a figura do professor que, afinal de contas, pauta sua atividade pela formação [dos alunos] e não por sua ascensão acadêmica. Agora que a progressão

horizontal foi interrompida pela Reitoria, que avaliação faz das rodadas realizadas, do processo que aconteceu de fato?

Franklin. Não tenho base documental para entender o processo. Eu continuo achando válido esse comentário que eu fiz do princípio e a isso eu acrescentaria algo mais, que também vale não como diagnóstico do que foi feito ou não, estou mal-informado sobre isso, mas do princípio. A progressão horizontal orientada pela produtividade configura desvincular a docência da pesquisa. E aí eu tenho uma convicção muito firme. Se há uma coisa em que, ao longo de toda a carreira universitária, eu fui cada vez mais acreditando, e que hoje em dia não é muito correto de se dizer, é que a figura do universitário é principalmente a figura do professor.

Eu posso até ser injusto com isso, mas eu acho que toda a história universitária existe em função do aluno, do contrário nós teríamos que adotar aquela frase jocosa que alguém proferiu em uma assembleia: a de que “precisamos lutar pela universidade sem classes”. É muito esperta essa frase. Se a razão de ser da universidade é o aluno, o professor imediatamente assume uma função superior ao pesquisador, não em questão de mérito, mas em questão da própria organização da vida universitária.

No meio em que me formei, que é Filosofia, sempre existiu essa vinculação muito forte e essa espécie de subordinação: os livros que as pessoas publicam saem das salas de aula. É uma frase que eu costumo dizer: que os livros que publico saíram da sala

de aula. Então [defendo] essa maneira de ver a pesquisa: você pesquisa para dar uma aula melhor, não para sair em tal livro. Isso até acontece por um caminho natural, mas você pesquisa para se tornar um professor melhor. E o primeiro destinatário da pesquisa é o aluno. Isso é uma coisa que não é comum a todas as áreas da universidade. O primeiro destinatário de uma pesquisa é o aluno, porque do contrário não faz sentido a figura do professor pesquisador e sua correspondência com o aluno.

Dar aula é uma atividade subvalorizada há muitos anos. Os critérios de avaliação já mudaram várias vezes na USP, no país, nos órgãos de fomento, mas o que permanece é sempre essa constante de que aula é subvalorizada. E se você, por acaso, dá preferência a aulas, você valoriza a atividade docente e isso leva a um certo prejuízo da sua pesquisa, você é considerado uma pessoa improdutiva, ou seja: aula não é nada.

É engraçado isso porque, na universidade, a figura do professor deveria ser valorizada. Nós sabemos que o professor é um ente social que as pessoas pensam somente que ele é um sujeito que entra numa sala e fala, ele não faz nada. A universidade que sabe o que é um professor deveria valorizar esta atividade e, no entanto, essa obsessão pela pesquisa prejudica a atividade do professor.

Veja bem, eu não digo que a pesquisa não seja necessária; mas o equilíbrio entre a pesquisa e a docência é essencial para a formação. O pesquisador que se isola dos alunos para melhor pesquisar, ele não deveria estar numa universidade, ele deveria estar num laboratório de rato.

Que é a vida intelectual? Pessoas trabalhando em comunidade, discutindo, trocando ideias. Forçar o indivíduo a hábitos de extremo individualismo intelectual é um grande equívoco. Daí vem essa crise que a gente vê, muitas vezes, nos docentes mais jovens

Revista Adusp. Na reforma do Estatuto de 1988, o senhor defendeu que a carreira docente se iniciasse no grau de mestre, proposta que nascia de uma concepção de universidade bem diversa daquela que hoje é hegemônica. Essa proposta foi derrotada. Que pensa disso hoje?

Franklin. Continuo achando assim. Para a minha geração, a única exigência para você começar a dar aula na universidade era a graduação. Concomitantemente à sua carreira, você fazia a sua atividade docente. Isso era um elemento enriquecedor dos dois lados. O seu trabalho ganhava muito com a experiência docente. O contato com o aluno, as discussões que surgiam faziam com que a progressão do seu trabalho tivesse um outro significado. Você era imbuído, desde o princípio, de que as duas coisas estavam muito vinculadas. E quando era possível falar sobre o seu trabalho, isso acontecia de uma maneira muito interessante, muito gratificante.

A minha proposta foi essa: o mestre, já que não é mais possível apenas o graduado, concomitantemente ao seu doutorado, ter essa experiência docente. Isso às vezes ameaça ser reconhecido até pelas agências de fomento, e até pela instituição universitária: o bolsista em doutorado tem que fazer alguma coisa a mais, além de pesquisar. Dá uma aula, um seminário, cuida de um grupo de iniciação científica, ou seja: trabalho didático. Por quê? Porque se reconhece, bem ou mal, que aquilo vai enriquecer a experiência intelectual do sujeito e vai, portanto, beneficiar seu modo de expor o seu trabalho, a sua preocupação em ser entendido, enfim, o valor social do trabalho intelectual, o valor coletivo do trabalho intelectual. Por isso eu tive essa ideia, na época do Estatuto, e continuo achando que a exigência de doutorado equivale [a] — hoje em dia isso não é muito comum — anúncios de emprego pedindo pessoas com experiência no ramo.

A experiência universitária, que é inseparavelmente didática e de pesquisa, só [se] adquire no contato. Vários ex-alunos meus estão com essa insatisfação. Fazem doutorado, pós-doutorado, fazem outro pós-doutorado e chegam aos 40 e poucos anos sem nunca terem visto um aluno. Eles mesmos acabam sentindo um certo incômodo, porque ou você é um intelectual isolado, uma espécie de escritor, trabalha na sua casa para você mesmo, ou então desistiu da carreira universitária para virar professor.

Na minha avaliação, a exigência de doutorado é contraditória, porque ela faz com que o indivíduo comece a dar aula depois que ele já

adquiriu hábitos de narcisismo intelectual. Depois que ele passou anos e anos, sozinho, trabalhando para ele, sem ter que se preocupar, a não ser ocasionalmente, em expor o que está fazendo, em se fazer entender.

A tal experiência que se pretende ele não tem. Pode até ter competência, mas não tem essa experiência global, que é preciso para você enfrentar uma sala de aula. E é o que o Paulo Arantes diz: na medida em que você é encorajado a ficar com você mesmo, investir em você mesmo, responder o que você faz, para depois apresentar uma coisa válida, do ponto de vista do mercado intelectual — você tem que se fechar. Isso é uma coisa complicada porque adquire-se um perfil de ética intelectual que é individualista, narcisista, fechado. Eu acredito que isso vai contra o trabalho intelectual.

O trabalho intelectual é uma coisa que se projeta, quer você queira, quer não, o que você pensa se projeta coletivamente, socialmente. Então, se você não faz isso deliberadamente, se você não trabalha nesse sentido, desde o princípio, o que é a vida intelectual? É difícil imaginar a vida intelectual sendo sozinho, a não ser em casos de genialidade, que são exceções. Mas vida intelectual significa pessoas trabalhando em comunidade, discutindo, trocando ideias. A questão da experiência é entendida como o doutor formado, porque o doutorado é muito importante, o doutorado é o centro da carreira. No doutorado você faz aquilo que queria fazer, em geral, e depois você vai fazer coisas que decorrem daquilo. Se o camarada, para entrar na universidade, já precisa ter en-

cerrado essa parte, é muito complicado o estímulo que ele vai ter para continuar convivendo, iniciar uma vida universitária. Daí vem então essa crise que a gente vê, muitas vezes, nos professores mais jovens. Há uma dificuldade, não com o trabalho intelectual, mas uma dificuldade com a vida universitária, e que se reflete na convivência política, e se reflete até nas relações pessoais porque ele não está habituado. Forçar o indivíduo a hábitos de extremo individualismo intelectual, achando que isso é alguma coisa boa para a produtividade, é errado, é um grande equívoco.

Revista Adusp. Professor, tem havido um aumento nos casos de corrupção científica, má conduta, plágios, na USP e em várias instituições. Eventualmente, tem havido punições drásticas, como a do professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto [FCFRP] que foi demitido. Esse foi um caso revelado pelo *Informativo Adusp*, que envolvia até a então reitora em fim de mandato, Suely Vilela. A Fapesp, de maneira polêmica, divulgou recentemente o resultado de algumas sindicâncias. Que pensa dessa situação?

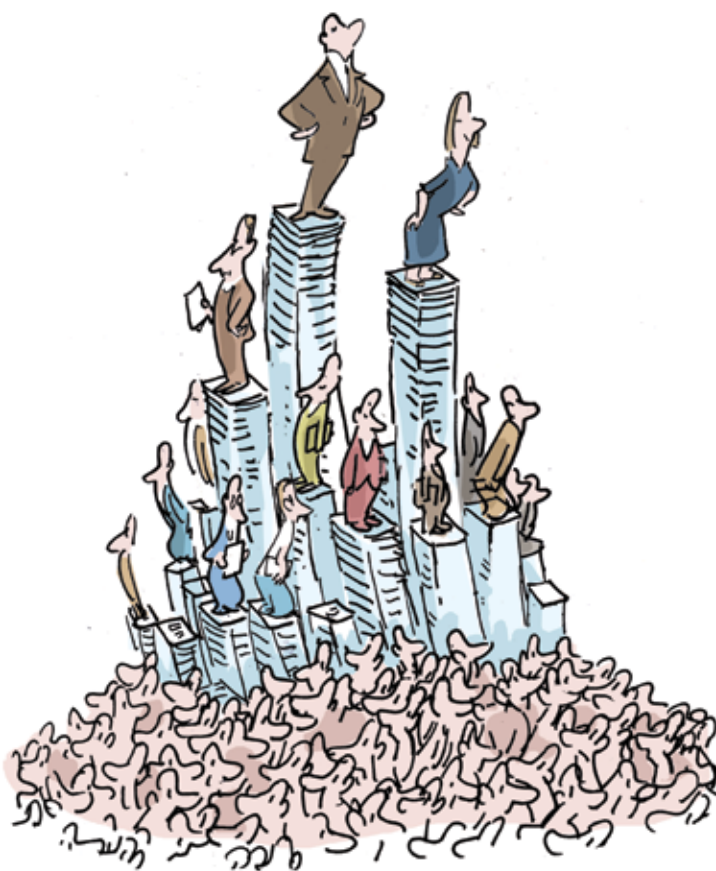
Franklin. Sempre acreditei que quando você tem uma instituição cuja densidade política, do ponto de vista coletivo, é fraca, você tem também indivíduos fracos. A moral individual e a ética institucional estão muito ligadas e uma coisa repercute na outra. É aquela história do Marx: a história lhe faz e você faz a história. Isso vale também para a instituição e o indivíduo.

O enfraquecimento ético-político das instituições é necessariamente o enfraquecimento ético do indivíduo.

Então ele passa a ter condutas e comportamentos que são naturalizados como exigências de competitividade. Aquilo que recentemente uma pessoa do mundo corporativo, que foi pega também em uma situação desse tipo, falou de uma maneira muito sincera: “Mas essa é a ética do mercado”.

Tenho a impressão de que a naturalização desse comportamento está em função direta do enfraquecimento político da instituição. Pode parecer uma explicação muito geral, mas há uma relação, desde que essa relação seja entendida no sentido que falei, na reciprocidade. Há um certo enfraquecimento da conduta individual, derivado de exigências muito fortes em termos de competitividade. O indivíduo tem que atender de qualquer forma. E você vê que em outras coisas, menos graves, é bastante corriqueiro e aceito. Há muitos truques para que você possa entregar uma tese dentro do prazo estipulado. E são truques mesmo, que não fazem parte do trabalho intelectual. Você lança mão porque, do contrário, você não consegue fazer. Essa situação é um extremo desse processo. A pessoa vê a oportunidade de talvez poder tirar proveito de uma situação, porque ela se sente cobrada na sua produtividade individual, no seu sucesso pessoal. Ela não se sente cobrada em termos de uma ética cidadã, comunitária, coletiva.

Entre esses dois pesos, ele vai para o lado individual e aí acontecem essas coisas. É uma consequência do individualismo extremo e do fato de que o meio universitário não consegue mais formar e manter comunidade, o indivíduo está isolado, o indivíduo não se sente pertencente a uma comunidade. Se é o outro que ele vai prejudicar, não tem problema. Isso é algo complicado porque



gera uma atomização que já acontece no plano social e que tende a acontecer também nisso que deveria ser uma comunidade intelectual. Quer dizer, os laços de ética intelectual não são suficientes para sustentar a integridade do trabalho.

Então começam a acontecer esses casos e há toda uma série de pre-

textos, de desculpas que pretendem explicar isso. Mas a causa principal é esse rompimento do lastro coletivo, do lastro comunitário ético-político que liga o indivíduo aos outros. Qual é o respeito que tenho pelo outro? São competidores. Eu sempre admirei aquela gíria do cursinho que diz quantos você tem que “matar”. Para entrar em Filosofia, você tem que “matar” dois ou três, para entrar em

Publicidade você precisa “matar” cinquenta. Esse palavreado é significativo. Esse individualismo, essa não só despreocupação pelo outro, mas uma certa hostilidade mesmo, isso facilita muito esse tipo de comportamento.

Revista Adusp. O motor disso não é esse produtivismo exacerbado? Essa necessidade de publicar, de atingir os índices?

Franklin. Isso é sobrevivência. Já foi muito comentado o fato de que o indivíduo faz isso com ele mesmo, o indivíduo faz plágio dele próprio, porque não dá para ele escrever tanto quanto ele precisa, então ele plagia a si próprio. Um artigo vira dois, três, quatro e aparece nominalmente como sendo outro. Repetir a si próprio sem preocupação nenhuma, plagiar o outro é apenas a exacerbação disso. É estratégia de sobrevivência e você tem toda razão: isso é motivado pela competitividade desenfreada, que

faz com que a produtividade seja um fim em si.

Engraçado isso porque a quantidade de artigos que uma pessoa publica não é demonstração de sua maturidade intelectual. O que a pessoa escreve é meio para atingir um fim. O camarada pode escrever a vida inteira sem parar e não chegar a coisa nenhuma, ou então ele pode escrever um grande livro, viver 80 anos e escrever um grande único livro.

Tem aquela famosa piada de que quando o [Albert] Einstein veio ao Brasil⁴ ele foi recebido pelo Austregésilo de Athayde.⁵ Austregésilo tinha um caderninho onde escrevia toda hora uma palavra. Einstein perguntou por que ele escrevia tanto no caderninho, e ele disse que pensava coisas e, para não perdê-las, escrevia todas as ideias. Austregésilo perguntou se Einstein também não fazia isso. Einstein respondeu que não, porque ele havia tido apenas uma ideia.

Revista Adusp. Para fechar, tem alguma consideração a fazer?

Franklin. Toda vez que a gente conversa, fala ou escreve sobre esses assuntos, existe aí uma ambiguidade porque você é obrigado a fazer um diagnóstico realista da situação, que é necessariamente pessimista. Ao mesmo tempo, você não pode es-

timular as pessoas a simplesmente se resignarem na situação, porque isso justifica o *status quo*. A questão é encontrar formas de resistência, mas que preservem uma certa ideia de universidade, principalmente baseada no coletivo e no institucional. Porque muitas vezes a resistência também é narcisista. A resistência ao que o outro quer lhe impor, você não faz em nome de uma instituição que acha que deve ser preservada; faz em seu próprio nome. Isso não é legal.

É preciso que os grupos, o pessoal mais organizado que tem condição de lutar por uma situação melhor, tenha em mente que, se a luta está sendo dada dentro da instituição e a partir da instituição, dessa figura institucional, se isso tem valor, então a preservação da instituição é o critério fundamental. Às vezes você luta contra o interesse do outro, em nome do seu próprio; aí não leva a muito longe. O que precisaria ser identificado novamente é o interesse da instituição, é o vínculo comunitário e o que a universidade deve ser. Houve um tempo em que as pessoas se preocupavam com isso. Essa discussão deveria voltar e se contrapor a todo tipo de decisão imediatista com que a gente é bombardeado, ou

seja: diante dessa situação, colocar uma certa configuração institucional e cobrar as pessoas. Perguntar: “Você é fiel a isso? Você, reitor, diretor, vice-reitor, você sabe onde você está? Você sabe o que é isso?”

Por exemplo, a questão do poder. O poder está muito desigualmente distribuído, então como você vai fazer uma redistribuição de poder? As pessoas tendem a raciocinar matematicamente. “Eu vou aqui, você vai ali, eu tomo conta da Graduação, você da Pós-Graduação”. O poder é político e, se você não o entende como político, ele se coloca sempre como mais poder. É o que eu sempre falo: o poder só se mantém porque ele é o desejo de mais poder. Quem tem o poder, quer mais poder. Exercer o poder, o que significa? Obter mais poder. Se você não se contrapõe a isso através de uma distribuição democrática, quer dizer, política do poder, você fica então lutando contra isso. “É você, ou sou eu? Quem vai mandar? O seu grupo ou o meu?” O interesse individual e grupal tem que ser substituído por uma democracia real, que é uma coisa complicada, talvez não exista no mundo uma democracia real. Mas no ambiente universitário é muito necessário que isso aconteça.

Notas

1 Professor titular aposentado do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

2 Entrevista publicada na *Revista Adusp* 57, de março de 2015. Concedida a Pedro Estevam da Rocha Pomar, Luciana Mendonça, Mariana Zito e Daniel Garcia (fotos). A matéria da presente edição suprimiu alguns trechos da versão original.

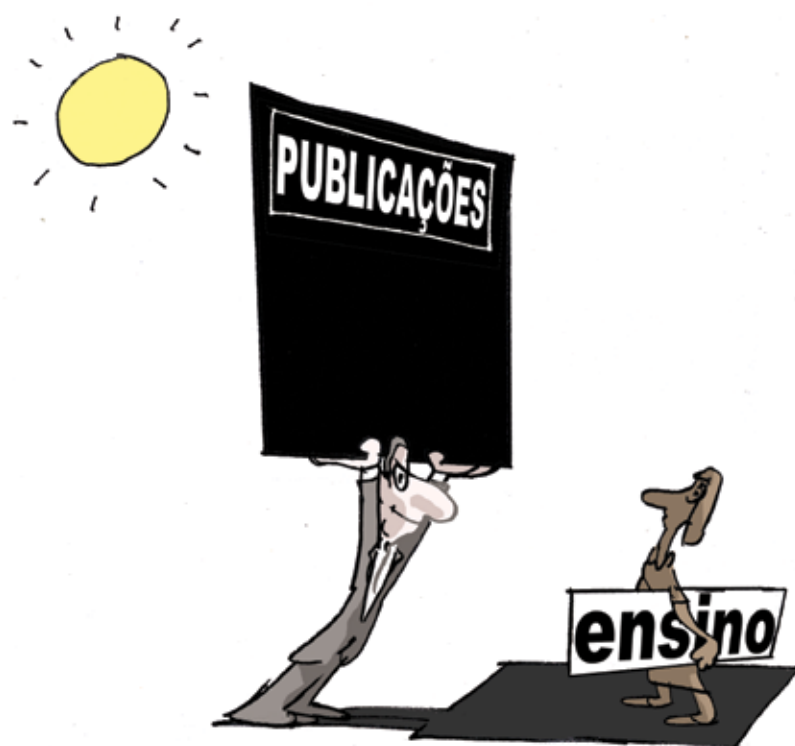
3 Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, que implica jornada de 40 horas semanais. Referência a declarações prestadas pelo reitor M.A. Zago, em agosto de 2014, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, na qual ele ameaça “rever critérios” da dedicação exclusiva do corpo docente: “Isso é uma jabuticaba brasileira [sic]: por que tantos docentes em regime de dedicação exclusiva na universidade?”, e à revista *Veja*.

4 Em maio de 1925.

5 Jornalista e escritor pernambucano (1898-1993), politicamente conservador.

AVALIAÇÃO IRRACIONAL DA PESQUISA E ECLIPSE DA DOCÊNCIA NA USP¹

Marilena Chauí²



Nos documentos da Reitoria a docência não entra na medida da produtividade, portanto, não faz parte da “qualidade” universitária, o que justifica a proposta de mudanças na carreira através de um vocabulário vago e impreciso, qual seja, “segundo as normas que regem a atividade docente”, sem que saibamos que normas são essas. Ou seja: não há definição de critérios para “medir” a qualidade da docência. Por “qualidade acadêmica” costuma-se entender o número de teses e de publicações, estágios no estrangeiro e participação em congressos, numa visão simplista da pesquisa, e deixando na sombra a docência — o ensino é, agora, considerado tarefa menor e de adestramento

O que chamamos de neoliberalismo nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman, que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélérin, na Suíça, à volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e à política norte-americana do New Deal. Esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição sem as quais não há prosperidade. Essas idéias permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fôra causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis.

Feito o diagnóstico, o grupo do Mont Pélérin propôs os remédios:

1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização.

O modelo foi aplicado, primeiro, no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista (com exceção dos países asiáticos) e depois da “queda do muro de Berlim”, para o leste europeu. Esse modelo político tornou-se responsável pela mudança da forma da acumulação do capital, hoje conhecida como “acumulação flexível” e que não havia sido prevista pelo grupo neoliberal. De fato, este propusera seu pacote de medidas na certeza de que abaxaria a taxa de inflação e aumentaria a taxa do crescimento econômico. A primeira

aconteceu, mas a segunda não, porque o modelo incentivou a especulação financeira em vez dos investimentos na produção; o monetarismo superou a indústria. Donde falar-se em “capitalismo pós-industrial”.

Quais os traços mais marcantes da forma atual do capitalismo?

1. O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta;

2. O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro. O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados porque estes, sobretudo os do Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro;

3. A terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção porque, agora, a produção não mais se realiza

sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção — da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos — mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe operária perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta;

4. A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade porque tornaram-se agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação;

5. Diferentemente da forma keynesiana e social-democrata que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e agente fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de direitos sociais, agora o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos também tornou-se estrutural. Disso resulta que a idéia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer porque o que era

um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que têm poder aquisitivo para adquiri-la;

6. A transnacionalização da economia faz com que o centro econômico, jurídico e político planetário encontre-se no FMI e no Banco Mundial, que operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público;

7. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta. A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos “mundos”, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição da renda, garantia de direitos sociais consolidados e da política tributária (o grosso dos impostos não vem do capital, mas do trabalho e do consumo).

Em resumo, o neoliberalismo é decisão de investir o fundo público no capital e privatizar os direitos sociais, de maneira que podemos definir o neoliberalismo como alargamento do espaço privado dos interesses de mercado e encolhimento do espaço público dos direitos.

A este conjunto de condições materiais precariamente esboçado aqui, corresponde um imaginário social ou uma ideologia que busca justificá-las (como racionais), legitimá-las (como corretas) e dissimulá-las enquanto formas contemporâneas da explora-

ção e dominação. Essa ideologia toma como o ser da realidade a fragmentação econômico-social e a compressão espaço-temporal gerada pelas novas tecnologias e pelo percurso do capital financeiro. Essa ideologia, usando a imagem da meritocracia, corresponde a uma forma de vida determinada pela insegurança e violência institucionalizada pelo mercado. Essa forma de vida possui cinco traços principais: 1) a insegurança, que leva a aplicar recursos no mercado de futuros e de seguros; 2) a dispersão, que leva a procurar uma autoridade política forte, com perfil despótico; 3) o medo, que leva ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família, e ao retorno das formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião; 4) o sentimento do efêmero e da destruição da memória objetiva dos espaços levando ao reforço de suportes subjetivos da memória (diários, biografias, fotografias, objetos), pois o paradigma do consumo tornou-se o mercado da moda, veloz, efêmero e descartável; 5) relega à condição de mitos totalitários os conceitos que fundaram e orientaram a modernidade: as idéias de racionalidade, universalidade, o contraponto entre necessidade e contingência, os problemas da relação entre subjetividade e objetividade, a história como dotada de sentido imanente, a diferença entre Natureza e cultura, etc. A ideologia neoliberal realiza três grandes inversões: substitui a lógica da produção pela da circulação; substitui a lógica do trabalho pela lógica da informação; e substitui a lógica da luta de classes pela lógica da satisfação-insatisfação dos indivíduos no consumo.

É este o projeto para o Brasil iniciado nos governos de FHC, recusado pela sociedade brasileira em quatro eleições seguidas, e que agora, à revelia das eleições presidenciais de 2014, é retomado pelo governo de Michel Temer, cujo pressuposto ideológico básico é a afirmação de que todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorrem da presença do Estado não só no setor de produção para o mercado, mas também nos programas sociais, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos procedem da presença das empresas privadas no setor de produção e no dos serviços sociais. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República. Isso transparece claramente na substituição do conceito de direitos pelo de serviços, que leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços privados.

Na atual linguagem do Estado, as universidades, as escolas técnicas, os museus e os centros de pesquisa são considerados organizações sociais prestadoras de serviços ao Estado e com ele celebram “contratos de gestão”. Essa definição da universidade é o princípio que guia as ações propostas pela Reitoria da USP, que confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz no léxico universitário termos como qualidade e avaliação e flexibilização da universidade.

Autonomia universitária: é a gestão de receitas e despesas, de

acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia universitária se reduz, portanto, ao gerenciamento empresarial da instituição, e a responsabilidade do Estado é a mesma que tem, por exemplo, com as empresas encarregadas do recolhimento do lixo. A “autonomia” prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. Cria-se também um Fundo de Apoio Universitário, com recursos públicos que podem ser repassados a qualquer universidade, desde que ela se apresente como prestadora de serviços e cumpridora das cláusulas do contrato de gestão.

Flexibilização: é o corolário da “autonomia”. “Flexibilizar” significa: 1) eliminar o regime único, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais do mercado, isto é, às demandas das empresas; 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa.

Qualidade: é definida como competência e excelência, tendo como critério seu “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; e é medida pela produtividade. A produtividade, que mede a qualidade, é orientada por três critérios: quanto a universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que orientarão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz. Ora, nos documentos da Reitoria a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a proposta de mudanças na carreira através de um vocabulário vago e impreciso, qual seja, “segundo as normas que regem a atividade docente”, sem que saibamos que normas são essas, ou seja: não há definição de critérios para “medir” a qualidade da docência.

Avaliação: é o corolário da “qualidade”. Sobre isso voltarei mais adiante. Flexibilização, qualidade e avaliação significam uma mutação a respeito do próprio conceito de universidade, que deixa de ser tomada como instituição social e passa a ser considerada uma organização social.³

De fato, desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num



Marilena Chauí em ato público na FFLCH, em novembro de 2018

princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade europeia tornou-se inseparável das ideias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com

a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como ideia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista. Numa palavra, por ser uma instituição social, a universidade não pode colocar-se à margem da luta de classes nem das questões ideológicas que, sabemos, são sua questão própria, pois cabe-lhe indagar qual o lugar das ideias no processo da produção material da sociedade.

Docência é entendida como a transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para estudantes, ou treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desaparece a marca essencial da docência: a formação

Ora, que significa passar da condição de instituição social à de organização?

Uma organização difere de uma instituição porque se define por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos polos da divisão

social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização social?

Como enfatizou a Escola de Frankfurt, o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto e para o capital, convertendo tudo em mercadoria destinada ao mercado e por isso mesmo produzindo um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria, o dinheiro como equivalente universal. A prática contemporânea da administração parte de dois pressupostos: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. Uma sociedade de mercado produz e troca equivalentes e suas instituições são, por isso mesmo, equivalentes também. É isso que se costuma batizar de “tecnocracia”, isto é: aquela prática que julga ser possível dirigir a universidade segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora

de automóveis ou uma rede de supermercados.

A prática administrativa se reforça e se amplia à medida que o modo de produção capitalista, por exigências da acumulação e da reprodução do capital, fragmenta todas as esferas e dimensões da vida social, desarticulando-as e voltando a articulá-las por meio da administração. Essa rearticulação transforma uma instituição social numa organização, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição. A passagem da USP à condição de organização administrada e administrativa assume a forma do que designamos como a universidade operacional, que, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Isso explica a linguagem dos documentos das comissões criadas pela atual Reitoria que se referem a planos estratégicos com normas e regras voltados para a eficácia organizacional e para a homogeneidade das práticas acadêmicas, portanto, definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual.

Que se entende por docência e pesquisa, numa universidade operacional?

A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em suportes eletrônicos. A docência é pensada como habilitação

rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desaparece, portanto, a marca essencial da docência: a formação. A desvalorização da docência significaria, compensatoriamente, a valorização excessiva da pesquisa? Teria esta assumido o lugar formador, que antes cabia à docência? Ora, o que é a pesquisa numa universidade operacional?

Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais de problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos micro-problemas, sobre os

quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevida da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal.

Compreende-se, então, o que vem acontecendo com a pesquisa, à medida que vai sendo fragmentada em micro-problemas. Começa-se dizendo que uma pesquisa não tem como realizar-se por um único pesquisador, mas este precisa estar associado a outros que tratam dos micro-problemas envolvidos pelo problema a ser pesquisado. A associação dos pesquisadores não é definida pela própria pesquisa, mas por seu tratamento administrativo sob a forma de “linha de pesquisa”, na qual os pesquisadores operam como na antiga fábrica fordista, isto é: são postos na linha de montagem, contribuindo com alguma pecinha muito especializada para a fabricação do artefato.

**Se por pesquisa
entendermos a investigação
de algo que nos lança na
interrogação, que pede
reflexão, crítica, invenção; o
trabalho da linguagem para
pensar e dizer o que ainda
não foi pensado nem dito;
ação contra a barbárie social
— então, não há pesquisa na
universidade operacional**

Como se dá a definição da “linha de pesquisa”? De duas maneiras prin-

cipais: 1) ou pelo ajuntamento de docentes-pesquisadores que trabalham numa mesma disciplina e foram informados de que, se formarem um grupo, núcleo ou centro, terão subvenções (contratos de gestão) para seus trabalhos; 2) ou porque um notável consegue uma “parceria” com uma empresa que encomenda uma “pesquisa”, isto é, uma estratégia de intervenção e de controle sobre alguma coisa. Em outras palavras, as “linhas de pesquisa” são, de um lado, maneiras de conseguir subvenção, recursos e complementação salarial, e, de outro lado, exprimem a idéia organizacional da “pesquisa” como delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. E é evidente também que os responsáveis pela “linha de pesquisa” não sejam pesquisadores e sim gestores de contratos e programas e que saibam ser “flexíveis” para mudar o curso da “pesquisa” quando assim for necessário.

Em suma, se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa

entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não há pesquisa numa universidade operacional.

Os documentos das comissões da Reitoria evidenciam que é neste quadro da universidade operacional que se propõe fazer a avaliação e definir a carreira universitária. Não examinarei os detalhes das propostas da Reitoria, nem as questões referentes à carreira, pois os colegas que me antecederam nos debates anteriores e a *Revista Adusp* já examinaram todos os detalhes desastrosos do que está sendo proposto. Quero, porém, fazer duas observações gerais:

1) vocês devem ter notado que as comissões nomeadas pelo reitor se referem aos seus trabalhos usando a palavra **missão**. Essa palavra tem três sentidos conforme a época histórica de seu emprego. Inicialmente foi empregada por Carlos Magno que se apropriou de um procedimento do império romano, que enviava os *missi*, emissários, encarregados da cobrança de taxas e impostos — eram emissários do imperador para fazer cumprir suas ordens, eis porque a Adusp tem insistido no caráter autoritário da formação e ação dessas comissões. Como a função dos *missi* também era militar, de imposição da ordem em regiões de conflito, a palavra **missão** é até hoje empregada num segundo sentido: é usada por forças armadas e policiais para significar uma operação de ataque a alvos pré-determinados com a finalidade de destruí-los. Não por acaso, nos documentos da Reitoria a palavra **missão** vem sempre acompanhada de uma outra, própria do vocabulário da ação militar, qual seja plane-

jamento estratégico. Finalmente, o terceiro sentido dessa palavra se encontra em seu emprego pelas empresas para encobrir que sua atividade é puramente mercantil e apresentar-se como dedicação e serviço ao público. É, pois, compreensível que na sociedade neoliberal e na universidade operacional os dirigentes se refiram à suas ações como **missões**. Se não soubéssemos que estamos diante da universidade administrada e empresarial, bastaria vermos a palavra **missão** para imediatamente sabermos do que se trata;

2) minha segunda observação, embora não afaste as análises da Adusp sobre o autoritarismo, vai ainda numa outra direção. As mudanças propostas definem formas de institucionalização da vida e da prática universitárias. Ora, a maneira como estão sendo encaminhadas indicam a enorme fragilidade institucional dessas ações, pois dependem de um reitor com mandato de quatro anos e de comissões diretamente nomeadas por ele e cuja existência termina com o término de sua gestão. Isto significa que, amanhã, mudanças que afetaram profundamente a docência, a pesquisa, a extensão e as carreiras podem perder a validade e lançar a USP no caos. Se as comissões tivessem sido eleitas pela comunidade acadêmica, se dela tivessem recebido propostas e mandatos, sua força institucional seria considerada não apenas legítima, mas também independente da duração dos mandatos dos reitores. Refiro-me, portanto, não apenas à fragilidade dessa institucionalização, mas sobretudo ao fato de que ela se configura como uma aventura irresponsável, pois

não é medida pela longa duração de uma instituição social e sim pelo caráter efêmero e volátil próprio de uma organização social.

Todos nós reconhecemos e defendemos a necessidade da avaliação das atividades universitárias: 1. para orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, de seu modo de inserção na sociedade e significado de seu trabalho, e para reorientação de programas e projetos; 2. para orientar a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros, suprir carências, atender demandas, quebrar bolsões de privilégios e de inoperância; 3. para a prestação de contas devida aos cidadãos. Ora, a “avaliação” que está sendo proposta não cumpre nenhuma dessas três finalidades porque, paradoxalmente, a universidade, centro de investigação onde tudo quanto existe deveria transformar-se em objeto de conhecimento, está sendo forçada a renunciar a colocar-se a si mesma como objeto de investigação, criando métodos próprios que permitam elaborar técnicas específicas de auto-avaliação. Em vez disso, o padrão organizacional da pesquisa e os critérios que a avaliam pela produtividade quantitativa, pela competitividade, pela eficiência e pelo sucesso é a aceitação acrítica e perigosa de critérios não acadêmicos e sociais.

De fato, o que é a suposta avaliação trazida pelas comissões da Reitoria? 1. Empregando critérios que visam à homogeneidade, a avaliação despoja a universidade de sua

institucionalidade própria, isto é: a diversidade e pluralidade de suas atividades, determinadas pela natureza própria dos objetos de pesquisa e de ensino, regidos por lógicas específicas, temporalidades e finalidades diferentes; 2. nada é conseguido como auto-conhecimento da instituição, mas é promovida sua redução a funções operacionais e o resultado avaliativo aparece como um catálogo de atividades e publicações (acompanhadas de inexplicados conceitos classificatórios) que passa a orientar a alocação de recursos, vagas, concursos etc.; 3. a prestação de contas à sociedade não se cumpre porque tanto orçamentos quanto execuções orçamentárias são apresentados com os números agregados, sem explicitação de critérios, prioridades, objetivos e finalidades e sem explicitar publicamente os convênios privados (montante dos recursos, destinação, prazos das pesquisas, usos dos resultados etc).

Em geral, os critérios empregados para avaliar a chamada “excelência acadêmica” costumam ser identificados aos indicadores usados para medi-la, pois por “qualidade acadêmica” costuma-se entender o número de teses e de publicações, estágios no estrangeiro e participação em congressos, numa visão simplista da pesquisa, e deixando na sombra a docência, seus problemas e sua qualidade própria, uma vez que o ensino, como observamos, é, agora, considerado tarefa menor e de adestramento, sem qualquer papel formador.

A título de exemplo, a respeito de irracionalidades criadas pelos indicadores existentes, menciono:

1. **artigos x livros:** nas humanidades, os livros, mesmo os ensaísticos, são mais importantes do que os artigos isolados e o tempo para preparar e publicar um livro é muito maior do que para artigos. Ora, usando os critérios da universidade operacional e, nela, enfatizando os das áreas científico-tecnológicas, os artigos valem mais do que os livros e valem mais se publicados em revistas internacionais e não nas nacionais. Não bastasse isso, desconsidera-se a precariedade do mercado editorial brasileiro, com graves problemas técnicos para a edição e sobretudo para a distribuição, portanto, um pequeno número de livros e revistas não indica que não houve pesquisa, e sim que é possível não haver verba para publicar a revista e, no caso do livro, o autor pode estar na “fila de espera” de uma editora sem ter ideia de quanto a espera durará — o critério da publicação pode ser abstrato quando não leva em conta todas essas especificidades;

2. os problemas graves de infraestrutura são levados em conta para avaliar a universidade, em que bibliotecas, laboratórios, instrumentos de precisão, material para trabalho de campo, informatização não recebem verbas suficientes, de maneira que a avaliação, em lugar de estimular a concessão de verbas para infraestrutura, castiga cursos e áreas inteiras com uma avaliação “baixa”;

3. a ausência de diversificação dos critérios avaliativos também é irracional: por exemplo, nas áreas de ciências básicas — exatas, naturais, humanas, letras e filosofia — o intercâmbio internacional é muito importante, mas seu grau de impor-

tância, de necessidade e de intensidade não é o mesmo em cada uma delas; se, para um químico ou um físico, é essencial ter sua pesquisa imediatamente publicada em periódicos internacionais, no caso das humanas, dependendo do assunto (por exemplo, um trabalho de História sobre a economia colonial; um estudo literário sobre Machado de Assis), a urgência não é tão grande, sendo muito mais importante torná-la imediatamente conhecida no Brasil — se a publicação internacional for um critério decisivo, como julgam alguns, a relevância de pesquisas básicas locais se perde;

4. a irônica perversidade de alguns critérios supostamente avaliativos: exemplo: o número de citações de um trabalho pode ser efetivamente um indicador da relevância e qualidade da pesquisa. Ora, como este critério passa a servir para determinar financiamentos, cargos, empregos melhores, os universitários norte-americanos passaram a duas atitudes: formar “grupos de citação recíproca” e “reciclar artigos” para serem citados novamente; mas, muito pior, passam a reduzir e restringir as áreas de pesquisa, mantendo apenas as já existentes, pois quando um campo novo está sendo aberto, não há como ter citações dos trabalhos porque são pioneiros e não há muita gente pesquisando o assunto — o critério da citação, que poderia ser um bom indicador, acaba oscilando entre a picaretagem e o modismo.

Quanto à docência, que poderíamos considerar elementos indispensáveis da excelência do trabalho docente? Pensamos que, entre outros aspectos, a docência excelente seria

aquela que: 1) articula informação e formação; 2) inicia os estudantes nos clássicos, nos problemas e nas inovações da área; 3) varia e atualiza cursos, bibliografias, aproveitando os trabalhos de pesquisa que o professor está realizando (tanto para uma tese, um livro ou um artigo); 4) inicia no estilo e nas técnicas de trabalho próprios da área; 5) informa e forma novos professores ou profissionais não-acadêmicos da área; 6) dependendo da área, estimula os estudantes ao aprendizado de outras línguas e consegue que os departamentos de línguas ofereçam cursos aos estudantes; 7) luta por condições de infraestrutura para os estudantes: bibliotecas, laboratórios, computadores, instrumentos de precisão, veículos para trabalho de campo etc.; 8) exige trabalhos escritos e orais contínuos dos estudantes, oferecendo-lhes uma correção explicativa de cada trabalho realizado, de tal modo que cada novo trabalho possa ser melhor do que o anterior, graças às correções, observações e sugestões do professor; 9) incentiva os diferentes talentos, sugerindo trabalhos que, posteriormente, auxiliarão o estudante a optar por uma área de trabalho acadêmico, ou uma área de pesquisa ou um aspecto da profissão escolhida e que será exercida logo após a graduação — em suma: a docência forma novos docentes, incentiva novos pesquisadores ou prepara profissionalmente para atividades não-acadêmicas. No caso da pesquisa, também poderíamos discutir o estabelecimento de alguns parâmetros, a partir de um conjunto de indagações sobre a qualidade desse trabalho. Assim, por exemplo, podemos indagar:

Os temas escolhidos são relevantes na área, seja porque enfrentam impasses e dificuldades teóricas e práticas nela existentes, seja porque inovam em métodos e resultados, abrindo caminho para novas pesquisas?

O pesquisador conhece as várias alternativas metodológicas e as implicações científicas, políticas e ideológicas de cada uma delas, de modo que, ao escolher a metodologia, o faz com conhecimento de causa?

O pesquisador conhece o estado da arte no tema que está pesquisando: as discussões clássicas e as discussões mais recentes sobre o assunto e a bibliografia clássica e atual sobre o assunto? O pesquisador dispõe de tempo para várias horas seguidas de trabalho? Recebe auxílio financeiro para isto?

O orientador estimula caminhos novos para seus orientandos e é cientificamente receptivo a conclusões, mesmo quando estas contrariem resultados e ideias a que ele próprio havia chegado em suas pesquisas?

O orientador estimula estágios no estrangeiro, escolhendo os locais onde, de fato, o tema trabalhado pelos orientandos tem sido objeto de pesquisas importantes? O orientador luta para que haja condições de infraestrutura para o trabalho dos orientandos e o seu próprio? O orientador tem clareza da necessidade de diferenciar prazos para seus orientandos, em função do tema escolhido por eles, das diferentes condições de vida e trabalho dos orientandos, das dificuldades ou facilidades de expressão de cada um dos orientandos, da infraestrutura e da bibliografia disponíveis para os diferentes traba-

lhos dos orientandos? O orientador estimula a formação de pequenos grupos de discussão e de seminários de seus orientandos? O orientador respeita a pesquisa solitária, conforme o tipo de tema ou dos orientandos? O orientador não se apropria da pesquisa dos orientandos e não a publica em seu próprio nome? O orientador não explora os orientandos como força de trabalho?

A universidade reconhece a importância da pesquisa e cria condições para que se realize, se renove e se amplie (bibliotecas, laboratórios, instrumentos e equipamentos, intercâmbios nacionais e internacionais, verbas para publicação de revistas, verbas para editora universitária, verba para coedições com editoras comerciais, bolsas)?

O pesquisador pode contar com o reconhecimento público de seu trabalho, tanto pela publicação quanto pela utilização acadêmica, profissional ou social que dele é ou será feita? O pesquisador pode ter expectativa de reproduzir seu aprendizado e formar novos pesquisadores porque outras universidades do país poderão contratá-los, ou sua própria universidade tem uma previsão de ampliação dos quadros? O pesquisador tem clareza da diferença entre pesquisa e consultoria, pesquisa e assessoria?

Indagações como estas podem auxiliar-nos a formular um conceito geral da excelência na pesquisa e encontrar critérios qualitativos para avaliá-la. Aqui, sugerimos alguns:

1. **a inovação** – seja pelo tema, seja pela metodologia, seja pela descoberta de dificuldades novas, seja por levar a uma reformulação do saber anterior sobre a questão;

2. **a durabilidade** - a pesquisa não é servil a modismos e seu sentido não termina quando a moda acadêmica acabar porque não nasceu de uma moda;

3. **a obra** - a pesquisa não é um fragmento isolado de ideias que não terão sequência, mas cria passos para trabalhos seguintes, do próprio pesquisador ou de outros, sejam seus orientandos, sejam os participantes de mesmo grupo ou setor de pesquisa; há obra quando há continuidade de preocupações e investigações, quando há retomada do trabalho de alguém por um outro, e quando se forma uma tradição de pensamento na área;

4. **dar a pensar** - a pesquisa faz com que novas questões conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser pensadas, mesmo que não tenham sido trabalhadas pelo próprio pesquisador; ou que questões já existentes, conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser percebidas de maneira diferente, suscitando um novo trabalho de pensamento por parte de outros pesquisadores;

5. **impacto ou efeito social, político ou econômico** - a pesquisa alcança receptores extra-acadêmicos para os quais o trabalho passa a ser referência de ação, seja porque leva à ideia de pesquisa aplicada, a ser feita por outros agentes, seja porque seus re-

sultados são percebidos como direta ou indiretamente aplicáveis em diferentes tipos de ação;

6. **autonomia** - a pesquisa suscita efeitos para além do que pensara ou previra o pesquisador, mas o essencial é que tenha nascido de exigências próprias e internas ao pesquisador e ao seu campo de atividades, da necessidade intelectual e científica de pensar sobre um determinado problema, e não por determinação externa ao pesquisador (ainda que outros sujeitos acadêmicos, sociais, políticos ou econômicos possam ter despertado no pesquisador a necessidade e o interesse da pesquisa, esta só consegue tornar-se excelente se nascida de uma exigência interna ao pensamento e à ação do próprio pesquisador);

7. **articulação de duas lógicas diferentes**, a lógica acadêmica e a lógica histórica (social, econômica, política) - a pesquisa inovadora, duradoura, autônoma, que produz uma obra e uma tradição de pensamento e que suscita efeitos na ação de outros sujeitos é aquela que busca responder às questões colocadas pela experiência histórica e para as quais a experiência, enquanto experiência, não possui respostas; em outras palavras, a qualidade de uma pesquisa se mede pela capacidade de enfrentar os problemas científicos,

humanísticos e filosóficos postos pelas dificuldades da experiência de seu próprio tempo; quanto mais uma pesquisa é reflexão, investigação e resposta ao seu tempo, menos perecível e mais significativa ela é;

8. **articulação entre o universal e o particular** - a pesquisa excelente é aquela que, tratando de algo particular, o faz de tal maneira que seu alcance, seu sentido e seus efeitos tendam a ser universalizáveis — quanto menos genérica e quanto mais particular, maior possibilidade de possuir aspectos ou dimensões universais (por isso, e não para “contagem de pontos”, é que poderá vir a ser publicada e conhecida internacionalmente, quando o tempo dessa publicação surgir). Onde a preocupação que os orientadores deveriam ter com o momento em que os estudantes escolhem um tema de iniciação à pesquisa, que antecipa o futuro mestrado e o futuro doutorado, de modo o que o primeiro tema fosse um exercício preparatório para as escolhas seguintes, garantindo, ao final do percurso, um novo pesquisador em condições de realizar novos trabalhos nos quais a articulação entre o particular e o universal se tornem perceptíveis para ele por haver aprendido, na iniciação e no mestrado, a trabalhar sobre o particular com rigor e originalidade.

Notas

- 1 Publicado na *Revista Adusp* 60, de maio de 2017, este ensaio, originalmente intitulado “Sobre as comissões de avaliação da USP”, foi elaborado a pedido da Adusp e apresentado pela autora em debate acerca da “Nova CPA” (Comissão Permanente de Avaliação) realizado em 16 de setembro de 2016. A “Nova CPA” proposta e aprovada no Conselho Universitário pela gestão reitoral de M.A. Zago e V. Agopyan (apesar da resistência da Adusp e de algumas congregações) agravou o processo de centralização da avaliação do corpo docente da USP.
- 2 Professora titular do Departamento de Filosofia e Professora Emérita da FFLCH.
- 3 **Nota da Autora.** Essa distinção é feita por Michel Freitag em *Le naufrage de l'université*, obra em que é empregada a expressão universidade operacional, que usaremos a seguir.

PUBLICAÇÕES, CERT E O REITOR: AVALIAÇÃO ILEGÍTIMA, ILEGAL E PERSECUTÓRIA¹

Antonio Biondi, Ciro Teixeira Correia,
Luiz Silveira Menna-Barreto e Pedro Estevam da Rocha Pomar²



*Exorbitantes, os critérios de avaliação impostos pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho têm mais a ver com a “nova ordem” mercadológica do que com o caminhar da ciência e da educação. Membros da própria CERT seriam reprovados se avaliados com base em tais critérios. Causa estranheza e indignação o fato de uma comissão central da USP, composta por professores experientes, não ter consciência das distorções provocadas pelo uso de indexadores de publicações como critérios prioritários de avaliação, bem como das mazelas que se multiplicam em função da política de **publish or perish***

A Comissão Especial de Regimes de Trabalho, ou CERT, foi criada em 1982, como resultado da fusão de três outras comissões existentes na USP. Sua finalidade maior era evitar eventuais abusos contra as normas que regem o exercício do RTC e do RDIDP. Na última década, especialmente a partir de 1992, a CERT ganhou novas funções, que lhe foram conferidas diretamente pelos reitores. Ela anexou o órgão ao qual deveria formalmente estar subordinada — a Comissão Permanente de Avaliação, ou CPA — e passou a ditar normas para o corpo docente, à revelia dos departamentos e unidades, e impor punições aos docentes cujo desempenho considera fraco ou inadequado.

A transformação da CERT em órgão disciplinador do corpo docente coincide com a progressiva adoção, pela Reitoria da USP, dos paradigmas que norteiam as reformas em curso na educação superior brasileira, dentro dos quais a avaliação adquire papel central. Seus membros são nomeados exclusivamente pelo reitor, e alguns setores da hierarquia universitária têm defendido a tese de que só a ele a CERT deve se reportar.

Entre 1995 e julho de 2000, segundo seus próprios dados, disponíveis no site da USP, a CERT promoveu vinte e oito “desligamentos do RDIDP”, eufemismo que designa o rebaixamento do docente, com drástica redução de vencimentos. Um desses docentes recorreu à Justiça e obteve mandado de segurança, que assegurou seu direito de permanecer no RDIDP. Outra sentença recente assinalou ter havido “grosseira violação” do direito à ampla defesa previsto na Constituição Federal, quando uma docente teve seu salário parcialmente confiscado por simples ordem da CERT, sem qualquer processo administrativo.

Há evidências de sobra de que, entre os critérios que nortearam esses “desligamentos”, predominou o da mera contagem de artigos e trabalhos científicos, preferencialmente em revistas estrangeiras. Critério mecânico que, independentemente do seu viés ideológico produtivista, certamente simplifica o controle do desempenho dos docentes. Afinal, como explicar que os onze atuais membros da CERT (entre os quais há vários pesquisadores de projeção pública com evidente sobrecarga de trabalho) tenham encontrado tempo para analisar de maneira séria e refletida, entre janeiro de 1999 e julho de 2000, nada menos do que 1820 pedidos de avaliação periódica, além de 813 pedidos de assessoria e 15 pedidos de regime de maior dedicação?

Pior: não há qualquer fundamentação, legal ou normativa, para que a CERT proceda à avaliação individual dos docentes. Não é de se estranhar, portanto, que essa prática venha sendo cada vez mais questionada no meio acadêmico, como se pôde constatar na reunião do Conselho Universitário (Co) do dia 5 de dezembro de 2000, que examinou os recursos de dois docentes contra decisões da CERT e do reitor. Embora o Co, órgão controlado pela burocracia universitária e que tende a acompanhar as decisões do reitor, tenha rejeitado os recursos, as intervenções contrárias à CERT foram muitas — e muito duras.

Criticou-se o caráter individual e punitivo da avaliação, o desrespeito à diversidade, a mediocridade padronizadora, a fragilidade do critério do “índice de impacto” das publicações, a falta de representatividade de uma comissão escolhida a dedo pelo reitor. O resultado da votação configurou uma maioria relativamente escassa: 40 votos contra os recursos dos docentes, 27 a favor e uma abstenção, sinalizando a insatisfação existente³. O placar seria certamente ainda mais apertado, se os oito representantes dos alunos de graduação não tivessem sido impedidos de votar, por terem sido eleitos na eleição organizada pelo DCE e não naquela convocada pela Reitoria.

A avaliação nos moldes praticados pela CERT é incapaz de compreender as realidades das diferentes áreas e, também, de encarar o professor como um cidadão com direitos historicamente conquistados, estabelecidos na legislação do país, e que a Universidade não pode atropelar. Em função das disparidades e injustiças fartamente documentadas, a USP deve reiterar que a avaliação centralizada, além de burlar as definições do Co e de ser ilegal, é um instrumento não de correção de erros e aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa, mas de controle burocrático e ideológico do corpo docente.

Illegítima, por não dispor de representatividade; usurpadora, por esbulhar funções que pertencem aos departamentos e à CPA; destruidora, por praticar uma avaliação predatória, que tem levado docentes dedicados a abandonar voluntariamente a USP, por se sentirem incapazes de enfrentar uma sanha persecutória que não conseguem entender. A CERT é tudo isso, mas é também prepotente, por julgar-se acima dos direitos elementares das pessoas cujo destino decide com uma simples canetada.

As primeiras sentenças judiciais favoráveis aos docentes da USP que recorreram contra as arbitrariedades praticadas

pela CERT e pelo reitor revelam em que medida a comissão tem atropelado garantias consolidadas dos servidores públicos, como o direito à irredutibilidade dos vencimentos e o direito à ampla defesa nos processos administrativos.

“Os argumentos tecidos pela autoridade impetrada, o Senhor Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, não merecem guarida, pois [...] decaem de premissa lógica e, até mesmo, demonstram contra-senso de conduta, no que toca à justificação da contratação pelo Regime de Turno Parcial e os termos do edital”, sentenciou o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, ao conceder mandado de segurança contra um dos “desligamentos do RDIDP” conduzidos pela comissão (processo 777/1995).

Ao rejeitar, nesse mesmo caso, a apelação da USP contra a decisão de primeira instância, o Tribunal de Justiça do Estado (TJE-SP) entendeu ter havido “violação a direito líquido e certo” do docente que moveu a ação: “Tendo o edital, incontroversamente, previsto o provimento de cargos em RDIDP [...] uma vez aprovado no respectivo concurso o autor jamais poderia ter sido nomeado em RTP” (acórdão de 14 de setembro de 1998).

Em outro caso, a CERT inacreditavelmente mandou deduzir valores do contracheque de uma docente da USP de Ribeirão Preto, sem aviso sequer à interessada, e o juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública considerou que essa decisão unilateral “invadiu a esfera de direitos da impetrante”. A sentença, que declara nulo um parecer da CERT (149/1998), chama atenção para o cerceamento do direito de defesa, pois a decisão foi tomada “à revelia da interessada e sem que lhe fosse permitida a defesa no processo administrativo de contagem de tempo”, o que violou o artigo 5º da Constituição Federal, “pois no conceito de devido processo legal, cujo significado é o de um processo fundamentalmente justo, está incluído o direito de ampla defesa”.

Outro desdobramento importante desse julgamento foi o fato de o juiz pedir abertura de inquérito contra o então presidente da CERT, alegando que este omitiu informações necessárias ao julgamento: “Sem prejuízo, remeta-se ao Ministério Público cópia autenticada dos documentos de fls. 2/10, 103, 104, 106/116 e desta sentença, para que seja apurada a eventual responsabilidade penal de Marco Antonio Zago, pela omissão de prestar as informações requisitadas” (trechos das páginas 3, 4 e 5 da sentença proferida em 21 de setembro de 1998, no pro-

cesso 862/1998, da 6ª Vara da Fazenda Pública. Os grifos são nossos). Em setembro de 2000 o TJE-SP confirmou a decisão de primeira instância.

Os métodos da CERT incluem o segredo, o que diz muito sobre seu caráter burocrático. Exemplo 1: a composição da comissão não consta da própria página da CERT no site da USP. Deveria ter treze membros, de acordo com a resolução que a criou, mas tem apenas onze atualmente. Exemplo 2: um parecer da Consultoria Jurídica da USP (CJ)⁴, favorável a docentes que recorreram contra a CERT, foi literalmente mantido na gaveta para evitar que o Co dele tomasse conhecimento antes da reunião, já mencionada, de dezembro último, que julgou recurso semelhante impetrado por dois outros professores (*Informativo Adusp* 91).

“Três dos onze membros atuais da CERT não contam com um único artigo indexado nos bancos do ISI. O reitor Jacques Marcovitch, o homem que nomeia os integrantes da CERT, tem duas publicações registradas no ISI ao longo da sua carreira”

Na comunidade científica nacional e internacional, tem-se firmado cada vez mais a compreensão de que fixar critérios quantitativos de publicações é não somente inadequado para se avaliar a importância, abrangência e competência de um docente ou pesquisador, como também causa profundas distorções no processo de produção do saber e nas relações éticas que devem reger as relações humanas em geral e o comportamento dos cientistas em particular.

Uma das principais mazelas geradas pela política de publicar a qualquer custo é a “indústria” de *papers* ou “participação cruzada”. Pesquisadores trocam entre si a inclusão de seus nomes em artigos, embora não tenham necessariamente participado dos respectivos trabalhos. Esse expediente lamentável garante melhores posições nas contagens e, como consequência, currículos e rendimentos mais alentados. Outro subproduto daquela polí-

tica: o procedimento de subdividir em vários artigos os resultados que deveriam ser divulgados de modo orgânico em uma única publicação, tornando, assim, mais complexa a tarefa de sistematização do conhecimento e do estágio de evolução em uma determinada área.

Por outro lado, verifica-se a publicação dos mesmos resultados em vários artigos, com acréscimos insignificantes ou mesmo sem acréscimos. É preciso lembrar, finalmente, os procedimentos acéticos de apropriação intelectual de resultados de bolsistas, orientandos ou *research fellows*, por parte de orientadores, coordenadores ou responsáveis por projetos de pesquisa. É verdade que essas distorções não derivam unicamente da ideia do *publish or perish*, mas sua vigência plena certamente as agravou.

Para demonstrar o quanto o critério da contagem de *papers* é inadequado para avaliar desempenho ou competência de qualquer docente ou conjunto de docentes, e o quanto a CERT se equivoca ao utilizar para esses fins ferramentas concebidas com propósitos puramente científicos, basta olhar o número de publicações, de autoria do grupo composto pelo reitor e pelos onze membros atuais da CERT, registradas nos bancos de dados do Institute for Scientific Information (ISI), na Web of Science: o Science Citation Index, o Social Citation Index e o Arts and Humanities Index.⁵ O ISI é uma instituição privada que compila a maioria dos artigos e citações publicadas em revistas indexadas internacionalmente.

Surpresa: três membros da CERT, quase um terço da comissão, não contam com um único artigo indexado nos bancos do ISI. Outra surpresa: o reitor Jacques Marcovitch, o homem que nomeia os integrantes da CERT, defende e dá respaldo às suas ações, tem duas publicações registradas no ISI ao longo de toda a sua carreira acadêmica, tão distantes no tempo que ele não poderia escapar às sanções da comissão, se fosse parar em suas malhas.

Surpresa? Nem tanto. Como dissemos, os bancos do ISI não se prestam a fins de avaliação. Trata-se de importante ferramenta, tornada disponível por meio de convênio entre a USP e a Fapesp, para se pesquisar a respeito do “estado da arte” do conhecimento em determinada área, ou sobre um tópico específico qualquer, ou ainda sobre quem são os pesquisadores atuantes em um determinado tema.

Seria inadmissível desqualificar o Reitor ou qualquer membro da CERT com base nessas informações. Menos ainda, cogitar de modificar seus regimes de trabalho pelo

mesmo motivo. O que causa estranheza e indignação é o fato de uma comissão central da Universidade, composta na sua maioria por professores experientes e renomados, não ter consciência das distorções provocadas pelo uso de quaisquer indexadores de publicações como critérios prioritários de avaliação, bem como das mazelas que se multiplicam em função da política de *publish or perish*.

Uma das principais regras não escritas da CERT, explicadas somente nos pareceres, é a de que os docentes devem publicar todo ano em revistas estrangeiras. Imposição tão absurda que não pode ser respeitada nem mesmo por seus executores. O presidente da comissão, professor Carlos Humes Jr., do Instituto de Matemática e Estatística, passou doze anos (de 1980 a 1991) sem ter qualquer artigo catalogado no ISI.

Por outro lado, a análise desses dados reforça uma crítica sempre feita à política de “avaliação” da CERT, que se recusa a entender que a questão da avaliação é diferenciada nas diversas áreas do saber e das artes. A quantidade de artigos publicados varia de tal forma que uma só integrante da comissão, do Instituto de Biociências, possui simplesmente mais artigos catalogados no ISI (290) do que todos os outros membros da CERT juntos. No outro extremo, sem nenhum artigo listado, encontram-se três docentes da área de Humanas.

Nos últimos três anos, dois dos membros da CERT tiveram indexados no ISI 54 e 56 artigos respectivamente, o que resulta nas médias de 18 e 19 artigos por ano, em números arredondados. Isso nos leva a perguntar: como é possível obter tais números? Se pensarmos de que modo um docente consegue tal índice de produtividade medida em artigos, e como isso se relaciona com o tempo e a energia dedicados a suas outras atividades (aulas na graduação, orientação de alunos na pós-graduação, envolvimento na administração de departamentos e unidades, direção de entidades de pesquisa etc.), seria natural cogitar-se de que se tende a relegar a segundo plano outras tarefas.

Qual seria, por exemplo, a participação efetiva, nas atividades da CERT, dos membros que apresentam tão grande produção de artigos? Custa crer que esses docentes, cujo número de publicações supõe um alto grau de envolvimento com pesquisa e dedicação a projetos (e que além disso devem cumprir obrigações junto a cursos de suas unidades), encontrem tempo para participar de reuniões da comissão nas quais se discute a sorte deste ou

daquele docente. Vários deles desenvolvem atividades de chefia ou participam dos conselhos de seus departamentos ou escolas. Não são poucos os que ocupam algum cargo em associações, ou que prestam consultoria à Fapesp, CNPq ou Capes.

Tudo isso suscita a dúvida sobre o tempo que os membros da CERT realmente dedicam a ela e sobre como vem-se dando o trabalho efetivo no âmbito da comissão. Todos têm efetivamente participado das reuniões, dos julgamentos, da formulação e aplicação da política de avaliação? Ou, como parece mais provável, isso vem ocorrendo ao sabor da vontade de quem ocupa a presidência da comissão? Mais: é-lhes possível analisar criteriosamente as questões referentes a 4.500 docentes, a toda uma universidade, a um sem-número de áreas de conhecimento?

A despeito de tais incoerências dentro da própria CERT, a comissão continua estimulando e exigindo a pu-

blicação em revistas estrangeiras, de modo a privilegiar a “avaliação” por meio da contagem desses artigos. Ademais, é preciso que as publicações tenham alto “índice de impacto”, quer dizer, tenham gerado um determinado número de citações considerado satisfatório. É com base nos resultados de tais estatísticas que a CERT, à revelia da legislação vigente no país, no Estado e freqüentemente ferindo as próprias normas da USP, tem proposto mudanças no regime de trabalho de docentes e a não renovação de contratos, em muitos casos.

É preciso que a CERT retome suas estritas funções regimentais, entre elas a de zelar pelo cumprimento dos regimes de trabalho — cada vez mais descaracterizados em função das diversas espécies de “consultorias” e serviços prestados por meio das fundações privadas — em lugar de se dedicar ao controle policaresco do corpo docente, instituído por meio da avaliação individual.

QUE COMISSÃO É ESSA?

Afinal, qual o caráter da CERT? O artigo 91 do Estatuto da USP atribui-lhe caráter meramente consultivo, ao determinar que à CERT “incumbe analisar as admissões de docentes, opinar acerca do regime de trabalho, orientar e coordenar a aplicação da legislação pertinente, bem como zelar pelo cumprimento das respectivas obrigações”.

Adicionalmente, o artigo 6º da resolução 3.531/1989, que baixa o Regimento Interno da CERT, estabelece que compete à comissão: “I- Interpretar, aplicar e determinar a aplicação das normas relativas aos regimes de trabalho docente, zelando pelo seu fiel cumprimento e execução; II- propor ao Reitor a edição de normas que disciplinem a aplicação da legislação relativa aos regimes de trabalho; III- adotar providências no sentido de aprimorar os regimes de trabalho, em particular o RTC e o RDIDP; IV- opinar sobre ingressos, reingressos, permanências, exclusões, licenças, afastamentos, transferências, comissionamentos, nomeações, admissões, contratos, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do pessoal docente da Universidade; V- zelar pelo cumprimento do RTC e do RDIDP; VI- julgar relatórios no âmbito de suas atribuições; VII- apurar, mediante sindicâncias instauradas pelo Presidente, infringências à legislação relativa a regime de trabalho e, quando for o caso, propor ao Reitor a abertura de processo

administrativo; VIII- exercer as demais atribuições inerentes a natureza de sua competência.”

Embora nenhum desses itens atribua à CERT qualquer função relativa à avaliação individual dos docentes, muito menos por meio da contagem das publicações que os docentes produzam, estranhamente é a essa tarefa que a comissão mais tem-se dedicado.

Chega a causar perplexidade a ousada e ilegítima ação da CERT, quando se sabe que, mesmo em desacordo com as normas constitucionais que garantem a irredutibilidade dos salários, qualquer proposição de mudança no regime de trabalho dos docentes é de competência das unidades, uma vez que o artigo 201 do Estatuto, prevê “decisão prévia do Conselho do Departamento, ouvido o CTA, com anuência da CERT” e, principalmente, quando se percebe que o capítulo IV do Regimento Geral estabelece que a avaliação da produção dos docentes é competência da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e não da CERT.

O desrespeito às normas e deliberações dos órgãos colegiados da USP, por parte do reitor e da CERT, vai além. A desenvoltura e desinibição atuais da CERT transgridem frontalmente, com respaldo dos reitores, uma decisão do Co de março de 1992, ainda em plena vigência. Trata-se de uma crucial definição sobre a natureza do processo de

avaliação e sobre os organismos aos quais cabe realizar a avaliação. Ao criar a CPA, em sua 799ª reunião, o Co definiu sua composição e normas com o seguinte entendimento:

“A comissão composta por três membros da CERT e três da CAA, mais um representante discente estudaram [sic] esta questão, chegando à conclusão que o mais interessante é fazer uma avaliação departamental, e que inserida nesta auto-avaliação estaria inserida [sic] avaliação individual de cada docente, pois se perderia a perspectiva e o panorama daquele docente que trabalha integrado a um setor que é o Departamento. Portanto a proposta é que haja uma avaliação departamental e que a Comissão, composta pelos membros da CERT e da CAA, em sua totalidade, coordenariam os trabalhos dessa avaliação [sic].”

A decisão, votada e aprovada pelo Co, é bem clara apesar dos deslizos gramaticais da ata: quer-se uma **avaliação departamental**, e não uma “avaliação individual de cada docente, pois se perderia a perspectiva e o panorama daquele docente que trabalha integrado a um setor que é o Departamento”.

Ora, que fez o reitor? Ao dispor sobre a constituição da CPA, baixou uma resolução (GR 3.920/1992) que anulou na prática os poderes da comissão nascente, determinando sua subordinação à CERT: “O REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, tendo em vista o deliberado

pelo Conselho Universitário em sessão de 17 de março de 1992, baixa a seguinte Resolução:

Art. 1º - A Comissão Permanente de Avaliação (CPA), mencionada no art. 202 do Regimento Geral, será constituída pelos membros da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA). **Art. 2º** - No desenvolvimento de seus trabalhos a CPA utilizará a infra-estrutura administrativa da CERT.

Parágrafo único - A CPA será coordenada pelo presidente da CERT.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.”

Como se vê, na concretização do que foi decidido pelo principal colegiado da universidade simplesmente desapareceu o entendimento de que não se pode avaliar os docentes fora do contexto dos departamentos. E atrelou-se a CPA (comissão maior e menos arbitrária, por incluir os membros da CAA que são, ao menos, eleitos pelo Co) à infra-estrutura da CERT e, ainda mais grave, ao comando do presidente da CERT⁶.

Dava-se aí, portanto, um passo decisivo para desviar a comissão de suas funções originais. Aos poucos, ela ganharia novos poderes, bafejada pelos ventos da mercantilização do ensino e do pensamento centralizador e autoritário.

Notas

- 1 Publicado na *Revista Adusp* 22, de março de 2001.
- 2 Antonio Biondi e Pedro Estevam da Rocha Pomar são jornalistas. Ciro Teixeira Correia é professor do Instituto de Geociências (IGC-USP) e Luiz Silveira Menna-Barreto é professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).
- 3 “Entendo que não se deve fazer avaliações individuais no nível superior, da Reitoria, da CERT, pois não há competência para fazê-las. Essa avaliação depende de um conhecimento multifacetado do docente, das várias atuações. O fato de um docente não publicar por três anos não significa nada. Se ele fez um trabalho que, para o departamento, foi útil, reconhecido, e que permitiu a outros quatro ou cinco docentes publicarem muito, é o departamento que vai avaliar”, advertiu o professor Carlos Alberto Dantas, do Instituto de Matemática e Estatística (IME). “Nós somos 4.500 professores; se os senhores lembrarem o elenco de atividades que a CERT tem de cumprir, como é possível examinar 4.500 docentes em todos aqueles itens? É impossível, então a CERT acaba examinando alguns, e cria uma assimetria, cria um desconforto. Em minha concepção, a CPA avalia os departamentos e a unidade. Se ela não estiver progredindo, não estiver no padrão que exigimos da USP, padrão internacional, essa unidade tem de ser examinada, não punitivamente. Não se trata de punir a unidade”, destacou José Roberto Leite, docente do Instituto de Física (IF). “Quando eu era recém-diretor, fui procurado por um docente lívido e com os olhos esbugalhados. Esse docente descobriu, ao receber seu holerite, que havia saído do RDIDP para o RTP, porque alguém na CERT não gostou do seu relatório”, relatou o professor Arnaldo Augusto Siqueira, da Faculdade de Saúde Pública. “Não está resolvido como é que 13 pessoas podem avaliar peculiaridades de 5 mil professores, de 35 unidades e de 300 departamentos. É isso o que precisamos discutir”.
- 4 Hoje Procuradoria Geral da USP.
- 5 Nota: os dados do ISI dizem respeito aos períodos de 1945-2000, no caso do Science C.I.; 1956-2000, no caso do Social Sc. CI; e 1975-2000 para Arts&Humanities C.I.
- 6 A Resolução 3.920/1992 viria a ser revogada pela Resolução 4.928/2002, editada pelo reitor Adolpho Melfi, que mudou radicalmente o desenho da CPA, cuja composição passou a ser a seguinte: “I – o Vice-Reitor, seu Presidente; II – membros indicados pelo Reitor e homologados pelo Co, dentre os integrantes da carreira docente da USP que se tenham destacado nas atividades acadêmicas, de maneira a assegurar a representação adequada das diferentes áreas do conhecimento.”

CONFLITO DE INTERESSES MARCA RELAÇÃO ENTRE USP E FUNDAÇÕES¹

Antonio Biondi, João Brant, José Chrispiniano
e Pedro Estevam da Rocha Pomar²

Professores que exercem cargos de direção e chefia na USP tornam-se também dirigentes de fundações privadas ditas “de apoio”, caracterizando a existência de interesses contraditórios na gestão pública. Exemplo: em 1998, o reitor Jacques Marcovitch atuava como coordenador de projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA) e integrava seu conselho curador — e a fundação subsidiou, a título de apoio à pesquisa, sua viagem a Davos (Suíça), “para participar da Reunião Anual do World Economic Forum”, e lhe concedeu dois prêmios em dinheiro pela publicação de artigos

A notícia caiu como raio em céu azul: a Fipecafi obtivera do Ministério da Educação autorização para criar sua própria faculdade. A pró-reitora de Graduação, Ada Pellegrini Grinover, reagiu, aparentando surpresa (embora a fundação houvesse encaminhado seu pedido ao MEC mais de um ano antes) e condenando a iniciativa da Fipecafi. Tratava-se, disse ela, de *conflito de interesses*.

O reitor endossou as declarações da pró-reitora, e a Fipecafi recuou³. Mas permanece intocado o vasto conflito de interesses a permear, no cotidiano, a relação existente entre o complexo fundacional privado, a USP e o poder público. A existência de tal conflito na vida das instituições universitárias tomou feições rotineiras, desde que professores que exercem cargos de direção na USP tornaram-se ao mesmo tempo, ou em períodos intercalados, dirigentes de fundações (diretores e membros de conselhos curadores, inclusive presidentes) ou beneficiários de projetos privados por elas intermediados.

Nas primeiras posições, como agentes do poder público, devem tomar decisões e praticar atos administrativos relativos às instituições privadas que dirigem, ou das quais participam. Decisões e atos como os referentes a convênios, repasses de verbas, fixação de taxas pela utilização do patrimônio etc.

A minuta de resolução sobre as fundações recentemente submetida ao Conselho Universitário (Co), e incluída na pauta da sessão prevista para 4 de setembro, trata do tema, é verdade, embora sem falar em conflito de interesses e sem ir ao centro da questão. Professores que exerçam cargos de direção na USP estarão impedidos, se aprovada a minuta, de acumulá-los com a presidência de conselho curador ou diretoria de fundações.

“O Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores e Vice-Diretores das unidades, bem como Diretores, Coordenadores, Vice-Diretores ou Vice-Coordenadores de Órgãos de Integração e Órgãos Complementares não poderão presidir Conselho Curador nem exercer funções executivas de qualquer fundação de apoio”, reza o artigo 4º da proposta.

Os chefes de departamento, portanto, não estariam proibidos de exercer cargos em fundações privadas. E dirigente universitário nenhum ficaria impedido de delas participar como coordenador, supervisor ou orientador, nem de integrar conselhos curadores sem exercer a presidência desses órgãos.

Caso notório de acúmulo de cargos conflitantes na USP e nas fundações privadas é o do professor Guilherme Ary Plonski, também recentemente empossado diretor-superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Docente na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e na Escola Politécnica (Poli), o professor atua na FIA e na Fundação Vanzolini. Nesta última preside, desde 1998, o Conselho Curador. Mas o professor também coordenou, de 1994 a agosto de 2001, a Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae), órgão auxiliar encarregado, entre outras atribuições, de programas de cooperação com empresas.

Em 1996, o reitor Flávio Fava de Moraes também nomeou Plonski membro do Conselho Curador da Fundação USP (FUSP). “Exatamente pela característica do trabalho da Cecae, que é dinamizar a interface entre a USP e o entorno social e econômico, julgou o reitor importante que houvesse a presença não do Ary, mas do coordenador da Cecae como integrante do Conselho Curador”, explica o professor, mantido em ambos os cargos pelo reitor Jacques Marcovitch, que assumiu em 1998.

Embora ocupasse, simultaneamente, a coordenadoria da Cecae e posições importantes em fundações que movimentam dezenas de milhões de reais por ano, e nas quais ele próprio coordena projetos privados que envolvem quantias elevadas, Plonski considerava não haver concentração de poder em suas mãos, nem conflito de interesses: “Evidentemente que não, porque se considerasse que há, não teria aceito”. Outro exemplo, certamente mais importante, de superposição de cargos USP-fundação é o próprio reitor Marcovitch, que presidiu a FIA no período 1987-1994, continua a figurar na relação de coordenadores de projetos daquela instituição e tem assento no Conselho Curador da FUSP (do qual é membro nato e presidente, por disposição estatutária) e no Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina (FFM).

Em 1998, quando já ocupava a Reitoria, Marcovitch também integrou o Conselho Curador da FIA. Nesse mesmo ano, a fundação subsidiou, a título de apoio a pesquisa, viagem do reitor a Davos (Suíça), “para participar da Reunião Anual do World Economic Forum”, realizado de 29 de janeiro a 3 de fevereiro. O reitor foi, ainda, um dos 11 professores “beneficiados com o prêmio de R\$ 3 mil

concedido pelo Departamento de Administração”, como parte do programa de Subsídio à Pesquisa, financiado por verba da FIA. Marcovitch recebeu dois prêmios em 1998, no total de R\$ 6 mil, pela publicação de artigos (FIA, Relatório de Atividades 1998, p. 21-23).

Também o professor Antonio Marcos Massola, atual diretor da Escola Politécnica, exerce cargo dirigente em fundação: é diretor-executivo da FUSP. Levantamento realizado com base no Livro de Projetos 1992-2000 da FUSP indica que, dos US\$ 111 milhões arrecadados ou gerenciados pela fundação no período, US\$ 28,7 milhões (25% do total) foram destinados à Poli, ao passo que outras unidades beneficiadas por projetos receberam, no máximo, cerca de 4% do volume total de recursos (**Tabela 1**).

O estatuto da FUSP afirma que esta fundação “tem por objeto precípua proporcionar à USP, dentro de suas possibilidades, meios necessários à adequada mobilização de recursos humanos e materiais para o atendimento das finalidades estatutárias da USP”.

O professor Massola contesta a existência de conflito de interesses: “Nenhum, pois a FUSP trabalha em atividades com toda a Universidade. A Politécnica é uma unidade da USP e como a FUSP não destina recursos para nenhuma unidade, a não ser com a aprovação do seu Conselho Curador, não considero existir conflito no caso”, afirmou.

“Os recursos obtidos pelas unidades, graças à competência, agilidade e capacidade de seus docentes, são entregues à FUSP para gerenciá-los (não são então considerados como benefícios oferecidos pela FUSP a uma unidade específica). Desse modo, o diretor executivo é apenas um gerente de tais recursos, não tendo influência na sua destinação”, diz Massola, negando eventual favorecimento à unidade que dirige.

Apesar disso, ele defende a minuta submetida ao Co: “Como membro da Comissão de Orçamento e Patrimônio [COP] do Conselho Universitário, tive participação efetiva na aprovação da minuta de resolução. Uma vez aprovada pelo Co não hesitarei em cumprí-la!”.

Outro caso digno de nota é o do professor Hélio Nogueira da Cruz, titular da Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage), órgão encarregado de normatizar e fiscalizar o recolhimento das contribuições financeiras das fundações. O professor é, ao mesmo tempo, diretor vogal da FUSP e coordenador de projetos na FIPE.

Indagado a respeito (“O fato de coordenar a Codage e ao mesmo tempo participar da FIPE não caracteriza conflito de interesse?”), Hélio Nogueira respondeu simplesmente: “Não”. O professor exerce seu cargo na Codage desde outubro de 1993. Em 1997, ele declinou da indicação para a presidência do Conselho Curador da FIPE, “por ocupar outros cargos da comunidade” (FIPE, Ata da 74ª reunião ordinária do Conselho Curador, 18/12/97). Manteve-se, contudo, como um dos curadores da entidade, função na qual se destacou como defensor da “sobrevivência da FIPE” (**leia quadro**).

À frente da Codage, ele tem-se negado a informar à *Revista Adusp* os valores dos repasses efetuados pelas fundações para as unidades e a Reitoria. A cada solicitação, a Codage fornece uma nova explicação para não entregar a planilha. Da última vez, em mensagem pessoal, o professor Hélio Nogueira garantiu que a planilha será entregue, mas somente depois que o Co tomar conhecimento dela⁴.

Na Faculdade de Medicina, Poli e FEA, as unidades que concentram as mais importantes fundações, são vários os exemplos de superposição de cargos USP-fundações que implica conflito de interesses. O professor Irineu Velasco, diretor da Faculdade de Medicina, preside o Conselho Curador da FFM. O vice-diretor, professor Eduardo Massad, é vice-diretor-geral da FFM. Os professores José Antonio Franchini Ramires, chefe do Departamento de Cardio-Pneumologia da Faculdade e membro da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), e José Aristodemio Pinotti, chefe do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia, também são membros do Conselho Curador dessa fundação.

Em 2 anos (2000-2001), a Secretaria da Educação contratou serviços de seis fundações privadas ligadas à USP. Levantamento parcial indica que foram celebrados dez diferentes contratos com essas fundações, que totalizam mais de R\$ 30 milhões

TABELA 1 - Projetos da FUSP 1992-2000

	Valor por unidades (em US\$)	Percentual sobre a verba total
Politécnica	28.794.141,33	25,83%
HU	10.824.241,67	9,71%
Cecae	5.220.682,07	4,68%
Escola do Futuro	4.736.275,65	4,25%
F. Educação	4.732.763,93	4,25%
F. C. Farmacêuticas	4.005.321,92	3,59%
IO	3.252.578,30	2,92%
IAG	2.917.497,19	2,62%
ICB	2.874.015,48	2,58%
Esalq	2.530.311,50	2,27%
IME	2.275.898,20	2,04%
FAU	2.189.186,64	1,96%
IP	1.724.083,27	1,55%
FFLCH	1.712.131,76	1,54%
ECA	875.614,33	0,79%
PRCEU	840.404,89	0,75%
FEA	643.558,65	0,58%
Total dessas unidades	80.148.706,77	71,90%
Total geral 1992-2000	111.474.577,37	100%

Fonte: FUSP, Livro de Projetos 1992-2000.

TABELA 2 - Contratos entre SEE-SP* e fundações privadas da USP

	Quantos	Valores totais em R\$
FFM	2	8.140.000,00
FIA	1	686.040,00
Fipe	1	343.740,00
Fipecafi	3	7.768.000,00
FCAV	2	12.671.667,81
FTDE	1	652.098,75
Totais	10	30.261.546,56

*Nos anos 2000-2001, por meio da Fundação do Desenvolvimento da Educação (FDE).
Fonte: Diário Oficial do Estado

Os professores Cláudio Felisoni de Angelo e Marcos Campomar, chefe e ex-chefe, respectivamente, do Departamento de Administração da FEA, são membros do Conselho Curador da FIA. Os professores Carlos Azzoni, chefe do Departamento de Economia, e Denisard Alves, diretor da FEA de 1994 a 1998, coordenam projetos e foram membros do Conselho Curador da FIPE.

As fundações estão representadas indiretamente no Co. A delegação da FEA, por exemplo, pertence aos quadros fundacionais. O atual diretor da unidade, professor Eliseu Martins, foi presidente da Fipecafi em dois perí-

odos (1985-1990 e 1997-1998) e hoje integra seu Conselho Curador⁵. A vice-diretora, professora Maria Tereza Fleury (que também representa sua congregação), é supervisora de projetos na FIA.

Acrescente-se à superposição e ao rodízio de cargos USP-fundação o revezamento de alguns poucos quadros nas posições de comando das instituições privadas. Exemplo extremado dessa prática nos é dado pelo professor Sérgio de Iudicibus. Diretor da FEA de 1979 a 1983, presidiu a Fipecafi de 1980 a 1985, ocupando depois a presidência de seu Conselho Curador por nada menos do que 12 anos (1986-1998). Atualmente, o professor de Iudicibus preside o Ipecafi, instituto ligado à Fipecafi.

A facilidade com que as fundações privadas ligadas à USP conquistam contratos com secretarias de Estado e outros órgãos públicos também pode caracterizar conflito de interesses. Esses contratos envolvem quantias elevadas e raramente são precedidos de licitação pública.

Veja-se o caso da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP). Entre 2000 e 2001, a SEE-SP contratou a prestação de serviços de seis fundações privadas abrigadas pela USP. O levantamento, que é incompleto, indica que foram celebrados 10 diferentes contratos com essas fundações, os quais totalizam R\$ 30.261.546,56 (**Tabela 2**).

Desses recursos, 94% são destinados a três fundações: a Fipecafi, que faz jus a um total de R\$ 7,76 milhões; a FFM, que receberá um total de R\$ 8,14 milhões; e a FCAV, que contabilizará R\$ 12,67 milhões (**Tabela 3**). Também foram realizados contratos com a FIA, FTDE e FIPE. Todos eles celebrados por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), entidade pública vinculada à SEE.

Os principais contratos com a Fipecafi são de “prestação de serviços técnicos especializados”, no valor de R\$ 2,9 milhões, com duração de 210 dias, e “serviços de consultoria para gerenciamento de informações e logística da operação referente ao Plano Nacional do Livro Didático-

TABELA 3 - Contratos SEE-SP* e fundações privadas da USP

Fundação	Objeto do contrato (palavras-chave)	Publicação no DOE	Valor em R\$
FCAV	Serviços de consultoria	6/10/2000	541.667,81
FCAV	PEC-Forprof	11/4/2001	12.130.000,00
FFM	Projeto "Parceiros do Futuro"	28/9/2000	2.720.000,00
FFM	Projeto "Parceiros do Futuro"	28/6/2001	5.420.000,00
Fipecafi	Consultoria de convênios FDE-APMs	5/9/2000	892.000,00
Fipecafi	Serviços técnicos especializados	5/10/2000	2.900.000,00
Fipecafi	Plano Nacional do Livro Didático	9/8/2001	3.976.000,00
FIA	Serviços de consultoria e apoio	23/3/2001	686.040,00
FTDE	Centro de Referência do Professor	9/8/2001	652.098,75
Fipe	Pesquisa de preços de insumos	23/9/2000	343.740,00

Fonte: Diário Oficial do Estado.

*Por meio da FDE

-PNLD 2001/2002", no valor de R\$ 3,976 milhões, com duração de 12 meses, este último com dispensa de licitação.

Os dois contratos firmados com a FFM têm como objeto a "prestação de serviços técnicos especializados para a continuidade do projeto 'Parceiros do Futuro' para 130 escolas da rede estadual de ensino". Houve dispensa de licitação pelo menos no contrato FDE 44/0352/ 01/04, de R\$ 5,420 milhões.

O principal contrato com a FCAV, no valor de R\$ 12,13 milhões, diz respeito ao Programa de Educação Continuada para professores da rede estadual, tendo como objeto "serviços técnicos especializados para definir, implantar e operar sistema de gestão integrado ao PEC/Forprof".

Contrato de objeto similar foi assinado também com a Prodesp, empresa pública estadual de processamento de dados, encarregada de prestar "serviços técnicos especializados referentes ao PEC/Forprof — infra-estrutura

tecnológica e gerenciamento para o Curso de Formação Pedagógica Presença Virtual".

O contrato com a Prodesp vai durar 12 meses, tempo que corresponde à metade da duração do contrato com a FCAV. Mas a empresa pública deverá receber R\$ 949 mil, o equivalente a apenas 7,8% do montante a ser pago à fundação privada.

Vários contratos relacionados ao PEC/Forprof foram celebrados pela SEE-SP com instituições de natureza privada. A Fundação Educacional Universidade Eletrônica do Paraná, por exemplo, deverá prestar "serviços técnicos profissionais especializados para definir a estrutura tecnológica, disponibilizar e instalar os equipamentos de videoconferência necessários à operacionalização do PEC/Forprof", no valor de R\$ 4,65 milhões. O Senac receberá R\$ 1,5 milhão para ministrar cursos de informática.

EM 1994, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FEA DISPUTOU INSTITUTO COM A FIPE

A história contada a seguir revela, em certa medida, como o desempenho das fundações privadas interfere nas instituições universitárias, e como se dão as disputas no interior dessas organizações. Não é uma história nova, mas seus personagens principais encontram-se em plena atividade.

Em novembro de 1994, após uma avaliação da Reitoria que considerou pouco produtivo o desempenho do Departamento de Economia da FEA, seu chefe na época, professor Eleutério Fernando da Silva Prado, enviou aos professores carta aberta criticando os efeitos da ação da FIPE sobre a produção acadêmica. Importante: o professor Prado integrava também o Conselho Curador da FIPE.

A iniciativa desencadeou um debate sobre o relacionamento institucional entre o Departamento, a FIPE e o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE). Ambos, Departamento e FIPE, disputando o controle do instituto. O então chefe do Departamento defendia que todos os programas acadêmicos e verbas de instituições de fomento ficassem sob controle do IPE, e este sob menor influência da FIPE.

Na carta, cuja transcrição consta de uma ata do Conselho Curador da FIPE, Prado lamenta: “É notório e transparente que o Departamento de Economia como um todo”, escreveu, “sofreu um processo de perda de qualidade nos últimos anos” (FIPE, Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador, 8/11/1994).

Embora o Conselho do Departamento tivesse aceitado uma “proposta de recuperação da qualidade acadêmica”, o professor não via como implantá-la: “Veja-se, porém, que o Conselho do Departamento e sua chefia, tal como se encontram hoje, não dispõem dos instrumentos institucionais necessários para dar conta das tarefas exigidas. Ele não tem meios, além dos burocráticos, de estimular a realização de pesquisas acadêmicas.”

“Ele não está aparelhado para captar recursos. Ele não controla o curso de pós-graduação, já que este se encontra sob a guarda da FIPE por meio do IPE. Ora, hoje é preciso ver claro que a FIPE, em virtude de razões históricas,

mais externas do que internas, não está mais capacitada a soerguer o Departamento”. Na continuação, Prado assinala as diferenças entre as atividades desenvolvidas pela fundação e os interesses da pesquisa acadêmica: “Atualmente a FIPE está envolvida com cursos profissionalizantes, com a elaboração de índices e de pesquisas com baixo poder de fomento de produtos acadêmicos, ainda que altamente relevantes para a sociedade brasileira. A FIPE, hoje, por isso, ainda que cumprindo um papel essencial de aporte de recursos, tem pouco potencial estimulador das atividades que dão vida à universidade”.

De acordo com o professor, só o Departamento de Economia “poderá se empenhar verdadeiramente na realização de um programa de apoio aos atuais professores do departamento que têm vontade de se dedicar predominantemente às atividades acadêmicas”.

Para isso, ele precisaria “centralizar a captação de recursos extraorçamentários, tais como os advindos do CNPq, Capes, Fapesp etc. Para tanto, ele precisa ser firmemente apoiado pela FIPE, que, assim, nada mais faz do que cumprir os seus estatutos”.

Mas, para que tal aconteça, continuou Prado, “é preciso modificar a relação formal de subordinação que hoje se verifica entre o diretor do IPE (e Presidente da FIPE) e a chefia de Departamento, a qual viola os Estatutos da USP” (FIPE, Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador, p. 4).

O professor faria depois outra carta, endereçada somente aos membros do Conselho Curador da fundação, na qual lembrava que as questões por ele levantadas eram apenas institucionais, não pessoais, e que não duvidava da seriedade dos diretores da FIPE.

Incomodava Prado o fato de que, embora o artigo 52 do regimento da FEA garantisse a presidência do IPE ao chefe do Departamento, o cargo acabava nas mãos do presidente da FIPE.

As propostas de Prado para reformular a relação Departamento-IPE-FIPE foram mal recebidas pelo professor

André Franco Montoro Filho, que presidira simultaneamente a fundação e o IPE entre novembro de 1989 e outubro de 1993, e era então membro do Conselho Curador da FIPE.

No dia 8 de novembro de 1994, data em que a carta foi lida em reunião do Conselho, na presença de Prado, Montoro Filho rebateu a crítica do chefe do Departamento de Economia, dando ênfase às “alterações que ocorreram na USP” e que deixaram “bem claro o tipo de relacionamento que existe entre as fundações e a USP”, a partir do novo estatuto e do advento da Resolução 3.592, de 1989.

Fundações que utilizarem próprios da Universidade “deverão pagar taxas de ressarcimento”, diz o artigo 2º da Resolução 3.592/1989, mas a norma foi burlada na FEA: “O professor Montoro informou que essa taxa havia sido estabelecida pelo CTA como zero”

“Fica aí bem claro que a FIPE é uma entidade de direito privado e não tem nenhum poder de imiscuir-se em atividades que sejam da universidade. Questões de número de publicações por docente, de pesquisas, de progresso na carreira dentro da Universidade são funções das universidades e seus quadros diretivos. Não é responsabilidade da FIPE, enquanto FIPE, exercer nenhum tipo de atividade nesta direção. A FIPE é um órgão de apoio, é uma fundação de direito privado criada e regulamentada por esse convênio”.

Montoro Filho negou haver subordinação do departamento à FIPE: “Se subordinação alguma existe, formal, é da FIPE ao Conselho do Departamento, na medida em que todas as atividades previstas pelo convênio e pela Resolução 3.592 têm que ser feitas de acordo com aquilo que a Universidade assim determinar”.

Destacou, ainda, que enquanto presidiu a FIPE fez questão de “definir bem quais são as atividades convênio e quais são as atividades não-convênio”, pois as

primeiras “têm que necessariamente obedecer a regulamentação da USP”, à qual as outras, no seu entender, não estariam sujeitas.

“É claro que a FIPE tem e pode ter atividades não-convênio. Nas atividades não-convênio não é necessário dar a menor satisfação para a Universidade de São Paulo”, declarou Montoro Filho. “Acho que esse divisor é muito importante: atividade convênio e atividade não-convênio”, enfatizou.

Mais adiante, ao responder a uma pergunta, Montoro Filho votou à questão, afirmando: “Você tem atividades acadêmicas dentro do convênio FIPE-USP. Estas atividades dentro do convênio, [é] a Resolução 3.592 — [a] que nós aderimos por imposição da Reitoria, se não ia denunciar o convênio — que estabelece isso. A FIPE pode ter atividades não-convênio” (FIPE, Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador, p. 10).

No debate, Prado só recebeu apoio do presidente do Conselho, professor José Tiacci Kirsten, que citou dados sobre a queda da produção científica por docente na FEA, embora tenha aumentado a porcentagem do RDIDP sobre o número de docentes: “Apresento o problema, porque existe e acho justa a colocação do professor”, disse Tiacci.

O conselheiro Juarez Rizzieri, porém, propôs que o Departamento, para melhorar os resultados acadêmicos, apresentasse os programas em que desejava a colaboração da FIPE, para que esta analisasse e decidisse sobre uma eventual ajuda. “Os programas do Departamento têm de ser avaliados no Conselho do Departamento em primeiro lugar. Aí a FIPE é chamada a colaborar”, retrucou o professor Prado.

A resposta do professor Rizzieri foi ríspida: “Eu acho que não passa exclusivamente pela avaliação do Departamento. Ela [a proposta] pode ser avaliada e aprovada no Departamento, mas eu acho que quem vai determinar o uso ou não dos recursos é a FIPE”.

Apesar da evidente irritação de Rizzieri e Montoro Filho, este último propôs determinar à diretoria da FIPE “que elabore um plano institucional, detalhando os mecanismos de apoio financeiro da FIPE às atividades acadêmicas do Departamento, obedecidas as diretrizes da Resolução 3.592, integrantes do convênio FIPE-USP, e traga então numa próxima reunião para nós aprovarmos”.

O conselheiro Hélio Nogueira da Cruz se opôs à proposta de Montoro Filho: “Eu acho que houve uma polêmica no Conselho do Departamento sobre quem toma

iniciativas, se é o chefe do Departamento, se é a FIPE que toma. Para mim isto não é completamente claro”, disse o professor, que na época já coordenava a Codage. “A gente tem aqui uma idéia do professor Eleutério, de dissolver propostas acadêmicas da FIPE”, continuou. “Nós temos que fazer respeitar os estatutos da FIPE. A sobrevivência da FIPE”. A resistência de Hélio Nogueira levou a decisão a ser adiada para outra ocasião (FIPE, Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador, p. 10-11).

Em reunião posterior, já em 1995, as partes em conflito celebraram um acordo. Foram criados os chamados “Programas IPE com apoio FIPE”, os quais tiveram como objetivo contribuir para o êxito na realização do “programa de metas acadêmicas recentemente aprovado pelo Conselho do Departamento de Economia” (FIPE, Ata da 65ª Reunião ordinária do Conselho Curador, 29/3/1995).

A administração dos programas ficou a cargo de três pessoas: os presidente da FIPE e do seu Conselho Curador e o chefe do Departamento de Economia. Acabou-se a polêmica, portanto, quando os programas e sua verba para o ano de 1995, R\$ 600 mil, foram aprovados pelo Conselho Curador da fundação. Pela leitura dos documentos depreende-se, ainda, que a FIPE manteve certas regalias. Assim, a Resolução 3.592 define, no artigo segundo, que “as fundações que utilizarem próprios da Universidade, equipamentos, material de consumo e serviços deverão pagar taxas de ressarcimento, conforme for estipulado pelo Conselho Técnico Administrativo da unidade”, mas essa norma foi burlada na FEA: “o professor Montoro informou que essa taxa de ressarcimento havia sido estabelecida pelo CTA como zero” (FIPE, Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador, p. 2).

Notas

- 1 Reportagem publicada na *Revista Adusp* 23, de setembro de 2001.
- 2 Antonio Biondi, José Chrispiniano e Pedro Estevam da Rocha Pomar são jornalistas. João Caldeira Brant Monteiro de Castro é graduado em comunicação social com habilitação em rádio e TV.
- 3 Tratava-se da “Faculdade Brasileira de Gestão de Negócios”. Dez anos depois, porém, a situação se inverteu totalmente. A “Faculdade Fipecafi” surgiu em 2011, no mesmo ano em que a Fundação Instituto de Administração (FIA) lançou oficialmente, com apoio do então reitor J.G. Rodas, a “Faculdade FIA de Administração e Negócios”, ou FIA Business School. A “Escola de Ensino Superior da FIPE”, por sua vez, foi credenciada no MEC em novembro de 2022 (vide *Revista Adusp* 37, de agosto de 2006, p. 41-46, e *Revista Adusp* 68, de novembro de 2024, p. 77 e seguintes).
- 4 Ainda hoje, a USP esconde os repasses das fundações privadas ditas “de apoio”, recolhidos pelo Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária (Fuppeceu), administrado pela Codage. O Fuppeceu retém 5% da receita gerada pelos cursos pagos e por atividades externas de assessoria que envolvam, em ambos os casos, convênios e contratos firmados com a USP.
- 5 Em 2002, após o processo de privatização do Banespa pelo governo federal, a Fipecafi, contratada pelo Banco Central por R\$ 2,9 milhões, foi acusada de ter atuado para evitar disparidades nas avaliações das duas consultorias que estabeleceriam o valor do banco, e de haver subcontratado uma empresa para fazer parte do serviço de consultoria, o que configurou fraude à lei de licitações. Diretamente envolvido, Eliseu Martins chegou a ter seu indiciamento sugerido ao Ministério Público Federal por uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados. Em maio de 2025, Eliseu voltou ao noticiário ao realizar um acordo com o Itaú, para quem atuava como contador, mediante o qual pagou R\$ 2,5 milhões para encerrar um processo por fraude contábil ajuizado pelo banco contra ele e contra o ex-diretor Alexandre Broedel (que deixou o Itaú para atuar no Santander). Eliseu nega ilicitudes e diz ter assinado o acordo “como forma de demonstrar minha boa fé”.

EACH, SOB “INVESTIGAÇÃO DETALHADA”, CONVIVE POR ORA COM ATERRO ILEGAL¹

Paulo Hebmüller²

Reprodução



J.J. Boueri entre J.G. Rodas e o então governador Geraldo Alckmin: diretor da EACH tinha "costas quentes"?

A Reitoria da USP apoia-se nos pareceres da Companhia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e decide que a terra contaminada depositada clandestinamente no campus da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) em 2010 e 2011, quando a unidade era dirigida por J.J. Boueri, pode permanecer no local sem oferecer riscos a quem trabalha ou estuda lá. Uma empresa de engenharia foi contratada para executar “serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos”

A Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP assinou um contrato com a empresa de engenharia ConAm-Consultoria Ambiental para “execução de serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos” na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

O extrato do contrato foi publicado no *Diário Oficial* no dia 20 de junho de 2015. A empresa terá um ano para executar o trabalho nas áreas AI-02 e AI-03 no campus da USP Leste. A AI-02 é a chamada área da chaminé, remanescente de uma antiga fábrica de cerâmica, e fica à esquerda de quem chega à EACH pela Estação USP Leste da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A AI-03 é o terreno cedido em 2012 pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para expansão do campus, e se estende até a vizinhança do Centro de Treinamento do Corinthians.

A assinatura do contrato é o mais recente capítulo das ações da USP em relação aos graves problemas ambientais na EACH. A área da chaminé recebeu a maior parte dos 109 mil m³ de terra depositados clandestinamente no campus entre 2010 e 2011, caso que acabou levando ao afastamento do então diretor da unidade, José Jorge Bouteri Filho, e motivou a interdição da EACH entre janeiro e julho de 2014 por decisão judicial. Análises identificaram a presença de diversas substâncias contaminantes na terra, entre elas bifelinas policloradas (PCB, na sigla em inglês). O composto era utilizado em segmentos industriais e está banido em muitos países — inclusive no Brasil — devido aos potenciais efeitos nocivos à saúde e ao ambiente. De acordo com a ação civil pública da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente do Ministério Público do Estado (MPE) que levou à interdição da EACH, parte do depósito clandestino veio do terreno em que foi erguido o Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus, no bairro do Brás.

O superintendente da SEF, professor Osvaldo Nakao, diz que os serviços para os quais a ConAm foi contratada nas áreas AI-02 e AI-03 “completam a investigação já realizada na área AI-01” — a região central do campus, onde estão as edificações da EACH e que tem boa parte de seu espaço atualmente cercado por tapumes de alumínio. A empresa fará o diagnóstico dos problemas e também a execução das medidas consideradas necessárias. A ordem de serviço foi emitida com data de 13 de julho e a conclu-

são está prevista para julho de 2016. O valor do contrato é de R\$ 2,379 milhões.

O início dos serviços da ConAm praticamente coincidiu com o final de mais um semestre letivo, enquanto outro deve se iniciar em meio à incerteza da comunidade sobre a segurança de frequentar o campus e a existência de riscos à saúde. “Uma coisa é solucionar os problemas enquanto o local está interditado e fechado ao acesso. Outra é colocar as pessoas de volta sem haver uma segurança e uma certeza absoluta quanto ao nível de problemas que as coisas que estão aqui podem trazer”, afirma o professor Marcos Bernardino de Carvalho, docente do curso de Gestão Ambiental e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH.

“O campus está esquizofrênico, porque uma parte dele diz claramente o seguinte: ‘Isto não é seguro’. Basta olhar para todos os espaços que estão cercados por tapumes e eles dizem isso a você”, completa.

A colocação dos tapumes de alumínio (que isolam também a área da chaminé) e a cobertura do aterro com o plantio de grama foram algumas das medidas tomadas para mitigar os problemas na área central da EACH. Porém, sobram dúvidas quanto à sua eficácia. “Eu não me sinto segura. Há pessoas que têm certeza de que não estão correndo risco, mas muita gente está em dúvida. Eu tenho certeza de que há risco porque ouvi um geólogo da Cetesb [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo] dizer que apenas colocar grama em cima não isola a terra contaminada”, enfatiza a professora Adriana Tufaille, dos cursos de Ciências da Natureza e Gestão Ambiental da EACH. A declaração à qual ela se refere foi feita em maio de 2014 pelo geólogo Elton Gloeden, gerente do Departamento de Áreas Contaminadas da Cetesb. Em audiência na CPI da Câmara dos Vereadores de São Paulo sobre áreas contaminadas, Gloeden afirmou que o plantio de grama representava uma medida de “caráter emergencial”, e não “uma solução definitiva” para o isolamento do solo do campus.

“Na época da CPI, os resultados das investigações do solo indicavam a presença de PCB total acima do valor de intervenção, o que indicava a necessidade de complementação das investigações e intervenções, como o isolamento da área com grama e tapume. Após a obtenção dos novos resultados para os congêneres de PCB, essas medidas não são mais necessárias”, declarou Gloeden à *Revista*

Adusp. Para o geólogo, “não há necessidade de remoção do solo”, e “o uso da área é seguro”.

A existência desses “novos resultados” é justamente um dos nós a emaranhar a teia bastante complexa de problemas da EACH. A empresa Servmar Serviços Técnicos Ambientais, contratada pela USP para investigação do solo e da água subterrânea nas áreas AI-01 e AI-02, realizou sondagens e investigações em diversas etapas e concluiu no início de 2014 que havia 21 pontos no solo nos quais estavam presentes substâncias acima dos “valores de intervenção para o cenário residencial”. Logo a seguir, entretanto, a Cetesb divulgou os novos valores orientadores para solos e águas subterrâneas no Estado de São Paulo, em substituição aos que vigoravam desde 2005. A decisão e as respectivas tabelas do órgão ambiental foram publicadas no *Diário Oficial* de 21 de fevereiro de 2014.

A Servmar encaminhou à USP os resultados analisados sob os parâmetros revistos, reduzindo drasticamente o número de pontos considerados problemáticos. Questionada por representantes da EACH e da SEF, em março do ano passado, a respeito desse e de outros itens, a empresa respondeu por escrito: “No relatório em epígrafe foram utilizados os valores de intervenção novos, de 2014, para comparação com os resultados analíticos obtidos. Desta forma, algumas concentrações que se encontravam superiores aos valores de intervenção de 2005 não se encontravam mais superiores quando considerados os valores de intervenção atualizados em 2014 pela Cetesb”.

O relatório de fevereiro conclui que “após a interpretação dos resultados analíticos e avaliação de risco à saúde humana pode-se afirmar que não há necessidade de adoção de medidas de intervenção para o solo superficial e solo subsuperficial da área AI-01”. Um novo estudo complementar foi entregue em novembro, reforçando a conclusão e recomendando ainda que, “caso sejam realizadas obras civis na AI-01, os trabalhadores utilizem Equipamento de Proteção Individual (EPI), e seja feito monitoramento de gases inflamáveis no solo”. É “recomendável também”, segue o texto, “que na AI-01 seja mantido o tapete de grama ou que seja realizada a colocação de bloquetes” (tipo de peça de concreto para pavimentação). É com base nessas conclusões que o superintendente Osvaldo Nakao defende, assim como o geólogo Gloeden, da Cetesb, que não é necessário retirar o aterro clandestino na área central do campus.

“A USP demorou quase dez anos para tomar medidas sobre o metano e tinha ciência dessa questão desde a implantação da escola. Será que vai demorar dez anos ou mais para tomar medidas efetivas em relação à terra? Espero que não”, diz Elizabete Franco Cruz, docente de Obstetrícia

A Cetesb ainda não deu um parecer sobre o relatório da Servmar entregue em novembro do ano passado, e não respondeu à *Revista Adusp* se há alguma previsão para emití-lo. Caso o órgão referende as conclusões da empresa, os tapumes de alumínio poderão ser retirados para a construção de novas edificações na área central da EACH. A vice-diretora da escola, professora Neli Aparecida de Mello-Théry, defende a manutenção dos tapumes até que a universidade receba esse posicionamento oficial. A professora tem procurado intervir nas questões ambientais que envolvem o campus, mas ressalta que a Cetesb não recebe a diretoria da EACH, pois a interlocução da Companhia com a USP se dá apenas por intermédio da SEF.

A mudança dos valores de intervenção é um dos fatores que colaboram na criação de um clima de desconfiança em relação à Cetesb e às afirmações de que a área do campus está segura, aponta a professora Adriana Tufaile. Para a vice-diretora da EACH, no entanto, trata-se de um processo normal. “De tempos em tempos a Cetesb faz essas alterações e se torna mais rígida em alguns índices e menos rígida em outros, obedecendo a parâmetros internacionais”, rebate Neli.

A controvérsia sobre a necessidade da retirada da terra contaminada não é o único problema da EACH. A concentração de gás metano no subsolo é outra realidade a preocupar a comunidade de alunos, professores, funcionários e outros frequentadores da unidade. Como salienta a ação civil pública do MPE, “a área por anos foi utilizada como bota-fora, notadamente de sedimentos removidos durante as operações de dragagem do rio Tietê”. “Não era

o melhor lugar para construir um campus, porque não se sabe a origem dos aterros anteriores”, reconhece a vice-diretora. Recorde-se, além do mais, que a USP Leste está localizada no perímetro do Parque Ecológico e Área de Preservação Ambiental (APA) da Várzea do Rio Tietê.

O superintendente da SEF, Osvaldo Nakao, e o geólogo Elton Gloeden, da Cetesb, afirmam que a implantação de um sistema de extração de metano garante a segurança das edificações e das pessoas. De acordo com Nakao, foram instalados 22 exaustores do gás no campus. Para minimizar o problema do ruído constante emitido pelas máquinas, algumas localizadas ao lado de janelas de salas de aula, estão sendo construídos abrigos nos quais os equipamentos ficarão isolados. As construções previstas para a expansão da EACH já serão edificadas com base em projetos que incluem sistemas de ventilação e extração do metano, afirmam os representantes da USP.

A eficácia dessas providências é questionada pelos professores da EACH ouvidos pela *Revista Adusp*. “A USP demorou quase dez anos para tomar medidas sobre o metano e tinha ciência dessa questão desde a implantação da escola. Será que vai demorar dez anos ou mais para tomar medidas efetivas em relação à terra? Espero que não”, diz Elizabeth Franco Cruz, docente do curso de Obstetrícia e do mestrado em Mudança Social e Participação Política. “Com a propalada crise financeira da instituição, tenho dúvidas se vão retirar a terra. Às vezes penso que vão tentar nos convencer cientificamente de que não há problemas e portanto a terra poderá permanecer. Outras vezes penso que vão adotar medidas parciais, paliativas, para poder dizer: ‘Retiramos a terra contaminada da EACH’.”

“Tudo o que se está fazendo no campus é muito lento e podemos estar brincando com a saúde das pessoas. Essa é a desconfiança, e é o que qualquer ambientalista sabe”, diz Marcos Bernardino de Carvalho. “Uma coisa muito perversa é que não se consegue fazer a relação de nexos causal dos problemas de saúde”, continua Adriana Tuface. Antes do plantio da grama e da colocação dos tapumes, os frequentadores do campus respiraram muita poeira vinda da terra contaminada. “Mesmo que os parâmetros para os compostos isolados tenham sido reduzidos, o que acontece quando várias dessas substâncias estão presentes ao mesmo tempo e agem cumulativamente? Um só organismo e um só sistema imunológico têm que dar conta de tudo.” Vale lembrar que, em dezembro de 2013, três

semanas antes do início da interdição determinada pela Justiça, as atividades da EACH já haviam sido paralisadas por causa de problemas com a água e com infestação por piolhos de pombo em salas de aula.

A ação civil pública movida pelo MPE continua tramitando na 2ª Vara da Fazenda Pública e vem sendo acompanhada pela promotora Cláudia Cecília Fedeli, da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente. Pelo menos mais uma ação já foi movida na Justiça depois da desinterdição. Após sofrer uma alergia que a fez perder cabelos e sobrancelhas, a aluna Rosângela Toni, do curso de Gestão Ambiental da EACH, está processando a USP por entender que a causa do problema é a contaminação por elementos existentes no solo do campus. A vice-diretora Neli de Mello-Théry salienta que também inalou a poeira, mas ressalta: “Não posso afirmar que essa situação não vá causar problemas. Até agora, porém, não é possível comprovar que há efeitos”³.

“A USP está sofrendo o que a periferia sofre, e poderia dar o exemplo de mostrar que a periferia tem o direito a ser um lugar em que as pessoas vivam de forma saudável”, considera o professor Marcos Bernardino de Carvalho. Para ele, a argumentação de que muitos lugares da cidade — ou praticamente a cidade toda — estejam contaminados não é justificativa para minimizar os problemas da EACH. “Ter um espaço livre de contaminação é muito difícil. No entanto, não pode ser cassado o direito de lutar para se viver num espaço livre de contaminação, ou no mínimo para diminuir a exposição a alguma coisa que nos faça mal. Não somos apenas organismos ou máquinas em que o ar entra de um jeito e o contaminante de outro. Somos todos também corpos sociais e políticos, que não têm por que tolerar um grama que seja de matéria de origem criminosa”, defende.

A professora Elizabeth Franco Cruz concorda. “Há uma questão simbólica muito significativa. Esta terra é um lixo e nós não somos um depósito de lixo! Nós semeamos uma flor no solo pantanoso que a USP nos deu. Sonhamos com um projeto lindo para este espaço, trabalhamos duro e fizemos nascer muita coisa. Realmente não me conformo”, diz. “Para mim, depois de tudo que vimos e vivemos, é muito difícil a convivência pacífica com esse lixo contaminado fruto de um crime ambiental. Nós todos, professores, alunos, funcionários e comunidade, não merecemos esse estado de coisas.”

REITOR SUSPENDE EX-DIRETOR J. BOUERI POR 120 DIAS. COMISSÃO PROCESSANTE QUERIA SÓ 30 DIAS

A Comissão Processante Disciplinar (CPD) designada em 7/11/2013 pela Reitoria da USP para conduzir processo administrativo contra José Jorge Boueri Filho, ex-diretor da EACH, emitiu parecer, um ano e meio depois (29/5/2015), recomendando a suspensão do professor por trinta dias de suas atividades na Universidade.

No dia 2/7/2015, o reitor M. A. Zago acolheu, em parte, as conclusões da CPD, ao entender que o ato praticado por Boueri “deve ser considerado como de maior gravidade”, na medida em que o então diretor da EACH “autorizou a utilização de considerável volume de terra não certificada no campus da EACH”, e isso mediante a ausência de requisitos fundamentais, tais como: “procedimento licitatório ou de dispensa ou de declaração de inexigibilidade”; “contrato formal, escrito”; e “a falta de comunicação aos órgãos administrativos e ambientais para formalizar e obter as autorizações necessárias”.

O reitor reconheceu, ainda, que tais condutas “desencadearam significativa perturbação para o desenvolvimento dos serviços administrativos da EACH, com a interdição daquele campus, suspensão das aulas e posterior transferência dos alunos para locais externos”.

Por outro lado, ele acatou o entendimento da Comissão de que não houve dolo e de que a primariedade do réu deveria ser levada em conta ao se fixar a pena. Assim, apesar da gravidade das faltas apontadas, M.A. Zago decidiu aplicar a punição de 120 dias de suspensão.

A Diretoria da Adusp emitiu nota em que condena a decisão do reitor: “A suspensão de 120 dias é uma sanção que não condiz com a gravidade do caso e das condutas

do então diretor da EACH. A mesma Reitoria que, a pretexto de ausência de dolo, deixa de demitir o responsável por um crime ambiental de proporções ainda não inteiramente conhecidas, que violou diversas leis e o Estatuto do Servidor Público (ESP), dispõe-se a processar e expulsar estudantes por falarem em voz alta nas reuniões do Conselho Universitário”.

“Vale lembrar, a respeito da alegada primariedade de Boueri, que o ESP relaciona a penalidade à infração, sem levar em conta os antecedentes”, continua a nota da Adusp. “Portanto, a primariedade não deveria ser entendida como atenuante ou óbice à demissão”.

A professora Adriana Tufaille considera que outros dirigentes da USP devem ser responsabilizados, além do ex-diretor. Ela lembra que a interdição da unidade entre janeiro e julho de 2014 provocou muitos prejuízos que não podem ser medidos: “Projetos de pesquisa parados, laboratórios fechados, alunos que desistiram de disciplinas por causa dos deslocamentos para outros lugares, falta de biblioteca e de bandeirão, possíveis danos à saúde das pessoas etc.”.

Há também, diz a professora, outras perdas que podem ser contabilizadas e com as quais a USP vem arcando sem cobrar dos demais envolvidos. Um dos atores do processo, por exemplo, obtém duas vantagens: “As construtoras comprem terrenos contaminados porque são mais baratos e, em vez de descontaminar, o que custa muito dinheiro, pegam a terra e jogam noutro lugar. Lucram duas vezes: comprando terreno mais barato e descartando a terra em vez de tratá-la”.

Notas

- 1 Reportagem publicada na *Revista Adusp* 58, de dezembro de 2015. É impressionante constatar que, dez anos depois, a situação persiste. Desde sua criação, a EACH foi tema de diversas matérias da *Revista Adusp*: “Apesar do crime ambiental e da incúria dos reitores, EACH mostra grandeza e vitalidade”, de autoria de Michele Schultz e Marcos Bernardino de Carvalho (edição 61, setembro de 2017); “Por que ‘somos todos EACH’”, de M.S., M.B.C., Adriana Tufaille e Elizabete Franco Cruz (edição 57, março de 2015); “Governo Alckmin pressionou Cetesb para licenciar USP Leste, revela SEF” (edição 55, outubro de 2013); “EACH não possui licenças ambientais e usuário corre risco”, de Thaís Brianezi, e “Keralux, vizinho especial em busca dos seus direitos”, de Ana Maria Barbour (ambas na edição 49, janeiro de 2011). Antes de surgir a escola: “USP Zona Leste, enfim a expansão?”, de Antonio Biondi (edição 31, novembro de 2003).
- 2 Jornalista.
- 3 A professora Neli Aparecida de Mello-Théry faleceria em 6 de abril de 2022, em Paris, acometida por um câncer.

REFLEXOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM UMA UNIVERSIDADE QUE NÃO PODE PARAR¹

Mariângela de Araújo e Vanessa Martins do Monte²



Durante a pandemia de Covid-19 não houve na USP, em momento algum, uma iniciativa de suspensão temporária das atividades letivas para replanejamento das disciplinas e sua readaptação ao contexto do ensino remoto emergencial. Ao contrário, com o slogan “a USP não vai parar”, a universidade assumiu a forma de um imenso e irrefreável “corpo” metálico e foi atropelando alunos que nunca haviam pisado nos campi, alunos que não tinham um computador ou tablet, alunos que se viram obrigados a voltar às casas de familiares — que nem sempre se constituem como ambientes favoráveis

Este texto tem como objetivo expor a complexidade da situação do ensino remoto emergencial, tomando como exemplo o caso de uma disciplina ministrada aos calouros do curso de Letras durante o 1º semestre letivo de 2020. Descrevemos brevemente as decisões tomadas pela USP e mais especificamente pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e, a seguir, discutimos uma das saídas encontradas por um grupo de professoras que lecionavam a mesma disciplina a turmas distintas, de modo a atender às diferentes demandas dos discentes e impedir a exclusão de grande parte deles ao acesso a uma universidade pública, gratuita e de qualidade, na qual tinham recém-ingressado.

Em 16 de março de 2020, depois de um caso confirmado de Covid-19 na FFLCH, as aulas presenciais foram finalmente suspensas na unidade, conforme determinação do Protocolo Interno Transitório de mesma data³. Alguns departamentos, no entanto, como é o caso do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, ao qual pertencemos, já haviam se pronunciado sobre a suspensão, apoiando a decisão de cada docente em relação ao cancelamento de suas aulas até que a Reitoria tomasse uma decisão definitiva. Lembremos que a primeira decisão da Reitoria, comunicada em 13 de março de 2020, não suspendia as aulas presenciais, mas apenas os “eventos científicos e comemorativos com mais de 100 participantes; [as] atividades culturais e de extensão, abertas ao público em geral, com mais de 100 participantes; [as] visitas em grupo aos Museus mantidos pela Universidade; [as] atividades do Programa 60+ da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU)”⁴. Recordemos ainda que, em reunião do Cruesp, realizada em 12 de março, decidiu-se pela não-suspensão das aulas presenciais⁵. A Unicamp, no entanto, já havia tomado a acertada decisão de suspender as aulas àquela altura.

Cabe lembrarmos também que o caso de infecção na FFLCH mencionado acima já era, em 11 de março de 2020, público e notório. Em 18 de março, a comunidade acadêmica da FFLCH recebeu um comunicado que informava o seguinte: “as atividades didáticas não podem ser presenciais, mas os docentes responsáveis por disciplinas de graduação ou pós-graduação poderão apresentar um programa permanente que se utilize das tecnologias disponíveis; os docentes responsáveis por disciplinas poderão solicitar apoio da Seção Técnica de Informática

da FFLCH para o uso das tecnologias disponíveis, como: e-Disciplinas, Moodle, Google Classroom, entre outras”⁶.

No dia anterior, a Seção Técnica de Informática da FFLCH havia repassado *e-mail* da Superintendência de Tecnologia de Informação da USP em que se divulgava uma lista de FAQ’s com tutoriais para configurações de Aplicativos para Conferência Web, a fim de “minimizar o número de chamados abertos junto ao Atendimento da STI”. Em 24 de março, há novo comunicado da Direção em que líamos: “Considerando as condições atípicas que todos enfrentamos neste momento de pandemia do Covid-19, venho ressaltar o estímulo às atividades didáticas de graduação e pós-graduação a distância e o uso de todas as ferramentas de ensino disponíveis. Ressalto também que todos os docentes considerem as condições mínimas de acesso aos estudantes das ferramentas a serem disponibilizadas, onde o diálogo e acordo mútuo para a atividade proposta seja adotado”⁷. Em 1º de abril, novo comunicado da FFLCH solicitava que os docentes mantivessem contato remoto com seus alunos enquanto durasse o “momento de exceção e incertezas, [...] mas que não se [sentissem] compelidos a atribuir frequência e avaliações que resultem em notas conclusivas”.

Em comunicado do Cruesp, de 22 de abril de 2020, o Conselho asseverava que os alunos estavam dando “continuidade aos estudos com o auxílio de tecnologias de comunicação remota”⁸. Em 21 de abril de 2020, comunicado do Conselho Técnico-Administrativo da FFLCH salientava que “as atividades remotas não supõem a adoção do ‘ensino a distância’ (EaD), pois este possui particularidades didáticas e tecnológicas próprias, para as quais não estamos habilitados e cuja eficácia não nos é clara”. Em outro trecho, a nós era informado que “os semestres letivos de 2020 serão mantidos. Portanto, as disciplinas em curso devem ser ministradas remotamente porque a situação de excepcionalidade em que vivemos nos impede, por um lado, de aferir com justeza o fim da pandemia e, por outro, de identificar as necessidades específicas de todos os alunos.”.

A indicação da FFLCH ia no sentido do estímulo a uma capacitação técnica fornecida pelo STI e a uma capacitação didática que deveria ser procurada por cada docente “junto a colegas que possuam mais experiência sobre a utilização de ferramentas como Google Meet, Moodle, YouTube, Zoom, entre outras, para manutenção das atividades remotas”. Havia ainda a recomendação de que

nenhum aluno fosse prejudicado. Para isso, o docente deveria se comprometer “a ser compreensivo e solidário com discentes que tenham dificuldades técnicas e de saúde psíquica e física para acompanhar ou realizar as atividades remotas”. Quanto às avaliações, a sugestão era para que fossem “discutidas, em tempo hábil e no momento oportuno, pelas instâncias competentes da FFLCH e da USP, evitando-se o descompasso entre professores do mesmo curso”. Apesar de algumas discussões entre grupos de colegas, nunca houve na USP uma decisão coletiva, como a tomada pela Unicamp, em julho de 2020, de atribuírem-se dois conceitos — Suficiente e Insuficiente — aos resultados da avaliação da aprendizagem para qualquer disciplina da Graduação ministrada de forma remota (cf. Deliberações CEPE-A-007/2020⁹ e CEPE-A-006/2021¹⁰).

O breve histórico acima descreve as ações institucionais tomadas, tanto no âmbito da FFLCH quanto da Universidade, face à imensa crise sanitária que começava a nos abater. Como se constata, não houve, em nenhum momento, uma iniciativa de suspensão temporária das atividades letivas para novo planejamento das disciplinas e para sua readequação ao contexto do ensino remoto emergencial. Ao contrário, com o *slogan* “a USP não vai parar”,¹¹ a Universidade assumiu a forma de um imenso e irrefreável “corpo” metálico e foi atropelando alunos que nunca haviam pisado nos *campi*, alunos que não tinham um computador ou um *tablet*, alunos que se viram obrigados a voltar às casas de familiares, que nem sempre se constitui como um ambiente favorável — isso para ficarmos apenas nas situações enfrentadas pelos estudantes. Assim, apesar do discurso de não prejuízo aos discentes, o que se viu, e ainda se vê, é uma situação preocupante.

Em nenhum momento também os docentes foram consultados a respeito de suas condições domiciliares para a manutenção desse tipo de ensino. A USP assumiu como pressuposto que todos os docentes tinham em seus domicílios equipamentos adequados, com câmeras e microfones bons, e Internet de boa qualidade e ilimitada, o que é indispensável para a manutenção de atividades didáticas remotas. Além disso, nenhum auxílio financeiro foi disponibilizado para que os docentes pudessem providenciá-los. Cada docente teve de, por meio de recursos próprios, se adaptar à situação. Tudo isso relaciona-se

apenas a questões técnicas. As questões humanas, por outro lado, foram também deixadas de lado. A USP não teve nenhum interesse em verificar se as pessoas que fazem parte de seus quadros (discente, docente e de funcionários) adoeceram, se tiveram de manter os cuidados de familiares próximos, se perderam entes queridos ou se tinham condições psíquicas para manter as atividades funcionando normalmente. A Universidade continuava repetindo: “a USP não vai parar”.

Tendo em vista a situação descrita anteriormente, tínhamos várias dificuldades para continuar cumprindo com nossas atividades didáticas. Desde o início, sabíamos que essas atividades seriam muito diferentes daquilo que se concebe como Ensino a Distância (EaD), em que todo o curso é planejado e configurado previamente para ser ministrado *online* e cujos princípios e procedimentos já estão bem estabelecidos na literatura a respeito (KENSKI, 2003; BEHAR e colaboradores, 2009, por exemplo). Além disso, o nosso corpo discente não havia se preparado para um curso nessa modalidade. Por essas razões, tínhamos a consciência de que estávamos diante de um novo conceito educacional, que passou a ser designado na literatura por “ensino remoto emergencial”. A seguir, apresentamos uma definição para essa nova prática docente, tendo em vista as reflexões de Hodges et al. (2020):

“In contrast to experiences that are planned from the beginning and designed to be online, emergency remote teaching (ERT) is a temporary shift of instructional delivery to an alternate delivery mode due to crisis circumstances. It involves the use of fully remote teaching solutions for instruction or education that would otherwise be delivered face-to-face or as blended or hybrid courses and that will return to that format once the crisis or emergency has abated. The primary objective in these circumstances is not to re-create a robust educational ecosystem but rather to provide temporary access to instruction and instructional supports in a manner that is quick to set up and is reliably available during an emergency or crisis. When we understand ERT in this manner, we can start to divorce it from online learning.” (HODGES ET AL. 2020, *online*)

Devemos notar, desse modo, que a implementação das atividades remotas teve de ser realizada muito rapidamente, sem tempo hábil para grandes reflexões a respeito do processo. Nesse sentido, decisões individuais poderiam gerar insegurança e instabilidade, o que não seria adequado a um momento já tão adverso.

Dessa forma, procuramos por decisões minimamente coletivas, construindo soluções com colegas e com os próprios estudantes. Muitos de nossos colegas já haviam desenvolvido formulários com consultas aos alunos sobre suas condições tecnológicas, sociais, familiares e psíquicas. Com esse material, pudemos, então, desenvolver um programa e um cronograma que, na medida do possível, dessem conta de atender os estudantes em um panorama tão caótico e inseguro do ponto de vista da saúde pública. Uma das primeiras medidas tomadas de modo coletivo pela FFLCH foi a extensão do semestre letivo, que foi prorrogado até setembro de 2020. Essa decisão foi imprescindível, uma vez que possibilitou um período mínimo de planejamento para a transformação de uma disciplina presencial para o formato remoto emergencial.

Do ponto de vista tecnológico, foram disponibilizados “kits de Internet” (compostos por um *chip* para celular ou um *modem* portátil com interface USB, habilitados para 20 GB e no mínimo 100 horas-aulas por mês), para que os alunos que não tivessem disponibilidade de conexão pudessem acompanhar as atividades. Também foram emprestados pela faculdade equipamentos aos estudantes que os requisitassem à Diretoria. É necessário também mencionar que a universidade já contava com plataformas que possibilitavam o desenvolvimento de atividades remotas. Ressaltamos aqui as plataformas e-Disciplinas (Moodle), utilizada para a disponibilização de recursos didáticos em diferentes formatos, e e-Aulas, destinada à disponibilização de vídeos produzidos pelos docentes. Também é importante mencionar um canal de contato em tempo real, que foi desenvolvido pelo setor de informática da faculdade para dar assistência técnica aos docentes que dela necessitassem.

A questão didática, porém, ficou sob a responsabilidade de cada docente, que com autonomia pôde escolher a melhor forma de conduzir a disciplina com suas turmas. Podemos afirmar que vários docentes seguiram com práticas individuais e conseguiram bons resultados. Nós, um grupo de quatro docentes mulheres ministrantes da mesma disciplina aos ingressantes do curso de Letras, no entanto, decidimos nos reunir para, de maneira colaborativa no planejamento e em sua execução, discutir os possíveis caminhos para uma transição do curso ao ensino remoto. Já restava evidente para nós que era necessária uma pausa para o replanejamento. Por isso,

comunicamo-nos com os estudantes e informamos que suspenderíamos os encontros por duas semanas. Durante esse tempo, reunimo-nos para decidir os conteúdos fundamentais da disciplina e o modo como reestruturaríamos a maneira de lecionar.

Embasamo-nos no fato de que as decisões coletivas, mesmo que em grupos menores, têm como consequências uma divisão de responsabilidades e a manutenção de um ambiente mais democrático entre docentes e estudantes. Nesse sentido, estabelecemos um conteúdo mínimo, um cronograma de atividades e um modo de avaliação viável para o momento. Durante as reuniões realizadas, decidimos por uma forma híbrida na condução da disciplina, com aulas gravadas e encontros síncronos para o debate dos temas tratados na aula previamente disponibilizada. O conteúdo da disciplina foi dividido equitativamente pelas docentes e cada uma se responsabilizou por gravar um número específico de aulas. Como a disciplina era ministrada presencialmente duas vezes por semana antes da pandemia, seguimos esse cronograma, oferecendo numa mesma semana uma aula gravada, acompanhada de textos teóricos, e um encontro síncrono.

Algumas de nós já eram usuárias da plataforma Moodle, o que permitiu uma troca de saberes sobre o ambiente. Entretanto, tivemos de dedicar muitas horas ao aprendizado acerca do complexo processo de gravação e de edição de vídeos, já que planejávamos que cada docente ficasse responsável por alguns tópicos do conteúdo e que fossem gravadas videoaulas sobre eles — a intenção era a de que todo o conteúdo ficasse disponível aos alunos para acesso a qualquer hora do dia, uma vez que conhecíamos seus problemas de conexão e pensávamos na possível dificuldade advinda das diferentes configurações familiares e domiciliares. Começamos, então, a perceber quanto conhecimento técnico avançado e quanta robustez de equipamento e de infraestrutura de rede eram necessários para as gravações. Foram muitas e muitas horas de gravações e regravações, de renderização de vídeos e de *uploads* ao sistema e-Aulas.

O formato foi pensado de forma que todo o conteúdo estivesse à disposição dos estudantes em qualquer momento do semestre, para que estes pudessem realizar seus estudos no período mais propício e tranquilo para sua aprendizagem. A frequência nos encontros síncronos não era obrigatória, tendo em vista que a maior par-

te dos estudantes era do curso noturno, período em que talvez não tivessem um ambiente adequado para isso. Assim, cada uma de nós estaria à disposição para conversar e debater com suas turmas de estudantes, mesmo que a frequência não fosse obrigatória, criando um ambiente em que se pudesse estabelecer um vínculo maior com eles e verificar o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Em um primeiro encontro síncrono, cada docente, com suas respectivas turmas, apresentou a proposta da disciplina. Os estudantes receberam-na muito bem, ressaltando os ganhos da proposta pedagógica e, sobretudo, nossa empatia com a situação que estavam vivendo.

Mesmo tendo havido um esforço coletivo no sentido da reelaboração da disciplina para o contexto de ensino remoto emergencial, logo diagnosticamos que uma boa parte de nossos alunos não tinha Internet de qualidade e equipamentos adequados para acompanhar as aulas *online* síncronas. No curso de Letras, uma parte dos alunos tem família constituída e procurava acompanhar os encontros com filhos em casa, devido ao fechamento das escolas e das creches. Outra parte mora (ou voltou a morar) com outros membros da família, como pais e avós, que costumam apresentar mais fatores de risco para a Covid-19. E, por isso, tinham de lidar com o medo constante do adoecimento de seus parentes mais velhos e, eventualmente, com as tarefas de cuidado, sobretudo no caso de constatada a doença. Tal quadro fez emergir uma série de soluções diferenciadas por parte dos docentes, de modo a atender aos alunos, ou parte deles, já que muitos perderam completamente o contato com a instituição.

O índice médio de reprovações mais que dobrou: não só alunos foram prejudicados pela “USP que não pode parar”, mas 25% dos discentes de nossa disciplina foram reprovados. Foi o maior índice histórico de reprovações desde 2016

O resultado dessa ação coletiva que descrevemos, no entanto, diferente do recomendado pela FFLCH e contradizendo afirmações do Cruesp, foi o maior índice histórico de reprovações desde 2016, ano em que as autoras começaram a ministrar regularmente a disciplina. A partir do relatório “Estatística de Aproveitamento”, fornecido pelo sistema JúpiterWeb, levantamos o número de matrículas, aprovações, reprovações e trancamentos em nossas turmas. O gráfico abaixo traz as porcentagens de reprovações em cada ano:



Enquanto, nos anos anteriores, o índice médio de reprovações ficava na casa de 12%, em 2020 o índice mais que dobrou, denunciando não só que alunos foram prejudicados pela “USP que não pode parar”, mas que 25% dos discentes de nossa disciplina foram reprovados. Os *e-mails* a seguir ilustram mais de perto as situações enfrentadas pelos alunos ao longo de 2020:

E-mail 1

*Fui sua aluna no primeiro semestre desse ano em IELP I. Tive vários desafios e lembro que a Professora foi a mais acessível que tive. Mesmo assim **não entreguei sua atividade, meu celular é muito ruim e não tinha computador para fazer a atividade.** Fiz todos os exercícios online. Na medida do possível acompanhei suas aulas. Na atividade final não consegui fazer, lembro-me que a senhora propôs até atividade teste e gostou de 2 trabalhos, um em tabela outro todo colorido. **Fiquei com vergonha de pedir pra mandar no corpo de e-mail sem formatação da ABNT depois disso.** E era o único jeito possível à época. Agora em dezembro consegui um computador, graças a Deus.*

E-mail 2

Peço desculpas por encaminhar esse e-mail nesse horário mas gostaria de conversar com a professora sobre a minha situação nas últimas 2 semanas.

Infelizmente a minha avó de 70 anos contraiu o Covid e simplesmente tudo se tornou um caos sem contar o meu abalo psicológico. De modo que eu não consegui realizar o trabalho final que tem o prazo final de até amanhã, então gostaria de implorar se a professora pode adiar apenas um pouco o prazo para mim pelo menos mais 2 dias eu prometo que dentro desse prazo eu entrego o trabalho feito com toda a minha dedicação.

Eu sei que as nossas vidas na pandemia não é fácil mas estou especialmente desesperada por causa do meu trabalho que cada vez mais pede dedicação também.

Enfim, espero que a professora possa me ajudar.

Agradeço muito desde já.

E-mail 3

Prezada professora,

Estou passando por aqui pra agradecer-lá pela compreensão e informá-la que estou curado da doença e no início de uma recuperação física e principalmente psicológica.

Infelizmente, passei alguns maus momentos e cheguei a temer pelo pior mas quando tudo indicava que a situação iria degradingolar, comecei a apresentar melhoras até que, depois de 20 dias, fui considerado livre de Covid-19.

A alta chega no momento em que notícias sobre recontágio começam a se espalhar pelo mundo, por ironia. É desanimador.

Professora, pretendo entregar o trabalho final mas receio que não conseguirei iniciá-lo nos próximos dias pois **preciso de um tempo para entrar em órbita novamente profissional, acadêmica e pessoalmente falando. Ficou tudo represado.**

E-mail 4

Olá professora, boa tarde. Como vai?

Estou terminando um outro trabalho e não vou conseguir entregar o meu exercício de IELP dentro do prazo estabelecido.

Não entreguei nenhum trabalho dentro do prazo, como já mencionei anteriormente, tenho restrição de horário por cuidar de uma bebê.

E-mail 5

Bom dia Professora, tudo bem?

Venho por meio deste e-mail avisá-la do ocorrido da não entrega de trabalhos. **Esse primeiro semestre de 2020 tive**

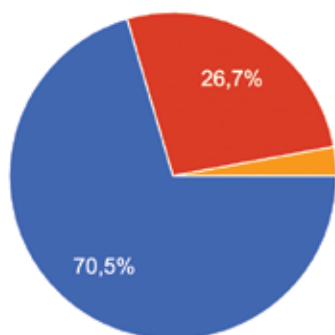
muitos problemas de saúde e problemas familiares que me impossibilitaram de estar presente na maioria das aulas e consequentemente na entrega dos trabalhos dentro do prazo. Acho justo refazer a matéria novamente, visto que não tive o aproveitamento real da matéria como o restante da turma, o que foi minha culpa.

Os prazos foram adiados inúmeras vezes — e os autores dos e-mails acima (à exceção da aluna autora do e-mail 5) concluíram os trabalhos e foram aprovados na disciplina. Mesmo com o adiamento, no entanto, alguns alunos optaram por cursar novamente a disciplina em 2021, como explicitado no último e-mail. Sabemos, no entanto, que a culpa pela falta de aproveitamento não foi da aluna. Outros certamente nem chegaram a nos escrever. O desgaste emocional desses discentes, provocado pela continuidade do curso nessas condições, é evidente.

Temos de salientar que, até o momento, a Pró-Reitoria de Graduação não ofereceu nenhuma oportunidade de os alunos, sobretudo os ingressantes, terem acesso a *tablets* ou computadores para acompanharem o ensino remoto emergencial, que entra em seu segundo ano. É sabido que parte considerável dos calouros costuma ter à disposição apenas um telefone celular. Segundo pesquisa feita na EACH em março de 2020, “existe uma correlação, embora leve, entre o ano de ingresso e o tipo de equipamento disponível para execução de atividades didáticas. Enquanto entre todos os grupos ‘veteranos’ de respondentes a fração de estudantes com apenas aparelhos de telefone celular varia entre 6% e 9%, no caso dos ingressantes esta fração é de 17,8%. Possivelmente, os alunos busquem a aquisição de computadores portáteis e outras ferramentas para estudo a partir do ingresso na universidade, conforme percebem as distintas demandas por atividades que a carreira universitária exige”. Àquela altura, o relatório da pesquisa realizada já informava que “faria sentido uma política de inclusão digital por parte da universidade para os ingressantes que não possuem equipamentos apropriados para a conclusão de trabalhos e acompanhamento de teleaulas e outras atividades online que exijam mais ferramentas do que aquelas que um telefone pode prover”. No 1º semestre de 2021, perguntamos aos ingressantes da mesma disciplina sobre os equipamentos disponíveis. Como se observa no gráfico a seguir, 26,7% dos estudantes informam compartilhar um computador com as pessoas da casa e 2,9% afirmam não ter computador.

Você tem computador de uso pessoal?

105 respostas

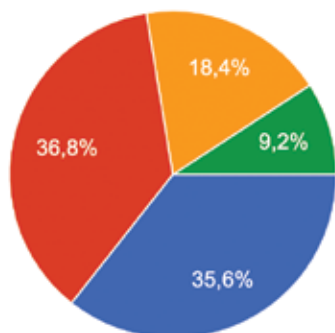


- Sim, tenho um computador de uso exclusivo meu.
- Sim, mas eu compartilho o computador com as pessoas que moram comigo.
- Não.

Em 2020, ao final da disciplina, os alunos foram convidados a preencherem um questionário de avaliação do curso¹². Abaixo reproduzimos alguns gráficos que trazem dados que, de alguma maneira, permitem entrever a desigualdade de acesso e o prejuízo aos alunos com menos condições de acesso a Internet de qualidade e a equipamentos eletrônicos, como computadores e *tablets*.

Internet. O quanto você acha que suas condições de acesso à internet prejudicaram o acompanhamento da disciplina?

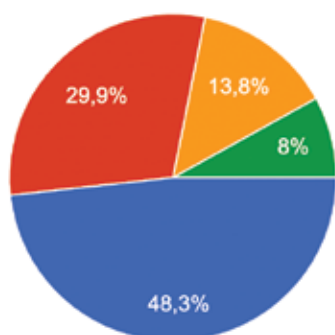
87 respostas



- Nada
- Pouco
- Razoavelmente
- Muito

Dispositivos. O quanto você acha que os dispositivos eletrônicos a que você tinha acesso prejudicaram o acompanhamento da disciplina?

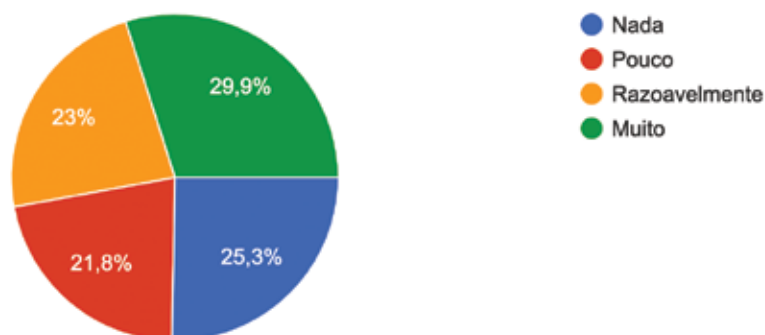
87 respostas



- Nada
- Pouco
- Razoavelmente
- Muito

Ambiente. O quanto você acha que o local destinado aos seus estudos prejudicou o acompanhamento da disciplina?

87 respostas



As respostas indicam que, além da conexão e dos dispositivos, o ambiente de estudos teve também um grande impacto no acompanhamento do curso. Em um depoimento deixado em uma das questões abertas do questionário, um aluno escreveu:

“Muitos alunos estão passando por problemas psicológicos durante esse período de caos e isolamento. Logo, continuar as aulas à distância é ignorar este fato e priorizar o ensino para as pessoas emocionalmente estáveis. Continuar assim é exigir muito mais do que apenas resiliência.”

A avaliação dos estudantes do 1º semestre de 2020 sobre a decisão da USP de manter o semestre letivo revela o que indicamos em nossa apreciação: 51,7% avaliam-na como “positiva, mas não adequada, pois a USP não considerou o tempo e os recursos necessários ao planejamento da transição presencial-remoto”. Quase 30% dos alunos avaliam a decisão como “negativa, pois deveria ter havido o cancelamento do semestre e o estímulo ao contato remoto entre docente-discentes com outros propósitos (exemplo: desenvolvimento de projetos e atividades relacionados à pandemia), sem a exigência do cumprimento do currículo, que deveria ser retomado apenas quando as condições permitissem a volta presencial”. Cerca de 14% consideram a decisão “negativa e inadequada, pois deveria ter havido o cancelamento do semestre e a suspensão temporária do vínculo com a USP até que fosse possível a retomada presencial das aulas quando da melhora das condições sanitárias”.

Talvez um dos únicos aspectos positivos dessa situação emergencial tenha sido a conversa entre as colegas

e a discussão aprofundada dos conteúdos da disciplina. Em nossa experiência, o fato de docentes ministrarem a mesma disciplina num curso de graduação não necessariamente propiciava conversas e decisões conjuntas sobre questões pedagógicas e de abordagem. Assim, essa foi uma estranha oportunidade para que esse movimento acontecesse. O resultado dele só não foi melhor por estarmos atadas às tecnologias de vídeo e não termos acesso ao chão da sala de aula e à sua riqueza. De todo modo, os reflexos desse movimento continuarão reverberando no momento em que tivermos segurança sanitária para retornar aos prédios. Conforme nossa exposição pretendia demonstrar, o caminho traçado para implementar o ensino remoto emergencial não foi fácil. Nessa trajetória, apesar de todos os esforços empreendidos, um número considerável de estudantes ficou pelo caminho. Entre os que tiveram a chance de acompanhar a disciplina oferecida remotamente, notamos que uma parcela razoável conseguiu participar dos encontros síncronos, em que tivemos debates muito profícuos a respeito do uso cotidiano do Português, das diferentes normas existentes, da história da língua e do ensino de língua materna. A impossibilidade do uso das câmeras e, muitas vezes, dos microfones não impediu que os alunos contribuíssem com reflexões profundas referentes aos assuntos abordados.

No que se refere a uma avaliação formal, que se faz necessária burocraticamente, apesar de todo o contexto vivido, pudemos sugerir uma experiência prática de observação do uso real do Português, incitando o espírito

investigativo dos estudantes, que deveriam observar e descrever fenômenos linguísticos encontrados em textos orais contemporâneos e também em textos antigos escritos em português. O prazo foi bastante alargado, para possibilitar a participação da maioria, o que realmente favoreceu a adesão, mas, sabemos, não foi suficiente.

Para concluir, gostaríamos de ressaltar um aspecto pedagógico que nos pareceu salutar neste momento tão crítico: a possibilidade de os estudantes ouvirem uma

diversidade de vozes em relação à mesma disciplina. Essa não é uma possibilidade viável durante as aulas presenciais, dada a restrição de nossos espaços. Sendo assim, os alunos tiveram a oportunidade de ouvir diferentes especialistas nas questões abordadas, e nós, docentes, pudemos partilhar experiências e receber contribuições valiosas de colegas que lecionam a disciplina, o que certamente alterará, de forma positiva, a nossa prática docente.

Referências

- BEHAR, P. A. (Org). *Modelos pedagógicos em educação a distância*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HODGES, C. et al. "The difference between emergency remote teaching and online learning". *EDUCAUSE Review*. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remoteteaching-and-online-learning>.
- KENSKI, V. M. *Tecnologia e ensino presencial e a distância*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

Notas

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 65, de novembro de 2021.
- 2 Professoras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).
- 3 <https://www.fflch.usp.br/2155>
- 4 https://www3.fearp.usp.br/images/AAComunica%C3%A7%C3%A3o/Not%C3%ADcias/Anexos/COVID-19_Nota.pdf.pdf.pdf
- 5 <https://jornal.usp.br/institucional/cruesp-divulga-comunicado-sobre-questao-do-combate-ao-coronavirus/>
- 6 <https://www.fflch.usp.br/2155>
- 7 <https://www.fflch.usp.br/2155>
- 8 https://eesc.usp.br/noticias/posts_s.php?guid=10729&termid=not_gerais
- 9 <https://www.pg.unicamp.br/norma/21790/0>
- 10 <https://www.pg.unicamp.br/norma/25960/1>
- 11 <https://jornal.usp.br/institucional/a-usp-nao-vai-parar-mas-reorganiza-suas-atividades-para-proteger-a-comunidade/>
- 12 Os dados discutidos a seguir foram extraídos do questionário respondido entre 21/8/2020 e 27/10/2020 pelos discentes das turmas 2020111 e 2020113 da disciplina Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I, ministrada pela professora Vanessa Martins do Monte.

BREVE HISTÓRIA DA REVISTA ADUSP



Ao longo de três décadas de existência, a **Revista Adusp** cobriu uma ampla variedade de temas e assuntos relacionados à universidade, bem como abordou uma série de questões que extrapolam os muros da USP. Quase sempre, ela expressou preocupações explicitadas pelos setores mais combativos do corpo docente. Alguns dos dossiês publicados tornaram-se referência. Caso da extensa série de matérias jornalísticas sobre a Ditadura Militar (1964-1985), bem como da investigação sobre as fundações privadas autoproclamadas “de apoio”

A Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, Adusp, completará cinquenta anos de existência em outubro de 2026 — efeméride que será devidamente comemorada. Contava já dezoito anos de percurso vitorioso como entidade representativa quando surgiu a *Revista Adusp*, em dezembro de 1994 (*vide Editorial, p. 5*). A nova publicação viria a cumprir um papel digno de nota como ferramenta jornalística efetivamente disposta a investigar a realidade.

Ao longo de suas três décadas de existência, a *Revista Adusp* cobriu uma ampla variedade de temas e assuntos relacionados à universidade, bem como abordou uma série de questões que extrapolam os muros da USP ou as fronteiras do país. Quase sempre, ela expressou preocupações explicitadas pelos setores mais combativos do corpo docente, ou deu corpo ao acúmulo de conhecimentos da Adusp quanto a determinados problemas. Muitas vezes as edições da revista tomaram a forma de dossiês que, quando revisitados anos e até décadas depois, parecem ter resistido razoavelmente bem à passagem do tempo, tornando-se contribuições consistentes à compreensão dos temas que foram seu objeto.

O primeiro dossiê, ainda informal, improvisado, apareceu na edição número 4, de outubro de 1995. Florestan Fernandes falecera em 10 de agosto. “Somando-se às justas homenagens que estão ocorrendo em todo o país, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo procurou reunir nesta edição especial de sua revista um pouco do trabalho de Florestan e a dor de sua perda”,

explica a “Apresentação” desse número. “Sem dispor de uma equipe numerosa, mas motivada pelo desafio, a *Revista Adusp* saiu a campo e, com a ajuda de amigos e admiradores de Florestan, conseguiu reunir aqui um conjunto de matérias que reflete um pouco o perfil do homenageado”. Dois dos textos então publicados, um deles de autoria do próprio Florestan e outro de Antonio Candido, constam da presente retrospectiva (*vide p. 6 e 10 respectivamente*).

O vigésimo aniversário da Adusp, em 1996, foi o mote da edição número 8, publicada em dezembro desse ano. É um típico dossiê, concebido em grande estilo. Conta com artigos curtos escritos por seis docentes que presidiram a entidade entre 1985 e 1997: Judith Kardos Klotzel, Francisco Miraglia, Flávio Aguiar, João Zanetic, Otaviano Helene e Marco Brinati. Traz, além disso, contribuições de Moacir Gadotti, Warwick Estevam Kerr, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Lígia Marcondes Machado, José Luís Pio Romera e Alberto Luiz da Rocha Barros. Coube ao jornalista Igor Fuser (hoje professor da Universidade Federal do ABC) redigir um texto de abertura, intitulado “Vinte anos de uma história sem fim”. Ademais, a edição se abre ao contraditório, ao incluir entrevista concedida pelo então ministro da Educação, Paulo Renato, e um artigo de autoria do ex-reitor José Goldemberg — ambos notoriamente alinhados ao projeto neoliberal.

Um detalhe crucial dessa edição é que ela traz um “encarte especial” de 14 páginas grampeado no interior da revista: a “História da Fundação da Adusp”, que consiste na transcrição de uma mesa-redonda organi-

zada por Shozo Motoyama em 5 de maio de 1983, da qual participaram Alberto Luiz da Rocha Barros, Crowdwaldo Pavan, Domingos Valente, Erasmo Garcia Mendes, José Jeremias de Oliveira Filho e Simão Mathias.¹

Depois vieram diversos outros dossiês. Ditadura Militar (1964-1985) e suas cicatrizes; políticas de ensino no Brasil e em São Paulo; estrutura de poder da universidade e “democracia só para alguns”; atuação das fundações privadas ditas “de apoio” à USP e a outras instituições públicas. O longo domínio do PSDB sobre o governo paulista. Produtivismo acadêmico e suas consequências. Estes foram temas sobre os quais a revista se debruçou por meio da elaboração de dossiês, em alguns casos mais de um sobre o mesmo tema, e não raro com sequências (“suítes”) em edições seguintes.

Alguns dossiês tornaram-se referência. É o caso da extensa série de matérias jornalísticas sobre a Ditadura Militar — com foco principal na ação repressiva do regime contra a universidade, mas sem esquecer outros aspectos — que a Comissão da Verdade da USP, criada em 2013 pela Reitoria, utilizou como uma de suas principais fontes de investigação. Uma reportagem especial sobre os arquivos da polícia política apareceria já na edição 13, de abril de 1998: “A USP nos arquivos do DOPS” (*vide p. 38 da presente edição*). Porém, o primeiro conjunto amplo de reportagens a respeito desse período foi publicado na edição 33, de outubro de 2004, cuja manchete é “Segredos da Ditadura Militar” e que devassa a ação da infame Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).

Outro extenso dossiê veio à luz na edição 53, de outubro de 2012, fornecendo detalhes sobre seis docentes e 41 estudantes da USP assassinados(as) pelo DOI-CODI e por outros órgãos de repressão. A matéria de capa, “Torturas e suicídio após invasão da USP pelo Exército em 68”, relatava o drama do jovem boliviano Juan Carrasco Forrastal, estudante do Instituto de Física suplenciado pelos militares apesar de ser hemofílico e amputado (*vide p. 50 da presente edição*). A edição 62, de novembro de 2018, rememorou o drama de povos originários, como os Cinta-Larga, Waimiri-Atroari e Suruí: “Genocídio em marcha — da Ditadura Militar aos dias de hoje, nações indígenas resistem à extinção”.

A questão das cotas para estudantes de graduação pretos, pardos e indígenas (PPI) foi abordada em mais de uma edição. Sua primeira aparição na revista remonta a maio de 1996, na edição de número 6! Assim, vinte e um anos antes da aprovação de cotas na USP, e alguns anos antes da implantação de cotas nas pioneiras Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a *Revista Adusp* publicava o artigo intitulado “Cotas para negros na Universidade”, de autoria de Mauro Göpfert Cetrone, acompanhado de outro texto, “Um episódio kafkiano pelas cotas”, redigido por Fernando Conceição.²

“Cotas no Brasil” foi a manchete de capa da edição 43, de julho de 2008, que trouxe quatro reportagens e três artigos vinculados a essa temática (além de outros textos não relacionados a ela). Naquele momento, o máximo que a USP oferecia de

avanço em matéria de ações afirmativas era o Inlusp, ou “Programa de Inclusão Social”. A universidade ainda demoraria dez anos para aprovar (em 2017) e implantar (em 2018) seu programa de cotas para estudantes de escolas públicas e PPI. Já as cotas para docentes PPI só seriam objeto da edição 66, de dezembro de 2022, que trouxe estampada na capa a manchete “Racismo na USP, mobilização social e ações afirmativas”.

Os dossiês sobre as fundações privadas autoproclamadas “de apoio” à universidade — organizações criadas por docentes da própria USP com apoio de sucessivas gestões da Reitoria (e contando com enorme simpatia da mídia comercial), geralmente dotadas de isenção tributária e que se transformaram, várias delas, em verdadeiras empresas com faturamento anual de centenas de milhões de reais — revelaram um “nada admirável mundo novo”. Conflitos de interesses, contratações dirigidas, dispensa sistemática de licitações, desrespeito ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), mercantilização da universidade pública, privatização endógena, quebra da isonomia salarial. Adicionalmente, na área da saúde, afronta ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a instituição da “segunda porta” no Hospital das Clínicas da capital, no Instituto de Coração (InCor) e no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.

O foco da apuração conduzida pela revista foram as cerca de trinta fundações privadas desse tipo atuantes em unidades da USP, mas o olhar se estendeu à Unesp, Unicamp, Universidade Federal de São Paulo

(Unifesp) e a diferentes outras instituições de ensino e pesquisa federais e estaduais. A *Revista Adusp* empreendeu uma ampla investigação jornalística, na qual atuaram, em momentos diferentes, mais de vinte repórteres convidados. Descobriu-se a existência de uma “indústria” de cursos pagos, uma das principais fontes de receitas dessas organizações cujo propalado altruísmo era e continua sendo mera peça de retórica. Constatou-se a ocorrência de conflitos internos nas fundações “de apoio”, e até de disputas entre fundações “de apoio” por contratos com o poder público.

A primeira edição a tratar do tema foi a 22, de março de 2001, seguindo-se a 23 e a 24, publicadas respectivamente em setembro e dezembro daquele ano. No trabalho inaugural, a matéria intitulada “Uma empresa chamada FIA”, sobre a Fundação Instituto de Administração, delineou um perfil surpreendente, resenhado na linha fina: “Gordos contratos com o setor público garantem a opulência da fundação, que tem sede própria, 206 funcionários e previdência privada altamente capitalizada.”³ Nos últimos anos, os cursos ‘USP-MBA’ ministrados na Faculdade de Economia tornaram-se outra lucrativa fonte de receitas”.

A edição 22, por sua vez, trouxe como destaque a reportagem “O Ano de Ouro das fundações privadas”, que mostrou a alta rentabilidade das três organizações desse tipo vinculadas a docentes da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA): “Em 1998, FIA, Fipecafi e Fipe arrecadaram juntas R\$ 134 milhões”. Corrigido mone-

tariamente para fevereiro de 2026, esse montante equivale a espantosos R\$ 680 milhões. A maior parte desses recursos privadamente apropriados pelos coordenadores e demais envolvidos nos projetos (descontadas as modestas taxas cobradas pela USP), como já apontado, provinha do poder público federal e estadual. A propósito, outra reportagem dessa mesma edição demonstrou que cerca de um terço da receita da Fundação Vanzolini, ligada à Escola Politécnica, provinha da certificação de qualidade de sistemas e produtos, generosamente delegada pelo Inmetro, órgão federal a quem cabe realizar, com exclusividade, tais certificações.

Ainda nessa mesma revista, a matéria “Conflito de interesses marca relação entre USP e fundações” documenta o *modus operandi* que está na gênese dessas entidades privadas montadas por agentes públicos — e que é uma das principais características da atuação delas: “Professores que exercem cargos de direção na USP tornaram-se também dirigentes de fundações privadas ou beneficiários de projetos privados, caracterizando assim a existência de interesses contraditórios na gestão pública”, explica a chamada (**vide p. 116 da presente edição**).

Novas e importantes matérias saíam na edição 31, de novembro de 2003. E, em janeiro de 2006, circularia a primeira parte do chamado “Dossiê 2”, na edição 36, com a manchete de capa “Fundação Zerbini, a implosão do modelo”, que chamou atenção para a crise financeira vivida, à época, por essa entidade que controla inteiramente a gestão do Instituto do Coração (InCor), órgão público.

“Isso aqui tem sido um trem fantasma: cada curva tem um esqueleto”, admitiu Fernando Eugênio D’Oliveira Menezes, ex-executivo do setor financeiro que em fevereiro de 2001 assumiu a presidência da Fundação Zerbini (cargo não remunerado), em entrevista à *Revista Adusp*. Referia-se a empresas privadas criadas pela Zerbini, como a Fisics, que produzia próteses de válvulas cardíacas. “Estamos fechando a Fisics. Fundação tem isenções e não pode ter empresa. A concorrência é desleal”, nos disse Menezes. Três meses depois foi exonerado pela cúpula da fundação.

A segunda parte do “Dossiê 2” foi conhecida na edição 37, de agosto de 2006, e a terceira na edição 40, de abril de 2007.

O tema foi retomado seis anos depois, na revista 54, de maio de 2013, cuja capa estampou “Conflito de interesses na Saúde”, com a chamada “Guido Cerri, secretário estadual, gere contratos entre organizações privadas que ele integra e o governo de SP”. A reportagem documentava os vínculos entre Cerri e duas importantes entidades privadas: a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, ligado ao Hospital Sírio-Libanês (HSL) — ambas atuavam (e ainda atuam) como “organizações sociais de saúde” contratadas pelo governo estadual para realizar a gestão de equipamentos públicos de saúde.

Cerri havia sido diretor da Faculdade de Medicina (FM). À época, acumulava o cargo de secretário de Saúde do governo Alckmin com a condição de “presidente licenciado” do Conselho Curador da FFM e de membro do Conselho de Administra-

ção do HSL, além de ser proprietário de empresas prestadoras de serviços na área médica.

No mesmo ano da publicação, o então secretário, que pretendia candidatar-se a reitor da USP e considerou que a reportagem lhe causava danos políticos irreversíveis, decidiu ajuizar queixa-crime, por suposta difamação, contra o editor da revista e as duas jornalistas coautoras. Em 2016, Cerri ajuizou ainda uma ação cível por “danos morais” e “uso indevido de imagem”, pleiteando indenização de R\$ 200 mil com correção monetária a contar desde maio de 2013, e incluiu a *Adusp* entre os réus. Perdeu ambos os processos em todas as instâncias.

Gestões da Reitoria autoritárias e neoliberais

Ocasionalmente, as grandes mobilizações da categoria docente também compareceram às páginas da revista. Foi o caso da greve de 2014 das três universidades estaduais, que derrubou a intenção do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, M.A. Zago à frente, de não conceder reajuste salarial naquele ano (“reajuste zero”), na negociação de data-base. Matéria intitulada “A surpreendente greve de 118 dias e a derrota dos novos mandarins”, publicada na edição 57, de março de 2015, revelou-se premonitória. “O movimento grevista de 2014 reforçou a sensação de que a oligarquia que gere a Universidade de São Paulo consegue reciclar-se, a cada gestão, em sentido regressivo, tornando pior o que já era péssimo”, registrou. “Quando candidato a reitor, M.A. Za-

go fez campanha eleitoral ancorada em promessas de diálogo; identicamente ao antecessor, não as cumpriu. A tentativa de arrocho salarial, ameaças ao RDIDP, corte de ponto e o descarte dos hospitais universitários fazem antever duros embates com o mandarinato Zago-Vahan”. A vida provou a correção deste vaticínio.

A partir de determinado momento a revista buscou empreender avaliações das gestões reitorais, com o intuito de que fossem capazes de oferecer às leitoras e leitores um retrato analítico mais acurado e panorâmico das políticas adotadas por quem esteve à frente da Reitoria. A reportagem “Gestão Marcovitch: quatro anos de isolamento e o mesmo modo de decidir”, na edição 23, inaugurou esse tipo de cobertura. “Mais cursos noturnos e um pálido esforço de cobertura de claros são aspectos da gestão do professor Jacques Marcovitch como reitor da USP (1997-2001), que deixou de cumprir os principais compromissos de campanha. A gestão é considerada autoritária e centralizadora”, resume a chamada. Em 2000, a Reitoria foi derrotada por uma greve de 50 dias, objeto de memorável análise de Flávio Aguiar (**república nesta edição à p 80**).

A gestão Suely Vilela (2006-2009), por sua vez, foi objeto da matéria de capa da edição 45, de outubro de 2009, cuja manchete, “Implacável burocracia”, faz alusão a “perseguições e produtivismo exagerado”. O autoritarismo, apontou uma das reportagens, intensificou-se na gestão Suely Vilela, “especialmente a partir da ocupação da Reitoria em 2007, provocada pelos decretos de [José] Serra contra a autonomia universi-

tária”. Desde então, “a reitora passou a descartar o diálogo e optar pela escalada repressiva como método principal de resolução de divergências”.

A matéria recupera o que ocorreu na fatídica tarde de 9 de junho de 2009, na Cidade Universitária do Butantã: “Estudantes, funcionários e professores, após serem perseguidos pela Polícia Militar por mais de um quilômetro, atacados com cassetetes, spray de pimenta [...] foram encurralados no prédio de História e Geografia. Entre os estrondos, chegavam notícias de presos e feridos. O mais grave episódio repressivo ocorrido no campus Butantã desde o fim da Ditadura Militar corou uma semana de presença da PM no campus — a pedido da reitora, Suely Vilela, para reprimir a greve dos funcionários”.

Por outro lado, a crescente colaboração da Reitoria com o capital financeiro ficou registrada na matéria intitulada “USP, Santander e Universia, parceria que foi parar na TV”. Nela se apontavam os laços com o banco espanhol que levaram Suely a viajar sete vezes para a Espanha durante sua gestão, bem como a aparição consentida da imagem da reitora em comercial de TV do Santander levado ao ar em intervalo do “Jornal Nacional”, da TV Globo, em 15 de outubro de 2008. (Depois, Suely mandou suprimir sua imagem.)

A gestão seguinte, de J.G. Rodas (2010-2013), foi igualmente submetida ao crivo da revista. Um balanço do início da gestão surgiu na reportagem “‘Modernização conservadora’, projeto de Rodas”, publicada na edição 50, de junho de 2011, que elencou medidas controversas adotadas por ele. “Três meses depois de

assumir o cargo, em abril de 2010, fortaleceu a cúpula universitária ao criar cinco cargos de pró-reitor adjunto e elevar ao nível de ‘vice-reitor executivo’ o coordenador de Administração Geral e o presidente da Comissão de Cooperação Internacional. Logo em seguida, em junho, teve de administrar uma greve de 57 dias e a ocupação do prédio da Reitoria por três semanas, em protesto dos funcionários contra o fim da isonomia salarial entre as categorias, depois que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), por ele presidido à época, concedeu espontaneamente, em fevereiro, aumento real de 6% apenas para os docentes, a título de ‘reestruturação de carreira’. Na USP, Rodas chegou a determinar o corte de salário dos trabalhadores em greve”.

Havia mais. “Em janeiro de 2011, a Reitoria demitiu sumariamente 271 funcionários, sob a justificativa de que já eram aposentados e não haviam prestado concurso público. Por fim, em abril deste ano, a tensão voltou a atingir seu grau máximo, quando trabalhadores de uma empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) iniciaram uma greve contra o atraso no pagamento dos salários.” Porém, dizia a *Revista Adusp*, no final do primeiro semestre de 2011, “após sofrer alguns reveses, o reitor pareceu adotar uma tática de concessões, que lhe dá fôlego para implantar a estratégia privatista de ‘modernização conservadora’ da USP”.

A edição 52, de abril de 2012, trouxe ampla e bem documentada reportagem intitulada “Prisões, ex-

pulsões, espionagem. Eis a ‘USP Tolerância Zero’”. A escalada de intolerância, dizia a matéria, iniciou-se em setembro de 2011, “quando o reitor Grandino Rodas assinou convênio com a Secretaria de Segurança Pública para aumentar a presença da PM no campus do Butantã a pretexto de coibir a criminalidade”, e foi sucedida por “uma operação militar de envergadura para reintegrar a posse do prédio da Reitoria; outras duas reintegrações (DCE e Coseas); detenção de 85 estudantes; expulsão de 6 alunos; processos contra dirigentes do Sintusp e da Adusp... E um escândalo de espionagem institucional que a Reitoria finge desconhecer”.

A espionagem clandestinamente patrocinada por Rodas foi um episódio grave, mas devidamente ignorado pela mídia *mainstream*, como aliás costuma ocorrer quando se trata de questões relacionadas à estrutura de poder da USP — quem denunciou o caso em primeira mão foi a revista *Fórum*, um veículo da mídia alternativa. “Documentos divulgados pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) sugerem que a Reitoria montou um aparato ilegal de espionagem, voltado contra as entidades e movimentos sociais atuantes na universidade”, resumiu a *Revista Adusp*.

“A rede de espiões é estranha aos quadros da USP, como se depreende da leitura dos relatórios por eles produzidos em 2010. A origem dos relatórios é uma certa ‘Sala de Crise’, órgão inexistente nos organogramas da universidade”, prossegue o texto. “O gerenciamento da ‘Sala de Crise’, por seu turno, parecia caber a Ronaldo Pena, então diretor da Divisão Técnica de Operações e Vigilância da Coordena-

doria do Campus (DOV) e responsável pela Guarda Universitária. E a quem Pena se reporta? A julgar por um detalhado e revelador *e-mail* enviado em outubro de 2011, a ninguém menos do que o professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete do reitor”. Ouvindo pela revista, Amadio tergiversou, negando as acusações.

“Alívio! Termina a tenebrosa gestão de J.G. Rodas”, anotou matéria que consta da edição 56, que circulou em março de 2014 (no início da gestão seguinte), e advertiu para um possível déficit de R\$ 1 bilhão no caixa da universidade. A revista indagou: “O reitor Marco Antonio Zago e o vice-reitor Vahan Agopyan, que exerceram cargos de destaque na administração Rodas, tomarão a iniciativa de investigar o rombo nas reservas da USP e apurar responsabilidades? O resultado da investigação será levado ao Ministério Público?”.

Os novos dirigentes, porém, rapidamente revelaram suas inclinações antidemocráticas, como vimos mais acima ao comentar a greve de 2014 contra o “reajuste zero”. Sucessivas edições da *Revista Adusp* captaram os aspectos mais deletérios da gestão capitaneada por M.A. Zago, que aos poucos ganhou contornos de truculência institucional e, mesmo, de tirania. A edição 58, de dezembro de 2015, apontou duas das principais vertentes da trilha de aceleração do projeto neoliberal traçada pelo reitor e seus aliados: o ataque à carreira docente e a investida contra a extensão gratuita — hospitais universitários e creches, cujas finalidades eram desdenhosamente definidas como “assistenciais”.

A reportagem intitulada “Desmanche tem como alvos RDIDP e ca-

ráter público da universidade” documenta a primeira tentativa da Reitoria de apertar o garrote da avaliação institucional, resumindo assim a ópera: “Reveses institucionais parecem não inibir a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que insiste nos planos de demolição dos pilares acadêmicos da Universidade de São Paulo: o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), a carreira docente e o caráter público e gratuito da instituição. Quer ainda a redução do corpo de funcionários via PIDV e terceirizações e o estrangulamento financeiro do HU. Agora, estrondosamente derrotadas as propostas do GT-Atividade Docente, a Reitoria cria uma ‘supercomissão’ encarregada de propor nada menos que uma reforma do Estatuto...”. (A Reitoria preparava-se para reformatar a Comissão Permanente de Avaliação, ou CPA, concedendo-lhe grande poder: a “Nova CPA” estava a caminho.)

O título de outra reportagem, “HU e HRAC, ou como se livrar de hospitais de renome acadêmico”, faz alusão aos nefastos planos de M.A. Zago de fulminar o Hospital Universitário (sediado na Cidade Universitária do Butantã) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru, vistos pelo reitor, embora graduado em medicina, como fontes de desperdício financeiro. Sua gestão, registrou a matéria, “não hesitou em propor a desvinculação de ambos da universidade e sua subordinação à Secretaria Estadual da Saúde — ao que parece, sem consultar a pasta”⁴.

Ainda na edição 58, uma terceira matéria apontava os desmandos da gestão no tocante aos graves proble-

mas ambientais do chamado “Campus Leste” da universidade: “EACH, sob ‘investigação detalhada’, convive por ora com aterro ilegal” (*república* na p. 124 da presente edição).

O ataque da Reitoria às condições de trabalho e à dignidade do corpo docente voltaria à baila na edição seguinte, 59, de agosto de 2016, cuja capa, ilustrada por uma sugestiva charge de Ohi, trouxe a manchete “Desmanche da USP tritura a carreira docente”. Nas páginas internas, dois artigos analisam as medidas reitorais: “Centralização, controle e tutela sobre unidades e docentes da USP”, e “Casa de ferreiro, espeto de pau, ou a proposta de avaliação da gestão M.A.Zago”. Um texto introdutório adverte: “A aprovação, na reunião do Conselho Universitário (Co) de 12 de julho, da segunda edição do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV-2), bem como a apresentação de uma segunda versão das minutas de ‘Nova CPA’ e ‘Estatuto do Docente’, as quais incluem alterações cosméticas em relação às minutas originais distribuídas em maio e fortemente rechaçadas por diversas congregações, são medidas que aceleraram o processo de desmanche”.

Além de convocar subitamente o Co “para a esvaziada data de 12 de julho, em plenas férias, de modo a evitar mobilizações contrárias ao PIDV-2, ao novidadeiro Programa de Incentivo à Redução da Jornada (PIRJ) e a alterações no processo de eleição de representantes discentes da Graduação”, observa a revista, “M.A. Zago vem recorrendo a uma instância clandestina: o chamado ‘encontro de dirigentes’, ou diretores, prática contumaz de seu antecessor”. E, con-

tinua, foi “numa destas reuniões, realizada em 2 de agosto, que o reitor obteve o aval da burocracia para submeter ao Co sua proposta de carreira e avaliação, consubstanciada nas ‘minutas de agosto’ da ‘Nova CPA’ e do ‘Estatuto do Docente’”.

Desta vez, a revista não esperou que o mandato da dupla Zago e Vahan terminasse para só então produzir um amplo dossiê temático de balanço, como ocorrera no tocante às gestões anteriores. As razões para essa antecipação estão sinteticamente explicadas no texto de abertura da reportagem, fartamente ilustrada por fotografias, intitulada “‘Dia de Cão’ teve bombas, balas de borracha, cárcere improvisado pela PM no andar térreo da Reitoria” — uma das que compõem a edição 61, de setembro de 2017:

“O compadrio entre a gestão de M.A. Zago e V. Agopyan e a Polícia Militar, com respaldo do governador Geraldo Alckmin (PSDB), resultou numa chocante demonstração de brutalidade no dia 7 de março, deixando claro que não há lugar para a democracia no projeto político do reitor. Apesar da vitória obtida, ficou desmoralizado. Chamado à queima-roupa de ‘bandido’ por uma representante discente, quando chegava à sala de reuniões do Conselho Universitário, M.A. Zago empalideceu e calou-se”.

Decidido a votar a qualquer custo, numa reunião do Co convocada com apenas três dias de antecedência, “sua draconiana proposta de ajuste fiscal, eufemisticamente denominada ‘Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira’”, o reitor “convocou o pelotão de cho-

que da Força Tática para dissolver a manifestação de protesto convocada pelas entidades de representação das três categorias”, e com isso abrir caminho à livre entrada, no prédio da Reitoria, de integrantes daquele colegiado que lhe eram fiéis. A Força Tática se juntou à tropa da PM previamente designada para atuar na Cidade Universitária desde a gestão de J.G. Rodas, um contingente denominado “Koban”, que a revista designou como “polícia política da Reitoria”, por sua atuação de perseguição a movimentos sociais.

A educadora Nani Figueiredo, funcionária da Creche Central, foi alvo de uma das inúmeras violências praticadas pela PM naquele fatídico 7 de março. Por haver cometido o “crime” de tentar filmar as atitudes truculentas dos policiais militares contra um colega, Nani tornou-se ela própria vítima de inusitadas agressões, sendo violentamente derrubada no chão em pleno pátio da Reitoria. Uma policial assim se referiu a ela, quando de sua detenção: “Aperta bem a algema dessa vadia”. Uma das salas do térreo da Reitoria foi inacreditavelmente convertida em cárcere temporário — e ali Nani permaneceu, ao lado de estudantes, antes de ser conduzida algemada numa viatura da PM até uma delegacia de polícia.

“Maria Paula Dallari Bucci, professora da Faculdade de Direito (FD) e superintendente jurídica da USP, avistou-se com Nani e os outros manifestantes encarcerados na sala térrea da Reitoria, quando se encaminhava para o salão do Co, e nada fez para tirá-los de lá ou sequer providenciar-lhes um advogado, que a PM não permitira que fosse chama-

do”, registrou a *Revista Adusp*. Essa foi uma das diversas histórias relatadas pela edição 61, que contou com 142 páginas. Havia muito que dizer sobre esta gestão que praticou, nas palavras do editorial, “um ataque sem precedentes ao corpo docente”.

Forte, a capa trouxe a manchete “USP arrasada” e a *linha fina* “Um balanço da gestão privatizante, antiacadêmica e violenta de M.A. Zago na Reitoria da USP (2014-2017)”. As imagens selecionadas para ilustrar essas afirmações sinalizavam questões críticas: a relação com o banco Santander; o nebuloso acordo clandestino com a consultoria norte-americana McKinsey&Company —projeto “USP do Futuro”; a crise ambiental e institucional na EACH; o súbito e criminoso fechamento da Creche Oeste (em janeiro de 2017, por ordem expressa do reitor); o furioso ataque aos hospitais universitários; e por fim, os abusos vários da Polícia Militar.

Obviamente a cobertura detalha da repressão, que não se limitou aos graves incidentes de 7 de março, tomou muitas páginas. Era preciso relatar, por exemplo, a recente, à época, instalação das grades que fizeram da Reitoria um *bunker*, e que desfiguraram a Pracinha da ECA, bem como os correspondentes protestos estudantis. Por outro lado, o dossiê buscou documentar e criticar de modo consistente as demais políticas daquela gestão em fim de mandato. Uma delas, não explicitada na capa mas central do ponto de vista da *Adusp*, dizia respeito aos ataques à carreira por meio de novos mecanismos institucionais: “Avaliação via ‘Nova CPA’ e ataque ao RDIDP reve-

lam planos de precarização e controle do corpo docente”, apontava uma das principais matérias.

Apesar de todos os desmandos praticados, em novembro de 2017 essa gestão conseguiria garantir sua continuidade, graças ao formato antidemocrático, ultrarrestrito do colégio eleitoral de reitor da USP. Não sem dificuldades, num processo sucessório em que teve de se defrontar com duas outras candidaturas de tintas opositoristas⁵, o vice-reitor Agopyan conseguiu ser nomeado pelo governador como sucessor de M.A. Zago, depois de ser o mais votado no segundo turno da eleição indireta da lista tríplice de chapas. Em 2021, seu pró-reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr. se tornaria reitor. Em 2025, seria a vez de Aluisio Augusto Cotrim Segurado, empossado em 23 de janeiro de 2026. Uma linhagem de reitores visceralmente neoliberais.

Reportagens especiais e entrevistas

A revista também publicou reportagens especiais sobre vários assuntos. A prática de trotes violentos e de crimes sexuais na Faculdade de Medicina (FM); a realização de megaventos no Brasil (Copa do Mundo, Olimpíadas) como fator de especulação imobiliária e remoção forçada de populações; a marcante experiência dos colégios vocacionais de São Paulo, interrompida pelos militares — “Vocacionais, breve história de uma utopia transformadora”.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), estratégica agência de fomento à pesquisa científica, totalmente controlada por quadros ligados ao *mainstream* científico, recebeu aten-

ção da revista em diferentes momentos. “Fapesp, uma política controversa”, reportagem publicada na edição 26, de setembro de 2002, já questionava certos rumos da instituição: “Desestímulo ao mestrado, estímulo ao doutorado direto e pós-doutorado, programas especiais de apoio a empresas e universidades privadas e maiores investimentos nas pesquisas em genômica enquanto diminuem as verbas para ciências humanas e sociais — estas facetas da atual política da Fapesp geram polêmica e suscitam críticas da comunidade universitária, marcando a passagem dos 40 anos de vida dessa fundação pública”.

A capa da edição 28, de dezembro de 2002, trouxe a manchete “Paradoxos e incertezas na estratégia da Fapesp”, e quatro matérias sobre o tema. Uma delas, “Contração nos investimentos da Fapesp”, apontava que a desvalorização do real e a suspensão do uso das reservas financeiras da instituição “tendem a reduzir investimentos da Fapesp em 2003, em relação aos três anos anteriores”, e destacava: “O novo contexto é marcado pela recondução do diretor científico para um quarto mandato consecutivo, apesar da insatisfação da comunidade, e pela atribuição de maiores poderes aos coordenadores de área, todos nomeados por ele”. Carlos Vogt, então presidente da Fapesp, concedeu extensa entrevista aos repórteres da *Revista Adusp* em que tudo foi perguntado e nada deixou de ser respondido.

Na edição 41, de outubro de 2007, voltou-se ao tema. A matéria intitulada “Sob pressão, Fapesp investe mais recursos em inovação tecnoló-

gica” registra o progressivo desvio de recursos da agência para o capital privado: “A soma dos investimentos em programas especiais e inovação tecnológica (R\$ 148 milhões em 2006) já equivale ao montante aplicado em bolsas de pesquisa (R\$ 150 milhões). ‘Parcerias’ com empresas como Dedini e Microsoft, os Centros de Pesquisa, Difusão e Inovação (Cepids) e os parques tecnológicos fazem aumentar a pressão por recursos para ‘pesquisa e desenvolvimento’. Ao mesmo tempo, a Fapesp rejeitou em 2006 nada menos do que 2.310 pedidos de bolsas de mestrado (62% do total) e 743 pedidos de bolsas de doutorado (53% do total)”.

No plano federal, a atuação da Capes, sigla para Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agência vinculada ao MEC que define as normas do sistema nacional de pós-graduação, foi objeto de questionamentos por parte da revista. “Empregar critérios próprios à produção nas ciências naturais e exatas para avaliar a produção em humanas gera distorções, como o excessivo peso dado aos periódicos em prejuízo do livro e da

coletânea”, advertiu a matéria “Capes em suspenso”, na edição 31, de novembro de 2003. O *modus operandi* da agência voltaria a ser abordado em edições posteriores.

As entrevistas são um “capítulo à parte” na história da revista. Ouvimos Alfredo Bosi, André Singer, Antonio Ibañez Ruiz, Antônio Angarita, Armando Boito, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Chagas, Dalmo Dallari, Eduardo Gudynas, Edur Velasquez, Elisaldo Carlini, Florestan Fernandes Júnior e Heloísa Rodrigues Fernandes, Francisco de Oliveira, François Chesnais, Franklin Leopoldo (**vide p. 90 desta edição**), Hélio Bicudo, Il-do Sauer, Janice Theodoro, Jacques Marcovitch, Jean-Claude Bernardet, José de Oliveira Siqueira, José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza, Luiz Freitas, Milton Santos (**vide p. 19 desta edição**), Otaviano Helene, Paulo Arantes, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo de Tarso Vannuchi (quando ministro de Direitos Humanos), Pedro Casaldáliga, Raquel Rolnik, Renato Janine Ribeiro (quando diretor de Avaliação da Capes), Rita Baradas Barata, Robert Kurz, Roberto Salmeron, Romualdo Portela Olivei-

ra, Rosalind Petchesky, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Sônia Fleury, Soraya Smaili (quando reitora da Universidade Federal de São Paulo), Tarso Genro (quando ministro da Educação) e Waldir Pires⁶.

Por fim, vale destacar, como protagonistas nem sempre lembrados desta aventura jornalística, alguns profissionais que muito contribuíram (e ainda contribuem) com ela. O editor de arte, Luis Ricardo Câmara (Peri), que é o responsável pela diagramação eletrônica (editoração) da *Revista Adusp* desde o primeiro número, inicialmente em parceria com Maria Cristina Walligora, e em “vôo solo” desde a edição 9, de abril de 1997. O repórter-fotográfico Daniel Ruiz Garcia, que vem documentando a atuação dos movimentos sociais na USP desde a década de 1990. Artistas gráficos como José Nogueira Ohi, Gilberto Maringoni (hoje professor da Universidade Federal do ABC) e Vitor Flynn, cujas ilustrações enriqueceram capas e miolo de dezenas de edições da revista. Nessa seara, Osvaldo Pavaneli, Minoru Naruto (professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e Sérgio Bastos também se fizeram presentes.

Notas

- 1 Material publicado originalmente na revista *Ciência e Cultura*, da SBPC, em março de 1984.
- 2 Cetrone e Conceição eram ativistas do Núcleo da Consciência Negra (NCN-USP).
- 3 O saldo do fundo de previdência privada mantida pela própria FIA, que tinha como aplicadores 53 docentes (coordenadores de projetos) e 168 funcionários da FIA, era de R\$ 13 milhões em 1999 — em valor atualizado para fevereiro de 2026, cerca de R\$ 61 milhões.
- 4 A revista voltaria a falar do HRAC, em amplas reportagens, em duas edições: 61, de setembro de 2017 (“Desvinculado da USP, HRAC pode ter sua gestão privatizada”), e 67, de dezembro de 2023 (“Abandonado pela USP, HRAC rejeita crianças com anomalias craniofaciais de outras regiões”). O HU, por sua vez, também foi lembrado na edição 61: “Comportamento irresponsável da Reitoria compromete o Hospital Universitário”.
- 5 Caso das candidaturas do professor Il-do Sauer e, em menor grau, da professora Maria Arminda do Nascimento Arruda (que havia sido pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária na primeira metade da gestão). Na sucessão seguinte, Maria Arminda elegeu-se vice-reitora na chapa de Carloti Jr.
- 6 Também foram realizadas entrevistas menores ou relacionadas a questões específicas, no âmbito de determinadas reportagens, por exemplo com a então pró-reitora Suely Vilela (Pós-Graduação) e com o então pró-reitor Adilson Avansi de Abreu (Cultura e Extensão Universitária), além do caso já citado de Carlos Vogt.